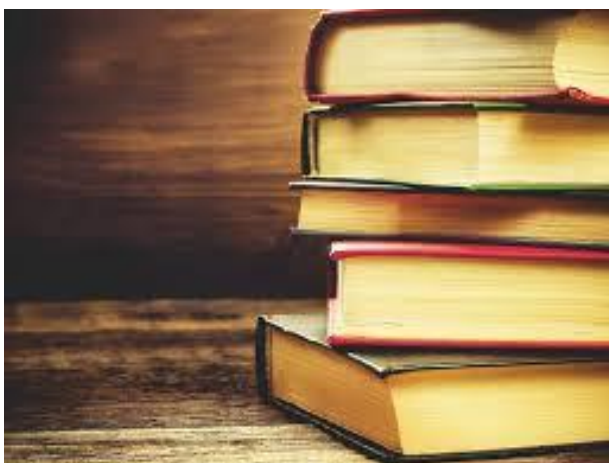




**Rui Manuel Monteiro
de Oliveira Beja**

**O Livro em Transição:
Edição e Comércio do Livro em Portugal (1970-1980)**





**Rui Manuel Monteiro
de Oliveira Beja**

**O Livro em Transição:
Edição e Comércio do Livro em Portugal (1970-1980)**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos Culturais, na área de especialização de Sociologia da Cultura, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita, Professora Associada do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, e co-orientação do Doutor José Soares da Silva Neves, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

o júri

presidente

Doutor João Manuel Nunes Torrão
Professor Catedrático, Universidade de Aveiro

Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado com Agregação, Universidade de Aveiro

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Professor Catedrático, Universidade do Porto

Doutor Moisés Adão de Lemos Martins
Professor Catedrático, Universidade do Minho

Doutor Daniel Jorge Seixas Melo
Investigador Auxiliar, Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita
Professora Associada, Universidade de Aveiro (orientadora)

dedicatória

À liberdade de expressão e de informação.

Direito fundamental da Humanidade conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Causa ganha por quantos contribuíram para a democracia instituída em Portugal em Abril de 1974. Propósito maior dos protagonistas da palavra escrita e dos que vivem o livro como fonte privilegiada do conhecimento e da evolução sociocultural dos povos e das nações.

agradecimentos

A concretização desta pesquisa sobre a edição e comércio do livro em Portugal nos anos 1970, o período em que iniciei o meu envolvimento de perto de cinco décadas na indústria cultural do livro, constituiu-se objectivo de especial empenho tendo em vista dar a conhecer, com adequado fundamento científico, a contribuição das gentes do livro para as transformações políticas e o desenvolvimento sociocultural ocorridos no contexto da liberdade democrática instituída em 25 de Abril de 1974.

Um trabalho que beneficiou, decisivamente, com a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Cortez e do Professor Doutor José Soares Neves, a quem devo um agradecimento muito especial pelo conhecimento científico que comigo partilharam, pelas críticas e sugestões que me proporcionaram a optimização do plano e metodologia de investigação, e pela amizade com que me incentivaram a manter vivo o propósito que motivou a minha entusiástica entrega a este projecto, o exercício da responsabilidade cívica.

Um desiderato ambicioso, face ao tempo transcorrido e à insuficiência de dados disponíveis sobre o livro e a leitura na década de 70 do século XX, só possível de alcançar com a cooperação de prestigiados profissionais do livro que foram protagonistas da transição ocorrida. Estou muito grato a Carlos Araújo, Francisco Espadinha, Guilherme Valente, Joaquim Soares da Costa, Maria da Piedade Ferreira, Nelson de Matos e Zeferino Coelho, pela amistosa disponibilidade manifestada nas entrevistas que me concederam e pelos valiosos testemunhos que prestaram e ilustram este trabalho. Agradecimento também devido a Fernando Guedes, figura incontornável da edição em Portugal, lamentavelmente falecido meses depois do encontro em que me transmitiu o seu testemunho e a quem presto sentida homenagem.

As relações institucionais e pessoais que tive o privilégio de manter no decurso do exercício profissional, associativo e académico, proporcionaram-me conhecimento e informação fundamental para a realização do objectivo que abracei. A todos os parceiros de caminhada no mundo do livro – autores, académicos, agentes literários, editores, técnicos de edição, gráficos, livreiros, agentes institucionais da cultura, jornalistas literários – endereço, na impossibilidade de o fazer individualmente, sincero agradecimento colectivo.

Para a família e amigos reservei o agradecimento final. A todos, pela contenção na crítica ao tempo excessivo que inevitavelmente consagrei a este trabalho e pelos momentos de alegre descontração que me proporcionaram. À Adélia, por tudo quanto se possa estar grato à companheira de cinco décadas, matriarca da família, que reagiu com firme compreensão aos demasiados momentos de convivência que nos últimos quatro anos lhe roubei para me dedicar à investigação e redacção desta tese.

palavras-chave

Estudos culturais, sociologia da cultura, Estado Novo, censura, 25 de Abril de 1974, liberdade de expressão e informação, indústrias culturais, edição em Portugal, promoção do livro e da leitura, práticas de leitura, desenvolvimento sociocultural.

resumo

A década de 1970, ao abranger o período que medeia entre a fase final do antigo regime e a consolidação do regime democrático iniciado em 25 de Abril de 1974, foi rica em acontecimentos que marcaram a história de Portugal nos domínios político, cultural e socioeconómico.

Neste contexto de viragem e de vincadas rupturas, a presente tese debruça-se sobre o conjunto de políticas públicas, instituições, protagonistas e práticas que impulsionaram uma dinâmica de mudança na indústria do livro e analisa o respectivo contributo no domínio da evolução sociocultural da população portuguesa.

A estratégia teórico-metodológica utilizada articula conceitos portadores de sensibilidades interdisciplinares próprias dos estudos culturais, assente num modelo que orienta a investigação empírica no sentido de traçar o percurso do livro e do mundo da edição no contexto do período em observação. As dimensões de análise, definidas em função do âmbito e objectivo do estudo, são discutidas com base em métodos qualitativos, com recurso a fontes secundária/documental e análise primária/entrevistas, num modelo integrado de recolha e tratamento da informação compatível com os métodos de investigação social e que visa colmatar, com o testemunho de profissionais do livro, a escassez de fontes secundárias relativas à evolução histórica da edição em Portugal nos anos 70.

O presente trabalho procura apresentar, descrever e comentar: (i) o estágio de divulgação do livro face à conjuntura política, estratégia ideológica e constrangimentos censórios vigentes no Estado Novo; (ii) os desafios e o contributo da actividade editorial e livreira para as transformações ocorridas na transição da ditadura para a democracia; (iii) as repercussões da democracia na liberdade de expressão, transformações culturais e políticas públicas para a educação, o livro e a leitura; (iv) as transições no panorama da edição em liberdade democrática, com realce para criação de editoras, dinâmica dos profissionais do livro, inovação nos métodos de gestão editorial, nova geração de autores portugueses, novos temas e crescimento de leitores por alargamento a novos públicos; (v) os efeitos da democracia do livro na evolução de hábitos de compra e leitura de livros; (vi) a relação entre as transformações ocorridas na edição e comércio do livro durante a década de 70 do século XX e o comprovado progresso sociocultural da população portuguesa na sequência da instituição da democracia em 25 de Abril de 1974.

keywords

Cultural studies, cultural sociology, Estado Novo, censorship, 25 April 1974, freedom of expression and information, cultural industries, Portuguese book publishing, book and reading habits promotion, reading practices, sociocultural development.

abstract

By covering the period between the final phase of the Estado Novo regime and the consolidation of the democratic regime emerging from the revolution of April 25th, 1974, the decade of 1970 was rich in events marking the history of Portugal in the political, cultural and socioeconomic domains.

In this context of a regime shift and strong disruptions, the present thesis focuses on the whole of public policies, institutions, protagonists and practices that boosted a dynamics leading to profound changes in the book industry, and analyzes how these contributed to the sociocultural development of the Portuguese population.

The theoretical-methodological strategy used articulates concepts inherent to the interdisciplinary sensitivities associated with cultural studies, based on a model that directs the empirical investigation towards understanding the pathway of the book and the publishing world in the context of the observation period. The dimensions analyzed, defined in view of the study scope and purpose, are discussed on the basis of qualitative methods, using the analysis of secondary/documental sources and primary/interviews. The integrated model of collecting and analyzing information is in line with the working methods used for social research, taking advantage of the testimony of book professionals to compensate for the lack of secondary sources regarding the historical evolution of the Portuguese publishing industry in the 1970s.

This thesis seeks to present, describe and comment: (i) the stage of book dissemination given the political environment, ideological strategy and censorship constraints in force during Estado Novo; (ii) the challenges and the contributes of the publishing and bookselling activity for the changes occurring in the transition from dictatorship to democracy; (iii) the repercussions of democracy on freedom of expression, cultural changes, and public policies for education, the book and reading; (iv) the transitions of the publishing scenario in democratic freedom, with emphasis on the establishment of book publishers, the dynamics of book professionals, the innovation on methods for publishing management, the emergence of a new generation of Portuguese authors, the publishing of new literary subjects, and the increases in readership by reaching new audiences; (v) the effects of book democracy on the evolution of book-buying and reading habits; and (vi) the relation between the changes occurring in book publishing and selling during the 1970s, and the proven sociocultural progress of the Portuguese population following the democracy established on the 25th April 1974.

O livro em transição

Edição e comércio do livro em Portugal (1970-1980)

Introdução	1
1. Estado do conhecimento	5
1.1. Contextualização	6
1.2. Educação e ensino	8
1.3. Edição, livro e leitura	11
1.4. Panorâmica internacional da indústria do livro	17
2. Enquadramento teórico e metodológico	19
2.1. Objectivos	19
2.2. Enquadramento teórico	19
2.3. Modelo de análise	24
2.4. Métodos de recolha e tratamento da informação	26
Fontes secundárias (documentais).....	28
Fontes primária (entrevistas)	29
3. O livro no estertor do Estado Novo	31
3.1. Conjuntura política e sociocultural em Portugal	31
3.1.1. Contexto histórico	32
3.1.2. O sistema de ensino	34
3.1.3. Situação do livro e da leitura	37
3.1.3.1. Testemunhos sobre a edição e comércio livreiro no final do Estado Novo	44
3.1.4. Constrangimentos censórios	48
3.1.4.1. Testemunhos sobre a incidência da censura no sector do livro	53
3.2. Reestruturação da indústria do livro: o panorama internacional	58
3.3. Prenúncios de mudança na edição e comércio do livro em Portugal	61
3.3.1. Testemunhos sobre transformações na indústria do livro em Portugal ...	65
3.4. Estratégias utilizadas por editores e livreiros portugueses	68
3.4.1. Testemunhos sobre oportunidades e estratégias	72

4. O livro no dealbar da democracia	83
4.1. Liberdade de expressão e transformações culturais	83
4.1.1. Testemunhos sobre a abolição da censura	84
4.2. Políticas públicas para a educação o livro e a leitura	86
4.2.1. Sistema Educativo	87
4.2.1.1. Testemunhos sobre o sistema educativo e o combate ao analfabetismo	92
4.2.2. Promoção do livro e da leitura	94
4.2.2.1. Testemunhos sobre apoio à edição e à promoção de hábitos de leitura	97
4.3. Transições no panorama da edição	100
4.3.1. Movimento associativo: do GNEL à APEL	100
4.3.2. Mais editoras e inovação nos métodos de gestão editorial	103
4.3.2.1. Testemunhos sobre crescimento e modernização do mercado editorial	107
4.3.3. Nova geração de autores portugueses	110
4.3.3.1. Testemunhos sobre emergência de nova geração de autores portugueses	111
4.3.4. Novos temas	114
4.3.4.1. Testemunhos sobre quantidade, diversidade e pluralidade de temas	115
4.3.5. Novos públicos.....	118
4.4. Edição em sistema de clube do livro: o Círculo de Leitores	119
4.4.1. Modelo de negócio inovador	120
4.4.1.1. Testemunhos sobre relação com o sector editorial e livreiro tradicional	122
4.4.2. Influência no mercado do livro e repercussões socioculturais	125
4.4.2.1. Testemunhos sobre o impacto no mercado do livro e repercussões socioculturais	131

5. O livro em democracia e o desenvolvimento sociocultural	137
5.1. Hábitos de compra e leitura de livros	137
5.1.1. Os jovens e a leitura de livros.....	138
5.1.2. Hábitos de Leitura: Um inquérito à população portuguesa	139
5.1.3. Testemunhos sobre a evolução nos hábitos de compra e leitura de livros .	141
5.2. Práticas de leitura	144
5.2.1. Diagnóstico da Comissão do Livro 1986	145
5.2.2. Inquérito sociológico aos hábitos de leitura	147
5.2.3. Testemunhos sobre as práticas de leitura dos portugueses	150
5.3. Evolução do sector do livro	153
5.3.1. Inquérito ao sector do livro	153
5.3.2. Estudo de hábitos de leitura e compra de livros	154
5.3.3. Testemunhos sobre a evolução do sector do livro	155
5.4. Palavra escrita, livro e leitura na génese do desenvolvimento sociocultural.....	160
5.4.1. Testemunhos sobre repercussões socioculturais da democracia do livro ..	162
5.5. Indicadores do desenvolvimento sociocultural em Portugal	166
5.5.1. 30 anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico	166
5.5.2. Human development: Report 2005	170
5.5.3. Outros relatórios e algumas reflexões	171
Conclusão	173
Bibliografia	181
Legislação	192
Webgrafia	195
Artigos de imprensa	197
Anexos	199
1. Guião para entrevistas	199
2. Perfis pessoais e profissionais dos entrevistados	201
3. Índice de figuras	212
4. Índice de quadros	212
5. Índice de gráficos	212

Introdução

Neste estudo propomo-nos evidenciar, de forma abrangente e sistematizada, as transformações que ocorreram na actividade editorial e livreira em Portugal durante a década de 70 do século XX, na conjuntura que precedeu a implantação da democracia em 25 de Abril de 1974 e na que lhe sucedeu, e concluir sobre o respectivo contributo sociocultural no contexto português; uma década única, de grande significado na história do país, fruto das transformações radicais ocorridas no âmbito político, socioeconómico e, muito significativamente, na instituição da liberdade de pensamento e de expressão. Trata-se de um trabalho original, porquanto não existe qualquer outro dedicado especificamente a esta temática, sendo que os vários estudos realizados e publicados sobre edição e comércio do livro em Portugal tendem, como se verá, a diluir-se por períodos temporais mais alargados ou privilegiam outras componentes da indústria do livro e da sua relação com a política cultural.

A motivação para levar a cabo esta investigação enquadra-se na vontade de conjugar a experiência profissional adquirida com uma postura pessoal de responsabilidade cívica assumida como indispensável à preservação e fomento da democracia cultural, entendida e sustentada no que João Teixeira Lopes define como «dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de repertórios e de campos de possíveis, condição *sine qua non* para a expressão e escolha livres» (2009: 9). A este respeito, leia-se ainda Chris Barker e Emma Jane:

Cultural studies writers have consistently identified the examination of culture, power and politics as central to the domain. Indeed, cultural studies can be understood as a body of theory generated by thinkers who regard the production of theoretical knowledge as a political practice. [...] This followed the model of the ‘organic’ intellectuals, who were said to be thinking and organizing elements of the counter-hegemonic class and its allies. However, there is little evidence to suggest that cultural studies writers have ever been ‘organically’ connected with political movements in any significant way (Barker e Jane, 2016: 32).

É comumente conhecida e aceite a relação entre o grau de conhecimento (medido pelo grau de qualificação escolar) e o desenvolvimento sociocultural e económico dos povos. É também consensual que as competências, primeiro, e as práticas de leitura, em particular de livros, depois, são essenciais para a evolução intelectual do ser humano. Por parte das instituições públicas nacionais e internacionais que tutelam a área da cultura

existe igualmente, embora com níveis de empenhamento que variam entre países, um envolvimento no acompanhamento e apoio à criação literária, à divulgação do livro e à promoção da leitura. Não será por mera casualidade que o livro é líder mundial, do ponto de vista económico, das indústrias de entretenimento (Wischenbart, 2013:5). No domínio do que se vem designando por indústrias culturais e criativas, a edição e o comércio do livro estão no epicentro da interdisciplinaridade, multiculturalidade, políticas públicas e acção cívica, que alicerçam as representações culturais, as construções identitárias e o estádio de evolução socioeconómica das comunidades, conforme o estudo preparado para a Comissão Europeia pela KEA European Affairs (AAVV, 2006: 2) e o Manifesto, subscrito em conjunto pelo European Writers' Council (EWC), a Federation of European Publishers (FEP) e a European Booksellers Federationa (EBF), no contexto das eleições europeias de 2014 (AAVV, 2014: 1).

O *modus operandi* e o impacto da actividade desempenhada por editores e livreiros em Portugal na década de 1970, num contexto de mudança de paradigma da indústria do livro a nível internacional e de transição política e cultural no nosso país, justifica a metodologia qualitativa adoptada neste estudo. Aprofundar uma tão importante realidade no âmbito de uma investigação para doutoramento em conformidade com os princípios orientadores dos Estudos Culturais (Baptista, 2009) teve como objectivo, por um lado, contribuir para um melhor enquadramento da edição e comércio livreiro no panorama cultural português nas vésperas da revolução de Abril e nos anos subsequentes à instauração da democracia, e, por outro, concluir sobre os múltiplos desafios e impulsos que se colocaram a editores e livreiros com a mudança de regime.

Para o desenho deste estudo contribuiu o meu interesse pessoal de reflexão sobre estes tempos de viragem e de preservação da sua memória, na sequência de obras antes publicadas (Beja, 2011; 2012). Para este interesse e empenho contribuíram três décadas de exercício profissional no sector da edição e comércio do livro, com início em 1971 assim como o envolvimento nos correspondentes domínios associativo e académico.

Revelou-se igualmente muito útil, no quadro da investigação para o presente estudo, o contacto próximo com editores, livreiros e demais protagonistas do sector do livro, o que facilitou a recolha de testemunhos de grande relevância para obter informação inédita.

A presente tese obedece à seguinte estrutura.

No capítulo 1 é apresentado o estado do conhecimento, mencionando e documentando o que de mais relevante se publicou no domínio da edição e comércio do livro em Portugal no que se refere ao período central desta tese, a década de 70 do século XX, ou em domínios próximos e inter-relacionados. Trata-se do enquadramento da investigação apresentada na presente tese, relativamente ao que de mais importante se conhece quanto a uma actividade de elevado impacto sociocultural, no contexto de uma época de grande turbulência política, inquietações sociais e transformações culturais.

O capítulo 2 trata do enquadramento teórico e metodológico. Tem-se como objectivo analisar, com base em modelos de abordagem polissistémica propostos pelos Estudos Culturais (Baptista, 2009: 455-456) e com suporte em pesquisa documental e entrevistas a protagonistas da edição e comercialização, o conjunto de acções, personalidades e instituições que, num contexto de vincadas rupturas, como é o período em estudo, marcaram as transições ocorridas no sector do livro. No modelo de análise, é estruturante a investigação sobre o livro em Portugal, em duas conjunturas – antes e depois de 25 de Abril de 1974. A recolha e tratamento da informação adoptados assentam em métodos de investigação social (Bryman, 2008: 4-5), contemplando a utilização simultânea e integrada de fontes primárias e fontes secundárias; sendo que a utilização simultânea se justifica pela mais-valia que constitui o testemunho inédito obtido nas entrevistas concedidas por protagonistas que nesse período desempenharam actividade relevante no sector do livro.

Os capítulos 3 e 4 são dedicados à apresentação dos aspectos gerais e específicos que caracterizaram a actividade editorial e livreira em Portugal nos anos 70, respectivamente no período final do antigo regime e nos anos que se sucederam ao 25 de Abril de 1974, capítulos para os quais muito contribuem as entrevistas realizadas. Relativamente ao período que antecedeu a implantação da democracia, percorrem-se as transformações ocorridas no âmbito nacional da indústria do livro face à respectiva conjuntura política e sociocultural e ao contexto internacional, analisam-se os impactos percebidos por editores e livreiros, descrevem-se as estratégias por eles adoptadas perante os constrangimentos censórios vigentes e evidenciam-se os seus posicionamentos face ao estádio em que então se situava a divulgação do livro em Portugal. No que respeita ao período pós-25 de Abril, analisam-se as repercussões culturais decorrentes da abertura à

liberdade de expressão, identificam-se as políticas públicas adoptadas nos domínios da educação e da promoção do livro e da leitura, abordam-se as transições ocorridas no panorama da edição, especificam-se as dinâmicas relativas a novos autores, novos temas e novos públicos leitores surgidos com a democracia e caracterizam-se modelos de negócio que emergiram nas áreas da edição e comércio do livro com destaque para o sistema de clube do livro.

No capítulo 5, apresentam-se e discutem-se, em consonância com o proposto nos objectivos gerais do estudo, os efeitos das transformações ocorridas na edição e comércio do livro durante o período em análise, tanto no domínio de hábitos de compra e leitura de livros como no que concerne a práticas de leitura. Por fim, evidenciam-se algumas repercussões socioculturais que se fizeram sentir com base em indicadores de desenvolvimento humano, social, cultural e económico da população portuguesa, nomeadamente por comparação entre o nível existente em Abril de 1974, e o caminho percorrido depois de instituída a democracia política.

Conclui-se com a síntese dos resultados mais relevantes e, após a bibliografia incluem-se os anexos relativos a guião para entrevistas, fontes orais – entrevistas concedidas ao autor, índice de figuras, índice de quadros e índice de gráficos.

Em síntese, releva o sentimento de o estudo desenvolvido corresponder ao essencial dos objectivos e expectativas, académicos e pessoais, que estiveram na génese desta investigação. Um estudo que exigiu envolvimento superior ao previsto no que respeita a pesquisa, recolha e tratamento de dados secundários, e relativamente ao qual importa registar a cooperação activa, entusiasmada e frutífera dos profissionais do livro entrevistados e cujo testemunho permite consolidar e alargar a informação antes disponível. Tudo proporcionando atestar o contributo das transições ocorridas no âmbito da indústria cultural do livro, no período centrado na década de 70 do século XX, para o subsequente desenvolvimento sociocultural do país e da população portuguesa.

1. Estado do conhecimento

A década de 70 do século XX consubstanciou, em Portugal, um período extremamente rico em acontecimentos de grande impacto político, económico, social e cultural que concorreram de forma determinante para uma profunda transformação do país.

Neste período histórico em que se consumou a queda da ditadura e a passagem para a democracia, o sector do livro (aqui considerado nas vertentes da edição e da comercialização) não passou alheio às transições ocorridas, tanto no acolhimento como na dinamização de novas realidades. No entanto, são raros os protagonistas da edição e comércio livreiro que se envolveram na publicação de escritos sobre matérias relacionadas com a sua actividade, nomeadamente no que se refere ao período em questão. Daí que o acervo de conhecimento e informação divulgado por estes profissionais do livro se encontre disperso por documentação vária com predominância para entrevistas concedidas, artigos publicados pelos meios de comunicação, informação constante em sítios da Internet, ou brochuras comemorativas de efemérides. São documentos de diversa natureza que incluem: entrevistas com os editores Fernando Guedes (Costa, 2012) e Carlos da Veiga Ferreira (Costa, 2013); brochura em homenagem ao editor António Carlos Manso Pinheiro (Pinheiro, 2007); publicações comemorativas de efemérides relativas aos 40 anos da Editorial Verbo (Verbo, 1998) e aos 50 anos da Editorial Presença (Presença, 2010); livros de crónica sobre a Bertrand Editora (Saraiva, 1979), a Parceria António Maria Pereira (Pereira, 1998), a editora Livraria Moraes (Tamen, 2006), a fundadora das Publicações D. Quixote, Snu Abecassis (Pinto, 2011), a editora & etc (Domingos, 2013); e estudos de caso sobre a Afrodite (Marques, 2015) e a Romano Torres (Melo, 2015).

Interessa, pois, aprofundar e evidenciar o estado do conhecimento relativamente aos impactos e mudanças ocorridos na edição e comércio do livro, tanto nos aspectos integrados no âmbito de actuação de editores e livreiros como naqueles outros que interagiram com o sector do livro no período que precedeu e sucedeu à revolução de 25 de Abril de 1974; contextualizando as transições ocorridas e tendo em consideração que, embora o objecto de estudo se centre na década de 1970, estamos perante um processo relativamente ao qual importa conhecer as raízes históricas que lhe estão subjacentes e os efeitos socioculturais que *a posteriori* produziu. Passo assim a apresentar, sucintamente, a bibliografia no domínio do livro, da leitura, ou de áreas conexas que reputo de especial relevância no âmbito da presente investigação. Tratando-se de um domínio em que a

informação disponível é, como referi acima, bastante fragmentada, utilizo uma estrutura expositiva de cunho temático e tendencialmente diacrónico, que enquadra a apreciação abrangente de bibliografia cujo conteúdo contempla planos de transversalidade diferenciada e se situa em períodos anteriores e posteriores ao derrube do Estado Novo

1.1. Contextualização

A compreensão do contexto histórico e sociopolítico que marcou as profundas transformações ocorridas em Portugal na década de 1970, constitui importante elemento para a compreensão do objeto de estudo da presente investigação. Impõe-se caracterizar os antecedentes de uma tão relevante viragem na nossa história comum, a transição de um regime ditatorial vigente durante quase meio século para uma democracia que iniciou os primeiros passos em 25 de Abril de 1974.

Em «O Estado Novo (1926-1974)» (Rosas 1994), o autor estuda o antigo regime em três fases, correspondentes a planos histórica e cronologicamente diferenciados: i) – Portugal, um mundo de coisas pequenas: a sociedade e a economia dos anos 30; ii) – Saber durar (1926-1949); e iii) – Portugal depois da guerra: Estado velho mundo novo (1950-1974). Na última parte, o historiador aborda as questões fulcrais, endógenas e exógenas ao regime e ao país, que levaram à desagregação final da ditadura e à instituição da liberdade democrática. O autor situa o desmoronamento do Estado Novo no início dos anos 1970 (Rosas, 1994: 554), momento em que Marcelo Caetano e os seus apoiantes perdem o controlo da situação político-militar, face à condenação da política colonial portuguesa pela comunidade internacional a que se associou a radicalização da oposição interna, o incremento da contestação por parte de católicos progressistas e movimentos estudantis, e as divisões entre os apoiantes do regime. Como causa próxima do fim do regime de Salazar e Caetano surge a revolta dos militares, cansados de uma guerra colonial que se prolongava com perdas acentuadas e sem fim à vista face à negação de uma solução política.¹

A liberdade instituída em 25 de Abril de 1974 e as transformações aportadas pela democracia, abriram caminho a uma nova era pautada pela liberdade de expressão, evolução cultural e mudança das mentalidades.

¹ O contexto histórico e sociopolítico aqui referido é bastante ilustrado e cronologicamente sintetizado em Vieira (2000; 2000a).

«A evolução da sociedade portuguesa», estudo qualitativa e quantitativamente abrangente que José Medeiros Ferreira (1993) publicou no VIII volume – *Portugal em Transe* –, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, inicia-se expondo: «Foi na modificação das relações e dos valores sociais que a revolução se apresentou mais portentosa. Induzida pela alteração dos valores sociais, a economia foi, durante largos anos, conduzida para direcções variadas e intermitentes» (Ferreira, 1993: 139). O autor regista a importância da aprovação da Constituição de 1976² e das subsequentes revisões, como também do processo de adesão³ à então denominada C.E.E., e refere, desde logo, que as transformações duradouras e profundas, com reflexos visíveis na vida quotidiana dos portugueses, se verificaram nas relações sociais, nos valores e nas mentalidades. Prossegue com a análise detalhada e quantitativamente ilustrada da evolução económico-social entre 25 de Abril de 1974 e a integração na CEE, compreendendo políticas económicas conjunturais, políticas económicas permanentes, principais questões sociais e económicas e tendências de fundo da população, da economia e da sociedade. Dedicar a última parte à evolução cultural e das mentalidades, sinalizando a alteração nos espaços de sociabilidade e a mudança de valores morais e estéticos: «Afirmaram-se profissões novas, introduziram-se no país novas correntes filosóficas sem constrangimentos, acentuou-se e difundiu-se o gosto pela cultura anglo-saxónica, quer na música e no cinema, quer na leitura de revistas e livros» (Ferreira, 1993: 166). Escreve depois sobre o gosto pela política e sobre as temáticas da sexualidade, do feminismo, da igualdade de oportunidades, do abrandamento da taxa de casamentos, do aumento de divórcios⁴, do aborto ou do planeamento familiar, que deixaram de ser tabus e alteraram comportamentos sociais. A liberdade de expressão, o combate ao analfabetismo, os novos hábitos de consumo, o nível de consumismo das famílias – automóveis, vídeos, televisores e restantes electrodomésticos –, a massificação dos costumes, os novos espaços de convivência, a liberdade de imprensa, as alterações na televisão, a formação de uma opinião pública mais crítica, tudo fervilha num Portugal mais aberto e mais moderno. Também no domínio da cultura, é referida a evolução do gosto na arquitectura, nas artes, em obras inovadoras na

² Presidência da República, Aprovação da Constituição de 10 de Abril pela Assembleia da República reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976.

³ Formulado em Março de 1977.

⁴ Pelo Decreto-Lei n.º 261/75, de 27 de Maio, passou a ser permitido o divórcio a quem se tivesse casado pela Igreja.

literatura, no cinema, no teatro, no bailado ou na música, embora existam diferenças no modo como as diferentes classes sociais se relacionam com a cultura.

Em «Os meios de comunicação social: O universo dos media entre 1974 e 1986» (Mesquita, 1994), o autor sintetiza a evolução dos *media* em Portugal nos oito anos subsequentes ao 25 de Abril, centrando-se nos meios de comunicação com carácter periódico que recorrem a jornalistas e privilegiam a difusão de notícias. Mário Mesquita relata circunstanciadamente as múltiplas lutas vividas no conturbado período 1974-1975, em que as várias tendências ideológicas procuraram dominar os meios de informação, para constatar que o fim da censura determinou a transformação radical do sistema de comunicação social (o aumento da audiência é um dos principais fenómenos a assinalar no pós-25 de Abril) e que, durante o PREC, a população portuguesa com possibilidade de acesso aos órgãos de informação procurou neles pontos de referência e rumos de orientação. Prossegue com a inventariação das transformações legislativas, estruturais e orgânicas ocorridas no domínio dos meios de comunicação até ao final primeira metade da década de 1980, relacionando-as com a evolução política nacional e internacional.

1.2. Educação e ensino

Educação e políticas de ensino assumem grande relevância para uma análise fundamentada do estágio da edição e comércio do livro na década de 1970 em Portugal, razão essencial para a consulta de estudos que divulgam e analisam informação importante e abrangente neste domínio.

Em *História do Ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até ao regime de Salazar-Caetano*, Rómulo de Carvalho (Carvalho, 2011) expõe, no capítulo XIX, a política de ensino nos anos da ditadura e disponibiliza informação importante para o enquadramento da presente investigação, especialmente a partir da década de 1950.⁵ Como refere o autor: «Com o ministro Pires de Lima procura-se dar novo impulso no sentido da extinção do analfabetismo em Portugal, promulgando-se, em 27 de Outubro de 1952, um Plano de Educação Popular.» (Carvalho, 2011: 784-785). Rómulo de Carvalho aborda, seguidamente, o consulado do ministro Francisco Leite Pinto⁶ caracterizado pela aposta na formação de mão-de-obra de diferentes especialidades técnicas para suprir insuficiências que a evolução industrial deixava a claro e que passou também pelo

⁵ Temática contemplada em sinopse da Evolução dos Sistema Educativo Português (OEI, 2003: 21-22).

⁶ Ministro da Educação entre 7 de Julho de 1955 e 4 de Maio de 1961.

estabelecimento de acordo⁷ com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) para o estudo de esquemas de correlação entre o Ensino e a Economia. O autor prossegue com as políticas e práticas de períodos posteriores, destacando o mandato de Inocêncio Galvão Teles⁸, com a conclusão e publicação da “Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)”, a instituição do Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual (posterior Instituto dos Meios Audiovisuais de Ensino [IMAVE]⁹) e o aumento da escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos em 1964, a constituição do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (GEPAE) em 1965, a reforma da Mocidade Portuguesa em 1966 e a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário que fundiu o 1º Ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico em 1967. É também realçado o estudo “Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa”¹⁰ que inventariava o estado dos vários aspectos relacionados com o ensino e as necessidades para se alcançar os níveis europeus em 1975, sendo que «os números [...] apresentavam-se aterradores» (Carvalho, 2011: 806). Em 15 de Janeiro de 1970, Marcelo Caetano nomeou um novo ministro da Educação, José Veiga Simão. É sobre a reforma Veiga Simão do ensino em Portugal que nos falam as últimas páginas desta obra. Uma reforma profunda, assente em dois documentos – “Projecto do Sistema Escolar” e “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior” – que em 16 de Janeiro de 1971 o ministro apresentou para discussão pública. Articulada com a reestruturação global do Ministério da Educação Nacional constante de lei orgânica publicada em Setembro de 1971¹¹, a lei que aprovou as bases orientadoras da reforma do sistema educativo foi publicada em Julho de 1973¹², após forte contestação e pressões exercidas pelos sectores mais conservadores do país e apenas nove meses antes do fim do Estado Novo. As principais inovações passavam pela institucionalização da educação pré-escolar, extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos, polivalência e acréscimo de um ano na duração do ensino secundário, expansão e diversificação do ensino superior, criação de cursos de pós-graduação,

⁷ O Projecto Regional do Mediterrâneo que estendeu a assistência dos especialistas da OCDE a outros países, mediterrânicos com problemas idênticos aos que Portugal enfrentava: Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia.

⁸ Ministro da Educação entre 4 de Dezembro de 1962 e 19 de Agosto de 1968.

⁹ A Telescola, parte integrante do IMAVE, tinha por objectivo a realização de cursos através da radiodifusão e da televisão escolares.

¹⁰ Este estudo actualizava os dados constantes da *Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)* (Martins, 1963) acrescentando o período 1959-1964 e previa as necessidades para 1975.

¹¹ Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro.

¹² Lei n.º 5/73, de 25 de julho.

reenquadramento da formação profissional, estruturação da educação permanente e consagração do princípio da democratização do ensino.

A colecção de estudos *Temas de educação: Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)*, de José Salvado Sampaio (2006) compila, por ordem cronológica da sua primeira publicação, alguns dos muitos estudos desenvolvidos pelo autor. Organizada em três partes – “Da Educação”, relativa à política educativa nacional e internacional; “Avaliação Escolar”, incidindo na questão dos exames; e “Professores”, relativa ao estatuto profissional dos professores – a obra integra, a título de introdução, contextualização e homenagem ao autor, um estudo de António Teodoro sobre a expansão escolar no Portugal do pós-guerra (Teodoro, 2006). Os textos subscritos por José Salvado Sampaio, compilados nesta obra, inserem-se no conjunto de estudos e artigos de opinião sobre questões da educação e ensino publicados em jornais diários e revistas culturais por profissionais e estudiosos que, embora condicionados pela censura prévia instituída pelo Estado Novo, pretendiam dar a conhecer a realidade educativa do nosso país na década de 1960, divulgar as práticas seguidas e os resultados obtidos nos sistemas educativos de outros países, e sugerir soluções que contribuíssem para a democratização do ensino em Portugal.

O sistema educativo passou, no período subsequente à revolução dos cravos, por diversas fases – efeitos da reforma Veiga Simão, mobilização popular durante o PREC¹³ e reorientação para um plano conducente à Lei de Bases do Sistema Educativo aprovado já em 1986¹⁴ - que importa considerar pelos efeitos ao nível da edição e comércio livreiro.

Neste âmbito, *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980, Uma Década de Transição*, da autoria de Stephen R. Stoer (1986), que tem como objecto de análise o processo de mobilização educacional e cultural que forneceu o contexto e tornou possível uma mudança educativa em Portugal durante a década de 70, destaca-se entre as publicações na área da Educação e da Sociologia da Educação, relativas à realidade portuguesa. Depois de enquadrar a evolução do sistema de ensino ao longo do Estado Novo, o autor define, estuda e caracteriza três períodos diferenciados que marcaram os anos 1970: i) – 1970-1974, no qual se fazem sentir as implicações directas e indirectas da Reforma Veiga Simão (Stoer, 1983); ii) – 1974-1976, período em que pontificam as acções de mobilização popular, a introdução de gestão democrática nas escolas, as actividades de

¹³ PREC- Processo Revolucionário em Curso.

¹⁴ Lei 46/86, de 14 de Outubro.

alfabetização dinamizadas pelos estudantes e institucionalmente contempladas no Plano Nacional de Alfabetização desenhado pelo V Governo Provisório, bem como as Campanhas de Dinamização Cultural levadas a cabo pelo MFA; e iii) – 1976-1980, no qual se iniciou a reorientação e regularização da escola, após o período revolucionário¹⁵.

1.3. Edição, livro e leitura

No que se refere às políticas públicas para a promoção do livro e da leitura nos tempos da transição democrática ocorrida em Portugal, revelou-se de grande utilidade a consulta dos estudos que seguidamente apresento.

As Políticas Culturais em Portugal, estudo encomendado pelo Ministério da Cultura ao Observatório das Actividades Culturais (OAC) elaborado sob coordenação de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998), contempla uma síntese de orientações e instrumentos que abrangem a década de 1970, como igualmente de períodos anteriores e posteriores com a mesma relacionáveis, tudo contribuindo para a análise compreensiva da evolução das políticas culturais no dealbar da democracia, também no que se refere ao livro e à leitura. Num relato expressivo, são identificados os princípios orientadores da matriz cultural antidemocrática e os mecanismos que asseguravam o cariz propagandístico da acção cultural estruturada pelo antigo regime, nomeadamente a acentuação na continuidade em detrimento da renovação que caracterizou o ocaso da ditadura de Salazar e Caetano. São igualmente relatadas as mudanças no sistema cultural decorrentes da instauração da democracia, iniciadas de imediato com as medidas contempladas no Programa das Forças Armadas datado de 14 de Maio de 1974¹⁶, prosseguidas com inconsistência conturbada durante o período de transição pós-25 de Abril e robustecidas com as medidas tomadas pelo I Governo Constitucional (1976-1978), que veio explicitar as tarefas do Governo na área da cultura. O V Governo Constitucional (1979-1980) acentua no seu Programa as orientações seguidas pelos Governos anteriores numa perspectiva de convergência entre a política de desenvolvimento cultural, a política científica, a política educativa e a política de comunicação social, integrando-as como um

¹⁵ O relatório *Sistema Educativo de Portugal: 2013 / Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos* sintetiza, na rubrica 1974-2000 – O Ensino Democrático, as principais características que marcam o que designa como “ciclo revolucionário” (1974-1975) e o período que denomina como “fase de normalização democrática” (1976-1986) (OEI, 2013: 22-24)

¹⁶ Estas medidas incluem a abolição da Censura e Exame Prévio.

todo na própria orgânica governamental por via da criação do Ministério da Coordenação Cultural e da Cultura e Ciência. Ainda no que respeita ao V Governo:

De referir que, sendo a valorização do património cultural um objectivo comum aos sucessivos Governos, principalmente a partir do último Governo Provisório, neste Programa a noção de património surge pela primeira vez associada não apenas ao *património adquirido*, mas também às *expressões vivas da criação cultural de hoje* (Santos, 1998: 69).

A publicação *30 anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico* pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2004) enquadrada no conjunto de iniciativas que assinalaram o trigésimo aniversário do 25 de Abril, constitui-se como informação especialmente valiosa que selecciona, compila e analisa o conjunto de indicadores disponíveis e que melhor poderiam caracterizar a evolução da sociedade portuguesa durante o período em causa, nas suas múltiplas dimensões. Embora assumidamente condicionada pela dificuldade em identificar um conjunto para o qual fosse possível obter informação consistente desde 1974, trata-se de um documento elucidativo sobre a evolução sociocultural do país face às transições subsequentes à queda do Estado Novo.

A obra *Século XX: Panorama da Cultura portuguesa, 2 Artes(s) e Letras I* contempla um capítulo – “Uma ideia de literatura para um século de ficção” – no qual Nuno Júdice (2002) faz um diagnóstico sobre factos, autores e obras que, na sua perspectiva, deixaram marca na literatura portuguesa do século XX em Portugal, com ênfase na segunda metade do século e com os anos 70 como meta. O autor apresenta a sua visão pessoal, literária, mas também comparativa e de enquadramento sociopolítico, relativamente a autores, obras, estilos, escolas, correntes e temáticas marcantes, em cada década e na sua projecção no tempo. Conclui que a ficção portuguesa se alargou mais do que minguou ao longo do século, situando esse alargamento entre finais da década de 1920 e o início da década de 1970 e considerando que: «A sua origem veio do aparecimento de projectos colectivos, de que os mais significativos pela consistência e pela duração foram o presencismo e o neo-realismo.» (Júdice, 2002: 345). Refere ainda o aparecimento, a partir dos anos 1950, do romance de raiz existencialista ou filosófica e reafirma que, no domínio literário, se justificaria, formal embora não cronologicamente, situar o fim do século XX nos anos 1970 e iniciar um novo século já na década de 80. Estuda depois o período pós-

25 de Abril, analisando temas e escritores, de créditos já firmados ou de uma nova geração, que deixam registo das transformações sociais e mentais ocorridas em Portugal.

Numa perspectiva mais directamente ligada à edição, Nuno Medeiros em *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (2010) analisa, de um ponto de vista da sociologia do livro e da literatura, o trabalho desenvolvido pelos editores em Portugal no triénio 1940-1970. A obra «pretende contribuir para o entendimento do mundo editorial do livro em contexto político autoritário» (Medeiros, 2010: 34) e, pelo período que abrange, constitui-se elemento central para o conhecimento e compreensão do período final do Estado Novo. O livro está organizado em duas partes. Na primeira, “Do contexto ao processo: contingência ou autonomia”, são analisados os aspectos estruturantes da actividade editorial, na segunda, “A cronologia contra a cronologia: acontecimentos e actores”, aferem-se componentes como as instituições ou os mercados, bem como a observação social dos acontecimentos e dos intervenientes na edição. Neste estudo, o autor constata que durante o período do Estado Novo não existiu uma política pública para a promoção do livro e conclui que o campo editorial extravasa a esfera cultural, embora nela tenha raízes, fruto da rede de conflitos e posições em que assenta, e «emerge como domínio social próprio, edificando através da intervenção dos seus agentes uma das mediações mais significativas entre as várias instâncias de produção e apropriação das ideias e dos saberes» (Medeiros, 2010: 261).¹⁷

Em *Mercadores de letras: Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*, Pedro Leite (2009) toma como universo os profissionais envolvidos na produção e circulação do livro, considerando que a todos é comum a influência que por essa via exercem na sociedade em que estão inseridos porquanto:

Estes homens ou mulheres construíram projectos, realizaram sonhos, viveram emoções que não só se tornaram trajectórias de vida pessoais, como também fundamentalmente projectaram uma influência social sobre o tempo em que viveram e sobre os caminhos do futuro da sociedade em que se integravam. (Leite, 2009: 5-6).

Neste contexto, configurador da edição como exercício social que constitui para a história cultural a marca da memória de um tempo, o autor estuda constrangimentos,

¹⁷ Do mesmo autor, sobre a edição e os editores em Portugal ver Medeiros (2012) e sobre política do Estado Novo para o livro ver Medeiros (2015).

modos de actuação e influências da actividade editorial durante o regime do Estado Novo, sustentado nos casos de dois editores e respectivas casas editoriais – Manuel Rodrigues de Oliveira / Editora Cosmos e Francisco Lyon de Castro / Publicações Europa-América – com representatividade no universo da edição durante o período objecto da investigação. Prossegue caracterizando a divulgação cultural no período do Estado Novo. Utiliza uma metodologia que contempla entrevistas com actores no processo, análise de fontes impressas, verificação de catálogos editoriais, consulta de livros publicados e descrição de padrões de circulação e consumo do livro.

A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80, (Silva, 2013), constitui-se como estudo de referência no que respeita ao papel político, cultural e ideológico que editoras de livros de carácter político desempenharam em Portugal no processo de transformações ocorridas no período em questão. Estruturada em três partes – I. A edição política em Portugal nos anos 1960-70; II. As editoras de carácter político em Portugal: história e atuação; III. A edição política e seu papel nas lutas contra a ditadura – a investigação e análise são exaustivas no que se refere ao recenseamento de obras, verificação de títulos lançados, abrangência temática e autores, como também no que diz respeito à identificação das respectivas editoras e exame das suas vinculações partidárias, e ainda à identificação das pessoas e organizações responsáveis por essas editoras. A obra contempla, na I parte, pressupostos teóricos relativos ao papel do editor, à história do livro em Portugal, à definição do que é entendido como livro e à edição política, assim como uma apresentação sumária das editoras que publicaram livros políticos no período em observação. Na segunda parte é feito o historial sintético das editoras sinalizadas e na III parte, com base nas obras que denunciam crimes da ditadura em Portugal, é estudado o papel de editores e casas editoriais na oposição ao antigo regime e nos primeiros anos pós-25 de Abril. Nos apêndices 1 a 4, são listadas as editoras estudadas (100 de índole política e 37 não políticas), os livros de carácter político publicados em Portugal entre 1968 e 1980 pelas 137 empresas listadas (cerca de 4.600 títulos) e os livros políticos publicados por pelo menos outras 107 entidades que editaram menos de cinco livros de carácter político (cerca de 200 obras). Estes anexos têm em vista proporcionar análise mais detalhada da produção de cada editora, dos títulos publicados e da respectiva organização temática. Na metodologia utilizada na investigação é considerada uma componente de história oral consubstanciada através de entrevistas e uma outra de pesquisa documental.

Sobre a realidade da edição em Portugal após 1970, pude já desenvolver e publicar os resultados da investigação que realizei e da cronologia historiográfica que elaborei entre 2010 e 2012. Em *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*, (Beja, 2012), sistematizo sucintamente o panorama do livro e da edição em Portugal nas quatro décadas que vão do início de 1970 ao final de 2010, contemplando aspectos factuais suportados em conhecimento pessoalmente adquirido no exercício de actividade profissional no mundo do livro durante o referido período, bem como em investigação realizada para o efeito. Este trabalho teve como objectivo aprofundar os aspectos institucionais e operacionais que caracterizam a edição portuguesa dos anos 70 à viragem do milénio.

Outros estudos no âmbito académico, sobre editores e edição, estão igualmente disponíveis: um projecto do Mestrado em Estudos Editoriais na Universidade de Aveiro sobre a Civilização Editora (Cravo, 2009), bem como, no âmbito do mesmo mestrado, relatórios de estágios efectuados nas Edições Almedina (Portela, 2009) e nas Edições Afrontamento (Antunes, 2011), e ainda uma dissertação sobre a Livraria Sá da Costa (Oliveira, 2011); releva igualmente um livro produzido por estudantes de mestrado em Edição de Texto, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que versa a actividade das editoras Antígona, Matéria-Prima, Teodolito, Zéfiro e Planeta Tangerina (Duarte *et al.*, 2013).

Relativamente à edição em sistema de clube do livro, protagonizada em Portugal pelo Círculo de Leitores, que iniciou actividade no primeiro trimestre de 1971, mencionaria *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores* (Beja, 2011) sobre os primeiros trinta anos de actividade do clube do livro em Portugal (1971-2001), relatados em registo de testemunho e abordagem sociocultural tendo como norte e como bússola uma perspectiva tridimensional: Círculo de Leitores - actividade empresarial; o livro e os hábitos de leitura; eu e a minha geração, da ditadura à democracia.

No plano institucional e associativo da edição e comércio do livro, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias: Subsídios para a sua história*, da autoria de Fernando Guedes (Guedes, 2005), traça o historial dos profissionais do livro em Portugal e da sua organização colectiva, desde os primórdios em que esta actividade é referenciada no nosso país até ao final da década de 70 do século XX. O capítulo VII trata das causas próximas que irão projectar o associativismo editorial e

livreiro no dealbar do século XX e estuda toda a sua evolução desde a génese do que viria a ser o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL). Guedes prossegue com o relato analítico da actividade desenvolvida pelo GNEL, cuja constituição fora formalizada em 13 de Junho de 1939 e perduraria até à Revolução do 25 de Abril de 1974. Na parte final deste capítulo são referidos os aspectos de maior importância relativamente constituição da APEL no período que vai até ao final da década de 1970.

Também em «Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros», Nuno Medeiros (2008) estuda o posicionamento dos agentes do livro sob o ponto de vista do associativismo institucional protagonizado pelo GNEL, o qual, com raízes na criação em 1923 da subsecção de livreiros da Associação Comercial de Lisboa, enquadrava organizacionalmente a actividade editorial e livreira até à implementação da democracia em 25 de Abril de 1974. Trata-se de uma análise histórico-sociológica que tem em vista compreender a actuação dos profissionais do livro, e em especial dos editores, num quadro de sobreposição de poderes e influências políticas e sociais.

Igualmente de grande importância para uma compreensão de políticas de leitura no período considerado na presente tese é o estudo *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, de Daniel Melo (2004), uma obra que resulta de investigação centrada na problemática do desenvolvimento da leitura pública no Portugal novecentista, que tem como objectivo principal analisar a génese e consolidação das bibliotecas públicas no sentido moderno do termo e que aborda o processo conducente à implementação, pelo Estado, de uma rede de leitura pública a nível nacional. Trata-se de um estudo aprofundado, suportado em informação quantitativa e organizado em oito capítulos temáticos, sendo que os respectivos conteúdos são apresentados numa perspectiva abrangente e diacrónica, a qual, para além dos tempos de ocaso do Estado Novo, abarca toda a década de 1970 e também os períodos temporais que a precederam e lhe sucederam. Neste contexto, para além do caso das bibliotecas de leitura pública, tema central da obra, relevam os conteúdos analisados pelo autor no que se refere à alfabetização, a perfis de leitura e de leitores, e ao caso das bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG).

Conhecer os constrangimentos censórios associados à repressão policial e arbitrariedade judicial vigente no regime de Salazar e Caetano assume importância crucial no entendimento do processo criativo dos escritores e das estratégias usadas por editores e

livreiros no período em análise, questões de fundo que interessa reter no contexto desta investigação. Cândido de Azevedo¹⁸ destaca-se na pesquisa, estudo e divulgação escrita sobre a censura em Portugal.

Em *Mutiladas e Proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo* (Azevedo, 1977), o jornalista investiga e analisa a actuação censória do Estado Novo no âmbito da criação e divulgação de obras literárias, políticas ou filosóficas e, com suporte num vasto acervo de documentos, reflecte sobre as consequências da acção da Censura a nível das letras no que respeita à evolução cultural, política e social da população portuguesa.

Em *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano; imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro* (Azevedo, 1999), estuda o contexto ideológico e a diversidade de meios e formas opressivas e repressivas que a censura utilizou como instrumentos ao serviço dos objectivos estratégicos que o regime promovia através do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN/SNI), e apresenta o processo de intervenção da censura nos sectores da cultura e da informação – imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão e livro –, com detalhe de factos e inclusão de testemunhos e depoimentos de protagonistas marcantes nas respectivas áreas de actuação.

1.4. Panorâmica internacional da indústria do livro

Para compreensão e enquadramento da realidade da edição em Portugal nos anos 70, foi especialmente útil a leitura de duas obras de referência sobre a evolução e transformações ocorridas na edição e comércio do livro a nível internacional, tanto no que respeita à estrutura proprietária como a modelos de negócio, que passo a apresentar.

Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century (Thompson, 2011), constitui-se como obra de referência sobre a evolução e as grandes transformações ocorridas na indústria do livro, uma actividade com presença e influência na humanidade há mais de meio milénio. O autor tem como objectivo estudar sistematizadamente a indústria contemporânea de publicação de livros a fim de compreender o modelo e o sentido das transformações ocorridas. Num trabalho exaustivo de investigação, levado a cabo entre 2005 e 2009 e que inclui um intenso trabalho de campo, o autor estudou áreas de edição e canais de publicação, tendo estruturado o

¹⁸ Pseudónimo do jornalista Eugénio Maria da Cruz Azevedo lutador contra a ditadura na clandestinidade entre 1964 e 1968.

resultado da sua análise em dez capítulos. Para além de constatar que as grandes mudanças na indústria cultural do livro se iniciaram, nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, com a transformação nos canais de venda em resultado da redução de livreiros independentes e da entrada de grandes conglomerados comerciais no negócio do livro, o autor sublinha a subsequente concentração editorial, no início dos anos 1960, numa sequência de fusões e aquisições que levaram a uma completa alteração no panorama editorial.

Em *A Feeling for Books: The Book-of-the-Month Club, Literary Taste, and Middle-Class Desire*, Janice A. Radway (1997) apresenta o resultado da investigação que desenvolveu sobre o maior e mais popular clube do livro norte americano¹⁹. Focada na cultura não intelectualizada²⁰ e na literatura ligeira de qualidade, a autora investiga aprofundadamente os princípios e procedimentos que diferenciam este clube do livro dos concorrentes, ou seja: desenvolver negócio como mediador cultural focado em selecionar, aconselhar e fornecer obras apreciadas pela classe média, diferentemente do serviço de informação literária prestado por jornalistas e académicos privilegiado pelos seus competidores nos anos 1930 e 1940. Em três partes – I. In the service of the general reader; II. On the history of the middlebrow; III. Books for professionals – a autora traça a história do Book-of-the-Month Club, avaliando o seu posicionamento e a resposta que deu a novos desafios: «I argue that as a highly specific response to massive economic and social change, the club was intricately bound up with refashioning of forms of work in the United States and with the reorganization of class in a consumer society» (Radway, 1997, 15). Com base na análise feita aos títulos recomendados pelo clube do livro nos finais dos anos 1950 e princípios dos anos 1960, que lhe foram facultados pelo bibliotecário da Cresskill High School, a investigadora analisa a adequação destes livros às expectativas e constrangimentos próprios do público não intelectualizado.

Ao dar por concluída a presente sinopse, estou convicto de que é representativa do estado do conhecimento que se impõe relatar, o que não impede que, sempre que adequado, outros estudos sejam considerados e mencionados.

¹⁹ The Book of the Month Club foi fundado por Harry Scherman em 1926.

²⁰ Middlebrow culture.

2. Enquadramento teórico e metodológico

Conforme se descreve no presente capítulo, a investigação tem como grandes linhas orientadoras princípios teóricos e procedimentos metodológicos que relevam no âmbito duma tese elaborada no domínio dos Estudos Culturais e especialidade de Sociologia da Cultura.

2.1. Objectivos

Quais os contributos da edição e do comércio do livro ao longo da década de 70 do século XX – como se sabe rica de acontecimentos que marcaram indelevelmente a história de Portugal - para o desenvolvimento sociocultural do país, constitui o tema central e propósito maior desta investigação. Trata-se, pois, de um estudo relativo ao período crucial que medeia entre o estertor do regime estadonovista e o início da consolidação do regime democrático iniciado em Abril de 1974, desenvolvido no sentido de evidenciar as transformações ocorridas no domínio do livro, no contexto histórico e político de então, e os impactos no desenvolvimento do país. Um contexto de viragem, de vincadas rupturas, também numa perspectiva sociocultural, que marcou de forma profunda a evolução da edição e do comércio livreiro.

Do ponto de vista empírico, este estudo implicou investigar todo um conjunto de instituições, protagonistas e práticas que, num cenário de transição e de mudança política, impulsionaram a modernização e internacionalização da indústria cultural do livro em Portugal. Paralelamente, o trabalho efectuado significou, igualmente, investigar a evolução da cena editorial, como se adaptou e como contribuiu para as transformações numa sociedade desafiada a uma mudança célere, em tempos de transição da ditadura para a democracia. Desenvolveu-se, portanto, um trabalho abrangente, plurifacetado, extenso e intenso, de consulta de bibliografia e recurso a diversos métodos de recolha e tratamento da informação, conforme enquadramento teórico e modelo de análise a seguir enunciados.

2.2. Enquadramento teórico

Ao ser concretizado de acordo com os princípios e a metodologia que caracterizam os Estudos Culturais, por definição «geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações académicas com uma exigência de intervenção cívica, ou seja, articula inquietações simultaneamente teóricas e

preocupações concretas com a *polis*.» (Baptista, 2009: 453), esta investigação contempla o efeito decorrente da inter-relação *democracia política – níveis de educação e literacia – produção literária – pluralidade e diversidade editorial – divulgação do livro – hábitos e práticas de leitura – desenvolvimento sociocultural*. No quadro multidisciplinar da investigação cruzam-se as diversas áreas das humanidades e das ciências sociais e políticas, com realce para a história do livro, a economia do livro e a sociologia da cultura e, mais especificamente, do livro e da leitura. Centrado na problemática da produção e disseminação do livro, o estudo passa igualmente por aspectos específicos do desenvolvimento das competências da leitura e da escrita indispensáveis nas sociedades contemporâneas, seja na perspetiva da sociedade da informação como da sociedade do conhecimento (Ávila, 2008: 16-23).

O estudo tem por objeto a década de 1970. Isso significa desde logo, do ponto de vista dos métodos da recolha da informação, o recurso a fontes secundárias, documentais. Mas suscita igualmente a importância de ouvir protagonistas sobre esse período, o que se procurou fazer. Assim, do ponto de vista empírico, a pesquisa ancora-se também na recolha de informação primária e inédita, junto de personalidades do mundo do livro e que foram protagonistas activos durante a década de 70 do século XX, como igualmente nos tempos que precederam e sucederam o período central em análise. Realce-se que a valia dos contributos aduzidos pelos entrevistados releva na originalidade do estudo, também pela quantidade significativa de testemunhos, pela abrangência das dimensões abordadas e, muito especialmente, pelas diferentes perspetivas profissionais que aportam e pela diversidade nos tipos de actividade e de funções exercidas.

A confluência dos factores enunciados potencia perspectivas de análise e formulação de conclusões validadas por conceitos portadores de sensibilidades interdisciplinares que são próprios dos estudos culturais (Barker, 2016). Procura-se viabilizar a complementaridade entre o pragmatismo técnico e o olhar sociopolítico que contribuam para o conhecimento deste decisivo período de mudança na sociedade portuguesa do ponto de vista do livro.

Destacaria neste ponto alguns estudos nas áreas dos estudos culturais e nos domínios mais específicos da economia do livro e da sociologia da cultura, que se me afiguraram particularmente pertinentes de um ponto de vista teórico, para a realização do presente trabalho.

Começaria por referir *Studying Culture: An Introductory Reader*, de Ann Gray e Jim McGuigan, (1997) que, embora editado há já alguns anos, e se destine essencialmente a estudiosos que se estão a iniciar nesta matéria, é igualmente útil para leitores já familiarizados com a temática e que pretendam otimizar a respectiva estrutura de conceitos. Sem pretensão de fixar coordenadas num campo de estudo em permanente e rápido desenvolvimento, os autores percorrem a teoria e história dos estudos culturais e debatem questões ainda hoje pertinentes no quadro da investigação de temas de cultura. O conteúdo do livro revela-se particularmente útil no âmbito desta investigação porquanto, abrangendo perspectivas teóricas e ferramentas analíticas, a obra privilegia a exemplificação e visa a aproximação a públicos diversificados, em particular a leitores interessados em meios de comunicação visuais e literários.

Dentro da mesma linha, é de referir *Cultural Studies: theory and practice*, de Chris Barker e Emma A. Jane (2016), a 5ª edição do livro de referência publicado por Chris Barker no ano 2000, agora numa versão revista e actualizada face à evolução entretanto ocorrida no universo cultural e no pensamento do autor neste domínio. Sem descartar ou deslocar a compreensão do desenvolvimento histórico e os conceitos fundamentais dos estudos culturais, a obra inclui teorias mais recentes, alarga geografias, enfatiza o teórico relativamente ao trabalho empírico em contextos específicos, embora mantendo a articulação entre as duas componentes, incorpora teoria desenvolvida por pensadores tradicionalmente não identificados com os estudos culturais mas cujo trabalho enforma este campo de investigação²¹ e contempla os efeitos decorrentes da emergência da “revolução digital”. Aspectos diferenciados e inovadores que potenciam o alcance da presente tese.

Também *Research Methods for Cultural Studies*, de Michael Pickering (ed.) (2011)²² se constitui como contributo inovador, ao assumir uma reflexão sustentada, exemplificada e orientada sobre práticas específicas de investigação em estudos culturais, e apresentar métodos e discussões metodológicas que, proporcionando ferramentas úteis e linhas de actuação claras, viabilizem trabalho de investigação intrínseco aos estudos culturais. O livro segue uma perspectiva pluralista que advoga o uso de métodos mistos e

²¹ «However, though extremely influential, neither Michel Foucault, Jacques Derrida nor Roland Barthes would described themselves in this way [accept a description of their work as ‘cultural studies’] just as Anthony Giddens would not adopt this self-nomination today» (Barker & Jane, 2016: 4)

²² Contributos subscritos por: Martin Barker, Aeron Davis, David Deacon, Emily Keightley, Steph Lawler, Anneke Meyer, Virginia Nightingale, Michael Pickering e Sarah Pink.

assume uma perspectiva eclética no sentido de pesquisa por tópicos mais do que de confinar o trabalho a uma só vertente de investigação; e tem igualmente como propósito ajudar a definir características metodológicas e abordagens para investigação em estudos culturais que contribuam para, num conjunto harmonioso, dar um sentido claro de definição e direcção relativamente ao domínio específico ou interdisciplinar de investigação. Organizada em secções²³, a obra é especialmente relevante no contexto deste estudo, tanto pelos princípios teóricos que enuncia como pela importante relação com especificidades próprias da temática em investigação.

Mencionaria, de seguida, estudos mais práticos enformados pela teoria dos estudos culturais, que, pela temática e pelo travejamento teórico-metodológico, me proporcionaram orientação relevante para a investigação que me proponho desenvolver.

A primeira colectânea de estudos, *Políticas Públicas Culturais: Dinâmicas, Tensões e Paradoxos*, organizada por Maria Manuel Baptista (2014), inclui textos de comunicações ao “II Congresso Internacional em Estudos Culturais, sobre Políticas Públicas para a Cultura”, promovido em 2012 pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais (Universidade de Aveiro e Universidade do Minho). No congresso, tal como no volume de estudos, esteve presente a intenção de pôr em discussão as perspectivas e tensões que se colocam recorrentemente no que respeita a diversas teorias e práticas de políticas públicas culturais, e que perturbam a coerência com que são implementadas. É o caso das (ilusórias) dicotomias “cultura popular ou de massas”, “promoção da cultura pelo sector público ou de iniciativa privada”, “cultura como direito social ou relativa a escolhas individuais”, “cultura nacional ou internacionalização cultural”, “políticas culturais nacionais ou políticas culturais locais”, “cultura ao serviço das indústrias culturais ou cultura ao serviço do desenvolvimento social”. Estas questões, que se colocaram e continuam a colocar no plano da edição e do comércio do livro, abriram-me perspectivas de investigação e discussão no quadro da presente tese.

No domínio da economia do livro e da sociologia da cultura, salientaria *Socio-économie de la Culture: Livre, musique*, de Xavier Greffe, Sylvie Pflieger, e François Rouet (1990). Este volume acolhe os relatórios das jornadas de estudo organizadas pela

²³ As secções são: Lives and Lived Experience (Experience and the Social World; Stories and the Social World), Production and Consumption (Investigating Cultural Producers; Investigating Cultural Consumers), Quantity and Quality (Why Counting Counts; Why Observing Matters), Texts and Pictures (Analysing Visual Experience; Analysing Discourse) e Linking with the Past (Engaging with Memory; Engaging with History).

Association pour le Développement et la Diffusions de l'Économie de la Culture (ADDEC) e pelo Département des Études de la Culture et de la Prospective du Ministère de la Culture, realizadas em Paris em 28 de Janeiro de 1987²⁴ e 26 de Novembro de 1987²⁵. Tratando-se de actividades que sempre mereceram grande atenção por parte das ciências humanas e da sociedade, a realização das jornadas reflecte a constatação de um crescente olhar para as perspectivas de subvenção e eficácia das políticas culturais públicas sob o ponto de vista da formação da procura, da organização da oferta, do desenvolvimento de carreiras, do emprego e de outros domínios da economia. Os temas apresentados e os respectivos debates centram-se na compatibilização entre as tendências e a especificidade sociológica das actividades e a perspectiva económica que se aproxima duma análise microeconómica dos agentes e dos mercados que se devem abrir a uma economia industrial e de inovação. A abordagem destes temas, de entre os quais se salienta a evolução dos novos editores de 1973 a 1987 (Bouvaist, 1990: 7-32), apresenta-se particularmente inspiradora relativamente à análise, na presente investigação, de questões relacionadas com a socio-economia do livro.

Relativamente ao estudo das indústrias culturais, destaco *The Cultural Industries*, de David Hesmondhalgh (2013). Trata-se de uma obra cuja primeira edição data de 2002 e foi posteriormente revista em 2007, 2012 e 2013 (com reimpressão em 2015) tendo em vista otimizar a concepção original e proceder a actualizações decorrentes das vastas e profundas alterações verificadas durante o período entretanto transcorrido, nomeadamente em relação às numerosas alterações nas indústrias culturais desde que a primeira edição foi escrita em 2001-2002 (revisão de 2007)²⁶ e a alegadas transformações da produção cultural durante a segunda metade da primeira década do século XXI (revisão de 2012)²⁷. No seu

²⁴ *Le livre*: Compte rendu de la journée sur la socio-économie du livre (Greffé, Xavier ; Pflieger, Sylvie & Rouet, François, 1990 : 1-93).

²⁵ *La musique*: Compte rendu de la journée sur la socio-économie de la musique (Greffé, Xavier ; Pflieger, Sylvie & Rouet, François, 1990 : 95-177).

²⁶ “Since then, there have of course been numerous further changes in the cultural industries. New phrases representing new phenomena have appeared, including blogging, i-Pods, podcasting, the HBO model, social networking sites and digital rights management. Other processes, already under way when I was writing at the turn of the century, have intensified, with significant implications for our cultural lives, whether we are conscious of them or not” (Hesmondhalgh, 2015: XIX).

²⁷ “Such claims appeared to be based on a democratically-motivated critique of concentrations of power in the ‘old media’. Their proponents were rightly interested in the democratizing and emancipatory potential of You-Tube, blogging and Wikipedia. But they were curiously uncritical of what cultural production as a whole was going to look like in the supposed utopia that had either just arrived, or just over the horizon. There was little sense even in the more sophisticated versions of digital optimism of the profound economic and social contradictions that triggered the global recession that began in 2008, and a global tide of protest in 2010-11. I’m not pessimistic, and this book does not aim to show that everything you thought was good is in

todo, a obra estuda o conceito, a importância e a evolução das indústrias culturais, usando uma estratégia expositiva clara, sistematizada, abrangente e consistente. Num domínio politicamente controverso, socialmente complexo e economicamente sensível, o autor organiza a obra em: “Analytical Frameworks”²⁸, “Policy Change”²⁹ e “Change and Continuity in the Cultural Industries, 1980 to 2012”³⁰. Na Introdução, assume e esclarece a importância das indústrias culturais em três planos fundamentais: “The culture industries make and circulate texts”; “The culture industries manage creativity”; “The cultural industries are agents of economic, social and cultural change”. Sendo certo que a relevância da obra assenta no contributo do seu todo para consolidar e ampliar conceitos e conhecimentos adquiridos em quatro décadas de exercício profissional na indústria cultural do livro, é a sua primeira parte, enquadramento analítico, e em especial a abordagem feita no segundo capítulo às características fundamentais das indústrias culturais durante o século XX, que mais aproveita no contexto da presente investigação. Conforme escreve o autor:

The aim is actually to provide a historical outline of what industrialised cultural production looked like up to 1970s, *before* changes discussed in this book began to take place. This historical outline allows us to ask two types of questions about change and continuity and these are then laid out in the rest of the chapter (Hesmondhalgh, 2015: 12).

2.3. Modelo de análise

Tendo em conta os principais objectivos deste estudo, o trabalho realizado passou pela definição de um modelo de análise que permitisse orientar a investigação, por forma a traçar o percurso do livro e do mundo da edição no contexto de Portugal nos anos 70 (figura 1). A investigação d’ “O livro no estertor do Estado Novo” e d’ “O livro no dealbar

fact bad. It simply aims to provide a balanced historical account of how cultural production has changed, and why. It points to the continuing existence of cultural artefacts that are challenging, enlightening, enthralling and so on, and ways in which the internet may have made our cultural lives rich. But it also makes clear that concentrations of power in cultural production have not gone away. They may just be appearing in new guises. What looks like a challenge to the established order might be based on new orthodoxies” (Hesmondhalgh, 2015: XVII).

²⁸ 1. Theories of Culture, Theories of Cultural Production; 2. Cultural Industries in the Twentieth Century: The Key Features; 3. Why the Culture Industries Began to Change in the 1980s.

²⁹ 4. Marketisation in Telecommunications and Broadcasting; 5. Further Changes in Policy: Copyright and the Cult of Creativity.

³⁰ 6. Ownership, Structure and Size; 7. Creativity and Commerce, Organisation and Labour; 8. Internationalisation; 9. Neither Globalisation Nor Cultural Imperialism; 10. Digitalisation and the Internet; 11. The Impact of the Internet and Digitalisation on Existing Cultural Industries; 12. Texts: Diversity, Quality and Social Justice.

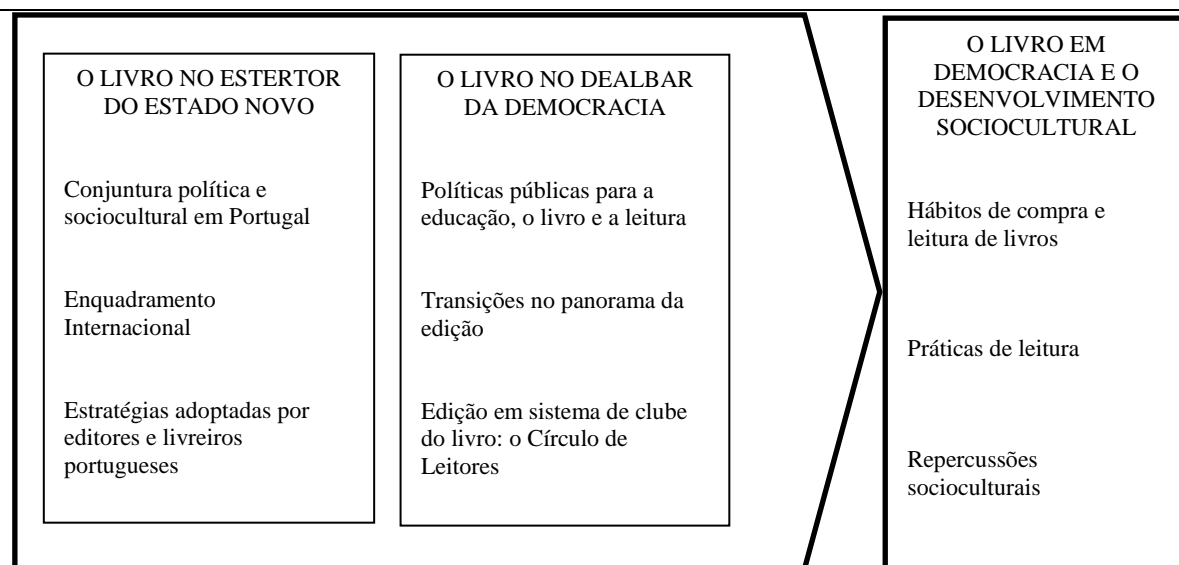
da democracia”, são os dois grandes planos que permitem contextualizar e fundamentar as considerações e conclusões relativas a “O livro em democracia e o desenvolvimento sociocultural”. No seu todo, constituem os três planos em que, na perspectiva do livro, se enquadram as várias subdimensões do modelo de análise.

No primeiro plano do modelo, “O livro no estertor do Estado Novo”, analisa-se: i) – a conjuntura política e sociocultural em Portugal, com ênfase nas componentes que, tendo caracterizado o período final do antigo regime, também influenciaram o exercício da actividade editorial e livreira no nosso país; ii) – a reestruturação da indústria do livro a nível internacional, ocorrida a partir dos anos 1960, bem como as influências a nível nacional; iii) – as estratégias seguidas por editores e livreiros portugueses na fase final do antigo regime, face aos sinais de desagregação e às alterações que internacionalmente se desenhavam na estrutura proprietária e no modelo de negócio do livro.

No segundo plano de análise, “O livro no dealbar da democracia”, estuda-se: i) – a alteração nas políticas públicas decorrente da instituição da democracia em Portugal que, directa ou indirectamente, valorizaram o nível de conhecimento e informação da população portuguesa, e influenciaram positivamente a promoção do livro e da leitura; ii) – as transições no panorama da edição, tanto de carácter institucional como na dimensão, organização e abrangência das diferentes componentes da cadeia de valor do mercado do livro, incluindo novos editores, novos autores, novos temas e novos públicos; iii) – o caso da edição em sistema de clube do livro protagonizado pelo Círculo de Leitores.

No terceiro e último plano, “O livro em democracia e o desenvolvimento sociocultural”, constata-se efeitos consistentes na sociedade portuguesa, em domínios relacionados com as transformações analisadas nos dois planos anteriores: i) – hábitos de compra e leitura de livros, conforme relatórios e estudos sociológicos realizados e divulgados nas últimas décadas do século XX; ii) – práticas de leitura dos portugueses e relevância da literacia como competência fundamental para o progresso na sociedade do conhecimento, evidenciados em estudos apropriados; iii) – desenvolvimento sociocultural induzido pelas transformações verificadas na década de 70 do século XX em Portugal, com base em estudos efectuados e indicadores divulgados por instituições, nacionais e internacionais, competentes neste domínio.

Figura 1 Modelo de análise



2.4. Métodos de recolha e tratamento da informação

A escolha do método de investigação resultou dos objectivos gerais e do modelo definidos para o presente estudo. Neste contexto, serão de destacar os métodos da investigação social conformes com o princípio geral formulado por Alan Bryman, em *Social Research Methods*:

The term ‘social research’ as used in this book denotes *academic* research on topics relating to questions relevant to the social scientific fields, such as sociology, human geography, social policy, politics, and criminology. Thus, social research involves research that draws on the social sciences for conceptual and theoretical inspiration. Such research may be motivated by developments and changes in society, [...] but employs social scientific ideas to illuminate those changes. It draws upon the social sciences for ideas about how to formulate research topics and issues and how to interpret and draw implications from research findings. In other words, what distinguishes social research of the kind discussed in this book is that it is deeply rooted in the ideas and intellectual traditions of the social sciences (Bryman, 2008: 4s).

A estratégia metodológica escolhida, qualitativa, contempla, de forma abrangente e sistematizada, dimensões de análise adequadas aos objetivos do estudo. Isto pressupõe, quanto ao método, a utilização de fontes secundárias, documentais, e primária, entrevistas (quadro 1).

Quadro 1 - Dimensões de análise e métodos

Dimensões de análise	Métodos	Fontes secundárias (documentais)	Fonte primária (entrevistas)
O livro no estertor do Estado Novo	Conjuntura política e sociocultural	X	X
	Enquadramento internacional	X	X
	Estratégias adoptadas por editores e livreiros portugueses	X	X
O livro no dealbar da democracia	Políticas públicas para a educação, o livro e a leitura	X	X
	Transições no panorama da edição	X	X
	Edição em sistema de clube do livro: o Círculo de Leitores	X	X
O livro em democracia e o desenvolvimento sociocultural	Hábitos de compra e leitura de livros	X	X
	Práticas de leitura	X	X
	Repercussões socioculturais	X	X

Esta opção não recolhe unanimidade entre os diversos autores que se têm pronunciado sobre vantagens e inconvenientes do uso de fontes primárias e fontes secundárias numa mesma investigação. No entanto, há indicações no sentido de que a utilização integrada tem vantagens a considerar: «After all, such a strategy would seem to allow the various strengths to be capitalized upon and the weaknesses offset somewhat. » (Bryman, 2008: 628). A utilização simultânea justifica-se, nesta investigação, porque as fontes secundárias sobre a edição (numa perspetiva histórica) existentes em Portugal são reconhecidamente incompletas, tanto por insuficiências dos dados estatísticos oficiais, como pela inexistência de instrumentos para salvaguarda do património da edição contemporânea portuguesa, designadamente das fontes de história oral³¹, conforme constata Daniel Melo:

³¹ “História oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões do mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam” (Alberti, 2004:18).

Neste particular, Portugal encontra-se muito atrasado: não há ainda uma entidade pública que assuma, de modo proactivo, a responsabilidade pela prospecção, incorporação, tratamento arquivístico e disponibilização para consulta pública dos fundos documentais destas casas de cultura que são as editoras, e muito menos pela guarda das fontes de história oral (Melo, 2012: 179).

Justifica-se, igualmente, porque muita da informação, complementar ou inédita, relativa à actividade editorial e livreira que importa para este estudo, seja de carácter biográfico, documental, ou factual, apenas pode ser obtida por entrevista aos protagonistas:

...a preservação da memória das casas editoriais deve ser acompanhada pela criação de condições para o estudo da respectiva documentação e pelo colmatar das suas lacunas através da produção de novas fontes históricas, por via de entrevistas, tarefa que deve envolver o máximo de instituições, para se conseguir ter testemunho do maior número possível de antigos editores, além de autores, empregados, etc. (Melo, 2012: 183).

Questões como o efeito da distância temporal na memória dos entrevistados³², ou da relação de proximidade entre o investigador e o objecto de estudo³³, foram devidamente consideradas e acauteladas na preparação do processo e no estabelecimento do método de recolha e tratamento da informação por entrevista. A pesquisa e recolha de dados secundários e primários foi precedida de revisão da bibliografia relativa a estudos editados em livro, revistas científicas, teses ou outros textos académicos e comunicações em congressos científicos.

Fontes secundárias (documentais)

A análise documental incluiu comunicações em sessões públicas de carácter institucional, documentação proveniente de artigos de jornais ou revistas em papel, artigos de jornais ou revistas em meios electrónicos e informação extraída de sítios da Internet.

³² “Tradicionalmente os investigadores tendem a pensar que os inquiridos dispõem da informação que lhes é solicitada através dos questionários. No entanto, mesmo quando presenciaram determinados acontecimentos, nada garante que tenham retido informação sobre eles, ou se o fizeram, que possam agora recordar-se dela. É, pois, bastante importante que os investigadores tenham em atenção o que é razoável esperar da memória e levem isso em consideração quando constroem perguntas que solicitam relatos de acontecimentos que ocorreram ao longo da vida dos inquiridos” (Foddy, 1996: 101).

³³ “Que universos sociais são postos em contacto através das relações entre o investigador e o terreno? Em que modalidade é que esse contacto se estabelece? Este tema tem sido frequentemente discutido em termos de ‘familiaridade’ e ‘exotismo’. Uma posição pouco esclarecida é a que pretende que só um observador proveniente duma cultura estranha teria o distanciamento necessário à objectividade da análise. Mas é claro que, qualquer que seja a respectiva naturalidade, o investigador tem estatutos sociais específicos, tanto na sociedade de origem como no quadro da comunidade científica como, também, por um período de tempo mais ou menos alargado, no contexto social em estudo. Ignorá-los é um obstáculo à respectiva objectivação” (Costa, 1999: 146).

Fonte primária (entrevistas)

A selecção dos entrevistados teve em conta os objectivos gerais da tese, e as perguntas formuladas constam de um guião previamente elaborado e orientado para entrevistas semi-directivas (ver anexo 1). Para aferir a adequação das questões a colocar face aos objetivos traçados, foram previamente testados os procedimentos inerentes à realização das entrevistas, como sejam o pré-teste do guião e da listagem de normas, e a cooperação dos inquiridos no sentido de ser confirmada a correcta interpretação das questões colocadas (Foddy, 1996: 200-208). Procurou-se estabelecer procedimentos apropriados para a gestão do tempo e dos meios disponíveis para efectivação das entrevistas, e formular questões adequadas aos objetivos da investigação. Para selecção dos protagonistas a entrevistar foram tidos em consideração critérios objectivos, alicerçados na informação pública disponível e aferidos em consulta com outros profissionais do livro, por forma a assegurar conhecimento efectivo e multifacetado sobre a actividade editorial e livreira no período em estudo, diversidade nas funções então exercidas, abrangência na visão profissional, diversificação nas perspectivas individuais. As entrevistas, concretizadas mediante convite pessoal e directo, foram feitas também pessoalmente, face-a-face, nas instalações indicadas pelos entrevistados, tiveram uma duração média de duas horas e ocorreram entre 22 de Outubro de 2015 e 12 de Março de 2016 (anexo 2). Foi acautelado o registo das entrevistas em gravação de áudio e feita, posteriormente, a respectiva transcrição integral para ficheiro de texto. A análise foi realizada com auxílio de uma grelha, a qual foi depois preenchida com os extractos que constituem os testemunhos mais importantes para a investigação. Os excertos mais relevantes em termos analíticos foram integrados no texto da tese, ao longo dos diferentes capítulos. Houve o cuidado de privilegiar os testemunhos centrados no período em estudo, sem desprezar as componentes relativas a períodos anteriores ou posteriores, sempre que úteis para uma análise integrada e uma visão global compreensiva.

3. O livro no estertor do Estado Novo

É intuito deste capítulo percorrer as transformações ocorridas na edição e comércio do livro e analisar as estratégias adoptadas por editores e livreiros no período final do Estado Novo, à luz da conjuntura política e sociocultural que prevalecia no país, evidenciando o estágio de divulgação do livro no Portugal de então. Centrada no início da década de 70 do século XX, esta componente do estudo inclui, sempre que oportuno para o adequado enquadramento no tempo e na acção, a referência a questões e factos relativos a espaços temporais que a precederam ou a sucederam.

3.1. Conjuntura política e sociocultural em Portugal

Embora este trabalho não tenha em vista aprofundar aspectos históricos, importa caracterizar o contexto histórico-político, socioeconómico e cultural que precedeu e levou à queda do Estado Novo. Sendo certo que o ano de 1961 é marcante por se ter então desencadeado a guerra colonial que iria durar até à revolução de 25 de Abril de 1974, é no ano de 1968 que, com o termo da carreira política de Salazar e os efeitos da sua substituição por Marcelo Caetano na chefia do governo, o antigo regime entra inexoravelmente em colapso. O alastramento e escalada da guerra colonial e a respectiva condenação pela comunidade internacional da política portuguesa em África, as dissensões no interior do partido único que levam à prevalência da ala mais radical, a constituição da ala liberal, o falhanço da prometida “Primavera marcelista”, a contestação dos movimentos estudantis, o maior activismo da oposição e uma sucessão de outros acontecimentos contrários à política opressiva e obscurantista estabelecida culminam com a constituição do movimento dos capitães, que levaria à ansiada queda da mais antiga ditadura europeia em 25 de Abril de 1974. Neste domínio, a cronologia elaborada por Joaquim Vieira (2000a: 23-25; 2000b: 23-25) traça uma síntese ilustrativa dos factores que mais terão influenciado a transição para a democracia.

Neste quadro global há que destacar, porque mais directamente influenciadores ou relacionados com a transição ocorrida na edição e comércio do livro em Portugal, na década de 70 do século XX, aspectos específicos que em seguida se explicitam e que se referem ao contexto histórico, ao estado do ensino, à situação do livro e da leitura, e aos constrangimentos censórios.

3.1.1. Contexto histórico

As grandes linhas de mudança estrutural da sociedade portuguesa nos anos que, a partir do final da II Guerra Mundial, precederam a revolução de 25 de Abril de 1974, são caracterizadas por aspectos cruciais: êxodo rural, industrialização e, a partir dos anos 1960, abertura económica à Europa, aumento do sector terciário e crescimento do PIB em linha com as taxas mais elevadas que se verificaram nos países de periferia da Europa. O regime salazarista passa por acentuada crise no período 1958-1962,³⁴ sendo que a sobrevivência do Estado Novo a esta conjuntura adversa se deve sobretudo às fragilidades políticas dos seus opositores internos e não tanto à reorganização dos apoiantes. As consequências que se lhe seguem, com a permanência de Salazar à frente do Governo mas sem força política e anímica para retomar o controlo da situação,³⁵ a falta de unidade no seio do partido apoiante do Governo,³⁶ a radicalização das oposições ao regime e as grandes mudanças na conjuntura internacional, marcam decisivamente o período final do consulado de Salazar.

Os últimos anos do antigo regime, já com Marcelo Caetano no poder, iniciados em 1968 com a frustrada “Primavera marcelista”, ficam marcados pela contradição insanável de pretender instituir um projecto de liberalização e modernização mantendo a guerra colonial. Mais do que a ameaça de golpe de Estado e guerra civil por parte da direita política e militar, caso a política conservadora suportada na guerra colonial fosse descontinuada, o próprio Marcelo Caetano não advogava uma descolonização genuína que passasse pela saída de África. O contexto histórico que precedeu a revolução de 25 Abril de 1974 é estudado com particular detalhe em «O Estado Novo (1926-1974)» (Rosas, 1994), em cuja terceira e última parte, sintomaticamente designada “Portugal depois da Guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)”, o historiador contempla a análise dos

³⁴ Citando Fernando Rosas: “As eleições de 1958 e, sobretudo, a imensa fraude eleitoral, trouxeram à oposição portuguesa e a uma larga camada da população a convicção da impossibilidade de derrubar o regime através de uma «solução pacífica». Por isso, no seio da oposição começou-se a discutir, novamente, a via para o derrube do regime, colocando-se a necessidade do recurso a acções armadas ou ao *putsch* militar. Seria efectivamente durante a campanha eleitoral que essa ideia ganhou força. Humberto Delgado manteve sempre, aliás, contacto, directo ou indirecto, com militares descontentes no seio das Forças Armadas e conspirou para a realização de um golpe que levasse ao derrube do regime” (Rosas, 2003: 116).

³⁵ Como afirma Ana Sofia Ferreira: “Assim, entre 1958 e 1962, viveu-se no país um ambiente predisposto à violência política, com cenas de violência popular nas ruas das cidades, vilas e aldeias. Em 1961, o paquete *Santa Maria* era assaltado por um comando chefiado por Henrique Galvão; iniciou-se a guerra colonial, em Angola; deu-se uma tentativa de golpe de Estado, chefiada pelo Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, e pelos comandos das Forças Armadas; e, o ano terminou com o assalto ao Quartel de Beja. Em 1962, o clima de instabilidade repercutiu-se na crise académica que durou de Março a Junho; nas jornadas de luta de 1 a 8 de Maio, em que havia gente nas ruas a reclamar por armas; e na luta pelas 8 horas de trabalho no Alentejo” (Ferreira, 2016: 339-341).

³⁶ União Nacional, rebaptizada por Marcelo Caetano, em 1970, como Acção Nacional Popular.

factores políticos, económicos e socioculturais que marcaram o fim do antigo regime e criaram condições para que germinasse uma nova ordem e uma nova era no nosso país.

A partir de 1970-1971, a situação política tornou-se verdadeiramente difícil de controlar pelos apoiantes de Marcelo Caetano. Externamente, apesar de um discreto apoio político e mesmo militar da administração Nixon/Kissinger, sucedem-se os reveses na política colonial, nomeadamente a recepção dos dirigentes dos movimentos de libertação (MPLA de Angola, FRELIMO de Moçambique e PAIGC da Guiné) pelo Papa em 1970, a denúncia pública feita por padres missionários relativamente aos massacres cometidos pelo exército português em Wiriyamu (Moçambique) em 1972, a proclamação unilateral da independência da Guiné por parte do PAIGC em 1973, e as importantes perdas de guerra que então aumentam de intensidade no norte de Moçambique e na Guiné. No plano interno radicalizam-se as oposições de movimentos politicamente organizados (PC-Partido Comunista, MRPP-Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, URML-União Revolucionária Marxista-Leninista, OCMLP-Organização Comunista Marxista-Leninista, Frente Patriótica de Libertação em Argel, Brigadas Revolucionárias...), extrema-se a contestação dos católicos progressistas, a partir da Acção Socialista Portuguesa é criado o Partido Socialista em Abril de 1973, e nesse mesmo ano realiza-se em Aveiro o III Congresso da Oposição Democrática, que consagra claramente o incremento das acções de contestação. Nesta fase, os apoiantes do “marcelismo” dividem-se por múltiplas sensibilidades e formas de actuação, que vão da esperança depositada pela “ala ultradireitista” num hipotético golpe militar sob liderança do general Kaúlza de Arriaga ao desfazer de ilusões por parte da “ala liberal”, que se irá pulverizar a partir da renúncia de Sá Carneiro ao lugar de deputado em Janeiro de 1973. O fim estava próximo:

Os esforços deste reformismo liberal não lograriam constituir uma «terceira força», como chegaram a pretender, nem mesmo a partir da SEDES, associação político-cultural que Caetano lhes consentira em 1970. Mas terão o efeito, bem mais sério, de desacreditar a experiência marcelista aos olhos de largos sectores das classes médias. E com os «liberais» vieram os tecnocratas, em Agosto de 1972, como que pressentindo o perigo que nascia do impasse criado.

Finalmente, mas talvez principalmente, a recusa de aceitar «uma solução política» para a guerra colonial acrescenta o que faltava: leva a oficialidade intermédia – os capitães, que suportam o principal fardo da luta antiguerrilha no campo de operações–, com a inspiração e a protecção de parte dos seus chefes hierárquicos, a perceber que o fim do conflito passava, como condição prévia essencial, pelo derrube do regime que a ele se opunha (Rosas, 1994: 556).

3.1.2. O sistema de ensino

O ensino constituiu forte instrumento de contenção do desenvolvimento intelectual e de sustentação dos princípios ideológicos do antigo regime, em especial no período que vai do golpe militar de 28 de Maio de 1926 até 1950. No pós-II Guerra Mundial as pressões exercidas sobre o sistema escolar por via da industrialização e da subsequente necessidade de maior qualificação técnica dos recursos humanos levaram à introdução de políticas e reformas visando o combate ao analfabetismo, o aumento da escolaridade e a modernização do sistema; um processo que passou por vários ministros da Educação, com visão mais ou menos aberta à mudança, mas sempre com tensões redutoras no interior do regime no sentido de salvaguardar os valores ideológicos defendidos pelo Estado Novo³⁷.

Uma sinopse da Evolução do Sistema Educativo Português no período que vai de 1950 até ao fim do Estado Novo em 1974, contemplada no relatório *Sistema Educativo Nacional de Portugal* (OEI, 2003: 16-26) destaca o atraso educacional do país, bem como a segregação da condição feminina, o reforço da ideologia do antigo regime por via da instituição da Mocidade Portuguesa, a prevalência da formação de cariz meramente profissional, e a introdução tardia do conceito de democratização do ensino, só em 1973; a síntese deste relatório relativa ao período que vai de 1960 ao 25 de Abril de 1974 é significativa quanto à pressão exercida, nos planos interno e externo, no sentido da melhor preparação educativa da população portuguesa.³⁸

Efectivamente, os pressupostos construídos e sustentados pela ditadura começam a ser postos em causa no espaço temporal que vai do pós-II Guerra Mundial ao período final

³⁷ Para análise histórica detalhada, ver Carvalho (2011) e Sampaio (2006).

³⁸ Lê-se no relatório *1960 - 1974 - Evolução do Sistema: as reformas necessárias*:

“Os anos 60 retomam o debate do atraso educacional do país. Generalizou-se neste período a ideia da necessidade de haver estudos cada vez mais longos e ambiciosos e o Estado parece, finalmente, admitir que a mobilidade social não pode ser limitada pelo baixo nível da educação. Também os compromissos internacionais obrigam o governo a alterar a sua política, criada pela conjuntura autoritária dos anos 30. O relatório do Projecto Regional do Mediterrâneo é tornado público em Abril de 1964 e procede-se à elaboração da Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-59), tendo em vista a preparação de pessoas qualificadas requeridas pela dinâmica da economia.

A Mocidade Portuguesa é reformada em 1966, aumenta-se para seis anos a escolaridade obrigatória e, mais tarde, a obrigatoriedade é estendida aos dois sexos. As crianças que não pretendessem prosseguir os seus estudos faziam as seis classes obrigatórias e as que quisessem continuá-los frequentavam apenas as quatro primeiras classes que, depois de aprovação em exame, dar-lhes-iam acesso aos liceus ou ao ensino técnico. Em 1964, institui-se o Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual, visando uma intensa difusão cultural através da rádio e da televisão. Em 1967, cria-se o ensino preparatório, resultante da fusão dos dois primeiros anos dos ensinos liceal e técnico. Desde o primeiro nível da escolaridade estão, pois, presentes preocupações profissionalizantes. Em 1971, o Ministro da Educação, Veiga Simão, apresenta o Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, sendo aprovada, em 1973, a lei que permite uma nova reforma do sistema educativo e que, pela primeira vez, introduziu o conceito de democratização no âmbito de um regime político nacionalista e conservador” (OEI, 2003: 21,22).

do “salazarismo”, em 1968, em especial por via da pressão criada no sentido da industrialização em detrimento da hegemonia do mundo agrário e rural que fora base de apoio do golpe militar de 28 de Maio de 1926. Segundo António Teodoro (2006): «A recomposição dos equilíbrios afectados pela guerra passa, nos planos económico e social, por uma maior abertura às *pressões modernizantes*.» (Teodoro, 2006: 11). Este novo contexto pressionou a mudança das políticas educativas no sentido de intensificar a formação de recursos humanos tecnicamente mais qualificados e, embora com evidentes tensões no seio do regime, originou alterações na sociedade portuguesa. No processo de viragem salientam-se três aspectos significativos: a reforma do ensino técnico profissional, de 1948; o Plano de Educação Popular (1952-1956) nas suas vertentes de cumprimento da obrigatoriedade escolar pelas crianças e de combate ao analfabetismo adulto; e a acção política geral do ministro Leite Pinto (1955-1961), que enfatiza um discurso mobilizador quanto à defesa de uma educação para todos como condição do desenvolvimento económico. Já os ministros da Educação que sucederam a Leite Pinto – Lopes de Almeida (1961-1962) e Galvão Telles (1962-1968) –, conotados com sectores mais tradicionalistas da universidade, procuraram refrear o “ímpeto industrialista”, muito embora a realidade social fosse progredindo, nomeadamente por via de crescente procura de ensino, numa insolúvel equação de poderes:

O Estatuto de Educação Nacional, principal projecto a que meteu ombros o ministro Galvão Telles, vai representar a derradeira (e falhada³⁹) tentativa de enquadrar a crescente procura social de educação nos valores nacionalistas e cristãos que enformaram ideologicamente todo o longo período do Estado Novo [...]. Definitivamente, os tempos já eram outros (Teodoro, 2006: 38).

A sociologia foi durante o período de Salazar e Caetano uma área de estudos mal-amada e cerceada, também no que respeita à política da educação, sendo que a maior parte do trabalho desenvolvido neste âmbito, antes do 25 de Abril, foi produzido por Adérito Sedas Nunes no Gabinete de Investigações Sociais. Stephen R. Stoer (Stoer, 1986, 17-34) confirma a carência de pesquisa de índole sociológica relativamente à área da educação e desenvolvimento em Portugal e sustenta que, por força das alterações pós-II Guerra Mundial, também o ensino em Portugal teve que procurar uma melhor articulação com o crescimento económico. O modelo até aí seguido pelo Estado Novo, no qual o

³⁹ Não foi possível fazer aprovar porque, entretanto, Galvão Telles cessou as suas funções ministeriais.

relacionamento entre a educação e o desenvolvimento apenas visava o fortalecimento do que era entendido como identidade e independência nacional, sendo suspeita qualquer influência que viesse do estrangeiro, deixara de ser viável. O tipo de exigências colocadas ao sistema de ensino educativo em Portugal na segunda metade dos anos 1940 começara a alterar-se em consequência da expansão económica dinamizada a partir do exterior do país, passando a ser-lhe requerido que contribuisse para a manutenção da ordem social e para o apoio ao desenvolvimento económico. As dificuldades de transição levaram a que, no final dos anos 50, fosse solicitado o apoio da OCDE para financiar um estudo do sistema escolar português.⁴⁰ Esse estudo aconselhou maior atenção à preparação de técnicos e trabalhadores especializados e alertou para a necessidade de introduzir medidas organizativas que permitissem enfrentar o aumento exponencial de alunos matriculados no sistema de ensino (mais de 60.000 entre 1950 e 1960). Apesar dos estudos técnicos desenvolvidos ao longo dos anos 60 e dos organismos criados com vista à introdução do modelo preconizado pela OCDE,⁴¹ o sistema de ensino, que até então funcionara em modelo corporativo, não estava preparado para a mudança. Não admira, pois, que não tivesse tido o pretendido êxito no objectivo de contribuir para o crescimento económico através da necessária resposta às necessidades de mão-de-obra especializada. As razões para o insucesso constam de um relatório elaborado em 1965 sobre *Evolução Recente do Sistema de Ensino em Portugal*⁴².

Marcelo Caetano anunciou, em Janeiro de 1970, a intenção de efectuar uma reforma geral do ensino português. Em Janeiro de 1971, o ministro Veiga Simão divulgou as linhas gerais da reforma⁴³ que, após ampla e acalorada discussão a nível nacional durante um período de dois anos, foi aprovada e iria constituir o primeiro passo no sentido

⁴⁰ Este convite deu origem a um estudo da OCDE mais elaborado, chamado Projecto Regional do Mediterrâneo, que incluía um estudo estatístico da relação entre as necessidades de mão-de-obra e a capacidade de resposta dos sistemas educativos em Portugal, Espanha, Grécia e Jugoslávia.

⁴¹ FDMO (Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra), criado pelo ministro das Corporações em 1963, GAPE (Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa), criado pelo ministro da Educação em 1965 e Centro para o Estudo de Estatísticas Económicas, organizado pelo Instituto de Alta Cultura.

⁴² Citando Stephen R. Stoer: “1) o mais curto período de escolaridade obrigatória da Europa; 2) grande absentismo; 3) nível muito baixo de escolaridade para além da escolaridade obrigatória; 4) cobertura inadequada do país com escolas oficiais e escassez de professores devidamente qualificados; 5) baixa produtividade em praticamente todos os escalões do sistema, agravada pelo crescente número de desistentes; 6) baixo nível de interesse dos estudantes por matérias economicamente necessárias; 7) sistema de ensino inadequadamente estruturado – muitos dos programas não chegavam a ser completados e registava-se carência de cursos para especialistas que acompanhassem a evolução da Ciência e da Tecnologia e 8) formação profissional pós-escolar insuficiente e muitas vezes deficiente” (Stoer, 1986:53).

⁴³ *Projecto do Sistema Escolar e Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior* (Lei nº 5/73, de 25 de Julho).

da democratização da educação. Esse plano de reforma contemplava várias medidas inovadoras, de largo alcance, abrangendo os vários graus de ensino⁴⁴ e haveria de ganhar o nome do seu promotor. Considerada por alguns (Sacuntala de Miranda e Calvet de Magalhães, entre outros) como uma reforma na linha daquela iniciada nos anos 50 pelo ministro Leite Pinto, a “Reforma Veiga Simão” teve uma componente de democratização do ensino que, por via dos novos conceitos e dos respectivos efeitos supervenientes, se repercutiu na sociedade e teve grande importância em princípios da década de 70⁴⁵. Sujeita a interpretações contraditórias, conforme o sentido atribuído por defensores ou opositores, a reforma veio a merecer o beneplácito da Igreja e a ser aprovada pela Assembleia Nacional. A inexistência de condições sociopolíticas impediu a mobilização necessária a uma aplicação imediata bem-sucedida, mas deixou raízes para o futuro.

3.1.3. Situação do livro e da leitura

Ciente da importância da cultura como factor primordial para divulgação do conhecimento e informação, com o livro e a leitura a constituírem componente fundamental, o regime estadonovista preocupou-se, desde os seus primórdios, em estruturar a acção cultural como mecanismo privilegiado de propaganda vocacionado para a prevalência da hegemonia ideológica conservadora que usava “Deus, Pátria, Família” como divisa e glorificava Salazar como salvador da nação portuguesa.

Nesse sentido, foi criado em 1933⁴⁶ o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), directamente na dependência do Presidente do Conselho, com o objectivo de propaganda ideológica e de controlo de informação; face à reorganização dos serviços, ocorrida em 1944⁴⁷, o SPN passaria a designar-se de Secretariado Nacional de Informação, Cultura

⁴⁴ Stephen R. Stoer destaca como principais medidas: “1) o aumento do período de escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos – quatro de escola primária, quatro de ensino secundário unificado (de natureza polivalente e com a salvaguarda de que isto vigoraria quando o período obrigatório de 6 anos estivesse a funcionar devidamente); 2) a idade de entrada para a escola descia para os 6 anos; 3) a introdução, sempre que possível, de um período de dois anos de educação pré-escolar; 4) a reforma do ensino superior que incluiria não apenas as universidades mas também os institutos politécnicos e outros institutos de formação profissional e técnica; 5) a reforma do sistema de formação de professores através de Escolas Superiores de Formação de Professores e de departamentos de pós-graduação para os mesmos” (Stoer, 1986: 57).

⁴⁵ Stephen R. Stoer refere-se especialmente: “1) ao papel central desempenhado pela educação para o Estado português; 2) ao facto de a Reforma ter agido como um eixo de debates sobre o desenvolvimento/modernização do País, e 3) ao impacto da Reforma numa conjuntura específica (uma conjuntura de crise) que lhe restituiu uma importância e autonomia que a educação geralmente não possuía, enquanto contribuição para o desenvolvimento económico e para a modernização das décadas de cinquenta e sessenta” (Stoer, 1986: 80).

⁴⁶ Decreto-Lei nº 23054/33, de 25 de Setembro.

⁴⁷ Decreto-Lei nº 33545/44, de 23 de Fevereiro de 1944.

Popular e Turismo (SNI), uma red denominação que não alterou o objectivo primeiro de uniformizar os valores da cultura oficial e retirar espaço às iniciativas de expressão individual que lhe fossem adversas, nomeadamente no domínio do livro e da leitura. António Ferro, escritor e jornalista ligado ao movimento modernista e à revista *Orpheu*, dirigiu o SPN desde a sua criação em 1933 e prosseguiu como director do SNI até 1950, desenvolvendo intensa actividade, na qual envolveu intelectuais de mérito, sempre orientada pelos princípios ideológicos do Estado Novo e subordinada ao axioma que lhe fora definido por Salazar ao atribuir-lhe importante responsabilidade e larga autonomia de acção no cargo que lhe foi confiado durante perto de duas décadas e cujo exercício constituiu um legado que iria influenciar a actuação dos seus sucessores: «politicamente só existe o que o público sabe que existe» (Antunes,1993:20). Em 1968, menos de um mês após Caetano ter sucedido a Salazar, é criada⁴⁸ a Secretaria de Estado da Informação e Turismo e, subsequentemente, promulgada⁴⁹ a sua organização. O SNI é extinto a 1 de Janeiro de 1969, sem que algo de substancial se alterasse nas práticas culturais do antigo regime. No pós-25 de Abril, a componente de informação e comunicação do antigo SNI deu lugar à criação de um Ministério/Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Noutra vertente, mas em conformidade com os mesmos princípios ideológicos, foi criada em Abril de 1936⁵⁰ a Junta de Educação Nacional (JEN), merecendo realce, de acordo com a regulamentação de Maio de 1965⁵¹, as atribuições tuteladas pelo Ministério da Educação como forte indicador do controlo que o Estado Novo entendeu exercer sobre a cultura através da educação. A JEN viria a ser extinta em Fevereiro de 1977⁵² não só por

⁴⁸ Decreto-Lei n.º 48619/68, de 10 de Outubro de 1968.

⁴⁹ Decreto-Lei n.º 48686/68, de 15 de Novembro.

⁵⁰ Lei n.º 1941/36, de 11 de Abril, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 26611/36, de 19 de Maio

⁵¹ “À 1ª secção competia, no âmbito da 1ª sub-secção (educação moral e cívica): Organizar e rever o programa literário da educação moral e cívica, em relação aos diferentes graus de ensino, e bem assim o da educação familiar nas escolas de frequência feminina; Emitir parecer para a elaboração e sobre o mérito do compêndio de educação moral e cívica, e bem assim pronunciar-se sobre o mérito do livro de leitura e dos compêndios de história e filosofia, para o que, em todos os casos, poderá consultar por escrito individualidades nacionais de reconhecida competência; Promover o desenvolvimento da leitura sã para as crianças portuguesas e pronunciar-se sobre os livros destinados a prémios escolares de qualquer grau de ensino [...]

À 6ª secção competia no âmbito da 4ª sub-secção (literatura, bibliotecas e arquivos): Integrar na intenção do interesse nacional a literatura, como obra de arte e expressão do pensamento, fazendo expungir dela, ainda que revista forma epigráfica, o que não sendo um imperativo da verdade histórica, possa afectar o brio da Nação ou enfraquecer os elementos morais da sua coesão; Propor a concessão de prémios às obras originais que melhor realizem a conjugação da arte com o espírito nacionalista e promover a sua publicação; Promover tudo quanto possa contribuir para a defesa e valorização da propriedade intelectual ao serviço da Nação [...]” (Decreto n.º 46349/65, de 22 de Maio).

⁵² Decreto-Lei n.º 70/77, de 25 de Fevereiro.

razões políticas, mas por outras: a transferência gradual das funções da JEN para os serviços centrais do Ministério da Educação e Investigação Científica e, ainda, a passagem de algumas das atribuições no domínio do livro e da leitura para a novel Secretaria de Estado da Cultura criada pelo primeiro Governo Constitucional⁵³.

A Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (DGAC), criada em Setembro de 1971⁵⁴, também no âmbito do Ministério da Educação Nacional, só dois anos depois viu aprovada a respectiva organização. A este organismo foi atribuída, em Novembro de 1973⁵⁵, a incumbência de apoio e coordenação das funções de natureza cultural, nomeadamente as respeitantes às letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico e arqueológico, museus, bibliotecas, arquivos e teatros do Estado. Estava-se a menos de 6 meses da queda do Estado Novo e já passara o tempo oportuno para que o antigo regime levasse à prática medidas de promoção cultural.

Na defesa dos seus princípios ideológicos e propagandísticos, o Estado Novo contou com os serviços de Censura Prévia⁵⁶ posteriormente red denominados de Exame

⁵³ Teve como seu primeiro titular o escritor e intelectual David Mourão Ferreira na dependência do Ministro sem Pasta/Presidência do Conselho de Ministros.

⁵⁴ Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, reparte a actividade do Ministério da Educação em três áreas de actividade: Ciência e Cultura, Ensino, Juventude e Desportos. Relativamente ao sector da Ciência e Cultura é referido: “1) O Instituto de Alta Cultura confinar-se-á de ora avante a promover e apoiar toda a actuação do Ministério da Educação Nacional relativa à investigação científica no âmbito do ensino superior. Todas as suas actuais funções no campo da cultura e da arte, à excepção da expansão da língua e cultura portuguesas nas Universidades estrangeiras, são transferidas para o organismo a seguir indicado; 2) O referido organismo será a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, para a qual transitam as funções de natureza cultural até aqui integradas na Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico, arqueológico, etc., museus, bibliotecas e arquivos, teatros do Estado). Estas actividades serão financeiramente apoiadas por uma comissão administrativa de acção cultural”.

⁵⁵ Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de Novembro, fixa os seguintes princípios gerais: “A política cultural a prosseguir pelo Governo, tendo por objectivo fundamental garantir aos Portugueses o acesso aos benefícios da cultura, incidirá sobre a pesquisa, a descoberta, a conservação e a inventariação do património cultural, nos seus aspectos materiais, institucionais e humanos, na medida em que são ponto de partida para a dinamização da actividade, da criatividade e da receptividade culturais. O fomento cultural englobará aspectos de criação, animação e difusão e a intensificação dos meios de intercâmbio externo, promovendo o encontro enriquecedor com outras expressões da cultura e dando especial atenção aos vários centros de expressão cultural portuguesa no Mundo.

O apoio financeiro às actividades referidas e à concessão de bolsas de estudo no País e no estrangeiro, para fins de índole cultural ou artística, será assegurado pelo Fundo de Fomento Cultural, que funciona junto da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais”.

No referido Decreto-Lei constam ainda: as atribuições e competências, os órgãos e serviços (Direcção de Serviços de Fomento e Coordenação da Acção Cultural Interna, Divisão do Património Cultural, Divisão de Fomento das Relações Culturais Externas, Serviços de Inspecção, Gabinete de Estudos e Comunicação, e Repartição Administrativa), a dotação de pessoal, e disposições finais e transitórias.

⁵⁶ Instituída pelo Decreto-Lei n.º 22 469/33, de 11 de Abril.

Prévio⁵⁷ e com a Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE)⁵⁸, a qual, no consulado de Caetano, passaria a designar-se Direcção-Geral de Segurança⁵⁹.

Foi no quadro institucional que acabei de descrever que o Estado Novo utilizou o livro e a leitura como instrumentos da sua estratégia ideológica, vigiando-os e controlando-os. A contenção do sistema de ensino dentro dos níveis mínimos que a redução do analfabetismo⁶⁰ e a melhor preparação técnico-profissional iam garantindo, era acompanhada por restrições de acesso ao livro e à leitura, “perigosos inimigos” a combater por via da propaganda nacionalista, da censura, da repressão e do apertado controlo no tipo de leitura fomentadora da literacia⁶¹ da população. O antigo regime pretendia cercear o acesso dos portugueses ao conhecimento e informação. Este constrangimento estrutural foi exercido de diversas formas, no tempo e na acção, conforme resulta da análise do estado do ensino (vd. *supra*, item 3.1.2) e dos constrangimentos censórios (vd. *infra*, item 3.1.4).

É nestas circunstâncias que o exercício da actividade de edição e de comércio do livro durante o Estado Novo se revela diferenciado nas formas de relacionamento com o poder. Tratando-se, maioritariamente, de entidades de propriedade individual com pequena dimensão e grande concentração de competências no seu fundador, as opções ideológicas pessoais, geralmente caracterizadas por motivações de defesa e promoção da cultura e do pensamento, foram marcantes e, predominantemente divergentes da ideologia do Estado Novo. As relações de editores e livreiros com o Estado foram no geral tensas. A vigilância

⁵⁷ Decreto-Lei nº 150/72, de 5 de Maio.

⁵⁸ Decreto-Lei n.º 35046/45, de 22 de Outubro.

⁵⁹ Decreto-Lei n.º 49401/69, de 24 de Novembro.

⁶⁰ Citando Nuno Medeiros: “Genericamente, a taxa de analfabetismo é elevada nas décadas em exame. Em meio século, os valores para a população com 7 ou mais anos retrocedem mais de dois terços dos habitantes (66%) em 1920 para um pouco menos de um quarto em 1970 (24%), uma descida de 40%. Exceptuando as transições entre 1920 e 1930, em que a taxa apenas diminui 4% para os 62%, e entre 1960 e 1970, em que a partir de uma cifra de 30% se dá um declínio de 60%, a média de decréscimo localiza-se nas cercanias dos 10% (em 1940 a percentagem de é de 49%, situando-se, dez anos volvidos nos 40%). O ritmo impresso ao recuo verificado durante a ditadura é insofismavelmente superior ao dos anos de instrução republicana (entre 1911 e 1930 a quebra não alcança os 10%). A diminuição é indesmentível, mantendo-se, todavia, o nível elevado e sem comparação com a restante Europa de um terço de analfabetos como a marca mais saliente da resistência estrutural à escolarização, peculiaridade do caso português. Cujas persistências das fracas taxas de alfabetização e escolaridade o colocam em posição pouco abonatória mesmo se comparado com as sociedades do Sul europeu. Como a Itália, a Espanha, ou a Grécia, com quem se dá tradicional compita estatística do atraso em indicadores do desenvolvimento humano. Refractário a índices historicamente elevados, em termos comparativos, Portugal permanece até bem tarde numa «periferização face à periferia»”. (Medeiros, 2010: 51-52)

⁶¹ Leia-se Daniel Melo: “Tal como admitiam as autoridades salazaristas aquando do lançamento do PEP: «Saber ler de pouco vale, se não houver que ler. Ensinar as crianças e os adultos a ler de pouco serve, na verdade, se não se lhes criar o gosto pela leitura e se não se lhes facultar, através de serviços especializados, livros de recreio, de formação e informação [,] criteriosamente escolhidos» (Plano de Educação Popular, 1953, p. 13)” (Melo, 2004: 71).

censória sobre temáticas e autores não gratos espartilhava edição e comércio livreiro. E, na sua maior parte, autores e profissionais do livro não acederam a colaborar com as iniciativas organizadas pelo SPN/SNI⁶². Editores e livreiros viveram, durante todo o período do Estado Novo, em circunstâncias de hostilidade política por parte dos poderes instituídos como também de dificuldades de afirmação empresarial resultantes de fragilidade organizativa própria e de limitações resultantes de um mercado de potenciais leitores rarefeito pelo elevado nível de analfabetismo e iliteracia. No essencial, foi um *modus vivendi* de pontos altos e baixos, rompimentos e aproximações, também no que respeita à ambivalência da representação institucional através do Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL).

Na perspectiva da produção literária, as consequências decorrentes dos condicionalismos impostos durante todo o período do Estado Novo, incluindo a sua fase final, não poderiam deixar de ocorrer, tanto pelos efeitos limitadores da censura, como, em sentido inverso, pelo sentido de combate ideológico que se gerou. Nuno Júdice (Júdice, 2002) entende que os movimentos literários radicados no Presencismo e no Neo-Realismo contribuíram para o alargamento da ficção portuguesa no período que medeia entre o final dos anos 1920 e o início da década de 1970, releva o surgimento de romances de cariz existencialista e filosófico a partir dos anos 1950 e considera que *Dinossauro Excelentíssimo*, de José Cardoso Pires, marca «o ponto final do requiem, que é essa caricatura do Ditador que fez com que o século XX tivesse sido um penoso arrastamento do século XIX até quase ao seu final, na sociedade, nos costumes e na cultura portuguesas.» (Júdice, 2002: 318). Analisando temas e escritores de créditos já firmados ou

⁶² Citando Nuno Medeiros: “Iniciativas Como a das «bibliotecas ambulantes de cultura popular», preconizada pelo próprio António Ferro, a publicação de edições avulsas [«Coleção Pátria», iniciada em 1936 e publicada durante dez anos, com 43 volumes da autoria de Virgínia de Castro e Almeida; colecções «Cadernos da Revolução Nacional», «Documentos Políticos» e «O Pensamento de Salazar», no primeiro lustro da década de 1940; série «Grandes Portugueses» saída em 1943, na qual volta a pontificar Virgínia de Castro e Almeida, a que se associam J. Estevão Pinto e Teresa Leitão de Barros; série «Grandes Portuguesas» saída em 1949, da responsabilidade de Teresa Leitão de Barros; e outras séries de cariz popular como «Cadernos do Povo» e, com início em 1951, as colecções «Panorama» e «Páginas Portuguesas»] ou a instituição de prémios literários que consagrassem uma literatura do regime [«Antero de Quental» (poesia) Alexandre Herculano (história de Portugal), Eça de Queirós (romance) Fialho de Almeida (conto ou novela), «Camões» (obra de literatura ou ciência editada no estrangeiro sobre Portugal) «Maria Amália Vaz de Carvalho» (literatura infantil) «Pêro Vaz de Caminha» (relações luso-brasileiras), «Anselmo Andrade» (doutrina política), na generalidade instituídos no consulado de António Ferro e relativos a obras escritas entre 1934 e 1945] ilustravam não só a incapacidade de mobilização dos editores para as iniciativas oficiais como o fracasso e a impossibilidade na edificação e promoção de um fundo livreiro de edição própria” (Medeiros, 2010: 59-62).

de uma nova geração, a ficção portuguesa pós-revolução mostra-se uma realidade em movimento, indicadora de que o século XXI não vai partir do zero:

Uma coisa, no fim de tudo, é certa: na mesa da ficção deste século quase tão prodigioso como o físico de Jorge de Sena há pão, isto é, livros que chegam para todos os gostos e todas as exigências. Isso deve-se à persistência de quem os escreveu, e à luta que muitas vezes o romancista português teve de travar para ser reconhecido, em condições que quase sempre estimulavam a desistência mais do que a insistência (Júdice, 2002: 348).

Foi neste cenário, culturalmente redutor, que o antigo regime se alheou da instauração de uma rede de leitura pública a nível nacional, por intermédio do Estado e assente numa estrutura de bibliotecas públicas modernas que proporcionassem leitura gratuita para todos, empréstimo domiciliário e livre acesso a estantes, conforme consagrado universalmente através de manifesto específico da UNESCO de 1949⁶³.

Em 1957, a Fundação Calouste Gulbenkian criou o Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI) e nomeou como director o escritor António José Branquinho da Fonseca, que se manteve em funções até final de vida, em 1974. Com um projecto culturalmente evoluído que destacava a importância das bibliotecas no desenvolvimento intelectual e cognitivo e preconizava a procura do leitor, o SBI teve grande aceitação popular e tornou-se um ícone do movimento bibliotecário em Portugal⁶⁴. A Fundação Gulbenkian supriu, pois, a inacção do Estado Novo na adopção de uma política de leitura pública:

A construção de uma estrutura de leitura pública em Portugal foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil, a Fundação Calouste Gulbenkian. Apesar do contexto político adverso, com um Estado central avesso a responsabilidades na promoção cultural, a FCG soube usar o seu estatuto jurídico-institucional de excepção para colmatar as graves lacunas existentes no sector da leitura pública (Melo, 2005: 84).

Neste contexto, a imprensa, não obstante a sujeição à censura prévia instituída pela Constituição de 1933,⁶⁵ desempenhou um papel importante na divulgação da cultura em geral e do livro/literatura em particular, nomeadamente por via dos suplementos culturais/literários dos principais jornais diários publicados em Lisboa e no Porto,

⁶³ Para análise, segundo uma perspectiva histórico-sociológica, da génese e consolidação das bibliotecas públicas no sentido moderno do termo e respectiva relação com o público leitor, vd. Melo (2004).

⁶⁴ Para aprofundamento deste caso de estudo vd. Melo (2004: 281-343).

⁶⁵ Decreto-Lei n.º 222241, de 22 de Fevereiro, complementado pelo Decreto-Lei n.º 22465, de 11 de Abril, mais especificamente pelo Decreto-Lei n.º 22.469 de 11 de Abril do mesmo ano.

contribuindo também, dessa forma, para o fomento de hábitos de leitura, como escreve Artur Anselmo.⁶⁶ O papel desempenhado pela imprensa, citadina e também regional, na divulgação cultural/literária, é eloquentemente expresso por quem viveu por dentro tal realidade:⁶⁷

[...] Um de nós (Pedro) é quem pode recuar ao início dos anos 60, pois iniciou a carreira profissional em 60/61 no oposicionista “República”, sendo hoje o decano dos jornalistas que viveram o chamado “Caso República”. Nesse jornal pontificava na temática cultural / literária o venerável director-adjunto, Dr. Alfredo Guisado, com um currículo de peso: colaborara no mítico “Orpheu” e merecera de Fernando Pessoa um elogio público que ele a todo o momento relembra. O Dr. Guisado coordenava no “República” um suplemento literário cujo espaço variava imenso em função dos cortes da Censura, sempre abundantes nos temas culturais. Os colaboradores nos anos 60/70 eram notabilíssimos. Vêm à memória os nomes de Manuel Rodrigues Lapa, Henrique de Barros, Francisco de Sousa Tavares, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, e José Magalhães Godinho. Numa segunda fase, aparecem os “jovens” Raul Rego e Fernando Assis Pacheco, este coordenando e assinando uma secção muito lida, o “Prontuário das Letras”. O suplemento, titulado “Artes e Letras”, publicava-se à quinta-feira e, não obstante as fartas proibições censórias, sobrava sempre extensíssimo material remetido sucessivamente para a semana seguinte. Decide-se então criar um novo suplemento, com publicação à sexta-feira, o “Encontro”, coordenado por Álvaro Guerra e Pedro Foyos.

[...]. Em relação a outros jornais, tudo quanto possamos descrever será bem conhecido do Rui. Por exemplo, nomes indissociáveis dos suplementos literários, como Álvaro Salema (“Diário de Lisboa”) e Natércia Freire (“Diário de Notícias”). Também publicações que enfrentaram com ousadia a Ditadura, com destaque para o “Diário de Notícias do Funchal” e o “Jornal do Fundão”. Não esquecer igualmente os suplementos juvenis do “República” e do “Diário de Lisboa”, que eram na realidade suplementos culturais. Foi nesses suplementos que um de nós (Pedro) começou a

⁶⁶ Citando Artur Anselmo: “Podemos dizer que a música, a literatura, as artes plásticas e as artes cénicas na sua vertente sociológica (na qual entram autores e leitores, distribuidores e livreiros, papelarias e tabacarias, estabelecimentos de ensino e associações recreativas, teatros, cineclubes, casas-do-povo, cafés e tabernas, tudo em confraternização com a letra impressa), foram tradicionalmente apoiadas pela imprensa escrita. Obviamente, tratando-se de um país onde, como dizia Fidelino de Figueiredo na entrevista a Arnaldo Saraiva, a literatura tinha «mais autores que leitores», as páginas e os suplementos literários nunca fizeram qualquer concorrência às revistas culturais, estas entendidas no sentido de publicações periódicas e autónomas, acerca dos quais temos estudos tão autorizados como os que lhes dedicaram Clara Rocha, Fernando Guimarães ou Daniel Pires.

Encarando o assunto na perspectiva do historiador do livro, poderemos afirmar que, no caso da literatura, os suplementos e as páginas especiais eram a forma mais económica de estimular o gosto da leitura num público de fraco poder de compra: como os jornais (grandes e pequenos) sobreviviam à sua própria custa, uma página de colaboração literária, entre as 20 ou 30 do jornal, não custava rigorosamente nada em termos de obra tipográfica e só prestigiava o jornal, mesmo que a colaboração fosse paga, como acontecia nos matutinos lisboetas «Diário de Notícias» e «Diário da Manhã» e nos vespertinos «Diário de Lisboa» e «Diário Popular». Quanto aos jornais do Porto, todos tinham também as suas páginas literárias: a mais construída era indiscutivelmente a d’ «O Comércio do Porto» (organizada por Costa Barreto) mas a do «Jornal de Notícias» (da responsabilidade de António Ramos de Almeida) e a d’ «O Primeiro de Janeiro» (dirigida por Jaime Brasil e, mais tarde, por Alberto de Serpa), embora com menor colaboração original de autores portugueses, tinham também lugar bem marcado na vida cultural” (Anselmo, 2011: 71-72).

⁶⁷ Maria Augusta Silva (jornalista, poeta e crítica literária) e Pedro Foyos (jornalista e escritor), em informação que me foi transmitida por escrito, no quadro da presente investigação, a 28 de Outubro de 2016.

entrevistar, na transição da década de 50 para 60, grandes escritores portugueses, como Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro e muitos mais. Infelizmente, a Censura desfigurou em grande parte as declarações dos entrevistados e não raro foi comunicada a proibição integral. [...].

É no enquadramento antes apresentado, e no querer dos protagonistas, que fecundam as raízes de progresso que, sopradas pelos ventos de mudança internacional e nacional, iriam florescer na edição e comércio do livro em Portugal, como se analisa no final do presente capítulo (vd. *infra*, itens 3.3 e 3.4).

3.1.3.1. Testemunhos sobre a edição e comércio livreiro no final do Estado Novo

Questionados sobre as especificidades do exercício profissional no período do Estado Novo, com especial enfoque na sua fase final (1970-1974), os entrevistados deixam transparecer, nos seus testemunhos, as variadas sensibilidades pessoais, o diversificado percurso de vida e os diferentes ângulos de visão relacionados com as funções então exercidas na edição e comércio do livro. Os seus olhares e percepções, relativamente à influência da conjuntura política e sociocultural em Portugal na época do antigo regime, no que respeita ao exercício da actividade profissional no sector do livro, evidenciam uma notória diversidade na forma como foi sentida, e como é abordada, uma realidade comum; cambiantes a que não é alheio o grau de maior proximidade ou afastamento do antigo regime. A ênfase colocada nos vários impactos que neste âmbito se fizeram sentir, sai enriquecida pela pluralidade de conceitos e experiências e, inevitavelmente, incide muito em especial na temática relativa ao regime censório.

Fernando Guedes, que fundou a Editorial Verbo em 1958, e já anteriormente se envolvera em movimentos intelectuais conservadores, nomeadamente a fundação da revista *Távola Redonda* (publicada entre 1950 e 1954), manifestou a seguinte opinião:

Pensando, se calhar pela primeira vez, nisso, as únicas variações que hoje, passados trinta ou quarenta anos, me ocorrem... é que havia títulos, obras, que se faziam e que deixaram de se fazer a partir de setenta e quatro por causa do tumulto que se gerou.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha, editor e líder da Editorial Presença desde a sua fundação em 1960, que se iniciou como editor na sequência do gosto pela escrita e pelo livro que cultivara desde muito jovem e da subsequente frequência assídua de livrarias, em especial a livraria de António Barata com quem se associou para constituição da editora, releva:

É claro que cada editor teve a sua maneira de agir e isso estabelece também uma relação entre trajectórias e essa maneira de agir, de funcionar.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa que em 1962 se iniciou como livreiro quando Fernando Fernandes decidiu abrir em Lisboa uma filial da Livraria Divulgação, começou a apaixonar-se pela leitura quando frequentava o ensino comercial, o que cedo o levou a frequentar o espaço de relevante debate cívico e cultural que a referida livraria mantinha no Porto. Em 1965 aceitou convite para a direcção editorial da Portugália Editora, de que era proprietário o industrial Joaquim Agostinho Fernandes. Diz-nos:

Isso [havia um grupo relativamente restrito de pessoas que lia muito e depois havia um grande grupo que não tinha acesso ao livro] é mais rigoroso, é mais exacto. [...]. Ah! Com certeza [era uma conjuntura limitativa, que era difícil, pouco propícia à divulgação do livro]. E à leitura.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo que em 1964 entrou para a editora Publicações Europa-América por via de contacto estabelecido pelo livreiro Fernando Fernandes, proprietário da Livraria Divulgação no Porto, com o qual estabelecera relação de proximidade ao tornar-se frequentador assíduo das tertúlias e encontros que com grande regularidade ali ocorriam, testemunha:

Eu depois de sair da Europa-América e entrando na D.Quixote [1966], é como se estivesse, de facto, a entrar num mundo inteiramente novo para mim, mas que só tinha a ver com o meu mundo de cultura e de gosto cultural pela informação. Sempre tive muito gosto pela informação. Aliás a D.Quixote vai ter uma componente muito forte a nível de informação. Os cadernos D.Quixote foram isso, é preciso dizer que a colecção Cadernos D.Quixote teve uma primeira série de 50 títulos, saiu ainda uma segunda série que quando eu saí [1974] já tinha à volta de 20, mas depois chegou aos 30. E depois tinha muitos outros livros que publicou, mas que tinham também a ver com a formação cultural dos estudantes. Tinha uma coisa chamada Universidade Moderna.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente começou o percurso na edição em 1966 na editora Publicações Europa-América por via de contacto que, dado o interesse precoce que tinha pelos livros como fonte de promoção do conhecimento e debate de ideias, tomou a iniciativa de estabelecer com o editor Francisco Lyon de Castro. Sobre o período em análise, durante o qual também colaborou na revista *Análise Social*, expressa:

Centrando-me no que é a minha vida nesse tempo de trabalho, eu nessa altura trabalhava com o grande professor Sedas Nunes no Instituto de Ciências Sociais. Chamado então ainda Gabinete de Investigações Sociais. Era muito pequeno [o GIS], eu tinha estado na Europa-América e o professor Sedas Nunes convidou-me para eu ir para lá, para trabalhar com ele. [...] E essa revista, que sendo uma revista de ciências sociais e humanas, conseguiu – falando com toda a objectividade, com a minha presença ao lado dele, efectiva, emotiva e solicitada –, conseguimos que uma revista de ciências sociais figurasse no «top» dos livros mais vendidos da época. [...] E isso deve-se a quê? Isso deve-se, e agora vou à sua questão concreta, deve-se a um surto de interesse muito grande pela realidade do país. [...] e como era uma revista especializada, fugiu àquela maneira muito sujeita a pressões... a pressões era, mas não era uma revista, digamos uma revista tratando profundamente temas quentes da sociedade portuguesa, ligados com o desenvolvimento, dado ser uma revista de especialidade e científica, não era muito atingível pela questão política clara. E, portanto, a revista não foi nunca apreendida, mas a verdade é que naqueles números da revista está o que de mais profundo se escreveu sobre a sociedade portuguesa, e mais rigoroso e mais livre dessa época. [...]. Entretanto, nessa altura e ao mesmo tempo eu trabalhava na D.Quixote.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos que em 1967 iniciou o envolvimento com o sector editorial no & etc – suplemento do *Jornal do Fundão* que em 1974 se autonomizaria como editora – exerceu também actividade no âmbito da informação e da cultura como escritor e colaborador de diversos jornais e suplementos literários, e viria a ser proprietário e editor das Edições D.Quixote. Sobre a vida de editor nos tempos do Estado Novo diz:

Há uma coisa que se destaca de tudo o mais, que é a existência da censura e o termos de trabalhar com a presença da censura, que no caso do livro não era prévia como nos jornais e revistas, mas se exercia à-posteriori o que tornava a actividade editorial extremamente arriscada porque muitas vezes os livros faziam-se e depois de feitos e comercializados a censura exercia-se sobre eles e mandava-os apreender; os livros eram retirados ao armazém do editor, onde estavam os stocks, eram retirados à livraria, e portanto representava do ponto de vista empresarial... a censura magoava as editoras, enquanto empresas, porque lhes causava prejuízos com grande acuidade.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira que em 1968 iniciou a ligação ao mundo da edição na Editorial Íbis, a convite do escritor Dinis Machado, desde muito jovem se revelou uma leitora compulsiva e cedo se dedicou ao trabalho de tradução literária. A colaboração com a Íbis estendeu-se à Bertrand, editora (que integrava o grupo «editora-gráfica-distribuidora-livrarias» detido pelo industrial e financeiro Manuel Bulhosa) para a qual transitou em

1971. De acordo com a experiência vivida na Bertrand, no contexto sociopolítico em questão, observa:

Eu [na Bertrand a partir de 1971] não tinha autonomia [de decisão]. Era uma Assistente Editorial que por falta de comparência de pessoas acima acabei por ir fazendo coisas. Para além de Assistente Editorial passei também a escolher livros e a pôr livros que cancelaram..., mas sem ter esse nome. E, portanto, fazia... é uma fase muito louca porque se podia fazer umas coisas e de repente não se podia porque a situação mudava quase de um dia para o outro e era preciso contar outra vez a história toda a quem vinha, a ganhar outra vez espaço.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho iniciou actividade profissional na edição em 1969, a convite do editor José Cruz Santos, que fundara no Porto a Editorial Inova. Desde criança que a leitura lhe despertara grande curiosidade, o que o levava a utilizar assiduamente a Biblioteca Itinerante da Gulbenkian e, mais tarde, a integrar um grupo de colegas e amigos para os quais o livro constituía a componente central da vida sociocultural e a tornar-se um dos sócios fundadores da cooperativa livreira UNICEPE, em 1963. Numa visão retrospectiva, considera:

Indiscutivelmente que a vida mudou em 74; isso é indiscutível. Mas eu queria assinalar uma certa continuidade. Porque sempre os editores tiveram um papel relevante. Pela própria natureza da sua especialidade. O editor que pode apostar num Alves Redol...e ele tem um papel político.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Importa evidenciar que, independentemente das diferenças de perspectiva política e profissional, é partilhado um sentido comum de serviço à causa do livro como instrumento privilegiado de difusão do conhecimento e da informação. Trata-se de uma postura socialmente relevante numa época em que prevaleciam princípios que o regime opressivo considerava fundamentais para a perpetuação do Estado Novo: baixo nível de escolaridade, desinformação, obscurantismo cultural e repressão exercida através da censura, da polícia política e de decisões arbitrárias de tribunais dependentes do poder político.

3.1.4. Constrangimentos censórios

A censura começa a incidir formal e directamente no domínio do exercício da edição livreira, quando em Agosto de 1943⁶⁸ foi determinado que, de futuro, a constituição de empresas editoriais de livros ou de outras publicações ficava sujeita ao cumprimento das obrigações de censura prévia impostas à imprensa em 1936.⁶⁹ Na área do livro, os constrangimentos censórios incidiam, pois, sobre os autores, os conteúdos das obras e até ao direito de exercício da actividade editorial e livraria.

Já no período marcelista, após a promulgação da Lei de Imprensa de Novembro de 1971⁷⁰, a Censura Prévia passou, aquando da regulamentação da referida Lei em Maio de 1972⁷¹, a designar-se Exame Prévio, mantendo o essencial das limitações antes definidas, nomeadamente por via da restrição do direito à constituição de empresas e pelo estabelecimento de limites à garantia de liberdade de imprensa. A censura ao livro exercia-se *a posteriori*, com excepção dos casos que passaram a estar previstos na legislação relativa ao Exame Prévio:

À biblioteca da Secretaria de Estado da Informação e Turismo deverá ser enviado um exemplar das publicações não periódicas que versem assuntos de carácter político, económico ou social, pelo editor ou entidade equiparada, até três dias antes daquele em que sejam postas a circular, com indicação, na própria obra ou em verbete de remessa, da sua tiragem (n.º 2, do artigo 60.º, do Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de Maio).

Esta limitação directa à criatividade e ao conhecimento teve igualmente grandes repercussões na autocensura, uma das formas mais insidiosas de cercear o exercício da liberdade de expressão. Como escreve José Tengarrinha:

Lembro-me de conversas que tive sobre isto com Ferreira de Castro a propósito de *A Lã e a Neve*, em que me confessou que para ele o pior censor era o que sentia permanentemente sentado a seu lado, não tirando os olhos do que ele escrevia (Tengarrinha, 2000: 434).

Em *Mutiladas e Proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Cândido de Azevedo (1997) centra-se no estudo da acção

⁶⁸ Decreto-Lei n.º 333015/43, de 30 de Agosto.

⁶⁹ Decreto-Lei n.º 26589/36, de 14 de Maio.

⁷⁰ Lei n.º 5/71, de 5 de Novembro.

⁷¹ Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de Maio.

censória no domínio das obras literárias, políticas ou filosóficas.⁷² Começa por realçar o conceito que, nas mais variadas formas, rege a atitude censória: incutir, nomeadamente pela via da ambiguidade, arbitrariedade e imprevisibilidade nas decisões, e pela repressão espúria – proibição, apreensão e destruição de livros, inibição de exercício de funções em instituições do Estado, vexame e humilhação pública, julgamento em tribunais plenários, exílio forçado, prisão –, todo o tipo de medos no seio dos intelectuais e dos criadores literários. No que respeita aos anos 1970, período central desta investigação, refere que as expectativas de “liberalização” decorrentes da ascensão de Marcelo Caetano ao poder, em 1968, cedo se mostraram infundadas, como resultou claro da inviabilização da Lei de Imprensa apresentada na Assembleia Nacional, em 22 de Abril de 1970, pelos deputados da ala liberal, Sá Carneiro e Pinto Balsemão, e da artificialidade que caracterizou a extinção da Direcção dos Serviços de Censura, em Maio de 1972, ao ser criado, nesse mesmo mês, o regime de “exame prévio”⁷³. Na análise aos métodos de actuação na censura a obras literárias, C. Azevedo releva os critérios político-ideológicos do regime, a censura a livros de autores estrangeiros e a contradição que caracterizava os procedimentos, decorrente do facto de os censores, embora regendo-se pelos critérios políticos, morais e sociais definidos pelo Estado Novo, introduzirem com frequência a sua própria, e nem sempre coincidente ou abalizada, apreciação de valores culturais, morais, sociais ou políticos. Constata que, em regra, prevalece a proibição repressiva sobre obras consideradas comunizantes ou subversivas, assim como sobre aquelas onde transparecessem críticas às figuras dominantes do antigo regime, as que contrariassem os valores morais defendidos – na relação com a Igreja Católica e Clero, nas relações sociais, nas relações de trabalho, nas relações homem-mulher, no conceito de família, na linguagem, na sexualidade –, e aquelas que favorecessem a defesa dos direitos do homem, a contestação estudantil, o antimilitarismo, ou o anticolonialismo. Observa que, embora autores portugueses, como José Cardoso Pires, considerem que os censores visavam principalmente o escritor nacional, existe evidência de que para além das obras

⁷² Citando Cândido de Azevedo “Sino das letras e fadário dos nossos escritores e pensadores, obrigados a submeterem os seus livros ao apertado crivo da Censura: Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, Vergílio Ferreira, José Régio, António Sérgio, Maria Teresa Horta, José Cardoso Pires, Agostinho da Silva, Augusto Abelaira, Irene Lisboa, Fernando Namora, Maria Judite de Carvalho, Isabel da Nóbrega, Egito Gonçalves, Urbano Tavares Rodrigues, Jorge de Sena, Isabel Barreno, Miguel Torga, Alves Redol, Sophia de Mello Breyner Andresen... e tantos outros” (Azevedo, 1997: 11)

⁷³ Regime no essencial em tudo semelhante ao anterior, através das limitações previstas na base XIII da Lei n.º 5/71 e do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 150/72.

estrangeiras de pendor político-ideológico contrário ao regime, também a literatura estrangeira em geral era objecto de frequentes proibições. A transcrição de múltiplos pareceres dos censores e despachos da hierarquia superior é profusamente usada por Cândido de Azevedo, que conclui o livro ilustrando a ignomínia dos constrangimentos censórios com o testemunho prestado por Ferreira de Castro, em 1949, no âmbito da campanha do general Norton de Matos à presidência da República:

Mas a alma portuguesa não foi somente mutilada. Foi, também, acrescentada de algo que a humilha constantemente. Eu refiro-me – escreve Ferreira de Castro – a essa zona obscura, cheia de sombras, de hipóteses dramáticas, que é o temor existente no espírito dos portugueses, de todas as classes, que discordam do actual regime. Nos intelectuais, esse receio começa nas próprias fontes de criação. Ao escrever, eles sabem que algumas simples frases podem tornar-se inimigas do seu autor e servir para condenação da obra de que eles fazem parte – uma obra que, em muitos casos, exige longos e pacientes anos de trabalho e constituiria, porventura, um motivo de orgulho, de enriquecimento espiritual do povo que a produziu, inclusive daqueles portugueses que mantêm a censura. De aí, esse temor que tira toda a espontaneidade criadora, de aí essa íntima tortura vinda duma presença invisível que representa vetos definidos e vetos indefinidos – estes ainda mais graves do que aqueles, pois desorientam quem escreve, enchendo-o de dúvidas, de constantes hesitações e levando-o, a maior parte das vezes, a falsificar a sua obra, a falsificar-se a si próprio! Dos prejuízos que disto advém para o país, para o seu tesouro intelectual e artístico, para o seu legado ao futuro e até aos outros povos, é inútil falar, pois todos sabem que não são os regimes, quaisquer que sejam, que resistem ao tempo – e sim as criações do espírito (*apud* Azevedo, 1997: 220).

Em *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Cândido de Azevedo (1999) aborda a censura também sob a forma de auto-censura, como instrumento condicionador de consciências e manipulador de ideias e comportamentos, ao serviço dos objectivos estratégicos que o regime promovia através do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN); uma máquina poderosa, tentacular e repressiva que visava encenar um país inexistente, criando uma imagem virtual sobre as contradições e dificuldades em que viviam os portugueses e ocultando o isolamento hostil da comunidade internacional. Numa obra que percorre todo o tempo do Estado Novo e contempla, detalhadamente, os diversos meios, formas, processos e instituições envolvidos na censura, a componente cultural está sempre presente, nomeadamente por via da narrativa de episódios significativos e pelo testemunho de agentes da cultura, incluindo

escritores e intelectuais⁷⁴. Acrescem os relevantes e esclarecedores depoimentos escritos especificamente para esta obra por personalidades marcantes no domínio da cultura: José Saramago, José Cardoso Pires, Maria Teresa Horta, Luiz Francisco Rebello, Fernando Luso Soares, Artur Ramos, Eduardo Geadá, Igrejas Caeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Mário Ventura, José Carlos de Vasconcelos, Alexandre Pinheiro Torres e Francisco Lyon de Castro. A censura literária é ilustrada com uma relação anotada de livros proibidos (mais de cinco centenas) de autores portugueses e de países de língua portuguesa durante o Estado Novo. Num olhar abrangente, a censura cultural é assim caracterizada: «Em matéria de liberdade de expressão e de criação artística e literária, os tempos que foram de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974 foram tempos de arbítrio, de violência e de ignomínia» (Azevedo, 1999: 498). E quando refere a censura ao livro no período final do Estado Novo, afirma:

A linguagem mudou, mas alterações impulsionadas por Marcelo Caetano, no quadro da política dita de «renovação na continuidade», não bastaram, no essencial, para alterar fundamentalmente a situação anterior neste domínio. Inclusivamente, a situação agravou-se no que respeita às publicações não periódicas que, para além das limitações criadas pelas leis anteriores, viram-se agravadas com novas obrigações, como a que impôs a entrega antecipada de todas aquelas que versassem assuntos de carácter cultural, económico ou político, até três dias antes do início da respectiva circulação, nos serviços de informações.

Verificou-se, ao invés – e como já anotámos –, depois de um curto período de abertura, um recrudescimento da censura literária.

Um exemplo particularmente esclarecedor dessa involução é o despacho do ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, de 3 de Novembro de 1972, em que dá à Direcção-Geral de Segurança, ou seja, à polícia política (ex-PIDE), novas instruções⁷⁵, por considerar ter-se verificado um «aumento substancial de publicações que atentam contra a sociedade e a ordem e ofendem os bons costumes» (Azevedo, 1999: 504).

A vigilância política e ideológica, associada à prática repressiva, configuraram a censura ao livro também como instrumento persecutório *ad hominem*, visando escritores e editores postergados pelo regime. O depoimento do editor Francisco Lyon de Castro é ilustrativo quando refere a represália que sofreu após ter reiterado, em discurso no

⁷⁴ Adolfo Casais Monteiro, Angela Caires, António Alçada Baptista, Ferreira de Castro, José Régio, José Tengarrinha, Augusto Costa Dias, Manuel Mendes, Maria Archer, Manuel da Fonseca, Manuel Rodrigues Lapa, Mário Dionísio, Mário Soares (enquanto autor do livro *Portugal baillonné – Un témoignage*, publicado em 1972, em França), Papiniano Carlos, Raul Rego ou Vasco Granja.

⁷⁵ Nas palavras de José Brandão: “1 – Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos – pornográficos ou subversivos; 2 – Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição; [...] 5 – Organizar a visita regular às livrarias de todo o país para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos e para apreensão dos que já estão proibidos pela Direcção dos Serviços de Censura” (Brandão, 2012)

Congresso da União Internacional de Editores realizado em 1965, na cidade de Washington, a necessidade de ser defendida a liberdade de publicação e circulação de obras literárias nos países em que os regimes políticos interviam na vida editorial; depois de regressar a Portugal, a sede das Publicações Europa-América foi assaltada pela polícia política, que apreendeu 73 000 livros, deixando bem claro o carácter persecutório e o propósito de destruir a sua editora. Os testemunhos e depoimentos são avassaladores quanto aos princípios e práticas dos censores: do civilizado ao boçal, do culto ao inculto, do confiável ao traíçoeiro, do solene ao caricato, do desconfiado ao ingénuo, tudo era imprevisível. Embora assentes em premissas políticas e ideológicas, os critérios da censura literária eram vagos, subjectivos, contraditórios, arbitrários e imprevisíveis; dependiam da cultura, da tolerância política e da maior, ou por norma menor, sensibilidade dos censores.

Em reflexão sobre o bloqueio sociocultural por via da censura identifico alguns exemplos ocorridos já no período final do Estado Novo: 1) Em 1959, o escritor Aquilino Ribeiro, então com 74 anos de idade, foi levado a Tribunal Plenário, indiciado por delito de opinião relativo ao conteúdo do romance *Quando os Lobos Uivam*; 2) Augusto Abelaira, Manuel da Fonseca e Alexandre Pinheiro Torres, membros do júri que atribuiu o prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) ao livro *Luuanda*, do escritor angolano Luandino Vieira, à data preso no Tarrafal por motivos políticos, foram detidos às ordens da PIDE na sequência do assalto que a polícia política efectuou às instalações da SPE (ulteriormente extinta pelo regime) na noite de 21 de Maio de 1965; 3) Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, Ernesto Melo e Castro, Luiz Pacheco e o editor Fernando Ribeiro de Mello, foram julgados em Tribunal Plenário e condenados com multas e prisão remível, pela publicação, em 1965, do livro *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*; 4) Entre 14 e 23 de Junho de 1965 foram proibidos 23 títulos e apreendidos 73 mil livros publicados pela editora Europa-América, de Francisco Lyon de Castro, com um prejuízo à época estimado em 700 contos; 5) Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa foram levadas a julgamento pelo Tribunal Plenário, em 1973, pela publicação de *Novas Cartas Portuguesas*, vindo a ser absolvidas já após 25 de Abril de 1974; 6) No relatório da Comissão de Censura relativo a Janeiro de 1974 é referida a apreensão de quase 150 títulos, em apenas um mês.

Porque os efeitos do passado para o futuro são férteis e se prolongam no tempo, a censura exercida pelo Estado Novo deixou marcas impressivas na sociedade portuguesa.

3.1.4.1. Testemunhos sobre a incidência da censura no sector do livro

As acções censórias eram concretizadas das mais variadas formas e incidiam sobre todos os elos da cadeia editorial e livreira; muitas vezes independentemente do conteúdo da obra, mas tão somente em razão de quem a tinha escrito, editado ou difundido. E até em função do título, da proveniência ou destino geográfico, ou simplesmente por actos de vingança, de autoritarismo, de amedrontamento gerador da autocensura ou, não raro, por pura ignorância dos censores. O testemunho dos entrevistados é esclarecedor quanto aos constrangimentos culturais e empresariais que a censura ocasionou, sempre que o exercício da actividade editorial e livreira era desenvolvido em desconformidade com o cânone estabelecido ou por quem não tivesse relação próxima com o poder instituído.

Fernando Guedes expressou ausência de problemas com a censura e referiu as razões que no seu entender justificaram esse privilégio:

Eu nunca tive grandes problemas [no período 70-74] porque as nossas áreas principais não tinham muito a ver com esses problemas... as áreas principais da Verbo não tinham muita razão para ser tocadas, digamos, pelo bicho da censura e de tudo isso. Porque ou eram livros infantis, ou eram dicionários e enciclopédias, e sobretudo a enciclopédia que nos ocupou toda a década de 70... a segunda edição, a edição século XXI. De modo que realmente eu não tenho experiência, nunca tive experiência, que alguns colegas meus terão tido.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha assume que a Presença teve problemas com a censura e explicita o tipo de situações que se colocavam:

Pois eu tive sim [problemas com a censura], é verdade que eu fui responder até num processo por causa de publicações que eles consideravam atentatórias do Estado português, não é verdade... e pronto. Mas é verdade que sempre se arriscou. Quer dizer, não íamos buscar de entre aqueles livros que já tinham carga revolucionária muito visível, não estou a dizer isso. Isso [os autores escolhidos] eram as pessoas que tivessem argumentação teórica, mais teórica até do que se quisesse operacional. Isso era uma condição para... e passavam vários livros que não eram objecto de apreensão. Embora houvesse dois tipos de apreensão, curiosamente também, em Portugal. É que havia muitos livros que deixavam circular no país, em Portugal continental, mas não nas colónias. Havia livros que eram apreendidos, pura e simplesmente apreendidos lá. E sem mais nada... acabou-se. Esses livros já não circulam em Angola, sobretudo em Angola e Moçambique; e eram os maiores mercados, os mercados mais fortes. Enfim... no mercado colonial os mercados mais fortes eram Angola e Moçambique. Era aí que eles atacavam.

Foram vários livros apreendidos. Eles iam lá [aqui assim, em Portugal], aos armazéns da Presença, e iam às instalações dos serviços... iam lá. [...].

Não [não havia acordo com a Presença para passar livros proibidos “por baixo do balcão”], era um negócio absolutamente próprio do livreiro. O Barata [livreiro António Barata] tinha os livros, que encomendava, e quando eram apreendidos ele pura e simplesmente escondia-os para não serem... a PIDE ia às livrarias e “matava” os que estivessem visíveis, à vista. [...] Alguns da Presença também. Mas nós fazíamos aquelas edições e não fazíamos mais. Nós não tínhamos um processo de venda na clandestinidade. Publicávamos, quando eram apreendidos, eram apreendidos. [...].

Designadamente o Barata [António Barata da livraria Barata] chegou a estar preso por causa disso. [...] ele já tinha sido avisado que tivesse cuidado. E ele em dada altura surgiu-lhe uma importação de livros estrangeiros, já devidamente encomendados, com livros de escolha dele e que a polícia já tinha sob vigilância. E ele já tinha sido informado disso, já sabia que os livros estavam sob vigilância. Insistiu... e até falámos, ele falou comigo e eu disse-lhe: não corra esse risco. Mas ele não conseguiu e... foi mais forte do que ele... e aquela vontade, aquela vontade... e quando ele foi lá já estavam à espera dele [...] Não, felizmente não [não esteve muito tempo preso], ele também não estava envolvido em nenhuma actividade, era só o seu negócio, mais nada. [...] E aquela situação de terem-no prendido foi mais como um aviso. Quer dizer... já sabem que isto é assim... exactamente... é para todos verem.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa vivenciou duas realidades diferentes, como director editorial da Portugália Editora (1965-1970) e posteriormente como proprietário das Edições 70, o que proporciona evidenciar a ambiguidade de critérios praticada pelo regime censório, como resulta claro do seu testemunho:

Na Portugália Editora não era eu que tinha a titularidade de lidar com o... creio que era tenente-coronel, era o homem, era o chefe, eu cheguei a conhecê-lo... Não tenho má impressão dele. Sei que era um homem que tinha uma função, que era aquela, era ser o chefe dos censores, E era nessa perspectiva, nessa medida, em que uma ou outra vez era preciso recorrer à pessoa que tinha influência junto dele que era o “velho” Joaquim Agostinho Fernandes, um grande industrial [....] Mas ele ia resolver os problemas com ele. Em que plano os resolvia não sei. Mas resolvia evitar que um livro fosse apreendido, resolvia apresentar um livro para apreciação prévia. Levava um original por sugestão, ou minha ou de pessoas que me antecederam... [...]. As dificuldades... quando se é uma casa com a imponente que tinha a Portugália Editora, que se sabia que os capitais vinham da grande indústria conserveira que era o Algarve exportador... é evidente que a censura considerava que dali não poderia vir grande mal. Contudo, havia leituras prévias que de repente a PIDE aparece no caminho e manda apreender, e isto é uma perda. Também na Portugália. Eu assim de momento não me consigo lembrar de livros que na Portugália tenham sido apreendidos. Mas houve, mas houve bastantes. E que não tinham nada a ver com o tenente-coronel Nazaré. Nada. Não era ele que determinava, era o censor não era a PIDE. [...]

Depois, quando passo para as Edições 70, começa logo aí, no acto de registar o nome da casa a censura não se intrometeu naquilo que era considerada a necessidade de um alvará, mas não facilitou, não facilitou. [...] Primeira experiência com a censura, em 1972, em Dezembro de 1972, já estava em plena actividade, já tinha publicado uma

trintena ou quarentena de livros, e saíram do Tarrafal, em Cabo Verde, vários escritores angolanos, nacionalistas angolanos [...] Praticamente todos os dirigentes que viriam a ser dos vários países independentes tinham sido meus conhecidos ou até num ou noutro caso meus amigos [...] e eu, sem grandes hesitações, ofereci trabalho ao Luandino [Vieira] que me tinha manifestado curiosidade pelo mundo editorial [...] E a certa altura nesse ano, sabendo eu que o *Luuanda* [...] nunca fez parte daqueles boletins que a censura publicava de livros proibidos [...] fizemos uma tiragem, que se não estou em erro foi de 4.000 exemplares, e no princípio de Dezembro de 72 o distribuidor da altura andou a distribuir pelas livrarias e pronto fez o seu trabalho. Eu fiquei ainda com umas centenas de exemplares de reserva no meu automóvel com receio que acontecesse o que veio a acontecer. Não tenho a certeza em que mês foi, mas em Janeiro, finais de Janeiro [de 73], veio então uma apreensão generalizada [...]. Passado muito pouco tempo aparece um auto [...] multava a casa em trezentos contos e determinava que pagássemos no prazo de 60 dias ou 90 dias, não tenho a certeza... Eu na altura não podia pagar, não tinha dinheiro, e como a intenção nunca seria pagar fizemos uma contestação através de um advogado [...]. Depois veio o 25 de Abril e eu não tive de desembolsar aquela brutalidade de dinheiro.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo reporta-se à experiência vivida como director literário da D.Quixote entre 1966-1974, um período final do Estado Novo em que a editora fundada pela dinamarquesa Snu Abecassis teve grande importância na liberalização da esfera cultural em Portugal:

Teve muito livros apreendidos [a D. Quixote] e, portanto, prejuízos também, com a apreensão dos livros. Mas também conseguiu vender muito livro até já depois de estar apreendido. [...] Só dos Cadernos D. Quixote teve aí... mais de uma dúzia; uns doze a quinze títulos [apreendidos], mas teve outros livros proibidos. Até teve um romance do Norman Mailer que era *Os Exércitos da Noite*, o livro mal saiu foi logo apreendido, e muitos outros também.

O Barata [Livraria Barata] foi um suporte importante para difusão de livros proibidos. A D. Quixote contou muito com o Barata. [...]. [A D. Quixote tinha uma lista de cerca de 20.000 pessoas] e mandava, mandava até um pequeno boletim. E também havia muito a informação verbal. Falava-se de um livro assim e tal... *A crise da Igreja* vendeu mais de 13.000. Dos Cadernos D. Quixote.

[Snu Abecassis foi chamada] à Direcção Geral de Informação... 73. Estamos quase nas vésperas do 25 de Abril. Portanto foi ela e, disse-me, o Manso Pinheiro pela Estampa e o Soares da Costa pelas Edições 70. E todos... foi uma informação institucional dada pelo novo director geral de Informação [Geraldes Cardoso], de editar muito bem, mas vejam lá o que é que publicam. [...]

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente refere igualmente a experiência, relativa à censura, que vivenciou nas Edições D.Quixote entre 1970 e 25 de Abril de 1974, adicionando informação complementar à já testemunhada por Carlos Araújo:

A D.Quixote era como sabe uma editora muito atenta à política e que publicava livros de intervenção nessa área, no caso da D.Quixote muitos deles apreendidos. Apreenderam muitos livros. E lembro-me perfeitamente de escrever um texto para uma colecção que se chamava *Documentos D. Quixote*, sobre a Irlanda, o Carlos Araújo é que arranjou o título *Irlanda: Católicos contra Protestantes*; eu, que “escrevi” esse livrito, e na contracapa do livro eu arranjei uma frase que era... tinha fotografia, havia uma foto de um incêndio da cidade, e eu dizia... havia uma intervenção da polícia... dizia: não há polícia que faça parar o incêndio que dizima a Irlanda; e isso, foi censurado por causa disso.

Nós tínhamos essa técnica que o Rui Beja deve lembrar-se, nós conseguíamos vender os livros na D. Quixote antes de a PIDE os apreender. A história [que vou contar] é bastante interessante, lembro-me que nessa altura ocupava-me da promoção sobretudo, e nós conseguimos vender antes de eles virem apanhar o livro; quando eles vieram apanhar o livro estava todo vendido. Acho que foi mesmo das operações mais bem feitas, pelo menos em que eu participei. Foi quase vem cá, porque aquilo foi uma coisa muito eficaz, muito eficaz. O livro chamava-se *Pensar Portugal Hoje*, do João Martins Pereira, que era um homem de esquerda, muito de esquerda [...] nunca me esqueci dele porque vendemos dez mil livros assim de uma assentada o que era muito livro como sabe.

Portanto nessa altura era a altura do *Cadernos* [D.Quixote] e isso, e da *Mafalda*, em que nós lançámos a *Mafalda*, eu tive uma intervenção grande na promoção da *Mafalda* com *slogans* que depois foram aproveitados até pelas associações de estudantes; lembro de um que era “deixem a Mafalda voar” e a *Mafalda* passou a ser usada nas associações de estudantes para, enfim, com esses objectivos que sabe, e para mim era muito gratificante ver que a minha frase, digamos que é lançada depois nas associações de estudantes.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos que, conforme antes referido, considera a censura como factor de grande relevância no contexto sociopolítico do estertor do Estado Novo, especifica algumas particularidades:

A censura tinha vários aspectos. Podia ser exercida relativamente ao livro, ou às vezes pura e simplesmente por ser escrito por aquele ou por outro autor. A censura exercia-se [também] relativamente ao nome do autor. Muitos autores tinham os seus livros quase automaticamente apreendidos independentemente do conteúdo. [...].

Eram as grandes preocupações dos editores nessa altura. Fazer com que a sua tiragem, a tiragem de certos livros, fosse colocada e vendida num tempo curto de modo a evitar os riscos de o livro ser apreendido ainda com parte da tiragem no armazém. E, portanto, isso era uma preocupação importante por duas razões: a nível empresarial e a nível do sucesso cultural daquela edição na medida em que se ela fosse apreendida não chegaria às mãos [do leitor] nem à leitura. [...].

E havia um livreiro que se especializou nessa técnica de fintar a censura [vender “por baixo do balcão”], que foi o proprietário da Livraria Barata, António Barata, que chegava a comprar partes importantes da edição apostando que ela ia ser apreendida; defendia o livro, defendia o editor e proporcionava aos seus leitores edições que não circulavam.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira testemunha a forma como percepcionou o constrangimento censório ocorrido na editora Bertrand no período final do Estado Novo:

Com nenhuma [dificuldades com a censura oficial]. Era mais com a censura interna, e eu há bocado estava-lhe a contar a história do *Dinossauro Excelentíssimo*, que o António Ramos quis trazer o Cardoso Pires para a Bertrand e o primeiro livro que trouxe foi o *Dinossauro Excelentíssimo* e eles não... a administração da altura não quis publicar. [...] Não foi sequer por medo da censura, foi por ideologia. Não foi por ter medo da censura. Foi por decisão própria. É para mim um período muito.... muito atípico porque era muito variado. As condições em que se trabalhava mudavam quase de um dia para o outro. E a minha preocupação era manter os autores com quem eu trabalhava, em condições normais, não é?

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho, na Editorial Inova entre 1969 e 1972, transmite o entendimento que colheu sobre o funcionamento e impacto da censura ao livro e testemunha como ela se reflectiu na edição quando começou a haver sinais de que o antigo regime deixara de ter capacidade de reagir:

Os livros tinham uma situação particular. Porque a imprensa tinha censura prévia, os livros não, eram lidos *a posteriori*. Portanto isto era arriscado do ponto de vista dos editores e muitas vezes... isto aí pelos anos 40, 50, os editores, ou os autores, lançavam o livro à censura antes de o publicar; por exemplo o Manuel da Fonseca e muitos outros, em muitos sítios entregavam ao editor, ele fazia uma prova e eles levavam à censura. Muitos deles, muitos autores faziam isso tentando evitar a recusa. [...]. Digamos, o editor fazia a edição e corria o risco de ela ser completamente apreendida. Às vezes na própria tipografia. Ela [a edição] nem chegava sequer a sair porque a polícia tinha informações, vinha a PIDE buscá-la à saída e dificilmente... Conto um episódio, e um episódio de pura vingança com o Lyon de Castro, da Europa-América, deles terem apreendido uma edição caríssima, de um livro caro que não tinha nada de política; simplesmente foi só para ele “aprender” que... que isto faz-te bem. Exactamente. Só para ele perceber... que a gente não está a brincar. E pronto, este era o ambiente que se vivia. Agora, há uma certa altura, e essa altura já eu vivi. Nessa altura em que comecei a trabalhar na Editorial Inova, em 1969, e nós já sentíamos aquilo [o Estado Novo] a cair e que aquilo estava grave. E sentíamos isso como, nós os estudantes? A ousadia, a nossa ousadia em falar alto de política, falar disto, falar daquilo e também os editores a ousadia em publicar certo tipo de coisas que se calhar dez anos antes não seriam [publicadas].

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Confirmam-se as diferentes formas de actuação da censura face ao perfil político e sociocultural dos protagonistas na área do livro, desde o autor até ao último elo da cadeia, o livreiro. É igualmente possível identificar os factores de discriminação: ideologia/actividade política pessoal, conteúdo da obra, orientação da linha editorial, tipo

de acção comercial e capacidade de influência junto dos agentes do poder político. É também possível observar que os sinais de decadência e agonia do Estado Novo aguçaram o querer das gentes do livro e estimularam a sua audácia no sentido de um mais intenso e frutífero enfrentamento dos constrangimentos censórios, incluindo situações de auscultação prévia dos censores relativamente à opinião favorável, ou desfavorável, que poderia recair sobre a circulação de determinada obra.

3.2. Reestruturação da indústria do livro: o panorama internacional

A nível mundial assistiu-se, no princípio dos anos sessenta do século XX, a uma profunda alteração no modelo de negócio e na estrutura proprietária da indústria do livro, iniciada nos países anglo-saxónicos. John B. Thompson (2011) descreve como tudo começou pela profunda transformação ocorrida a partir dos anos 1960 no comércio livreiro tradicional, quando o modelo organizativo da venda de livros, até aí baseado numa importante estrutura de pequenos livreiros independentes espalhados pelo país e numa considerável rede de pequenos negócios não especializados no retalho livreiro – pequenos centros comerciais, grandes armazéns generalistas, quiosques de jornais, lojas de conveniência –, começou a alterar-se nos Estados Unidos da América com o aparecimento de grandes centros comerciais e hipermercados, em simultâneo e em estreita ligação com significativas mudanças demográficas que levaram as classes médias a transferirem-se dos centros das cidades para os subúrbios e para cidades satélite⁷⁶

Igualmente nos princípios dos anos 1960, ocorreram no domínio da edição, também nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, outras transformações que levaram à emergência de grandes empresas editoriais.

A edição tradicional, antes caracterizada pela pluralidade de editores independentes, foi dando lugar a grandes conglomerados que se começaram a interessar pela actividade editorial e que despertaram o interesse de venda por parte de muitos editores independentes. O importante movimento de fusões e aquisições então iniciado cresceu e desenvolveu-se por múltiplas e complexas razões:

⁷⁶ Citando John B. Thompson: “With the migration of the middle classes to the suburbs and the rise of the automobile as the primary means of transport, the suburban shopping mall became the new locus of the America retail trade. In 1962 the Walden Book Company, which for many years had operated a network of rental libraries on the East Coast, opened its first retail outlet in a shopping mall in Pittsburgh.” (Thompson, 2011:26-27).

The rise of the publishing corporations is a complex story which defies simple explanations. To make sense of this transformation we have to see that there were many different facts involved, some personal, some structural, and that each merger and acquisition involved some specific combination of these facts depending on the circumstances of the individuals and organizations involved. We also have to see that there were ‘push’ and ‘pull’ facts, in the sense that there were some facts that inclined or impelled a publishing house to sell and other facts that made a corporation interested in buying (Thompson, 2011:102-103).

No mesmo sentido de grandes alterações na indústria do livro, constata-se que é também no princípio dos anos 1960 que o Bertelsmann Lesering, o maior clube europeu do livro, iniciado em 1950 na Alemanha e inspirado no modelo americano, se internacionaliza. O modelo de negócio dos clubes do livro teve o seu marco fundador em 1926, nos USA, com o Book-of-the-Month Club, idealizado e liderado por Harry Scherman⁷⁷. Conforme Janice A. Radway, nos anos que se seguiram à criação do Book-of-the-Month Club:

Harry Scherman’s judges began to elaborate a vision of their own activities that was characteristically different from that offered by their competitors who were laboring as literary journalists and, increasingly throughout the 1930s and 1940s, as literary academics (Radway, 1997: 259).

A estratégia definida para o Book-of-the-Month Club compreendia, para além da leitura crítica de livros e aconselhamento de leituras numa cultura de profissionalização rápida, também uma teoria informal sobre as motivações da população compradora e leitora de livros e uma selecção estética e pragmática consistente com a visão do Club sobre o mercado; uma perspectiva que ignorava as críticas dos defensores de uma forçosa interpenetração entre o domínio cultural e o mercado, centrando-se no aconselhamento, orientação e suporte conformes com o interesse dos seus associados em alcançarem o conhecimento que lhes permitisse aceder à classe média profissional. Este modelo de associações em que os respectivos subscritores recebiam publicações automaticamente como retorno da sua quota, transformou-se em clubes de venda de livros com base em

⁷⁷ Escreve Janice A. Radway: “Harry Scherman did not consciously think of the Book-of-the-Month Club as an answer to a historical conundrum. In his mind it was simply a merchandising scheme designed to address a commonplace problem in marketing, the problem of how to distribute goods in numbers adequate to an accelerate and ever-more efficient production system. For time the problem was how to bypass traditional bookstores, which were concentrated in urban areas and on the East Coast, in order to sell more books to more people. In fact, in the original outline for the club, Scherman candidly observed that ‘the Book-of-the-Month Club will be a commercial enterprise and will be advertised frankly as such.’” (Radway, 1997: 168-169)

princípios tão simples quanto eficazes: angariar associados com o compromisso de compra trimestral; disponibilizar uma revista-catálogo com selecção e informação úteis sobre o que é editado, tanto no âmbito nacional como internacional; proporcionar um serviço cómodo e personalizado para entrega dos livros encomendados; e otimizar a relação preço-qualidade através da prática de preços vantajosos para os seus associados. A flexibilidade adoptada na aplicação destes princípios possibilitou o ajustamento às especificidades culturais, económicas e sociais de cada país.

Na Alemanha do pós-guerra, a inovação aportada pelo sistema de clube do livro, que se destinava a ultrapassar as barreiras económicas e logísticas que constrangiam o mercado editorial e livreiro, teve um sucesso assinalável. Em 1962, a Bertelsmann, que contava já com quatro milhões de associados no clube alemão, fez nascer os primeiros clubes de livro noutros países europeus. Nesse ano criou em Espanha o Circulo de Lectores (Rojo, 2008), com o enorme sucesso expresso na adesão de meio milhão de sócios em curto período de tempo. Estava aberto o caminho para a abertura de novos clubes, tendo-se de imediato seguido o ECI voor Boeken na Holanda e o France Loisirs em França.

No começo da década de 70, mais precisamente a 16 de Outubro de 1970, chegaria a vez de a Bertelsmann abrir um clube do livro em Portugal, o Círculo de Leitores. Com que impacto imediato e com que evolução e influência na divulgação do livro e na promoção de hábitos de leitura no nosso país, trata-se de um aspecto importante e como tal objecto de texto específico. A grande receptividade que os clubes do livro mereceram constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento do que viria a tornar-se o maior grupo europeu (e um dos maiores grupos internacionais) de meios de comunicação, também acionista maioritário da líder mundial da edição, a Penguin Random House, resultante da fusão das duas maiores casas editoriais (Penguin do grupo Pearson e Random House do grupo Bertelsmann), que, a partir de 2017, passou a ser detida pela Bertelsmann em 75% e pela Pearson em 25% (Bertelsmann, 2017).

Embora não sendo objectivo da presente investigação estudar a conjuntura do mercado editorial, importa referir, para melhor percepção do impacto da reestruturação iniciada nos anos 1960 na indústria do livro dos países anglo-saxónicos, que os cinco maiores grupos editoriais dos Estados Unidos da América representavam, em 2015, mais de oitenta por cento do respectivo mercado: Penguin Random House (37%), HarperCollins

(17,5%), Simon & Schuster (11,7%), Hachette (9%) e Macmillan (ca. 5%). (McIlroy, 2016).

3.3. Prenúncios de mudança na edição e comércio do livro em Portugal

A “revolução” na indústria do livro a nível internacional veio a ter implicações em Portugal, ainda que com um desfasamento temporal nalgumas dimensões, pelo que apenas teve efeitos sensíveis num período que vai bastante para além da década de 70 do século XX. As mudanças foram ocorrendo gradualmente. É com a concentração no retalho livreiro – Hipermercados (1985), Livrarias Bertrand (1993), FNAC (1998) – que se iniciam as grandes alterações no mercado do livro e é com a concentração em grandes grupos editoriais⁷⁸ (2007-2010) que o processo de transformação se consolida (cf. Beja, 2011: 90-93 e 106-110).

No entanto, a actividade editorial e livreira portuguesa não passou, no período em estudo, ao lado destas transformações; tanto por influência das novas ideias que começavam a circular como por alteração nas relações que mantinha com “velhos” parceiros internacionais e também pelo aparecimento de novos actores e de novos modelos de negócio. O prenúncio de mudança no mundo da edição começou a sentir-se em Portugal ainda nos anos 1960, desde logo nas cerca de quatro dezenas de editoras com maior expressão relativa e que haviam sido fundadas ainda antes do início dessa década.⁷⁹

⁷⁸ Leya, Porto Editora e Babel.

⁷⁹ Salienta-se na edição não escolar: Livraria Bertrand (1732) fundada em Lisboa pelo francês Pedro Faure e que entre 1948-1975 se constituiu como a maior editora e distribuidora de livros em Portugal; Civilização Editora (1881) fundada no Porto por João Fraga Lames que em 1922 publicou a primeira colecção de livros de bolso e foi pioneira na publicação de álbuns de luxo em Portugal; Guimarães Editores (1899) fundada em Lisboa por Delfim Guimarães e continuada (1933-1978) pela sua filha Maria Leonor, uma das primeiras mulheres exercendo como editora em Portugal, acolheu inúmeras mulheres de grande craveira intelectual e publicou importantes escritores portugueses do século XX (Ferreira de Castro, Fernando Namora, Agustina Bessa-Luís...); Portugália Editora (1942) fundada em Lisboa por Agostinho Fernandes, com intensa actividade (1943-1946) baseada num programa editorial em que predominavam as traduções organizadas em colecções, com destaque para *Antologias Universais*, seguida de nova época de esplendor nos anos 60, até à morte do seu fundador em 1972, período em que publicou autores portugueses socialmente comprometidos (José Gomes Ferreira, Irene Lisboa, Vergílio Ferreira, Manuel da Fonseca...) embora sem enjeitar a literatura estrangeira; Livros do Brasil (1944) constituída em Lisboa por António Augusto de Souza-Pinto como gémea da editora que fundara na década anterior no Brasil, centrada na edição dirigida ao público-leitor português de grandes escritores brasileiros (José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo, Jorge Amado...) e na divulgação da literatura portuguesa no Brasil, dedicou-se também à divulgação de grandes vultos da literatura mundial (Huxley, Hemingway, Steinbeck, Malraux, Camus...), relançou o livro de bolso (colecção *Miniatura*) e publicou as colecções *Vampiro* (policial) e *Argonauta* (ficção científica); Publicações Europa-América (1945) fundada em Lisboa por Francisco Lyon de Castro que regista no seu historial a edição de autores estrangeiros nunca publicados em Portugal (Sartre, Duras, Vargas Llosa, Garcia Márquez...), o lançamento da *Colecção Saber* iniciada em 1949 segundo o modelo da francesa *Que sais-je?*, a criação em 1952 da colecção de bolso *3 Abelhas* que continuaria até final dos anos 60 com nomes do neo-realismo

Este universo aumentou significativamente para meia centena aquando da entrada nos anos 1970, apesar das restrições censórias que vigoraram até ao último dia do Estado Novo. O “sangue novo” acrescentou dinâmica e qualidade à edição. Nesse conjunto diversificado de novos projectos editoriais incluíam-se editoras incontornáveis na história da edição em Portugal, conforme informação divulgada pelas empresas editoriais e dados recolhidos em fontes diversas tais como relatórios associativos. De entre os projectos editoriais que tiveram início ainda na década de 1960, relevam as editoras independentes⁸⁰.

italiano, do “novo romance americano” e autores de expressão portuguesa (Alves Redol, Cardoso Pires, Jorge Amado...) e, entre 1971-1975, os *Livros de Bolso Europa-América* com autores portugueses do século XX e de séculos anteriores; Ulisseia Editora (1948) constituída em Lisboa por Joaquim Figueiredo de Magalhães que, bem colocado entre jesuítas, censores do regime e comunistas, ganhou a reputação de primeiro editor moderno português e estruturou o projecto de edição, que conduziu até princípio dos anos 60 em várias colecções, nas quais publicou pela primeira vez em português vários escritores estrangeiros de nomeada (Faulkner, Orwell, Caldwell...) e consagrados autores nacionais; Livros Horizonte (1953) fundada em Lisboa por Rogério de Moura que privilegiou a edição nas áreas da Filosofia, Ciências Sociais, História da Arte, História de Portugal e Economia, nas quais publicou reconhecidos cientistas, académicos e intelectuais portugueses (Joel Serrão, Oliveira Marques, Orlando Ribeiro...); Editora Arcádia (1957) fundada em Lisboa por Cruz Barreto assumiu relevo entre os anos 60 e 80, nomeadamente com a publicação da *Biblioteca Arcádia de Bolso* e livros de banda desenhada, e está ligada à transição democrática por via da publicação de *Portugal Amoraçado* (1ª edição) de Mário Soares e *Portugal e o Futuro* de António de Spínola quando tinha como editor Paradelo de Abreu; Moraes Editora (1958) fundada como livraria em 1922, por João Araújo Moraes, e refundada em 1958 por António Alçada Baptista como forma de ultrapassar a obrigatoriedade de autorização para constituir uma editora, envolveu uma nova geração de católicos progressistas (Pedro Tamen, João Benard da Costa...) que pretendiam “pôr os dedos nas feridas” de uma sociedade fechada e complacente, uma “aventura” que teve actividade literária e cultural relevante mas que constrangimentos censórios e dificuldades financeiras levaram à alienação, em 1971; Editorial Verbo (1958) criada em Lisboa por Fernando Guedes, vocacionada para a publicação de obras enciclopédicas, literatura infanto-juvenil e, a partir de 1962, a colecção *Presenças* dedicada estudos e ensaios académicos.

Para aprofundamento ver (Beja, 2012: 21-46).

⁸⁰ Exercício da actividade de edição de livros, em nome individual ou colectivo, por pessoas ou entidades não integradas em qualquer grupo editorial ou económico-financeiro e, as mais das vezes, tuteladas por editores de referência, realçando-se: Editorial Estampa (1960) constituída em Lisboa por Paradelo de Abreu (proseguída por António Manso Pinheiro que entrou para a sociedade em 1969) posicionou-se com uma perspectiva considerada de vanguarda para a época, publicando traduções de autores contemporâneos de renome (Henry Miller, André Breton, Júlio Cortázar, Oscar Wilde...) e clássicos como Platão, Descartes, Diderot e vários outros, para além, já na década de 1970, das obras completas de Almeida Negreiros e de José Rodrigues Miguéis; Editorial Presença (1960) fundada em Lisboa por Francisco Espadinha em associação com o livreiro António Barata, estreou-se com a publicação de Jean-Paul Sartre seguido de Samuel Beckett (ambos galardoados com o Prémio Nobel da Literatura) e diferenciou-se pela edição, então parca em Portugal, de obras de teatro e ensaio; Prelo Editora (1960) fundada em Lisboa por Rui Moura que à actividade editorial juntava militância antifascista, iniciou-se com *Matai-vos uns aos outros*, de Jorge Reis e publicou vários jovens autores, mais tarde reconhecidamente conceituados, como Irene Lisboa, Maria Judite de Carvalho ou Modesto Navarro; Edições Afrontamento (1963) instituída no Porto a partir do lançamento da colecção *Antologias* por um grupo de jovens católicos progressistas e de activistas de esquerda não conotados com o Partido Comunista Português, cujos livros expressavam na contracapa a sua linha motivadora – “Quando a desordem se torna ordem, uma atitude se impõe: afrontamento” –, alargou o âmbito com a entrada de novos membros e o lançamento em 1967 da colecção *Textos Afrontamento*, cujos dois primeiros títulos – *Mas socialismo porquê?*, de Albert Einstein (1968) e *Vietnam: a oposição à guerra nos EUA. Programa da Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul* (1969) – iniciaram a profissionalização da editora que, a partir de 1971, passou a ser dirigida por José Sousa Ribeiro; Edições Afrodite (1965) fundada em Lisboa pelo português Fernando Ribeiro de Mello que apostou numa linha

Em princípios da década de 1970 foram igualmente constituídas outras editoras independentes, com projectos relevantes e diversificados⁸¹.

No geral, a quantidade assinalável de editoras constituídas contribuiu, por via de publicações de obras ousadas e pelo enfrentamento da censura, para a liberdade de expressão instituída em 25 de Abril.

editorial de carácter erótico dirigida a um público selecionado, iniciada com o livro *Kama Sutra* e prosseguida com as obras *A Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica: dos Cancioneiros Medievais à Actualidade* e *A Filosofia na Alcova do Marquês de Sade*, acabando por despertar a acção persecutória da censura e sucumbir aquando do período marcelista; Publicações D. Quixote (1965) fundada em Lisboa pela dinamarquesa Snu Abecassis teve grande importância na esfera cultural em Portugal no final do Estado Novo, nomeadamente por via dos *Cadernos D. Quixote* com a publicação de temas de actualidade como a social-democracia, os direitos das mulheres e assuntos similares, e apostando na divulgação de jovens autores portugueses e em escritores estrangeiros galardoados com Nobel da Literatura; Editorial Inova (1968) fundada no Porto por José Cruz Santos, de simpatias comunistas, iniciou-se, em co-edição com a Portugália Editora, com uma versão especial de *Aparição* de Vergílio Ferreira ilustrada por Júlio Pomar, seguida da antologia de prosa e verso sobre o Porto, organizada por Eugénio de Andrade, *Daqui Houve Nome Portugal*, e tornou-se chancela de referência em colecções de poesia cujos nomes evocavam os autores que admirava – *Coroa da Terra* (Jorge de Sena), *Obscuro Domínio* (Eugénio de Andrade), *Ocupação do Espaço* (Ramos Rosa), *Aprendiz de Feiticeiro* (Carlos de Oliveira)... –, e de livros traduzidos como *A Obra ao Negro* de Marguerite Yourcenar; Editora Ulmeiro (1969) criada em Lisboa por José António Ribeiro em movimento de resistência cultural ao salazarismo, apoiou cooperativas livreiras (Livrelco e Devir), criou um Clube Juvenil e divulgou primeiras edições de ficção espanhola e latino-americana (Vargas Llosa, Cortázar...). Para aprofundamento ver (APEL, 1995), (Edições Afrontamento, 2015), (Marques, 2015), (Queirós, 2012), (Ribeiro, 1994) e (Beja, 2012: 21-50).

⁸¹ Edições 70 (1970) fundada em Lisboa por Joaquim Soares da Costa no início de uma década que se anunciava portadora de profundas mudanças, nasceu vocacionada para a divulgação com algum aprofundamento académico no domínio das ciências sociais e humanas e com ênfase na História, Filosofia e Antropologia, como também para a publicação ensaística nas áreas da Psicologia, Pedagogia e formas artísticas (Estética, Arquitectura, Pintura, Música...), numa abordagem de abertura à informação e ao conhecimento temerária face à política conservadora e aos recrudescentes constrangimentos censórios vigentes nos anos finais do antigo regime e que iriam condicionar a actividade da editora nos quatro anos que precederam o 25 de Abril, vindo mais tarde, a partir de 1976, a estabelecer relações estreitas com países africanos de língua portuguesa e a publicar muitos dos autores representativos desses países; Assírio & Alvim (1972) constituída em Lisboa por iniciativa de João Carlos Alvim, acompanhado por Assírio Bacelar, José Antunes Ribeiro e Mário Reis, tendo em vista criar uma editora que fizesse resistência intelectual ao regime, sendo que, embora a atenção à poesia e à literatura marcasse presença logo no início, com a edição de *Antologia da Poesia Concreta em Portugal*, a inexistência de um projecto concreto, as dificuldades de acerto de estratégia entre os sócios e as dificuldades com a censura, levaram a que vivesse mais da distribuição do que da edição e apenas a partir de 1974, com a entrada de Manuel Hermínio Monteiro – frequentador de vários meios intelectuais e com amizades marcantes para o futuro da editora, nomeadamente a que estabeleceu com Mário Cesariny –, tenha recentrado a atenção na poesia onde se afirmou como editora de referência; Editorial Teorema (1973) fundada em Lisboa pelos editores Carlos Araújo e Guilherme Valente (ambos então ligados às Publicações D. Quixote) com dois outros sócios alheios à edição, e com o objectivo de publicar livros diferenciados das tendências dominantes e que não se enquadravam na linha editorial da D. Quixote, é no entanto a partir de meados de 1980, depois de adquirida por Carlos Veiga Ferreira, que ganha maior relevância por via da edição de autores estrangeiros de referência (José Luís Borges, Vladimir Nabokov, Primo Levi, Patricia Highsmith...); Editora & Etc. (1974) fundada em Lisboa por Vítor Silva Tavares, nasceu a partir de um suplemento de cultura do Jornal do Fundão que passou posteriormente a revista (1973-1974) e que o editor transformou e desenvolveu como projecto editorial de características irreverentemente independentes, «à margem, se não contra, as engrenagens das indústrias culturais, a editora afirma-se decididamente artística e incisivamente intelectual, entendendo o livro como integrante da acção poética e não como mercadoria descartável» (Tavares, 2013: 11).

Para aprofundamento ver: (Grupo Almedina, 2016), (Melo, 2010), (Domingos, 2013) e (Beja, 2012: 51-53).

A venda directa por correio introduzida pelas Selecções do Reader's Digest (1967), a edição em sistema de clube do livro iniciada pelo Círculo de Leitores (1970), bem como a abertura de livrarias nos primeiros centros comerciais que neste período começaram a surgir⁸² alargaram e facilitaram a escolha e o acesso ao livro, contribuindo para novos hábitos de compra e leitura de livros e uma maior capacidade de escolha por parte dos compradores. Pode afirmar-se que o prenúncio de viragem política constituiu o detonador que levou a múltiplas mudanças e, neste âmbito, cabe aqui referir a publicação da *Biblioteca Básica Verbo – Livros RTP*, iniciada em 1970 e terminada em 1972 com um volume total de tiragem que excedeu os 15 milhões de livros (Editorial Verbo, 1998: 25-28). Seria, no entanto, redutor não acrescentar a predisposição que já existia em potenciais leitores, assim como a atitude proactiva de editores e livreiros já estabelecidos e daqueles que nesse período se envolveram no mundo do livro em Portugal, fazendo chegar mais livros e novos temas, assim como um nível acrescentado de conhecimento e informação, a uma maior quantidade de leitores.

Como seria expectável face aos condicionalismos políticos e ao confinamento cultural que caracterizou o Estado Novo, a actividade internacional da edição portuguesa foi muito limitada durante o antigo regime. Francisco Lyon de Castro, que em 1959 visitou pela primeira vez a Feira de Frankfurt, escreve na revista *Livros de Portugal*: «Cremos ter sido a primeira vez que um editor de Portugal expôs algumas das suas edições em Francfort e esse mérito cabe à Editora Ulisseia, num esforço que é justo assinalar» (1959:4). E termina assim o relato sobre a sua primeira experiência na maior feira internacional do livro: «Pensamos sinceramente que alguma coisa se deve fazer para que os livreiros e editores de Portugal tenham uma representação conveniente na Feira do Livro de Francfort em 1960» (Castro, 1959:6) No entanto, tardaram ainda 12 anos para que este desígnio se concretizasse, conforme consta em relatório do Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL):

⁸² Livraria Apolo 70 fundada por António Almeida em 1971, foi a primeira livraria a abrir num espaço de comércio em recinto coberto, o Centro Comercial Apolo 70, distinguindo-se das tradicionais livrarias de rua pela inserção num espaço comum de significativo número de outro tipo de actividades, facilitador da aproximação dos potenciais leitores ao livro e com um serviço de aconselhamento dessacralizado sem perca de eficácia livreira; Livrarias Castil-Alvalade, fundadas em 1976 por Henrique Pavão, respectivamente nos Centros Comerciais Castilho e Alvalade, passaram a fazer parte da história livreira nacional como bem sucedido embrião da primeira cadeia de livrarias *indoor* graças ao conhecimento e visão do livreiro Miguel Bastos (APEL, 1993).

Finalmente, e depois de longos anos em que o único stand de livros portugueses em Frankfurt se deveu à persistência e sentido das realidades de Publicações Europa-América, Portugal esteve representado em 1971 com um pavilhão extremamente digno, no qual se encontraram expostos os livros de 42 agremiados (GNEL, 1972: 14).

Nas relações internacionais, o Brasil recolhe naturalmente todas as atenções. Passado o tempo em que os editores portugueses mantiveram uma interação privilegiada com o mercado brasileiro do livro, o relacionamento torna-se problemático no final dos anos 50 conforme consta em relatório do GNEL:

[...] Na realidade, findo o primeiro período das relações comerciais dos editores portugueses com o Brasil, e que se caracterizou, podemos dizê-lo sem qualquer sombra de dúvida, pela concessão de grandes facilidades no que respeita à colocação de livros portugueses naquele mercado, quer no que se refere à rapidez das transferências bancárias, quer ainda no que tocante ao estabelecimento de câmbios preferenciais, que muito nos facilitaram na exportação de livros para aquele país, dá-se início, por volta de 1958, a um período em que as dificuldades começaram a nascer, incidindo em todos os aspectos onde anteriormente não se verificavam, e que num crescendo alarmante chegam, em 1964/65, a obstar quase por completo às já então débeis relações comerciais no ramo editorial, existentes entre os nossos editores e os livreiros brasileiros. (GNEL, 1967: 27-28)

Isto não impediu que fosse dada continuidade à representação portuguesa na Bienal de S. Paulo, iniciada com a sua primeira edição em 1961. Como também, após “limadas algumas arestas”, foi possível o GNEL organizar em conjunto com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (do Brasil), e com o apoio de entidades públicas dos dois países, a 1ª feira do Livro Português no Rio de Janeiro e a 1ª Feira do Livro Brasileiro em Lisboa, inauguradas simultaneamente no dia 11 de Outubro de 1966. (GNEL, 1967: 31-34).

3.3.1. Testemunhos sobre transformações na indústria do livro em Portugal

Como anteriormente referido (vd, *supra*, 3.3), o alargamento de actividade decorrente da constituição de novas editoras, de novos modelos de negócio e da abertura de livrarias nos centros comerciais de primeira geração, trouxe significativas alterações qualitativas e quantitativas na edição e comércio do livro em Portugal. Considerou-se relevante no âmbito do presente estudo, obter a percepção dos entrevistados relativamente ao processo de evolução do sector do livro em Portugal no período 1970-1974, à luz das alterações ocorridas a nível internacional e das mudanças verificadas no mercado nacional. Seguem-se alguns testemunhos.

Fernando Guedes pronunciou-se sobre o aparecimento de livrarias em centros comerciais no geral e no seu relacionamento com a Verbo:

O aparecimento desses Drugstores, desses Centros Comerciais, foi bastante contestado na altura. E foi porque os editores da época, ou uma parte significativa dos editores, tinham muito a peito defender a livraria. A verdade é que a livraria praticamente já não existia. Eram muito poucas e ainda menos as que mereciam ser defendidas.

Mas tudo... o aparecimento desses pontos de venda, digamos assim, vieram alterar muita coisa na comercialização, até ao nível dos descontos. Porque já na década de 70 começaram a praticar-se descontos [do editor ao livreiro] que eram impensáveis pouco tempo antes para a livraria tradicional. Disso... é já na [década] de 80..., portanto já não tem a ver connosco agora, que o Centro Comercial começa a assumir grandes proporções na economia do negócio editorial. Mas em 70 ainda, para o fim da década, quando as coisas começam a acalmar, já se notavam as modificações que estavam a surgir ou que iriam surgir em breve. [...]

Não, também contaram [as livrarias surgidas com os novos Centros Comerciais], só que nós [Verbo] tínhamos uma rede de distribuição muito grande e muito bem acompanhada, cara mas bem acompanhada, e... enfim, não quer dizer que Castil e Alvalade e tudo isso não tivessem uma acção positiva, mas não tanto como se poderia esperar. Até porque os ares andaram todos muito turvos, com a política muito à flor da pele, e a Verbo era sacrificada em termos de alguns chefes de livraria desse género, novos, que apareceram naquela altura e que bebiam muito as águas da esquerda.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha refere-se ao posicionamento da Presença perante o surgimento de novos editores e novos modelos de negócio:

Continuámos [na Presença] uma linha evolutiva que se pode dizer normal, mas de sempre e positiva. [...]

Novos editores... não precisámos de fazer grandes alterações na nossa linha porque era uma linha ascendente e que não foi posta em causa [...]

No que dizia respeito à nossa própria organização, estava a dar resposta; com a nossa distribuidora também estava a dar resposta [...]

Portanto [a adaptação aos tempos que começavam a mudar], não foi uma fase que tivesse criado na Presença a necessidade de uma mudança profunda no nosso percurso.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa opina sobre as alterações no domínio da edição e comércio do livro, sublinhando a importância dos programas editoriais e da distribuição:

Para lhe ser franco, eu nunca dei muito relevo. As mudanças iam surgindo, iam sendo integradas no quotidiano. Eu até diria que a sensação que tenho a esta distância, e não só..., mas penso que posso fazer disto até uma opinião. É que a perda de importância, ou de ímpeto, ou de presença muitas vezes até, de algumas editoras, deveu-se mais a

razões de pessoas, a motivos pessoais, do que propriamente a circunstâncias exteriores à sua vontade. [...]

Sim [as livrarias surgidas nos novos centros comerciais tiveram efeitos no alargamento no mercado], mas, mas... no meu caso não teve, quase de certeza. O que teve sempre [efeito] e isso evidentemente, [foi] a especificidade das escolhas editoriais [que] são sempre a pedra de toque naquilo que são as movimentações do mercado. Eu sempre me queixei do mesmo e infelizmente esta situação continua a ser uma situação de hoje, digo mesmo determinante hoje, ou cada vez mais determinante, que é a situação da distribuição. Ou seja, com a concentração que se acentuou muito vão lá uns anos, evidentemente as editoras com uma certa dimensão sabiam uma coisa, que lucrariam sempre em ter uma distribuição agregada à sua actividade editorial.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo reporta-se aos impactos provenientes de novos modelos de negócio e novas livrarias:

O *Reader's Digest* foi a meu ver importante porque isto é mesmo assim, quando falamos de leitores falamos de uma diversidade extraordinária, de uma massa heterogénea de pessoas. A revista foi importante em termos de divulgação. De qualquer modo, o grupo Reader's Digest atingia sobretudo um público bastante específico que era de uma cultura geral baixa ou média e não de cultura alta ou universitária, e leitores muito de curiosidades. Foram importantes. As livrarias Castil-Alvalade chegaram a ser o melhor balcão de livraria. Tudo isso veio alargar o livro.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Nelson de Matos enfatiza a dinâmica aportada por novos editores, modelos de negócio e livrarias:

Entre final dos anos 60 e início dos anos 70, foi uma coisa, como se sabe, importante socialmente. A sociedade abriu-se a muitas situações e entre elas a leitura e os livros começaram a ter um peso e uma circulação um bocadinho maior e houve pessoas, atrevidas, que abriram editoras novas quase sempre com o objectivo da divulgação cultural e de distribuir e fazer circular informação. [...]

Dois casos [de novos modelos de negócio]. A Reader's Digest tem um menor significado em termos da divulgação cultural, mas uma situação que não se pode voltar as costas é o aparecimento do Círculo de Leitores.

Foi um acerto, as livrarias chamaram leitores, chamaram público. Esses [primeiros] centros comerciais movimentavam, através de outras lojas havia outros negócios, movimentavam pessoas e essas pessoas passaram a ter livros. Dizer que não acrescentaram [leitores] será rude. É verdade que acrescentaram porque naquela altura todos os pontos, mesmo os mais pequenos, tinham significado.

Claro que havia muita fidelização porque o livreiro era um personagem conhecido, respeitado, à volta dele tinha os seus leitores regulares. Esses, muitas pessoas viam no livreiro um consultor sobre as novidades editoriais. [...]

Exactamente [a Castil-Alvalade terá sido a que teve mais impacto]. Sim, porque tinha um livreiro [Miguel Bastos] também muito activo e conhecedor do negócio, sabia expor os livros, sabia falar com os leitores.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira considera que os novos modelos de negócio não tiveram impacto imediato na actividade da Bertrand:

Não senti [efeitos do surgimento de novos modelos de negócio] porque eu estava noutra «campeonato». Numa empresa que era a maior de todas e onde a concorrência se fazia sentir pouco. E onde as coisas nos iam parar, não era preciso andarmos à procura. Chegavam.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho expressa a seguinte perspectiva global:

Não, nessa altura não se sentiu [o efeito das alterações a nível mundial na estrutura proprietária] porque aquilo... as empresas editoriais eram pequenas. Empresas em que normalmente, se é que não em todos os casos, o editor era o proprietário da empresa que editava. [...]

O caso do Reader's Digest, o Reader's Digest publicava as *Seleções* e depois publicava um ou outro livro... esse tipo de coisas. Mais importância teve o Círculo [de Leitores]. O Círculo com o tipo de actividade que desenvolve, o Círculo vende muitos livros.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Independentemente da dimensão e do tipo de repercussão percebida pelos entrevistados, a existência de mudanças significativas é unanimemente reconhecida e avaliada como propiciadora de progresso na actividade editorial e livreira, incrementadora do mercado leitor e socialmente positiva.

3.4. Estratégias utilizadas por editores e livreiros portugueses

Para perceber os meandros do “livro em mudança”, importa investigar as estratégias seguidas pelos profissionais do livro na viragem da ditadura para a democracia. Num campo em que Pedro Pereira Leite releva a importância do livro no desenvolvimento cultural,⁸³ por via da divulgação de conhecimento no âmbito da influência social da

⁸³ Citando Pedro Pereira Leite: “As sociedades modernas, fundadas na herança cultural do Ocidente, afirmam-se pela cidadania, construindo uma complexa teia de regulamentos que traduzem os direitos e os deveres individuais e sociais de uns com os outros. Essa herança é fundamentalmente uma postura cultural, sucessivamente reconstruída sobre os fundamentos societários. O canal por excelência onde estes fundamentos penetram no tecido social, para além da influência do grupo de pertença, é constituído pelo livro, porque é o livro que fixa a forma. O livro tem que ser possuído, usado, sentido como disponível, independentemente da sua dependência tecnológica. A melhor forma de ele viver é o seu manuseamento. Manusear um livro é já um acto de cultura. Mas é na leitura e na cumplicidade criada entre o livro e o pensamento que se baseia a construção cultural” (Leite, 2009: 157).

oposição democrática, Nuno Medeiros caracteriza deste modo a actividade editorial a partir dos anos 60:

O fim da autarcia em que o Estado Novo vinha funcionando é definitivamente abalado pelas ondas de choque das eleições de 1958, amplificadas pela eclosão da guerra colonial e pelas transformações sociais dos anos 60. O mundo da edição participa activamente na configuração contextual de mudança, lançando as bases tipográficas do descontentamento e balizando os moldes da sua circulação. No mapa das mutações da paisagem do livro português é possível cartografar a modernidade temática e de géneros com inovação, redefinição e revisitação de processos e estéticas. No plano estrutural, todavia, o campo editorial nacional permanece essencialmente inalterado, mantendo abissal distância com a metamorfose que se começa a viver nos mercados maiores. Sem incorporações nem fusões, continuam a emergir projectos comercialmente sólidos, que convivem com outros puramente culturais. O papel editorial é ainda apanágio de personalização (Medeiros, 2010: 205).

Numa perspectiva política, houve uma quantidade assinalável de editores que tiveram um papel significativo no período que precedeu a queda do Estado Novo e a sucedeu. Flamarion Maués Silva (2013) apresenta em *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80* um estudo detalhado desta realidade, incluindo o tipo de actuação, motivações, organização, intervenção sociopolítica e dimensão da actividade desenvolvida na perspectiva da edição de carácter político. Este trabalho de doutoramento em História Social mostra que existiram pelo menos 137 editoras – 100 políticas e 37 não políticas – que publicaram livros de carácter político em Portugal entre 1968 e 1980, tendo editado nesse período cerca de 4 600 títulos políticos. O autor constata, perante os dados recolhidos e as entrevistas efectuadas (14 pessoais e 7 por telefone e e-mail):

Um dos aspectos mais importantes de toda essa ampla difusão de livros políticos é que a história e a realidade mais recentes de Portugal começaram a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, de uma maneira totalmente diferente do que ocorria durante a ditadura. E isso certamente foi importante para ajudar a transformar o país.

Assim, as editoras de carácter político – e as obras por elas editadas – foram um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento.

A ligação entre edição e política nesse período foi tão forte que verificamos que a mesma conjuntura de intensificação das lutas sociais que gerou o substrato para o surgimento de muitas das editoras políticas foi também o fator que levou, quando do seu refluxo e do fim do período revolucionário, ao fechamento de muitas dessas editoras (Silva, 2013: 469).

Ultrapassar os constrangimentos decorrentes do regime censório constituiu um dos principais desafios enfrentados pelos editores portugueses durante a vigência do regime de Salazar e Caetano. Tal objectivo, indispensável para o exercício da actividade, foi concretizado de forma diferenciada e conforme com o perfil ideológico, intelectual e pessoal dos diferentes protagonistas da edição. As diferentes atitudes variaram entre a colaboração ou não hostilização do regime, a utilização de instrumentos de sedução, risco calculado, manobras de diversão, fuga para a frente, ou enfrentamento. Num universo impossível de referenciar na sua globalidade, destaco o exemplo significativo do pensamento e da forma de actuação de Francisco Lyon de Castro (editor perseguido e quase aniquilado pela Censura e pela PIDE) reproduzindo o texto constante no dossier elaborado por António Melo e divulgado pelo jornal *Público* aquando dos 20 anos do 25 de Abril:

Foi aos 30 anos que lançou as bases daquele que veio a ser, ainda hoje, um dos mais fortes empreendimentos editoriais portugueses - a Publicações Europa - América, com a sua constelação de editoras especializadas, da Alfa, para o grande público, Inquérito, para os círculos universitários.

O primeiro livro a sair do prelo foi "Centelha da Vida", de Erich Maria Remarque, que tinha por tema a vida clandestina e foi bem aceite pelo público. Pouco depois, do mesmo autor, saiu "A Oeste Nada de Novo", um dos primeiros êxitos editoriais da Europa-América, que durante os primeiros anos viveu no fio da lâmina, as vendas de um livro sustentando a publicação do seguinte.

[...]

O seu objectivo era editar livros que pudessem ter uma dupla leitura, capaz de iludir a censura e contribuir para o discernimento do leitor. Nesse aspecto ganhou alguns títulos de glória. Um deles, foi editar "Gabriela Cravo e Canela", de Jorge Amado, negociado asperamente com um chefe de gabinete de Salazar e tendo por argumentação a possibilidade de haver um premiado com o Nobel de língua portuguesa não editado em Portugal.

Mas o que lhe dava maior prazer contar foi o modo como conseguiu evitar que o regime abafasse um escritor maior do movimento neo-realista, Alves Redol. O autor de "Gaibéus" entrara na lista dos escritores que não tinham autorização de ser editados sem passar pelo "exame prévio", ou seja, pela comissão de censura. Em 1958, Redol tinha concluído "A Barca dos Sete Lemes", mas sabia que quando o editor levasse o manuscrito à censura ele seria proibido.

Lyon de Castro pediu-lhe para ler e gostou do que leu, queria ser o editor daquele livro. Redol encolheu os ombros e deixou cair um sonâmbulo: "Como é que vais conseguir?"

Picado no seu amor próprio, onde era ultra sensível, Lyon de Castro tirou-lhe o manuscrito das mãos e lançou-lhe num tom provatório: "Agora o livro já não é teu. Tiraram-to e tu não podes ser responsável pelo que outros fizeram". "Vê lá no que te metes", sussurrou o escritor, decidido a não fazer mais perguntas.

"O importante foi conseguir uma tipografia que o imprimisse e nada dissesse do assunto", porque a estratégia para cortar as voltas à PIDE já ele a engendrara. Para

evitar a apreensão, lançou uma mega-operação de lançamento na Livraria Portugal, local habitual de encontro com o António Sérgio e sua grande referência intelectual. Conseguiu que naquele dia toda a elite intelectual ali se reunisse, mesmo os que eram simpatizantes do Estado Novo, mas tinham alguma independência crítica. Foi um "estrondo", porque no dia seguinte o país todo tomara conhecimento da existência de um novo livro do Alves Redol.

Ficou particularmente satisfeito quando, já depois do 25 de Abril, vieram dizer-lhe que a operação fora de facto um êxito, porque a PIDE recebeu da Comissão de Censura uma informação para apreender o livro, mas foi decidido nada fazer, pois com a divulgação que tivera, fazer a sua apreensão era uma tarefa inútil e só contribuiria para lhe dar maior destaque (Melo:2004).

No que se refere ao comércio livreiro, os anos finais do antigo regime coincidem com o início de um período de transição no modelo e na forma de exercício da actividade que, no princípio dos anos 70, iria passar pela abertura de livrarias nos centros comerciais então surgidos nas grandes cidades (Neves, Beja, Santos & Santos, 2014: 123). Ainda prevalecem, no entanto, os livreiros que exercem um mister personalizado e as livrarias tradicionais, de rua, que são também ponto de encontro de leitores e lugar de tertúlia de intelectuais e escritores. Recorde-se que estas livrarias exerceram um relevante papel sociopolítico e eram locais muito vigiados pelos censores do regime, que os consideravam perigosos focos de conspiração e de divulgação de ideias e leituras contrárias à ideologia do Estado Novo:

Clara Barata e Luís Miguel Queirós são autores de um trabalho apresentado no suplemento Leituras do jornal «Público» de 11 de Junho de 1994. Chama-se *Livrarias no Regime Fascista* e nele alguns intervenientes recordam as suas experiências desse tempo: *Reunia-se aqui muita gente conotada com a oposição à ditadura* – explica Fernando Fernandes, que acompanhou todo o percurso da *Livraria Divulgação* e passou a sócio-gerente da *Livraria Leitura*. Antepassada da actual *Leitura*, a *Divulgação* foi, no Porto, ao longo da década de 60, a mais importante livraria da oposição.

Conforme palavras dos autores do texto do «Público»: *à sorrelfa, arranjavam-se os livros dos quais o regime não queria que se ouvisse sequer falar. Escondiam-se em vãos de estantes, paredes falsas, ou até em baldes de tinta, e só se vendiam a clientes de confiança* – “*por debaixo do balcão*”, *embrulhados em papel pardo* (Brandão, 2012).

Num tempo em que o fim do Estado Novo pairava no ar e os sinais de perda de controlo por parte do antigo regime se tornavam notórios, o sector editorial e livreiro viveu o momento de viragem entre novas apostas que surgiam e realidades que se perpetuavam. Os constrangimentos políticos mantinham-se, mas os movimentos socioculturais cresciam,

alargavam-se, abriam janelas de oportunidade e propiciavam dinâmicas de inovação que desafiavam os mais criativos e audazes.

3.4.1. Testemunhos sobre oportunidades e estratégias

Os testemunhos resultantes das entrevistas com protagonistas seleccionados permite exemplificar, com suporte em casos concretos, as opções estratégicas adoptadas na edição e comércio do livro em Portugal no contexto político e sociocultural anterior à implantação da democracia em 25 de Abril de 1974. Em casos específicos, com especial significado, recorro à bibliografia pesquisada e que complementa, ou esclarece, os testemunhos que reproduzo.

Começo por transcrever as palavras de Fernando Guedes, sobre o mercado editorial em que a Verbo iria actuar quando foi fundada:

[...] na incipiente vida editorial portuguesa, algumas editoras estavam solidamente implantadas, dividindo proveitosamente entre si o generoso bolo da ficção nacional e internacional: Portugália, Livros do Brasil, Ulisseia, Livraria Bertrand, entre outras, bem colocadas no mercado...»⁸⁴

Quanto à estratégia seguida e à crescente evolução verificada, nomeadamente no período em estudo, leia-se o texto introdutório ao livro *40 Anos Verbo*:

Iniciámos a nossa vida [a Verbo, em 1958] tacteando um pouco o mercado do livro português e procurando descobrir o que os nossos colegas mais velhos teriam deixado livre – ou, pelo menos, vulnerável – para aí nos *anicharmos*, para aí lançarmos as nossas raízes, crescer e florescer. Dois anos depois de termos iniciado as nossas actividades começámos a preparar a publicação da Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, obra que, com as suas 20.000 páginas, constituiu, sem dúvida, o maior empreendimento editorial português da segunda metade do século XX. Alguns 200 000 lares portugueses a possuem, completa ou incompleta, e podem testemunhar o enorme investimento cultural que ela significa, o rigor científico que nela pusemos, até o apuro gráfico, inédito para a época, com que a concebemos. Estava encontrada a nossa primeira vocação – as obras de referência.

Entretanto, e também logo nos primeiros anos da década de 60, voltámos a nossa atenção para o mundo infantil e juvenil português, terreno praticamente virgem em termos editoriais. Aí fomos incentivados pela existência de um serviço no então Ministério da Educação Nacional que pretendia renovar e abastecer as humildes bibliotecas das nossas escolas primárias. É justo referir aqui os nomes que dirigiam esse serviço pioneiro: os Drs. António Carlos Leónidas, José Carlos Amado e Helena Cidade Moura. Poucos foram os livros que publicámos promovidos por esse Serviço mas, a partir desse pequeno impulso inicial, outro dos nossos vectores principais

⁸⁴ Em *Eu, editor, me confesso* – palestra proferida por Fernando Guedes no Círculo Eça de Queirós na noite de 5 de Fevereiro de 1988 integrada no ciclo «Confissões»

estava achado: a literatura infanto-juvenil, sector que, desde então, a *Verbo* tem liderado em Portugal.

A colecção *Presenças*, iniciada em 1962 e onde publicaram estudos e ensaios alguns dos nossos mais eminentes professores universitários, viria a definir o terceiro pé desta trípole que há quarenta anos se chama *Editorial Verbo* – os textos universitários. A partir de então, desde clássicos gregos e latinos até manuais de Direito ou de Gestão de Empresas, uma parcela significativa do nosso labor tem sido dedicada à produção e difusão deste tipo de obras, culminando recentemente na operação conjunta que acordámos com a Universidade Católica Portuguesa, a *Universidade Católica Editora* que neste ano de 1998 iniciará, numa nova fase, a sua vida pública.

Se estes três vectores, como os deixámos acima definidos, são os grandes orientadores da nossa actividade editorial e pelos quais marcamos a nossa presença na vida cultural portuguesa, isso não significa que nos atenhamos exclusivamente a eles. A etnografia, a culinária, o património, a divulgação científica, o memorialismo até, são, entre outros, nichos onde temos depositado alguns ovos. A aquisição, há uns 25 anos [1972], da *Editora Ulisseia*, trouxe-nos um catálogo onde brilhavam já estrelas de primeira grandeza do universo da ficção estrangeira. A criação [1971] da *Verbo-Publicações Periódicas* se foi motivada por uma incursão de êxito duvidoso na área das revistas semanais, permitiu-nos, mais tarde, entrar por aí no mundo da banda desenhada.

Outros passos foram sendo dados, com maior ou menor sucesso, publicação da Biblioteca Básica Verbo – Livros RTP]. Outras empresas foram criadas – *Crediverbo* [1968], *Verbo Escolar* [1970] (sem actividade desde 1974), *Verbo de S. Paulo* [1966] (Brasil), *Liténica* [1969] (Angola), *Verbo Postal* [1981/82], *Verbo Multimédia* [1996] e, a mais recente, a *Verbo S.G.P.S.*, constituída com a intenção de permitir uma melhor gestão deste grupo um pouco disperso de empresas que quer entrar no próximo milénio bem preparado para os novos desafios que a todos se vão colocar.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha explica, no livro comemorativo do 50º Aniversário da Presença, qual a linha editorial seguida pela editora a partir da sua fundação e durante a fase final do Estado Novo:

A década inaugural de 1960 foi, na Editorial Presença, marcada pela publicação de teatro e de ensaio. Fomos para livros que não se publicavam então, como as peças de teatro, e que se tornaram bastante lidas. Publicámos clássicos como (Anton) Tchékhov, (August) Strindberg e contemporâneos como Eugene Ionesco e Jean Genet, que eram autores em voga e tiveram muito sucesso em Portugal» (Presença, 2010:16);

E acrescenta: «Era uma linha que assinalava alguma diferença, numa visão do mundo dividido que então imperava. Não sendo uma visão de terceira via (como a expressão é hoje entendida), era uma nova linha de progresso da visão do mundo e da estética» (Presença, 2010:17). Na entrevista, especifica a estratégia empresarial que orientou estes primeiros anos da Presença:

Fizemos as nossa lutas para nos tornarmos maiores, ou seja, [durante] muito tempo não tínhamos a mesma mobilidade que se tivéssemos algum crescimento. Foi a venda [proveniente] do crescimento que foi sustentar a nova fase. Já depois do 25 de Abril. Portanto [a adaptação aos tempos que começavam a mudar], não foi uma fase que tivesse criado na Presença a necessidade de uma mudança profunda no nosso percurso.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa viveu duas experiências distintas. Primeiro, entre 1965 e 1970, na direcção editorial da Portugália, a qual, entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70 do século 20, conheceu um período de revitalização e se constituiu como empresa editorial de referência. Depois, a partir de 1970, como proprietário e editor das Edições 70, uma casa que vocacionou para a edição de cultura no seu sentido mais amplo e em especial no domínio das Ciências Humanas e Sociais. Na entrevista, equaciona essas duas realidades:

Eu na Portugália tinha funções dirigentes. Mas evidentemente que a responsabilidade última da gestão não era minha. Ou seja, se havia necessidade de recurso a capital eu ia pedi-lo ao patrão, ao proprietário, ou aos proprietários. O caso muda de figura quando me instalo por conta própria com Edições 70. E nessas circunstâncias evidentemente que as experiências são muito diferentes. A intensidade é a mesma. Eu aliás não estabeleço grandes diferenças de década para década. Sei muito bem que na década de 1960 se lia muito. Lia-se com a preocupação de qualidade. Lia-se com a preocupação de distinguir; estou a ler um romance policial, não estou a ler o Stendhal. [...]

Olhe, estou agora a lembrar-me que criei [nas Edições 70] uma colecção onde publiquei uns sete ou oito... não... publiquei mais... que era uma colecção de pedagogia... psicologia e pedagogia. Entrei digamos numa certa via científica, se é que posso chamar-lhe assim, mas também com alguns resultados interessantes. Os livros eram em geral tendencialmente aceitáveis, eram de divulgação, mas com algum aprofundamento também. Obras de referência com um ar mais académico. Mas aparte disso, fazia também parte do nosso ADN, não vamos só publicar coisas para dizer à censura que estamos aqui, cuidado comigo. Tratava-se de facto de afirmar uma identidade de editor, tanto quanto possível, mas uma identidade própria.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo que entre 1966 e 1974 exerceu funções de diretor editorial da D.Quixote, de Snu Abecassis, comenta a panorâmica geral da edição em Portugal no começo dos anos 60 do século XX e refere os pontos fulcrais da estratégia seguida pelas Publicações D.Quixote durante o estertor do Estado Novo:

Em 1960, quando eu saio da Faculdade de Letras de Coimbra, o panorama da edição portuguesa era já importante. Havia editores, como a Europa-América, como a

Portugália que foi uma editora que teve um papel importante, a Inquérito que hoje está completamente perdida, não é?, a Ulisseia... a Ulisseia, que foram editoras que tiveram a sua existência [...]. Esse mundo era um mundo muito limitado, em termos até do número de leitores. [...]

Porque nem tudo foi política na D. Quixote. Será um erro limitar as coisas a esse nível, que não foi. E teve componentes literárias e culturais muito fortes. Porque a D. Quixote, dentro de um determinado período, era a editora que publicava todos os anos o Prémio Nobel da Literatura. [...]

Mas também havia esse factor importante que era o sentido de oportunidade, não era oportunista era de oportunidade, que a D. Quixote tinha de aparecer com livros sérios sobre questões sérias.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente coloca ênfase na mais-valia intelectual que experimentou em termos pessoais durante o período que precedeu a queda do antigo regime, nomeadamente em resultado do trabalho desenvolvido nas editoras Europa-América e D. Quixote, cuja estratégia qualifica da seguinte forma: «Na Europa-América e na Dom Quixote a questão social e política era um imperativo, um imperativo intelectual e moral. Uma preocupação sempre presente nos livros que queríamos editar.» (*De Rerum Natura*: 2007). Na entrevista que nos concedeu destaca:

Foi um período de muita militância intelectual e para mim foi também um grande amadurecimento. A expressão não é evolução. É amadurecimento porque eu passei a estar mais informado, a ter mais dados, e isso foi... quer o convite do professor Sedas Nunes quer o convite que me fez o Carlos Araújo [para a D. Quixote], que nessa altura já se tinha demarcado de posições mais ortodoxas, e isso contribuiu para o meu amadurecimento intelectual. E por outro lado a minha grande experiência, que eu tinha adquirido na Europa-América que de facto era a grande escola de editores – percebe, eu tenho um enorme orgulho em ter trabalhado na Europa-América – e de ter tido o apreço manifestado pelo Lyon de Castro que era realmente um grande homem da edição; tinha uma coisa que eu também acho que tenho, acho que tive, que era o gosto de editar, o gosto de editar.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos expende uma visão global sobre hábitos de leitura no pré-25 de Abril de 1974 e menciona contributos específicos para a divulgação do livro que ocorreram nessa época e que abriram janelas de oportunidade para actuação no domínio sociocultural:

Os hábitos de leitura em Portugal, nessa altura, eram escassos. Haveria autores que se distinguiam, conquistavam algum público, alguns porque pertenciam à situação ou conviviam com ela, outros porque por esta ou por outra razão se tornaram mais conhecidos. [...]

Sim, tiveram um papel de divulgação do livro muito importante, as bibliotecas itinerantes da Gulbenkian, porque muitas vezes o livro não chegava às pessoas, porque

as pessoas também não chegavam ao livro. Ou seja, não havia hábitos de frequência das livrarias, os jornais pouca atenção davam à publicação de livros, e por isso...

Estavam... nessa altura sim, existiam os suplementos literários, que era a primeira coisa que as pessoas punham de lado quando compravam o jornal. Porque não havia de facto esses hábitos. Não estamos a dizer que os suplementos literários não eram lidos, desempenharam também o seu papel na divulgação, mas sempre foi escasso porque a própria tiragem dos jornais não tem comparação com aquele com que hoje convivemos. [...]

[A Biblioteca Verbo RTP] Foi a primeira experiência de edição numa escala maior, dado o apoio da televisão à divulgação, que representou tiragens significativas. Veio chamar a atenção para os livros. Alguns deles eram livros que existiam no catálogo de outras editoras e que foram republicados nessa colecção; colecionava textos que já existiam e, portanto, o puxar por eles aí foi puxar por eles também na editora original.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira transmite a perspectiva, colhida no grupo Bertrand, de uma certa inacção estratégica por parte do então líder de mercado, face às alterações socioculturais que estavam a começar a sentir-se quando o Estado Novo se aproximava do fim:

Quando eu estive na Bertrand, a Bertrand não tinha concorrência. Era a grande editora, tinha uma distribuição alargadíssima, tinha inclusivamente quiosques de venda nas estações de caminhos de ferro, era uma rede muito bem montada e que cobria tudo. Por outro lado, as ligações da administração da Bertrand na altura, estou a falar no princípio dos anos 70 com o [administrador] senhor Georges Lucas que tinha aquelas ligações com a Lafont e com as grandes editoras francesas o que permitia que a Bertrand tivesse em primeira mão as coisas fundamentalmente francófonas.

Tinha distribuição de livros, tinha distribuição de publicações... A Bertrand publicava tudo o que era *pocket book* americano, ou inglês, ou francês, publicava todas aquelas revistas francesas, a *Elle*, a *Marie Claire*, as coisas do coração, tudo o que havia. [...]

Eu não entrava ainda nessa coisa de pensar o negócio. Eu estava ali a fazer os livros, portanto tenho pouco essa dimensão do que foi. Tenho a noção que apareceram as novas livrarias, por exemplo, que era muito importante, agora estratégias de negócio passavam-me ao lado. Isso era mais sentido nas editoras que tinham que pensar nesses assuntos. Eu ali [na Bertrand] tinha quem pensasse. Bem ou mal.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho verbaliza os factores subjacentes às transformações socioculturais então em curso e exemplifica, com casos concretos, os visíveis sinais de mudança:

Há um certo alargamento do mercado, acho eu, aí nos princípios dos anos 70; há um alargamento do mercado. Como há também um crescimento do poder de compra. Nessa altura há um desenvolvimento forte, que aliás veio a contribuir muito para a queda do regime, com a criação de uma pequena burguesia [...]

Isso [a quantidade de livros exportados para as ex-colónias] era importante. Não lhe sei dar dados quantitativos, mas sei, por outra via, de contactos que tive

posteriormente com os escritores, pessoas que viviam as coisas, o contacto que assim houve. Porque também a auxiliar [a comercialização de livros para as ex-colónias], a partir dos anos 50, princípio dos anos 60, em certas camadas urbanas brancas e mulatas, quer em Luanda quer em Lourenço Marques, há um certo crescimento. E a difusão que se fazia por quem estava aqui a trabalhar. Nessa prisão, do Luandino Vieira por exemplo, que ele está preso em Luanda em 1962, 63. E por aqui se vê que eu tinha acabado de ler, lá, um livro do Cochofel, chamado *Iniciação Estética*, publicado pela colecção *Saber* da Europa-América. Portanto havia aí... E as editoras, pelo menos algumas... Exactamente. E havia essa camada, que é por exemplo os que convidaram o Jorge de Sena a ir a Moçambique antes de ser livre e o Jorge de Sena foi.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Para além dos editores entrevistados especificamente para o presente estudo, outros houve de quem ficou memória escrita relevante para a compreensão das estratégias adoptadas e os objectivos perseguidos por editores e livreiros no período final do Estado Novo.

Rogério de Moura (1925-2008) fundou em 1953 a editora Livros Horizonte, na qual se manteve activo até ao final da vida tornando-se o então decano dos editores portugueses. Em entrevista publicada no *Diário de Notícias Online*, escreve a jornalista Vanda Marques:

Os livros é que o atraíram para esta área, pois desde criança que sabia que ia fazer qualquer coisa relacionada com eles. Na sua casa, o gosto pela leitura era partilhado pelos pais e os quatro irmãos. Rogério Moura lembra-se que com 15 anos organizava bibliotecas nas sociedades recreativas.

[...]

Sem conhecer ninguém e sem um único livro para vender, Rogério Mendes de Moura fez-se à estrada. Estávamos em 1953 e tinha acabado de criar a editora Livros Horizonte. Sozinho e sem experiência na área. Pegou na sua "carricana" da Peugeot e decidiu correr o País para visitar futuros colegas a quem ia fornecer livros. "Apresentava-me e dizia que queria saber como era a livraria deles, mas eles perguntavam 'então o que tem para vender?' e a minha resposta era sempre a mesma: 'agora nada, mas hei-de ter um dia'. Ficavam todos admirados", conta. As palavras de Rogério Mendes de Moura tornaram-se verdade pouco tempo depois da sua viagem. Com a mesma tenacidade com que correu Portugal para conhecer o mundo em que entrava, construiu a Livros Horizonte. [...]

O sucesso da editora deste pai de quatro filhos e avô de cinco netos deve-se à sua dedicação a todos os pormenores. A escolha do nome foi um deles. Livros, já que era isso que fazia, e Horizonte porque não queria ter um fim à vista. Mas o lisboeta Rogério Mendes de Moura não tinha pensado em tudo... Quando foi ao notário para fazer a escritura puseram a palavra "limitada" a seguir ao nome da editora. O editor não gostou muito e disse ao funcionário: "Livros Horizonte limitada? Meu caro amigo, isso está a limitar a minha ideia." Mas lá ficou. Verdade seja dita, que naquela altura os horizontes queriam-se mais ou menos limitados. [...]

Rogério Moura não desarmou e nem mesmo quando a PIDE lhe fazia visitas e proibia os seus livros pensou em deixar a profissão que amava. Confessa que nunca se deixou limitar pela censura e arriscava sempre publicar os livros que achava interessantes. Os três primeiros que editou foram escolhidos a dedo: *História do Cinema*, *O parto sem dor* e *Vocabulário de Filosofia*. Em três teve problemas com dois. A censura dizia que não lhes interessava que se publicasse um livro sobre a história do cinema e o parto sem dor... "Diziam-me que eu estava errado, que a mulher foi feita para ter dor no parto. E não me deixaram fazer a segunda edição", recorda. Apesar de toda a pressão da PIDE, Rogério Moura confessa que nunca teve medo.

No início da sua profissão também importava livros do Brasil. Mas não era fácil. Assim que os pacotes chegavam à alfândega eram revistados pela PIDE. Caso estivesse lá algum livro proibido ou título que não agradasse à censura, como *A Geografia da Fome*, a mercadoria era toda devolvida. "A violência deles era enorme. Chegaram ao ponto de devolver cem pacotes de uma só vez", recorda.

Mas o que interessava a Rogério Moura não era fazer importações. "Importar não me chegava, eu tinha que escolher os livros", explica. O prazer de fazer o livro foi algo que descobriu no seu trabalho desde o primeiro dia. É Rogério Moura quem lê todos os originais, mesmo que sejam sobre assuntos que não domina, como a coleção *Sistemas de Construção*. Por essa razão, sabe que já leu, pelo menos, dois mil livros, que são aqueles que editou. O que mais gosta no seu trabalho, além de fazer a marcação do original para a tipografia, escolher o tipo de letra, as entradas e a capa, é falar com os autores sobre as alterações. "Rogério Moura é um editor-artífice, talvez o único entre nós. Trabalha o livro como o ourives o ouro e o lapidador o diamante." (Marques, 2007).

Fernando Ribeiro de Mello (1941-1992) fundou em 1965 a editora Afrodite. Conforme escreve Pedro Piedade Marques (2015):

O arranque, necessária e estrategicamente "larvar", de Ribeiro de Mello como editor era suportado por uma combinação da oferta de um "fruto proibido", de um alto preço de venda (assegurando, ao mesmo tempo, uma selectividade dos potenciais compradores que impediria a edição de cair em mãos "inocentes" ou incautas e atrair a ira da polícia, e uma considerável margem de lucro que tornaria desnecessária uma venda massiva e, principalmente, de um sistema de revenda "clandestina em algumas livrarias seleccionadas, a "venda por baixo do balcão" [...]

O *Kama Sutra* é o primeiro dos livros que Fernando Ribeiro de Mello lança em 1965, mas não é difícil imaginar que, a par da sua ainda principal actividade "pública", a de *diseur* ou declamador de poesia, ele tenha passado todo esse ano a congeminar e preparar os dois livros imediatamente seguintes e que atrairiam sobre ele a sanha censória e a dura mão do Estado Novo: a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e a Satírica: dos Cancioneiros Medievais á Actualidade*, organizada pela sua mentora Natália Correia, e *A Filosofia na Alcova do Marquês de Sade* (Marques, 2015: 59 e 62-63).

[...]

Foi o início de uma época áurea para o jornal [o *Diário de Lisboa*], nos cinco anos que se seguiram à nomeação de Vítor Silva Tavares, em 1967, para coordenar o suplemento "Vida Literária e Artística" (depois "Suplemento Literário") e o início de publicação do suplemento "A Mosca", em 1969] [...]. Seria nessas páginas também que Ribeiro de Mello renasceria como personagem excêntrica e central das *performances* que seriam algumas das suas apresentações, além de que, após o jejum

de menções aos seus livros na imprensa, efeito da perseguição censória, a emergência do Diário de Lisboa como jornal liberal, sofisticado e arrojado significava que as suas edições poderiam ali encontrar algum eco, como de facto veio a acontecer (Marques, 2015: 59 e 101-102).

[...]

Enquanto o regime de Caetano, subitamente mais rígido e autista se erodia a olhos vistos [...], Ribeiro de Mello entra numa “hibernação” de actividade, que se compreende pela passagem do seu stock para uma nova, maior e mais exigente distribuidora. No meio do sonambulismo e da inércia de um país à espera de uma rajada de vento forte e uma bâtega regeneradora que o acordasse, nessa Lisboa “compassiva” do estertor do marcelismo que prolongava a “feira cabisbaixa” da de Salazar, a Afrodite, confiante num prometedor futuro próximo, deita-se e adormece (Marques, 2015: 163).

António Manso Pinheiro (1942- 2007) exerceu actividade política activa a partir da campanha de Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958, ligada ao PCP e posteriormente ao MDP/CDE, que veio a abandonar em 1975. Conforme consta no livro de homenagem ao editor, editado pela APEL sob coordenação de Maria Odete Manso Pinheiro (2007):

Mas a sua nova vida, verdadeiramente, começaria em 1969, quando se torna sócio da editorial Estampa [fundada em 1960] juntamente com outras pessoas ligadas ao PCP. A Estampa, na realidade, era uma causa antes de um negócio. E, de alguma forma, sempre assim haveria de ser. “A Estampa é a minha vida” disse-me o António um dia. Há não muito tempo, para explicar porque é que não a venderia apesar da generosidade das ofertas de aquisição. E era.

Começou por ser uma causa do PCP, a causa da divulgação dos autores e das obras de referência da visão do marxismo-leninismo que o partido e a URSS partilhavam. E de divulgação de obras de intervenção variadas nestas áreas. Depois, com a mudança dos tempos e a lonjura do PCP, sobretudo a partir dos anos 80, a Estampa transforma-se numa referência central no mundo editorial de qualidade, especialmente no campo das ciências sociais (e da História em particular), da literatura, da filosofia e do pensamento clássicos, da pedagogia, da literatura infanto-juvenil, da poesia (Pinheiro, 2007: 5).

Vítor Silva Tavares (1937-2015) que em 1974 fundou a Editora & etc, é uma figura incontornável da edição no período que antecedeu o fim da ditadura em Portugal. Autodidacta que desde os anos 50 do século XX se dedicou aos livros e sempre cultivou a liberdade de pensamento, o seu percurso de vida e forma de estar no mundo dos livros caracterizaram-se bastante mais pela criação do que pela optimização de oportunidades no domínio sociocultural:

A & ETC – magazine e também editora de livros – construiu-se mercê da colaboração livre grátis (que não gratuita) de vasta plêiade de poetas, prosadores, desenhadores, tradutores, revisores de provas, apoiantes e leitores. E só tem sido possível inscrever a sua férrea vontade de resistência cívica mediante o empenho e o empenhamento total e radical de um Editor, *sui generis* e *avis rara*: Vítor Siva Tavares – VST, no círculo próximo de amigos e pares de combate. (Domingos, 2013: 15).

Conforme escreve Fernando Madaíl (2010) em artigo publicado no *Diário de Notícias Online*:

A alma da editora & etc - cujo catálogo se pode apreciar por algumas capas reproduzidas nestas páginas -, orgulha-se da miséria em que cresceu. O que ajuda a perceber a forma como assume uma vida "radicalmente independente", de quem foi retorquindo aos que queriam ser seus patrões que ninguém o punha no "olho da rua", pois nunca de lá tinha saído. Mesmo sabendo "a moeda que se paga por um suplemento de liberdade, que - essa sim - é impagável".

O criador da chancela livreira marginal é filho de um maquinista da marinha mercante, que terá privado com o líder comunista Bento Gonçalves no Arsenal e tinha uma biblioteca que ia de Alves Redol a Paço d'Arcos - todos os títulos devorados por Vítor, leitor compulsivo desde que começou a juntar sílabas, não lhe importando se a obra era assinada por Zola, Salgari ou Spillane -, e de uma mulher que tanto trabalhava nas descargas de carvão e peixe como na fábrica das anchovas e, na sua imaginação cinéfila, era uma Anna Magnani.

[...]

Aos 24 anos, era director literário da Ullisseia e, nos dois ou três anos em que esteve na editora, publicou obras como *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (que "era a Bíblia dos guerrilheiros africanos"), ou *Viagem ao Fim da Noite*, de Céline ("o que me valeu ser considerado um reaçã do pior"). Além dos censores, tinha a visita, "mês sim, mês sim", de brigadas da PIDE, pois lançava títulos como *Praça da Canção* (Manuel Alegre) ou *Feira Cabisbaixa* (Alexandre O'Neill). Ao publicar *Crítica de Circunstância* (Os Doutores, a Salvação e o Menino Jesus), de Luiz Pacheco, um polícia político perguntou a Vítor Silva Tavares se não lhe parecia que farsista, como era designado o tirano Herodes, era parecido com fascista.

Em 1967, quando o Jornal do Fundão foi suspenso por seis meses, preparava-se um magazine de letras, artes e espectáculos para se publicar naquele semanário oposicionista, mas com a sageza de evitar que fosse logo proibido. E no primeiro dos 26 números desse suplemento & etc - que haveria de ser revista autónoma de 1973 a 1974, tornando-se, depois, apenas editora - havia textos sobre o filme Pedro, o Louco, o fadista Alfredo Marceneiro e o novo bar Snob.

O nome foi inventado por José Cardoso Pires, que nunca esqueceu o concelho de Aquilino, após lhe entregar um exemplar do livro de estreia, *Os Caminheiros e Outros Contos*: "Sabe o que é preciso para se ser escritor? Orelhinha!" E foi assim que, ao correr da conversa sobre o magazine, notando que Vítor Silva Tavares repetia a expressão & etc (talvez reminiscência do seu livro angolano *Hot e Etc*), Cardoso Pires soltou uma espécie de eureka [Madaíl, 2010].

No seu conjunto e nas especificidades próprias de cada caso, os testemunhos aqui referenciados espelham a pluralidade, diversidade e vitalidade da edição e comércio do

livro, quando o antigo regime se aproximava do fim e os sinais de mudança apontavam no sentido do aproveitamento de oportunidades que se abriam e de estratégias inovadoras que lhe dessem corpo.

4. O livro no dealbar da democracia

Neste capítulo, tem-se em vista identificar o ponto de partida sociocultural e as políticas públicas adoptadas no âmbito da educação, do livro e da leitura após 25 de Abril de 1974, bem como caracterizar as transições que então emergiram no panorama da edição em Portugal, assinalando protagonistas, temas, públicos e inovações que surgiram, e especificando abordagens usadas e concretizações que neste período se destacaram no mundo do livro.

4.1. Liberdade de expressão e transformações culturais

Foi num cenário culturalmente amordaçado que o país entrou na fase derradeira do Estado Novo. No entanto, os efeitos de contexto faziam-se já sentir e os portugueses estavam ávidos de mudança. O livro, um livro, iria constituir-se como elemento relevante no “movimento dos capitães”, a causa próxima que levou ao derrube do regime de Salazar e Caetano: *Portugal e o Futuro*, da autoria do vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general António de Spínola, publicado em 23 de Março de 1974 pela Editora Arcádia com autorização do mais alto representante da estrutura militar, general Francisco da Costa Gomes. Foi o golpe de morte no regime ditatorial. A liberdade estava em marcha. A “Revolução dos Cravos” eclodiu em 25 de Abril.

A liberdade de expressão, amplamente saudada, constituindo-se a abolição da censura como um dos elementos fundamentais para a circulação de ideias e de informação, iria, porém, passar por um muito conturbado “processo revolucionário em curso”, o PREC, antes que a normalidade democrática começasse a dar os seus frutos quando a década de 70 já se encaminhava para o fim. A livre expressão do pensamento e a possibilidade de divulgação e acesso à informação e ao conhecimento, aportaram transformações de vulto. À liberdade do exercício político e libertação dos constrangimentos censórios, correspondeu a abertura da sociedade portuguesa, até aí fechada sobre si mesma. A mudança radical nos meios de comunicação social que, abolida a censura, passaram a constituir importante referência e fonte de orientação para os portugueses⁸⁵, a modificação nas relações sociais e de valores morais e estéticos com implicações no aprofundamento de temas antes considerados tabu – sexualidade, feminismo, igualdade de oportunidades, uniões de facto, aborto, planeamento familiar –, como também o aumento de hábitos de

⁸⁵ Para aprofundamento ver Mesquita (1994: 360-363).

consumo de bens materiais e o incremento de fruição cultural nos vários domínios das artes e das letras (Ferreira, 1993:166-173), contribuíram decisivamente para novas realidades que o progresso socioeconómico e a alteração de mentalidades potenciaram no imediato e para o futuro.

O livro e os seus agentes constituíram parte fundamental da evolução ocorrida em Portugal, pela predisposição e modelos de actuação já referenciados no período final do Estado Novo e pelas características próprias de uma actividade que se assume como fonte primeira do fomento e exercício cultural.

A transição no panorama da edição foi substancial e, conforme se detalha em capítulo próprio (vd. *infra*, 4.3), perpassou pelas múltiplas especificidades que o caracterizam: movimento associativo, criação e encerramento de editoras, métodos de gestão editorial, autores, temas e públicos. Uma transição que se anunciava e que a abolição da censura viabilizou e potenciou.

4.1.1. Testemunhos sobre a abolição da censura

A directa e imediata contraposição entre o contexto em que foi exercida a actividade de edição e comércio do livro no período final da ditadura, e o que ocorreu no período imediatamente pós-25 de Abril, constitui uma evidência notória que os entrevistados particularizaram, comentando-a em termos gerais ou exemplificando com casos específicos.

Francisco Espadinha argumenta sobre a ambivalência de impactos ocorridos neste período e explicita a abordagem da Presença:

A verdade infelizmente é que acontecem coisas boas e acontecem as coisas más em simultâneo... Porque por exemplo, ainda há pouco foi referido isso, nós apesar de tudo tínhamos um comércio do livro, para passar para a história, com um belíssimo resultado em Moçambique e Angola. Havia sempre um movimento e tínhamos aí... podíamos enfim... e isso desapareceu [...]

Eu fiz uma coisa curiosa [relativamente à abolição da censura] que foi a maneira como eu agi logo na entrada, digamos assim, em democracia, ou seja saímos da censura e entrámos em democracia; e, por exemplo, houve uns livros que estavam... enfim alguns deles que já tínhamos retido, já estavam quase se pode dizer na gaveta, e vieram cá para fora. [...]

Aqueles que achávamos que valiam a pena, até como livros... pelos temas, pela qualidade, pelo tratamento ensaístico... publicámos.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Guilherme Valente invoca a experiência vivida neste período e sintetiza o seu pensamento sobre as implicações da alteração política no panorama geral da edição:

Houve um movimento, houve uma mobilização muito grande para a acção política. Eu lembro-me que nós [D. Quixote] criámos nessa altura [Janeiro de 1976] *O Mundo Diplomático*, fui eu que dei essa ideia à Snu [Abecassis] e criámos a primeira edição portuguesa de *O Mundo Diplomático* [...]. Aliás o Carlos Araújo tirou muitos artigos para os cadernos do *Le Monde Diplomatique*. E quando deixou de haver censura é que eu tive ideia de fazer isso. Era uma revista de esquerda, mas de esquerda não purista, era terceiro-mundista; problemas muito próximos da nossa própria realidade política [...]. Os primeiros números tiveram sucesso, entretanto o Claude Julien [director da revista em França] disse-me que achava que a – peço desculpa, agora é uma vaidade, mas é perceptível – que a edição portuguesa estava mais bonita do que a francesa. [...] Na prática o que eu acho é que houve livros de carácter político que se sobrepuseram a todo o tipo de livros, mesmo aos livros cujo fundo é consolidadamente política.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Maria da Piedade Ferreira enfatiza o impacto da ausência de censura na abertura de novas frentes na edição:

É evidente que... bem, não haver censura alterou logo tudo à partida. Uma quantidade de coisas que se puderam fazer, não é? A Bertrand também.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho põe em evidência a influência da queda do antigo regime na melhoria do nível de vida e consequente aumento da capacidade para compra de livros:

Teve um impacto muito grande. Primeiro, com o 25 de Abril aquela coisa rebentou. De facto. Começou tudo a correr para a frente. Portanto houve uma substancial melhoria do nível de vida para camadas muito vastas. E isto na difusão do livro, isso tem muita importância porque quem não tem dinheiro não compra livros.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

O sentir retratado nestes testemunhos, embora atestando uma realidade particularmente intensa, representa a componente integrada e estável do universo editorial. Inúmeras outras editoras houve, com carácter eminentemente de acção política, que tiveram vida efémera, circunscrita ao período que imediatamente precedeu a queda do Estado Novo e lhe sucedeu.⁸⁶

⁸⁶ Para aprofundamento ver Silva (2013: 74-90).

4.2. Políticas públicas para a educação, o livro e a leitura

A situação a que o país chegara durante o Estado Novo quanto a níveis educativos, desde logo quanto ao analfabetismo, se bem que com evolução positiva ao longo do século XX, era ainda confrangedora: «Em 1960, Portugal apresentava uma taxa de analfabetismo de 34%, enquanto trinta anos antes, em 1930, esta se situava em 62% e, em 1900, em pleno início do século XX, nos esmagadores 74%» (Teodoro & Aníbal, 2007: 14).

Como tivemos já ocasião de expor (vd. *supra*, 3.1.2), até Abril de 74 pouco fora feito no domínio do ensino e da educação com resultados eficazes, excepto a profunda e importante, embora tardia, reforma do ensino protagonizada por Veiga Simão em 1973, a qual, conforme Maria de Lurdes Rodrigues (2014), viria a ter um forte impacto positivo para o futuro.⁸⁷

Também não existira uma política para divulgação do livro e fomento da leitura como factores cruciais para o desenvolvimento cultural. Consciente do poder de conhecimento e informação como instrumentos privilegiados de consciencialização sociopolítica, o regime de Salazar e Caetano apostou, como já anteriormente referimos (vd. *supra*, 3.1.3), em fórmulas que enquadrassem o livro na missão de promover a imagem cultural e ideológica do Estado Novo e restringissem o estímulo à leitura ao nível mínimo exigível para o exercício de funções básicas ou, a partir dos anos 1950, aos requisitos necessários para corresponder às necessidades colocadas por funções técnico-profissionais mais complexas.⁸⁸

Já o Estado Novo se aproximava do fim, quando em Novembro de 1973 foi aprovada a organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais que tinha sido criada em 1971, e definidas as funções que lhe cabia desempenhar.⁸⁹ Na verdade, esta Direcção-Geral

⁸⁷ Conforme Maria de Lurdes Rodrigues: “Na educação, a única reforma que tem nome de autor é mesmo a reforma Veiga Simão, espontaneamente associada à democratização do ensino: ‘A reforma tem por fim servir o povo: saber ler, escrever e contar já não é quanto basta para os portugueses. Critérios de justiça social e exigências da vida moderna levam-nos a querer e a planejar para todos eles um sistema educativo que lhes permita realização plena como indivíduos e cidadãos.’ (Contas à Nação, Janeiro de 1972).

Veiga Simão abordava os assuntos como homem da ciência, valorizando o uso da informação e do conhecimento para o planeamento e a decisão política. A sua reforma das universidades é a vários títulos exemplar. Baseou-a no estudo pioneiro dirigido por Sedas Nunes sobre os problemas das universidades no contexto nacional e internacional. [...]

As instituições universitárias e unidades de investigação que hoje existem fazem a prova de que, em resultado das decisões de Veiga Simão, novas gerações de professores e novas instituições, então criadas ou reformadas, funcionando num quadro mais competitivo, ajudaram a modernizar o país e a cumprir os objectivos de mudança com que justificou a sua reforma” (Rodrigues, 2014).

⁸⁸ Sobre as políticas do livro e da leitura no Estado Novo leia-se: Medeiros, 2015: 14-48; Carvalho, 2011: 783-804; Teodoro, 2006: 11-40; e Melo, 2004:67-77.

⁸⁹ Decreto-Lei n.º 480/71, de 27 de Setembro e Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de Novembro.

teve uma actuação inexpressiva no curto período que mediou até à implantação da democracia em 25 de Abril de 1974.

4.2.1. Sistema educativo

O pós-25 de Abril constituiu uma época em que se começaram a esboçar algumas iniciativas tendentes a reduzir os elevados níveis de analfabetismo, um período em que se deu a massificação do ensino; um tempo no qual, por via da escola, começaram a ser criadas condições favoráveis à divulgação do livro e ao fomento de hábitos de leitura. Como refere José Soares Neves:

Na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) foram inúmeras as iniciativas visando a alfabetização de adultos. Entre outras, ficaram famosas as «campanhas de alfabetização» levadas a cabo por associações estudantis, bem como a acção da então Direcção-Geral de Educação de Adultos (Neves, 2011: 89).

No ensino, o já mencionado relatório emitido pela Organização de Estados Iberoamericanos (OEI) relativo à Evolução do Sistema Educativo Português no período 1950-2000, sintetiza na rubrica “1974-2000 – O Ensino Democrático” (OEI, 2003:22-26), os principais aspectos que caracterizam o período pós-25 de Abril.⁹⁰

⁹⁰ Leia-se: “Apesar dos conflitos sociais e dos debates ideológicos próprios de um período revolucionário, desenham-se consensos quanto ao papel da educação no desenvolvimento económico e na modernização do país.

Verifica-se, de facto, nesta fase, uma grande mobilização e participação social no sector do ensino, sendo de assinalar algumas transformações significativas, sobretudo com relação à alteração dos conteúdos da aprendizagem em todos os graus de ensino.

Os quatro primeiros anos do ensino primário são organizados, a partir do curso de 1974-75, em fases com a duração de dois anos e que funcionam em regime experimental.

A avaliação escolar passa a realizar-se no fim de cada fase, deixando de haver reprovação no final do 1º e do 3º ano de escolaridade. Quanto ao 5º e 6º anos, integrados no ensino obrigatório, estão organizados em três ramos (ciclo complementar primário, ensino preparatório directo e ensino preparatório TV) e todos concorrem para o objectivo de alargar a frequência a um maior número de alunos, muitos com carências económicas graves, e também de aproveitar os recursos existentes.

Igualmente o ensino secundário sofre grandes transformações. Em 1975, cria-se o 1º ano do curso geral unificado, constituído pelos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade obrigatória, que unificam os ensinos liceal e técnico e apresentam um tronco comum nos dois primeiros. O 9º ano, para além desse tronco comum, inclui uma área vocacional constituída por um grupo de disciplinas optativas de carácter pré-vocacional.

Atinente ao ensino superior, as principais alterações verificam-se nas condições de acesso e nos planos curriculares.

Em 1975 cria-se o Serviço Cívico Estudantil, ano vestibular de ingresso ao Ensino Superior, constituído por actividades de serviço à comunidade, com o objectivo de criar nos estudantes hábitos de trabalho socialmente produtivos e inseridos num programa global de reconstituição do país. As universidades passam a dispor de autonomia pedagógica, científica e financeira.

São dados aos alunos do ensino técnico profissional e do ensino médio condições de acesso ao ensino superior, do mesmo modo aos maiores de 25 anos e aos trabalhadores com uma actividade comprovada de 5

O tempo do designado “período revolucionário em curso” (PREC) é caracterizado por Eduardo Marçal Grilo (Grilo, 1994) como de grande conturbação e anarquia no domínio da educação.⁹¹ Ultrapassado o PREC, foi possível, com a estabilização do regime democrático e das respectivas instituições, iniciar-se a introdução de alterações no sistema educativo que, embora fortemente pressionadas pela sua massificação e democratização, propiciaram as bases de um forte crescimento cujo impacto se viria a revelar mais tarde:

De uma forma genérica, pode-se afirmar que as alterações estruturais que foram sendo introduzidas a partir de 1978 assentam numa perspectiva e num fio condutor comuns, que são consagrados com a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Grilo, 1994: 409).

O aumento de alunos matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário, relativo ao período compreendido entre 1960 e 1984 é, conforme Quadro 2 abaixo, esclarecedor da evolução verificada durante a década de 1970 e permite estabelecer comparação com a década imediatamente anterior e com a primeira metade da década subsequente. Analisando o período 1969/70-1979/80, é de realçar o crescimento de alunos matriculados na Educação Pré-Escolar (15.153 para 80.373 = +65.220 ou 430,4 %), 2º Ciclo (193.912 para 305.659 = + 111.747 ou 57,3 %), 3º Ciclo (186.914 para 304.878 = + 117.964 ou 63,1 %) e Ensino Secundário (27.028 para 169.516 = + 142.488 ou 527,1 %). O Total Geral sobe, no mesmo período, de 1.358.460 para 1.788.278, representando um crescimento de 429.818 alunos, ou seja mais 31,6 %.

anos. Os institutos industriais de ensino médio reconvertem-se em institutos superiores, igualmente dotados de personalidade jurídica e de autonomia administrativa.

A fase de normalização democrática (1976-1986) é marcada por três características:

- 1) acabado o ciclo revolucionário, privilegiam-se os aspectos curriculares, técnicos e profissionais, em detrimento das ideologias;
- 2) toma-se consciência de que a expansão do sistema educativo pode criar efeitos perversos, nomeadamente em relação à qualidade desse ensino;
- 3) o bloqueio estrutural da economia portuguesa vai impedindo sucessivamente a reforma do sistema educativo” (OEI, 2013: 22-24).

⁹¹ Citando Eduardo Marçal Grilo: “O período considerado é, para o sector da educação, um dos períodos mais conturbados de toda a história da educação em Portugal. Durante cerca de dois anos, o País viveu nas escolas, nas universidades, no próprio Ministério da Educação uma situação caracterizada por uma incontida vontade de democratizar o sistema ‘alterando o que estava’, a que se juntou a ideia de ‘sanear’ o ministério e a escola de todos os elementos considerados afectos ao regime que vigorou até Abril de 1974.

A democratização rapidamente se transformou em anarquia, dado não existir liderança política capaz de conter os excessos que inevitavelmente teriam de ocorrer após cerca de cinco décadas de um regime autoritário. As alterações que se tentaram introduzir, tanto nos sistemas de ensino básico e secundário como no ensino superior, acabaram, na maior parte dos casos, por se saldar num enorme fracasso, uma vez que não havia nem estruturas nem agentes com capacidade para executar as medidas que eram pensadas nos gabinetes” (Grilo, 1994: 406-407).

Quadro 2 – Alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano lectivo
(1960/61-1983/84)

Portugal		Público e Privado – Homens e Mulheres					
Ano lectivo	Nível de Ensino	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
				Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo	
1960/61		1 086 115	6 528	1 066 471	887 235	78 064	101 172
1961/62		1 103 553	7 030	1 082 665	886 820	83 411	112 434
1962/63		1 123 367	8 039	1 100 471	886 519	89 449	124 503
1963/64		1 136 908	9 411	1 110 577	883 039	91 220	136 318
1964/65		1 170 872	10 350	1 141 982	894 195	101 195	146 592
1965/66		1 183 971	11 271	1 152 799	892 603	107 765	152 431
1966/67		1 199 238	12 417	1 165 415	891 082	119 357	154 976
1967/68		1 217 629	13 548	1 182 345	888 789	133 839	159 717
1968/69		1 300 760	14 536	1 262 285	930 821	163 358	168 106
1969/70		1 358 460	15 153	1 316 279	935 453	193 912	186 914
1970/71		1 397 016	17 135	1 347 887	930 294	216 788	200 805
1971/72		1 431 071	18 687	1 378 582	930 233	231 543	216 806
1972/73		1 472 035	18 964	1 412 768	922 806	249 702	240 260
1973/74		1 529 616	41 080	1 444 883	919 026	268 883	256 974
1974/75		1 577 158	42 490	1 466 815	918 519	260 681	287 615
1975/76		1 650 936	44 832	1 519 725	909 014	295 553	315 158
1976/77		1 694 775	61 868	1 533 351	903 047	301 575	328 729
1977/78		1 758 936	64 739	1 560 791	921 013	299 110	340 668
1978/79		1 761 853	69 126	1 547 467	928 278	309 632	309 557
1979/80		1 788 278	80 373	1 538 389	927 852	305 659	304 878
1980/81		1 850 830	100 178	1 574 568	946 291	322 431	305 846
1981/82		1 866 750	112 412	1 583 910	937 638	354 541	291 731
1982/83		1 919 848	114 640	1 617 450	931 514	374 210	311 726
1983/84		1 924 391	117 859	1 615 312	923 079	371 580	320 653

Fonte: GEPE & INE (2009: 31)

Interessa igualmente conhecer o sistema educativo em Portugal, no dealbar da democracia, do ponto de vista da análise sociológica.

Neste contexto, releva o estudo de Stephen R. Stoer, que sublinha: «Falar apenas de educar cidadãos para uma sociedade democrática, é ignorar uma das componentes vitais da revolução de 25 de Abril: a sua natureza socialista» (Stoer, 1986: 128). Para o autor, a conturbação e a mudança de realidades, ocorrida dentro e fora da escola, deve-se ao ressurgimento público, após quase cinco décadas, do conceito de classe social que durante o período revolucionário se tornou central nos discursos oficiais e nas acções populares; o que, na sua perspectiva, faz com que «se se juntarem todas as medidas e inovações adoptadas e experimentadas durante este período [o PREC], conseguem reunir-se elementos que sustentam que a Reforma Veiga Simão estava, no mínimo, radicalmente

reformulada» (Stoer, 1986: 131), por via da democratização do ensino em Portugal.⁹² Em resultado das especificidades da situação imediatamente subsequente ao 25 de Abril surge, por força da ambiguidade política e da inexistência de uma clara atribuição de responsabilidades para definir e fazer respeitar princípios e normas de legalidade, a “explosão popular” característica de uma situação pré-revolucionária, que nas escolas e nas universidades se consubstancia em movimentos espontâneos. É neste âmbito que a alfabetização se apresenta como mensagem da mobilização revolucionária conduzida por estudantes com especial incidência no Nordeste de Portugal, uma zona escolhida face à elevada taxa de analfabetos e ao afastamento relativamente ao centro da revolução. Conforme Stephen R. Stoer:

Esta mensagem tornou-se clara, mais tarde, através da interpretação feita das posições e das prioridades que aparecem na secção de Educação do Programa do MFA de 1974 e no programa do Partido Comunista Português apresentado no Congresso de Outubro de 1974 (Stoer, 1986: 172-173).

Por outro lado, o MFA, interessado em consolidar a transformação revolucionária por via da extensão da educação e da cultura como forma de suscitar o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão política, viu as campanhas de alfabetização como forma privilegiada de actuação no sentido de compensar a falta de instituições transmissoras de cultura⁹³.

No período de restabelecimento da direcção do Estado pelos partidos políticos, que se seguiu à experiência revolucionária do PREC, as várias acções de mobilização revolucionária foram sendo desactivadas. Foi também o caso do Serviço Cívico Estudantil,

⁹² Refere ainda Stephen R. Stoer: “A gestão democrática nas escolas trouxe uma significação adicional à democracia no ensino em Portugal. C. B. Macpherson defendeu que uma acção mais completa e mais participativa da democracia depende primeiramente dum sentido mais forte de comunidade do que aquele permitido pela democracia liberal, onde os atributos substantivos de cidadania são, muitas vezes, sacrificados a um método de governação (que em si mesmo está apto a ser melhorado consideravelmente), e que, em segundo lugar, depende de uma maior redução da desigualdade económica. O *socialismo* da revolução portuguesa desenvolvia-se precisamente em torno da luta por estas propriedades. A gestão democrática das escolas, com todas as suas arestas mal limadas, foi o resultado desta luta” (Stoer, 1986: 154).

⁹³ Citando Stephen R. Stoer: “Situando-se entre o esforço dos estudantes que dinamizaram a campanha de alfabetização no Verão de 1974 e a discussão realizada pelo V Governo Provisório (em Julho de 1975) sobre um Plano Nacional de Alfabetização (PNA), a Campanha de Dinamização Cultural tinha grandes afinidades com ambos. Assim, concebida como campanha de alfabetização sem o ser realmente, os seus objectivos pretendiam ser: 1) coordenar e apoiar as associações culturais do país de modo a que o estabelecimento duma rede cultural fosse possível, e 2) agir politicamente através da presença eficaz de pessoal militar entre a população em geral. Entre Outubro de 1974 e Março de 1975, o MFA organizou mais de 2000 sessões culturais no Norte e no Centro do país” (Stoer, 1986: 198).

com a duração de um ano lectivo, que fora criado por Vitorino Magalhães Godinho, enquanto ministro da Educação (Decreto-Lei n.º 270/75, de 22 de Maio), para responder à falta de vagas para acolher 14 000 estudantes no ensino universitário. Enquanto nas décadas de 1950 e 1960 se deu um alinhamento entre a modernização da educação e o desenvolvimento industrial, nos anos 1970 prevaleceu a democratização do sistema educativo que Stephen R. Stoer qualifica nos seguintes termos:

[...] escolarização baseada na comunidade e significando: 1) que a educação, e mais geralmente a cultura, desempenha um papel vital na construção e na manutenção duma sociedade democrática, e 2) que para o ensino ser democrático tem de ser participado e igualitário (Stoer, 1986: 201-202).

Com a entrada em funções do I Governo Constitucional, em Julho de 1976, iniciou-se a reorientação da escola sob os auspícios do modelo preconizado pelo Banco Mundial, regulando e normalizando a espontaneidade e a paixão descontrolada que se vivera no período revolucionário. Trata-se de um modelo cuja adequação Stephen R. Stoer discute, por se tratar de um projecto *standardizado* que não toma em conta a história nem a realidade específica do ensino em Portugal nem, na sua perspectiva, permite evidenciar resultados significativos no que respeita ao contributo para o necessário desenvolvimento educativo e económico:

Defendemos que a intervenção do Banco Mundial na educação portuguesa foi mais ideológica que instrumental. Isto quer dizer que o que contava mais era o apoio pela instituição à redefinição e ao restabelecimento do Estado (ou seja, a sua contribuição para o processo de normalização). Em termos concretos, isto incluía não só o proporcionar de um modelo para o desenvolvimento educativo, baseado na teoria teórico-funcional, mas também o patrocínio de um apoio externo a um Estado extremamente necessitado de refazer a sua imagem para se reabilitar face à comunidade capitalista internacional (Stoer, 1986: 246-247).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) iria agregar as transformações pós-PREC e definir o modelo recomendado pelas instâncias internacionais que, com posteriores ajustamentos,⁹⁴ permitiria estabelecer, harmonizar e estabilizar princípios de actuação, consolidando o edifício da Educação sob a égide normativa do Estado.

⁹⁴ Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro; Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto; e Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto.

4.2.1.1. Testemunhos sobre o sistema educativo e o combate ao analfabetismo

A aposta na educação, por via do aumento da escolaridade e da literacia, é o factor que, somado à abolição da censura, os entrevistados consideram mais relevante para a criação de novos leitores e o fomento de hábitos de leitura.

Fernando Guedes foi peremptório ao afirmar:

Pois eu vejo, acho, que o que aconteceu verdadeiramente para o alargamento do mercado do público leitor foi a educação. Foi a subida, e rápida, da obrigatoriedade escolar. Primeiro foi até ao sexto ano e depois subiu para o nono, ou coisa assim, e agora já está no décimo segundo se não estou em erro. E isso é evidente que é muito importante.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Joaquim Soares da Costa faz uma apreciação mais geral e mais alargada no tempo, mas não menos incisiva:

Portugal nesse aspecto é, eu tenho um parêntesis neste discurso, mas eu tenho a impressão de que Portugal tem uma genuína necessidade de saber. Não tenho a certeza porque as pessoas sentem que isso é uma necessidade, mas entre essa consciência e a efectivação da necessidade, vai um passo que muita gente não transpõe. É estudar, é o investimento no enriquecimento pessoal, é retirar horas ao lazer neste caso talvez à televisão, é deixar de fazer isto ou aquilo para dizer: pronto, estamos a viver uma situação, ou uma circunstância, de sacrifício, vamos dar uma ajuda também nisto. É uma caracterização geral, é uma contribuição de sociólogo para a qual não tenho apetrechos, não tenho a ferramenta.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo refere que as campanhas de alfabetização foram importantes e enfatiza a progressão que se verificou, valorizando em especial o sector dos livros para crianças:

Contribuíram [as campanhas de alfabetização para criação de novos leitores], contribuíram alguma coisa, mas não são coisas que tivessem tido, na minha opinião, brevíssimo efeito. É uma progressão. Eu hoje posso falar-lhe de um fenómeno que acho extremamente positivo, que é dos poucos na minha opinião, fenómenos positivos de receptividade às edições de qualidade, é precisamente no sector do livro para crianças.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente destaca o impacto positivo da reforma Veiga Simão, embora se mostre céptico com a evolução decorrente da posterior introdução de teorias do ensino que prevaleceram a partir de finais da década de 70 do século XX:

Sim [com a reforma Veiga Simão] houve uma abertura da escola a mais gente, claro. [...]. Depois a seguir a isso, depois esse movimento de interesse pela escola, de abertura a toda a gente, a classes que habitualmente não iam à escola. Pronto, depois a partir daí então começou – agora é a minha tese, tenho um livro sobre isso⁹⁵ – como comecei a escrever a partir de certa altura comecei a acompanhar isso, mas eu acho que houve uma decadência da escola e uma degradação. Não é comparando com o antigamente, o antigamente a gente não queria, não houve, não se conseguiu a escola que Portugal precisava [...]. A mudança da educação, do ensino, foi destruída pela degradação do ensino e pelo abandono da escola que chegou a ser 60% da população. [...]

Essa [reforma Veiga Simão] foi ótima introduziu novas Universidades, tudo isso foi muito importante. Depois vieram outras vias, começou a ser dominado pelas teorias que no final dos anos 70 começaram a dominar a Europa, vindas da América. Mas no caso dos Estados Unidos vinham de sítios, os Estados Unidos são enormes, portanto vinham de alguns sítios restritos, portanto nunca afectou o sistema americano. Na França afectou mais porque é um ensino napoleónico como o nosso, está centralizado [...]. Quando eu estive no Conselho Nacional de Educação (2002-2004), 30% das crianças, confirmado por um inspector do ministério, terminavam o básico, a nossa quarta classe, sem saber ler. Está a ver o que é isso? Aquilo eram 30% das crianças que frequentaram a escola, a terminaram... nunca mais aprenderam a ler.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos valoriza muito positivamente a massificação do ensino e acrescenta a importância que atribui ao desenvolvimento da edição escolar:

Claro [a massificação do ensino constituiu uma abertura de mercado do livro], tudo teve importância. Até, deixe-me dizer-lhe, do aparecimento de editores especificamente escolares. Porque no passado existia o monopólio durante esse período houve outros editores, havia outros editores, a Texto, a Didáctica... [...]

Isto para dizer que o escolar, a área de edição escolar e do livro de apoio ao ensino fez circular muito a edição e, a partir de certa altura, no ensino de português foram integrados autores portugueses e a literatura portuguesa. O que também desenvolveu, chamou a atenção para muitos autores, ao ponto de nesse período alguns autores que tinham indicação de leitura nas escolas passaram a ter edições maiores.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira discorre sobre o efeito da maior escolarização nos hábitos de leitura:

⁹⁵ Para aprofundamento ver Valente (2012).

Depois [da abolição da censura] o facto de haver mais escolarização trouxe mais pessoas para a leitura, obviamente. Se calhar não para lerem as coisas que eu publicava, mas começou a haver mais abertura para as pessoas lerem, mais capacidade, mais poder de compra. As tais livrarias começaram a aparecer, ainda não nos hipermercados, mas nos centros comerciais a que as pessoas tinham acesso. Isso teve importância.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho evidencia também o efeito positivo do aumento da escolarização:

Não era possível manter aquele regime naquelas condições. Aquilo rebentava dentro do próprio regime. Começava no Veiga Simão; ou se vem embora ou faz escolas. Mas fazer escolas aqui não era bem a política oficial do regime. Mas aqui começa e explode no 25 de Abril. [...]

Por outro [lado], houve um salto gigantesco no que se refere à escolaridade obrigatória. O número de estudantes não subirá assim, mas o número de pessoas que frequentavam o liceu, ou seja, quando eu digo o liceu digo um pouco acima da quarta classe, aquilo generaliza-se, embora não se possa esquecer o esforço já feito pelo Veiga Simão. [...]

As campanhas de alfabetização também contribuem para isso [incremento do público leitor]. Mas aquilo [o aumento da escolaridade obrigatória], que não de imediato com certeza, mas a prazo veio a ter uma influência decisiva no alargamento do mercado do livro; e o mercado do livro hoje, com [apesar de] todos os problemas, não tem nada a ver com o que era nos anos 60.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Em matéria de educação esbatem-se, pois, as diferenças de perspectiva política e profissional. Embora os ângulos de análise variem, como também as diferenças no grau de valorização e na maior ou menor incidência nas causas, nas metodologias e nos efeitos, constata-se uma assinalável aproximação no assumir a relevância da educação como factor primeiro para abertura à divulgação do livro e ao fomento dos hábitos de leitura.

4.2.2. Promoção do livro e da leitura

As políticas definidas para a área da cultura ao nível dos governos no período pós 25 de Abril, são matéria constante no relatório *As Políticas Culturais em Portugal* elaborado pelo OAC – Observatório das Actividades Culturais, no âmbito do Programa de Avaliação das políticas culturais nacionais do Conselho da Europa:

A 14 de Maio de 1974 é publicado o Programa do Movimento das Forças Armadas. No domínio da cultura, as medidas imediatas anunciadas neste Programa são a abolição da Censura e Exame Prévio e a criação de uma comissão ad-hoc, de carácter transitório, para controlo da imprensa, rádio, televisão teatro e cinema, que se manterá

em funções até publicação de novas leis para estas áreas pelo futuro Governo Provisório.

O Programa do I Governo Provisório, que retoma o do Movimento das Forças Armadas, no capítulo «Liberdades cívicas» previa a «publicação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão e cinema», no capítulo «Segurança de pessoas e bens» o estabelecimento de medidas de salvaguarda do património público e privado», na rubrica «Política Externa» o «apoio cultural e social dos núcleos espalhados pelo mundo» e na «Política educativa, cultural e de investigação» referia-se, entre outros pontos, à «mobilização dos esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais», ao «fomento das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, música e artes plásticas e ainda dos meios de comunicação social com veículos indispensáveis ao desenvolvimento da cultura do Povo» e também à «difusão da língua e cultura portuguesas no mundo».

A ligação da cultura à educação e à comunicação social, a divisão das artes e letras em cinco áreas distintas (a literatura, o teatro, o cinema, a música e as artes plásticas), a importância atribuída à democratização da cultura e à língua portuguesa são aspectos que a partir daqui vão enformar, por vários anos, as políticas culturais (Santos, 1998: 64-65).

Em 1975 foi criada no âmbito do Ministério da Comunicação Social a Secretaria de Estado da Cultura, que incluía a Direcção-Geral de Acção Cultural (DGAC). Esta iniciativa legislativa teve em vista dissociar a Cultura do Ministério da Educação e, numa segunda fase, proceder à integração administrativa de departamentos ou serviços culturais até então dependentes de outros Ministérios, constando entre os principais considerandos para essa alteração: «o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma hierarquização que, rebaixando a primeira ao nível do utilitário, chegou a rebaixar a segunda no sentido de uma especialização socialmente minoritária».⁹⁶

À DGAC, dirigida entre 1975 e 1976 por Eduardo Prado Coelho, cabia apoiar e coordenar actividades com ênfase nas artes – música, teatro, artes plásticas –, numa perspectiva centralizada e conforme com cada projecto. Num plano global, enquadrado no âmbito dos Serviços de Animação, eram concebidos e dinamizados o projecto de Centros Culturais para zonas periféricas e o apoio a acções pluriculturais.

De acordo com o acima mencionado relatório *As Políticas Culturais em Portugal*, a entrada em funções do I Governo Constitucional, em 1976, constitui um marco para a política cultural, que aparece pela primeira vez explicitada no respectivo programa de governação.⁹⁷ Também no I Governo Constitucional (1976-1978), deu-se a integração da

⁹⁶ Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de Agosto.

⁹⁷ Citando Maria de Lourdes Lima dos Santos: “O final do VI Governo Provisório em 1976 marca o início de um novo período político no País, durante o qual exerceram sucessivamente o poder treze Governos Constitucionais, vigorando actualmente o XIII.

Secretaria de Estado da Cultura (SEC) na Presidência do Conselho de Ministros, sendo David Mourão Ferreira nomeado para a dirigir. Conforme os considerandos do respectivo diploma legislativo (Decreto-Lei n.º 340/77, de 19 de Agosto) pretendia-se, desta forma, libertar a cultura de situações ambíguas, desvinculá-la de intenções didácticas e de conotações de propaganda e dotá-la de condições para promover e coordenar, a nível nacional e internacional, as acções de organismos que dela dependiam e de alguns mais até então dispersos por outros departamentos de Estado e instituições particulares, bem como para apoiar ou articular, sem propósitos centralizadores ou dirigistas, projectos e planos apresentados por tais organismos.

Em 1980, com a estabilização da normalidade democrática, foi criado o Instituto Português do Livro (IPL) na dependência da Secretaria de Estado da Cultura (Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril), tendo como objectivo zelar pela defesa e expansão do livro enquanto instrumento de cultura, nomeadamente promover o conhecimento e a divulgação das obras de cultura e dos escritores nacionais, e incrementar meios de interacção da criação literária das diversas áreas de expressão portuguesa, designadamente dos países e comunidades de língua portuguesa. Ao IPL estava legalmente vedado o exercício de actividades editoriais próprias, embora pudesse subsidiar ou participar no custo de edições de obras de reconhecido interesse cultural, e teve como primeiro responsável o escritor António Alçada Baptista que se manteve nessas funções até 1985.⁹⁸

O Programa do I Governo Constitucional foi o primeiro que explicitou as tarefas do Governo na área da cultura e, em relação a certos pontos, com grande pormenor.

‘Com a autonomização da Secretaria de Estado da Cultura – que passa a depender directamente do Primeiro Ministro – considera-se que estão reunidas as condições para que a cultura, em Portugal, possa libertar-se de situações ambíguas que até agora a comprometiam, já porque simultaneamente se desvincula de intenções estreitamente didácticas e de conotação de propaganda imediata, já porque disporá de instrumentos necessários para promover e coordenar, a nível nacional e internacional, as acções de organismos até hoje dispersos por outros departamentos de Estado e instituições particulares, bem como para apoiar ou articular, sem quaisquer propósitos centralizadores ou dirigistas, os projectos e planos apresentados por tais organismos’.

A Secretaria de Estado da Cultura (SEC) tem como grandes objectivos prosseguir as acções com vista à solução de problemas herdados das estruturas antidemocráticas anteriores ao 25 de Abril que não foram resolvidas pelos Governos Provisórios e propor legislação com vista a regulamentar o funcionamento das instituições de natureza cultural e a actividade dos trabalhadores intelectuais (Revisão do Código dos Direitos de Autor; Estatuto do Profissional Intelectual, para o qual não existia legislação; revisão das leis do teatro e do cinema).

Para tal a SEC compreende quatro áreas de actuação: património cultural, investigação e fomento cultural, espectáculos e acção cultural. A prioridade vai para a inventariação, classificação, conservação e defesa do património cultural, mas dá-se também atenção à democratização e à descentralização cultural, ao estímulo à criação e à cooperação e promoção cultural externa” (Santos, 1998: 66-67).

⁹⁸ Leia-se António Alçada Baptista: “O Instituto Português do Livro foi criado com uma orientação bem definida em termos de política cultural do livro. Entende-se que a liberdade de programação editorial é um dado fundamental da liberdade de expressão e, consequentemente, não lhe seria lícito estabelecer com os

Conforme José Soares Neves (Neves, 2011: 95-98), a política pública para o sector do livro e da leitura em Portugal ganhou uma nova dimensão com a criação do IPL e o apoio à edição de livros, leitura pública e estímulo da leitura inicia-se com o programa «Apoio à Edição», lançado em meados da década de 80, que constitui a primeira das medidas de políticas culturais nacionais implementadas pelo novo organismo. No entanto, quanto às políticas públicas para a leitura e não obstante a percepção dos fracos hábitos de leitura da população portuguesa, a falta de meios por parte do IPL e a ausência de um plano concertado de actuação levou a que a instituição de uma “Rede Nacional de Leitura Pública” apenas viesse a ocorrer, na sequência de um relatório de 1986⁹⁹, por via de parcerias da tutela da Cultura com os municípios tendo em vista dotar cada um deles com uma biblioteca pública (cf. Neves, 2011: 99).

4.2.2.1. Testemunhos sobre apoio à edição e à promoção de hábitos de leitura

Dispersa por múltiplas actividades e pouco consolidada nos princípios orientadores, a política de apoio e promoção do desenvolvimento cultural evoluiu de forma bem mais lenta, menos sustentada e também mais politizada do que o desejável face ao atraso em que o país se encontrava quando o Estado Novo sucumbiu. As políticas públicas específicas para a divulgação do livro e o fomento dos hábitos de leitura ao longo dos primeiros anos pós-25 de Abril não fugiram à regra, vacilando, ao sabor da corrente e sobretudo à boleia do fim da censura, do investimento na educação e das iniciativas tomadas pelos profissionais do livro. A criação em 1980 do Instituto Português do Livro (IPL), veio ao encontro da pretensão há muito manifestada pelos profissionais do livro, com especial ênfase após o 25 de Abril de 1974, no sentido de a gestão da política cultural do livro ser institucionalmente autonomizada.

Fernando Guedes atribuiu especial significado à criação do IPL:

Depois abrimos... algumas instituições foram criadas na altura... para mim o Instituto Português do Livro, que aliás foi muito criticado na altura, ou nas alturas sucessivas, por muita gente, eu acho que a acção do Instituto Português do Livro, de uma maneira

editores profissionais áreas de concorrência ou de controlo, mas reconhece que, a debilidade das estruturas onde se movimenta o mercado editorial e livreiro em Portugal são de molde a que recaiam sobre o livro de cultura as consequências negativas dessa opção pela economia de mercado. Daí justificar-se a criação deste organismo que cuidará muito especialmente dessa preocupação” (Baptista, 1981:5-6).

⁹⁹ Este relatório foi coordenado por Maria José Moura e teve a colaboração de Pedro Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada (cf. Neves, 2011: 98)

geral, e dependendo sempre da qualidade do presidente que lá estava na altura, foi das instituições mais importantes. [...]

Porque quando se diz muito mal do Instituto [Português do Livro] é porque ainda se vivia..., mas é que as pessoas ainda estavam muito a pensar no Instituto como subsídios, para dar subsídios, para dar apenas. Não era. O Instituto era mais do que isso. E realmente a dar subsídios ele não podia dar muito mais do que tinha nos seus orçamentos. Portanto a acção do Instituto, nomeadamente com o Alçada [Baptista] e depois com o [José Afonso] Furtado, eu creio que nesses primeiros anos foi muito importante.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha concorda que em geral houve um efeito global positivo no apoio à edição e particulariza o caso da comunicação social:

Houve, houve alguns [outros efeitos para além do ensino] também muito positivos no que respeita ao livro. Só temos pena é que depois caíram. Houve, enfim, o livro foi muito promovido naqueles anos seguintes, até aos anos 80. Na comunicação social, por exemplo, quer nas páginas culturais que já vinham de trás, quer nos programas sobre livros e nas entrevistas que faziam quer a leitores com um determinado estatuto, quer a autores, escritores, sobre o livro. Havia mesmo programas sobre o livro. Davam uma imagem muito visível, começaram a dar grande visibilidade... numa linha crescente de chamar a atenção para o livro.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa enfatiza igualmente a criação e o papel positivo desempenhado pelo Instituto Português do Livro:

Agora distingo aqui o papel do Instituto Português do Livro e da Leitura, porque o Alçada Baptista, uma pessoa com quem me dei bastante e bastante de perto, ele..., que diabo, o Instituto, o Instituto Português do Livro e da Leitura, ele chegou a subsidiar algumas obras. Isso evidentemente, na época, falar de 70 contos, ou 90 contos, ou sei lá 50 contos, em condições relativamente acessíveis, não era para todos, era para aqueles que reuniam condições para esse efeito. Eu digo-lhe: isto tem importância, isto teve importância. Não é a política de subsídio que eu defendo, é a possibilidade de publicar obras que de outro modo não chegarão ao destino, não se concretizam.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Guilherme Valente manifesta uma opinião crítica relativamente ao Instituto Português do Livro, por ter uma posição de princípio contrária ao apoio do estado à edição por via da atribuição de subsídios:

Considero que [a criação do Instituto Português do Livro] foi bom e agradável para alguns editores. Portanto nunca teve interesse nenhum em termos globais e teve sempre critérios, enfim... eu acho que o Estado não tem de intervir aí, sabe? O Estado

tem de intervir no apoio ao livro dum modo que apoie tudo o que é apoio estruturante, está a ver? Não tem que apoiar a edição A, a edição B: porque nós sabemos como é que isso acaba em Portugal. Por mais sérias que as pessoas sejam, é indiscutível que há gente formidavelmente séria, mas em Portugal é muito... ou é porque como sou muito séria dou a este mas também tenho de dar ao outro, percebe? Eu acho que não, a Gradiva nunca pediu um apoio [...]. Apoia-se o livro como? O Estado cria estruturas para que o editor português possa pôr o livro no Brasil, por exemplo, qualquer editor, está a ver? Agora o Estado não pode estar a dizer: eu apoio este livro não apoio outro. O livro ou tem público ou não tem público. Se o Estado apoia um livro..., mas é porque não tem público, é importante; então, mas é importante porquê? Ninguém o lê. Sou contra a criação do Instituto, mas acentuando o respeito e consideração pelas pessoas boas que dirigiram aquele Instituto com as melhores intenções. A minha visão é de fundo. Não é esta a maneira que o Estado tem que apoiar o livro. E tem de ir à escola, tem de pôr os miúdos a ler que esse é o capital da escola. Tem que arranjar apoios à exportação do livro, agora apoiar livros esse não é o papel do Estado.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos releva a criação de organismos institucionalmente vocacionados para o desenvolvimento da cultura, em paralelo com a aposta no ensino e no aumento de escolaridade, com a ressalva de algum efeito redutor na publicação de obras literárias:

Foi importante porque muita coisa que não havia antes, nasceu. De facto, não havia Secretaria de Estado da Cultura, não havia Direcção Geral da Acção Cultural, não havia o empenho no ensino e no aumento da escolaridade que se verificou. Portanto tudo isso puxou pelo livro. Foi decisivo embora a imagem que eu tenho também tenha coisas negativas. E uma das mais negativas é que acabou [foi preterida] a literatura. Os livros, os romances, a poesia, o teatro, este tipo de... [...]

O Estado dantes era nosso inimigo, e os governos eram nossos inimigos, impunham a censura, e eles próprios se abriram de uma maneira diferente nesse período, após o 25 de Abril. Progressivamente foram dando uma atenção mais alargada à área da cultura e à área do livro, de modo que o livro passou a ter um organismo próprio, o Instituto do Livro.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira evidencia a postura apática e estruturalmente instável do então maior grupo editorial e livreiro português, perante as significativas alterações que ocorriam no país político e no mundo do livro em Portugal:

Eu pessoalmente não senti [efeitos específicos das políticas públicas para a educação, o livro e a leitura], a não ser que apareciam e que eram boas. Mas no meu dia-a-dia, na minha esfera de intervenção, não tinha grande.... Era [a dimensão]; da Bertrand e das dificuldades que nós estávamos a atravessar, das circunstâncias em que estávamos a mudar consecutivamente de administrações, de sítio, depois fecharam as instalações da Venda Nova e fomos para o Chiado. [...]

Não [a curto prazo a Bertrand não beneficiou], estava numa ressaca absoluta e numa questão de sobreviver àquela voragem em que a gente estava a viver. Era um dia-a-dia

difícil, com muitas limitações de dinheiro, de tudo. Eu acho que o Sr. Bulhosa deixou de pôr dinheiro e pensou fechar, portanto quem lá estava aguentava o dia-a-dia o melhor que podia. Mas sem extravasar daquela angústia que era aquele tempo de trabalho ali.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho destaca, de entre os vários apoios à edição e à promoção de hábitos de leitura, a criação do Instituto Português do Livro:

Depois houve apoios à edição [...]. É na altura [quando em 1980 foi criado o Instituto Português do Livro] do Alçada Baptista. Eu lembro-me de ir conversar com o Alçada Baptista... o que é que você acha, isto merecerá atenção? Ah sim, isso meta, preencha lá os papéis e mande para cá. Havia um apoio real.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

A larga maioria dos testemunhos releva a criação do Instituto Português do Livro (IPL) como primeira intervenção pública de efectivo apoio ao livro, e indirectamente à leitura, e valoriza positivamente as suas iniciativas, tanto as tomadas imediatamente após a constituição como as que foram desenvolvidas posteriormente.

4.3. Transições no panorama da edição

Foi marcante o envolvimento da actividade editorial e livreira nos vários domínios que caracterizaram os tempos finais do Estado Novo, tanto por força dos constrangimentos que teve de enfrentar como pelo empenhamento proactivo que colocou, e arriscou, no sentido da afirmação do livro e da leitura. A democracia nascida com a revolução de 25 de Abril de 1974 veio colocar renovados desafios e oportunidades aos protagonistas do livro em Portugal. À transição do país para a democracia correspondeu idêntico movimento no mundo do livro e da leitura, tanto nas suas dimensões específicas como na conturbada frente política e sociocultural.

4.3.1 Movimento associativo: do GNEL à APEL

O movimento associativo de editores e livreiros assentou, desde os primórdios da sua existência, num equilíbrio precário e instável decorrente da complexidade resultante das diferentes perspectivas socioculturais e interesses profissionais dos seus membros. Ao longo dos quatro séculos que se seguiram aos primeiros regulamentos régios datados de

1508,¹⁰⁰ surgiram novas figuras profissionais no mundo do livro, sucederam-se as concessões e abolições de privilégios reais, aconteceram transformações no exercício da actividade, foram criadas e extintas instituições de cariz socioprofissional; até que, entre 1933 e 1974, se dá o enquadramento nas regras definidas pelo Estado Novo. Em 1933, Salazar assina o alvará que define os estatutos da designada Associação de Classe dos Editores e Livreiros de Portugal (ACELP), a qual, na sequência da instituição do regime corporativo pela Constituição de 1933, levará, apesar da discordância de alguns associados, à transformação da ACELP em Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL).¹⁰¹

O GNEL manteve uma relação híbrida com os poderes instituídos pelo antigo regime, assente num posicionamento que conciliava uma postura maioritariamente “oposicionista” por parte dos seus associados com uma atitude “situacionista”, ou não ostensiva, por parte das direcções eleitas entre a sua criação em 1939 e a queda do Estado Novo em 25 de Abril de 1974.¹⁰² Durante este período o GNEL desenvolveu algumas acções com interesse para o sector do livro, sempre subordinadas à perspectiva de que resultassem anódinas face às grandes linhas ideológicas do regime de Salazar e Caetano. É neste contexto que surge a edição a partir de 1940 do boletim literário e bibliográfico *Livros de Portugal*, como também a criação em 1941 da Casa do Livro Português no Rio de Janeiro, a criação em 1944 de grupos representantes de Editores-Livreiros e de Editores, a realização em 1945 de uma exposição de livros em Madrid, a adesão em 1947 à União Internacional de Editores, a resolução em 1957 de diferendos com o Brasil relativos à contrafacção de livros portugueses e à proibição de importar de Portugal livros que não fossem de autor português, ou a adesão em 1967 à Federação Europeia de Editores na

¹⁰⁰ Conforme historia Fernando Guedes: “Quando, a 20 de Fevereiro de 1508, em Santarém, D. Manuel I mandou passar a carta pela qual fez mercê a Jacob Cromberger e a todos os outros impressores que então estavam no reino ou, futuramente, viessem a exercer a ‘nobre arte de ympresam’, de todas as graças, privilégios, liberdades e honras dos cavaleiros da sua casa, não pensou, certamente, que os seus agora enobrecidos ‘emprimidores’ de pouco valeriam, no futuro, sem o concurso de outro ofício cuja existência já se detecta em Portugal cerca de um século antes: o do livreiro. Considerado, porém, desde sempre, *oficial mecânico*, o livreiro não podia, em geral, passar da qualificação de ‘arraia-miúda’, e esta, pese embora as cores sedutoras que uma literatura de raiz romântica lhe emprestou, mantinha-se bem no fundo da escala social” (Guedes, 2005: 11).

¹⁰¹ Concretizada por alvará de 13 de Junho de 1939 (Beja, 2012: 117).

¹⁰² 1940/1957 – direcção presidida por António Maria Pereira (Parceria António Maria Pereira); 1957/1964 – direcção presidida por Luís Borges de Castro (Editorial Enciclopédia) e assegurou a gestão até 1969 (por o ministério das Corporações não ter homologado o resultado das eleições realizadas em 1964); 1969/1972 – direcção presidida por Fernando Guedes (Editorial Verbo); 1972/1974 – direcção presidida por Rogério de Moura (Livros Horizonte).

qualidade de membro fundador; tudo sob o controlo do antigo regime que, em 1964, não homologou a lista eleita para os corpos sociais liderada por António Alçada Baptista, invocando a conotação com sectores adversos ao regime.¹⁰³

Imediatamente após o 25 de Abril, quebrou-se o *status quo* que prevalecera durante o regime ditatorial. As divergências políticas, socioprofissionais e até familiares já antes latentes, mas convenientemente geridas e silenciadas, surgiram em exaltada efervescência numa tumultuosa assembleia de sócios realizada logo em 3 de Maio de 1974, na qual foi decidida a transformação do GNEL em Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). Valeu, na ocasião e nos tempos conturbados que se seguiram, a personalidade e postura do último presidente do GNEL, Rogério Mendes de Moura, ligado à oposição ao Estado Novo, mas merecedor do respeito da generalidade dos profissionais do livro, independentemente das ideologias políticas que abraçassem, que se manteve inabalavelmente à frente de uma Comissão Directiva nomeada *ad hoc* e que se foi esboroando na voracidade dos conflitos que se seguiram. Até que, em 1976, foi eleita a primeira direcção efectiva da APEL, tendo como presidente da Direcção Francisco Lyon de Castro e presidente da mesa da Assembleia Geral Fernando Guedes. Os dois principais vultos que representavam linhas ideológicas, respectivamente de esquerda e de direita, ocupavam as duas posições mais relevantes nos Órgãos Sociais da APEL criando assim condições para pacificação das relações associativas, o que leva Fernando Guedes a concluir: «Conduzida por esta¹⁰⁴ e pelas Direcções que se foram sucedendo, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros tem vindo a ser digna sucessora de todas as formas

¹⁰³ Segundo Nuno Medeiros: “É justamente este reduto posicional de mediação que determina o tipo de relacionamento que a associação profissional dos editores e livreiros estabelecerá com o Estado Novo. O facto de possuírem uma existência colectiva discernível como autónoma pode explicar em grande medida a aparente contradição entre as tomadas de posição dos agentes individuais da edição genericamente considerados, de recusa ou indiferença face às instâncias públicas, e a vivaz anuência do GNEL às mesma instâncias, pelo menos no período inicial da sua integração formal no sistema corporativo. O transcurso do tempo foi produzindo uma relação morna e quase sempre pacífica, sem posicionamentos por parte do GNEL que afrontassem o poder nem favorecessem a intromissão deste na vida colectiva e institucional dos editores. Tal não significou que os agentes individuais do sector se tenham submetido a uma prestação de vassalagem ao Estado Novo, aos seus agentes e aos seus desígnios tipográficos. Nem mesmo casas como a Editorial Verbo, muito próxima do ideário e de alguns círculos apoiantes da situação se terão assumido ou pretendido assumir como guarda avançada das pretensões editoriais do Estado. De modo análogo o poder não abriu mão da faculdade de ingerência institucional, intervindo directa e imediatamente nos destinos do GNEL. Fê-lo capciosamente em 1964, na primeira circunstância que poderia ter representado uma ruptura no cordato sossego em que se haviam transformado as relações entre o Estado e a estrutura gremial, recusando-se a homologar os resultados da eleição dos corpos gerentes em assembleia geral de 31 de Janeiro, ganha pela lista encabeçada por António Alçada Baptista e de que faziam também parte Rogério Moura, Augusto Petrony, Augusto Sá da Costa, António José Barreto (pela Editora Arcádia) e Manuel de Oliveira (pela M. de Oliveira & Marques), os três últimos como suplentes” (Medeiros, 2010: 99-100).

¹⁰⁴ Direcção presidida por Francisco Lyon de Castro que se manteve à frente da APEL até 1979.

associativas que a precederam, num trajecto de quase quinhentos anos» (Guedes, 2005: 115-116). Até ao final dos anos de 1970 dá-se o regresso à normalidade, incluindo a realização das Feiras do Livro de Lisboa e do Porto, a criação de um Gabinete de Estudos Jurídico-Económicos que foi embrião do Centro de Documentação Bibliográfica e, em Fevereiro de 1979, a aprovação de novos Estatutos ajustados ao exercício da actividade como organização associativa socioprofissional e liberta de condicionalismos políticos aprovados durante o período conturbado de 1974/1975.¹⁰⁵

4.3.2. Mais editoras e inovação nos métodos de gestão editorial

Na segunda metade dos anos 1970 prosseguiu o aparecimento de novas editoras, dando continuidade ao evidenciado relativamente à década anterior. Embora predominasse a criação de projectos editoriais focados na publicação política, foram igualmente constituídas outras editoras de relevo e com actividade diversificada.¹⁰⁶ Em tempo de mudança acelerada de conceitos e num sector em que o sucesso ou insucesso das editoras se confundia com a capacidade e carisma dos seus proprietários ou, por vezes, dos editores que profissionalmente os acompanhavam, algumas das casas editoriais que antes se haviam notabilizado foram perdendo fulgor e relevância com o avançar da década de 1970 e nos anos que se lhe seguiram.¹⁰⁷ No pós-25 de Abril, com especial incidência no período que coincidiu com o PREC, a edição de índole política, partidária ou não, alterou o espectro editorial, embora no período final do Estado Novo se tivesse já assistido a uma certa ousadia na criação de editoras e na publicação de obras contrárias à ideologia do antigo regime e a uma consequente rota de colisão com os procedimentos censórios. Só que, com

¹⁰⁵ Sobre a APEL no dealbar da democracia leia-se: Guedes, 2005: 114-116 e APEL, 1998: 11-15.

¹⁰⁶ A Editorial Caminho (1975) fundada em Lisboa, na órbita do Partido Comunista Português, passou a ser detida por um grupo de colaboradores e a desenvolver trabalho relevante na edição de autores contemporâneos de língua portuguesa, com especial incidência na ficção, poesia, livros para a infância e juventude e ensaística, assim ganhando um lugar de prestígio entre as editoras nacionais e assegurando a publicação de autores portugueses de reconhecido mérito como José Saramago, Sophia de Mello Breyner Andresen Mário de Carvalho, Maria Isabel Barreno, Almeida Faria, Alice Vieira, Ana Maria Magalhães, ou Isabel Alçada e de importantes autores africanos de língua portuguesa como Mia Couto, José Craveirinha, Germano Almeida, Manuel Lopes, ou Ondjaki. A Antígona (1979), constituída em Lisboa por Luís Oliveira - inicialmente um pequeno projecto editorial com apenas dois trabalhadores a tempo inteiro -, cresceu com base em colaboradores que se identificaram com a sua linha de textos *subversivos* subordinados ao lema «empurrar as palavras contra a ordem dominante», não por opções de carácter político mas de índole *refractária*, de resistência aos modelos hegemónicos, com uma linha inicial de publicação essencialmente centrada em ensaios críticos: Bataille, Thoreau, Herder, Orwell, La Boétie, Vaneigem. Sobre as novas editoras vd. Beja, 2012: 53-54, Duarte, 2013: 19-48, e Angelus Novus, 1979: em <https://angnovus.wordpress.com/2009/07/03/antigona-«ser-refractario»-30-anos-depois/> .

¹⁰⁷ Para aprofundamento vd. Beja, 2012: 24-32.

o fim da ditadura, à liberdade de publicação sem limitações correspondeu uma acentuada procura dos portugueses por livros de informação, doutrina e propaganda política.

Em *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80*, Flamarion Silva (2013) analisa a dimensão e características de editoras, protagonistas, motivações, obras publicadas e impactos que consubstanciam o papel sociopolítico e cultural da edição no período que vai do afastamento de Salazar (1968) até final da década de 1970, incluindo a fase de transição política ocorrida em Portugal após 25 de Abril de 1974, e especifica:

Desse modo, no período que se inicia com a derrubada da ditadura, e que teve uma intensidade extraordinária até ao final de 1975, veremos uma enorme efervescência editorial, com amplo destaque para edições de esquerda. Apenas nestes dois anos (1974 e 1975) apareceram 42 novas editoras de esquerda (Silva, 2013: 80).¹⁰⁸

No mesmo período foram também fundadas 9 editoras de direita¹⁰⁹ e constituídas 10 editoras que, embora publicando obras políticas, não se reconheciam como tal.¹¹⁰ A partir de finais de 1976 a edição política começou a decrescer, em linha com o enfraquecimento do processo revolucionário e a diminuição de interesse dos portugueses por essa temática:

[...] o boom editorial político teve o seu início em fins dos anos 1960 e alcançou o seu auge após o 25 de Abril, nos anos de 1974 e 1975, e começou a declinar a partir de 1976, tendo chegado ao fim juntamente com a década de 1979 (Silva, 2013: 462).

No geral, a quantidade assinalável de editoras constituídas neste período contribuiu para consolidar a liberdade de divulgação das ideias e da informação, instituída com a

¹⁰⁸ Segundo Flamarion Silva, as “editoras da revolução” são as seguintes: 17 de Outubro, A Batalha, A Causa Operária (editora), A Opinião (editora), A Verdade (editora), AAPA (Associação de Amizade Portugal-Albânia), Acrata, AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas, África Editora, Antídoto, Avante (editora), Bandeira Vermelha/MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), Bandeira Vermelha/PCP(R) (Partido Comunista Português [Reconstruído]), Caminho, CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), Contra a Corrente, DiAbril, Edições Sociais, Edições Divul, Edições Militão Ribeiro, Espaço, Estrela Vermelha (editora), Expresso, Fronteira, Germinal, Movimento Operário, Nova Aurora, Novo Curso, O Proletário Vermelho (editora), Pensamento e Acção, Perspectivas & Realidades, Revolução, Revolução Proletária, Seara Vermelha (editora), Sementeira, Sementes, Serviços Sociais dos Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, SLEMES (Serviço de Livros e Edições do Movimento de Esquerda Socialista), Sotavento, Spartacus, Spartacus/OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa), Teorema, Terra Livre, Textos Políticos, Textos de Revolução, Unidade Popular (editora) Vento de Leste, Voz do Povo (editora) (Silva, 2013: 84-86).

¹⁰⁹ Conforme Flamarion Silva as “editoras da contrarrevolução” são as seguintes: Abril, Braga Editora, Edições do Templo, Edições FP (Fernando Pereira – Editor), Edições Roger Delraux, Intervenção, Literal, Resistência e Selecta (Silva, 2013: 86).

¹¹⁰ De acordo com Flamarion Silva: Alfaómega, António Ramos, Armazém das Letras, Forja, Heptágono, Líber, Limiar, Nova Crítica, Rés e Via Editora (Silva, 2013: 86-87).

democracia. O interesse pela edição foi determinante para que o livro passasse a cumprir em pleno a função de difusor privilegiado de conhecimento plural e diversificado. Em democracia os editores passaram, para além da liberdade de publicação de livros políticos, a ter a oportunidade de exercer a profissão na sua plenitude: inovando nos métodos de gestão, de produção e de marketing do livro em conformidade com o *know-how* obtido por via da abertura às relações internacionais; definindo os seus catálogos em função das tendências que no Portugal dos anos 1970 apontavam a procura de autores estrangeiros antes proibidos¹¹¹ e de temas que constituíam tabu para a censura como o erotismo e a sexualidade.

Tornou-se possível apostar em autores portugueses de uma nova geração, definir linhas editoriais inovadoras, conceber estratégias e programas coerentes sem os constrangimentos que antes cerceavam a independência da edição e comércio do livro. A edição em Portugal passou a poder exercer a função lúdica, cívica e de intervenção social que lhe compete.¹¹²

Tendo em vista caracterizar o panorama da edição no pós-25 de Abril, uma outra fonte que se considerou relevante e que permite suprir a reconhecida insuficiência de dados estatísticos relativos à edição e comércio do livro em Portugal, nomeadamente no que se refere ao período em estudo, foi o sistema do Depósito Legal (DL) gerido pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Uma fonte credível, que importa reproduzir dado o suporte quantitativo que aporta para a análise do período em causa na presente tese e que foi já utilizada em estudos recentes sobre o sector do livro; nomeadamente no estudo que foi desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) para a APEL (Neves *et al.* 2012a; Neves, Beja, Santos & Santos, 2014):

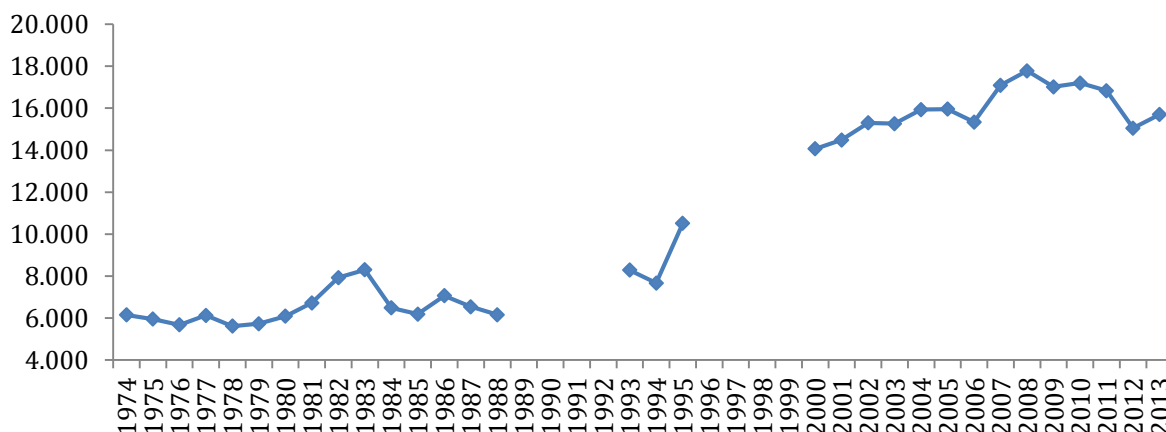
Numa perspetiva histórica, tendo por base o primeiro período com dados (1974-1988), é possível verificar a existência de vários momentos: um primeiro, até 1978, de alguma regularidade no número de registos atribuídos, com números baixos; um segundo de forte crescimento, atingindo em 1983 o valor mais elevado (8.298); e, num

¹¹¹ Entre eles: Dostoievsky, Françoise Sagan, Bertolt Brecht, Jean-Paul Sartre, Roger Vaillant, John dos Passos, Simone de Beauvoir, Guy de Maupassant, Graciliano Ramos, Jorge Amado (Azevedo, 1997: 201-218)

¹¹² Conforme Nuno Medeiros: “A realização de um livro é muito mais que uma origem primordial; é o resultado editorial e livreiro da sua instituição social como obra conhecida e reconhecida pelos seus receptores finais” (Medeiros, 2012: 42).

terceiro, embora com algumas oscilações, mas em que se verifica a inversão da tendência e uma acentuada quebra nos dois anos seguintes (Neves *et al.* 2012^a).

Gráfico 1 - Registos do Depósito Legal atribuídos em Portugal por ano (1974-2013)
(número)



Fontes: INE, Estatísticas da Educação, 1974-1978; INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1979-1988 e 1993-1995; BNP/DSABN (2000-2013).

Notas: entre 1974 e 1988 nas obras depositadas não se incluem periódicos, seriais e espécies menores consideradas na fonte; interrupções na série significam dados indisponíveis na fonte (INE).

A actividade internacional da edição portuguesa evoluiu também significativamente nesta década, tanto no que se refere à participação em feiras como no relacionamento com profissionais e instituições estrangeiras, aportando *know-how*, conhecimento de outras realidades e novos contactos para os editores portugueses, e abrindo caminho para iniciativas e concretizações de assinalável impacto que vieram a ocorrer em períodos subsequentes. Em termos globais, é de realçar que: foi dada continuidade e estimulada a participação regular nas Feiras do Livro de Frankfurt e nas Bienais de S. Paulo; os editores portugueses estiveram pela primeira vez representados nas Feiras do Livro de Madrid de 1974 e 1975; mais de duas dezenas de editores portugueses participaram na Feira Internacional de Sófia em 1975; a APEL, que sucedeu ao GNEL, esteve representada por três membros dos seus corpos sociais no Congresso da União Internacional de Editores realizado em 1976; Portugal participou com um pavilhão próprio na Feira do Livro de Jerusalém em 1977; a APEL participou pela primeira vez e com continuidade nos anos seguintes, com um pavilhão colectivo na Feira do Livro Infantil e

Juvenil de Bolonha em 1980. No âmbito ibero-americano releva a alteração no relacionamento da edição portuguesa com o mercado brasileiro, a qual, face à crescente dimensão e ao surgimento de editores locais de grande potencial, se passou a pautar pela predominância de parcerias pontuais e específicas ou mesmo pela criação de empresas subsidiárias, em contraponto à anterior hegemonia do fluxo de exportações a partir de Portugal. Num contexto mais global, a APEL estabeleceu contactos com o Grupo Ibero Americano de Editores do qual passou a fazer parte na qualidade de observador a partir de 1990, sendo que desde 2005 Portugal é membro efectivo do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caríbe (CERLALC).

4.3.2.1. Testemunhos sobre crescimento e modernização do mercado editorial

Do ponto de vista das realidades emergentes no panorama da edição, há que salientar os contributos que decorrem das entrevistas com editores de referência activos no período em análise e que, em boa parte, se iniciaram na actividade antes da queda do antigo regime e ainda hoje constituem valioso pilar das respectivas casas editoriais, quer estas conservem o estatuto de editoras independentes quer tenham prosseguido como chancelas integradas em grupos editoriais.

Fernando Guedes demonstrou cepticismo e circunspecção relativamente às transições ocorridas. Em entrevista concedida a Sara Figueiredo Costa comentara, anteriormente, episódio passado pouco depois do 25 de Abril relativo a acusação que sobre si pendera de prática de dumping num envio feito para a Verbo de São Paulo e que culminou com a sua detenção: “Costumo dizer que entrei na prisão por uma ilegalidade e saí por outra”. Admite que tal só poderia ter resultado de intervenção com sentido malévolo por parte de alguém interno à Verbo que não simpatizaria com o facto de ter um ideário mais próximo da direita do que da esquerda, confirma ser esse seu pensamento político e afirma a sua postura de cordial e respeitoso relacionamento pessoal e institucional: «O mais possível! Mas depois dessa história nunca tive problemas com ninguém. Nem o PCP. Mas enfim...» (Costa, 2012: 76,80). No seu testemunho referiu:

E houve editoras que desapareceram e não foram poucas... Não se perdeu nada por desaparecerem. [...]

...pois, o aperfeiçoamento da gestão nas editoras, em algumas, em algumas. Nós [Editorial Verbo] por exemplo investimos muito nas tecnologias de gestão durante todos os primeiros anos deste século XXI. E acho que era importante porque as coisas

mudaram de tal maneira no mercado com o aparecimento..., mas estamos a sair da área de 70, estamos a caminhar para 80 e mais, e 90...

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Joaquim Soares da Costa que fundou as Edições 70 apenas quatro anos antes do 25 de Abril, com uma vocação marcada pela cultura no seu sentido mais amplo e ênfase no campo das ciências humanas e sociais, testemunha, em síntese, a realidade decorrente da criação de novas editoras e de inovação nos processos de gestão e produção editorial, de que foi parte integrante:

Vieram [os novos editores] ocupar lugares também. [...]

Simplificou [o processo de gestão]. Está mais económico.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo que entre 1974 e 1976 exerceu funções editoriais nas Edições 70, relewa o alargamento do mercado de livros editados em Portugal a países de língua portuguesa, após o 25 de Abril:

Por exemplo no caso das Edições 70, houve um factor muito específico que foi a abertura do mercado africano de língua portuguesa. Principalmente Angola. Angola chegou a ser um parceiro editorial para uma série de projectos criados pelas Edições 70. Começou a publicar não só autores literários, escritores angolanos, mas também livros especificamente sobre a África em geral. Aquilo que faltava aos novos leitores africanos de língua portuguesa, que era livros que se apresentassem, ou que cumprissem, ou que tapassem os “buracos” que havia na edição em português para África. Que era um tema tabu. [...]

E também [no caso das Edições 70] outro mercado ainda, que foi o mercado brasileiro; não era o mercado brasileiro em geral, eram coedições com um editor brasileiro, Martins Fontes, que hoje é um editor importante, mas que estava no começo, Livraria Martins Fontes. A Livraria Martins Fontes foi um parceiro importante para as Edições 70 porque permitia fazer tiragens muito superiores e foi, claro, também [importante] para o mercado português [ter] livros que de outro modo era impossível.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente centra o seu testemunho nas Publicações Gradiva, editora que fundou em 1981 alicerçado na experiência que adquiriu e no conceito que idealizou ainda nos anos 1970, fundamentalmente para tipificar a relevância conceptual desse novo projecto editorial e valorizar a liberdade de execução e de realização:

A Gradiva é indiscutível, não é? Coerência cultural no livro é indiscutível, não é? Apareceu como um projecto cultural e morrerá assim, deixa-me que lho diga. [...]

Eu achei que era altura de fazer o livro a promover a cultura científica em Portugal. E fiz a Gradiva exactamente como já foi dito, para poder publicar livros de cultura científica. Eu podia fazer noutras editoras, mas não podia fazer com carácter de projecto coerente. E criei a Gradiva para fazer isso sobretudo. De facto, aí houve um surto fantástico, nós criámos um público para esse tipo de... e eu acho que isso veio ao encontro de jovens que tinham entrado para a universidade, tinham professores fantásticos como o Mariano Gago, o Jorge (?), um escol de professores que havia nessa altura, no [Instituto Superior] Técnico designadamente. Um dia o (?) disse-me: sabes Guilherme como chamamos aos nossos alunos de Física, do Técnico? A geração Gradiva. [...]

Tenho dificuldade em aperceber-me de uma mutação assim [nos processos de gestão editorial]. Acho que aí não há nada. [...]

Eu tenho a minha experiência pessoal e é a que posso falar. Eu entendi que com a liberdade, que eu achava que é uma... a única coisa importante, eu acho como Albert Camus que é o autor que me formou, eu acho que talvez mais importante do que a liberdade é a verdade. A busca da verdade. A liberdade é, digamos, a mãe, A liberdade foi sempre o nosso anseio, foi por isso que no fundo todos sonhámos e quisemos. E desejámos uma liberdade... liberdade interior nós tínhamo-la. Não tínhamos liberdade de execução, de realização e isso. E isso é fantástico.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos coloca o acento tónico na abertura de perspectivas que o aparecimento de novos editores e a internacionalização de contactos proporcionou, tanto no que respeita ao processo de concepção e concretização de programas editoriais como no que se refere a metodologias de trabalho. Salienta, igualmente, o renascer da linha editorial de livros de ficção após um período de menor fulgor durante o PREC:

Portanto também surgiram outros editores, ou outras editoras; vieram outros editores, esses outros editores alargaram o seu âmbito de informação, passaram a ter contactos internacionais e Portugal passou a ser um país aberto à penetração desse tipo de... agentes, editores estrangeiros, a venda dos seus títulos, os agentes a representarem autores no estrangeiro.... Enfim, foi uma mudança radical e muito positiva, [...]

Antes, mesmo aqueles [editores] que iam ao estrangeiro não iam desempenhar um papel como foram posteriormente, não é? Em que a gente entrava numa editora estrangeira [depois do 25 de Abril], passámos a ter amigos lá, passámos a dar-nos, passámos a ter informação, a ver como é que se fazia a promoção de livros e a edição de livros em países que tinham desenvolvido esse mercado. [...]

Eu lembro-me que a primeira vez que fui a Frankfurt, fui ainda estava na Arcádia e portanto fui logo a seguir [ao 25 de Abril], chegar a Frankfurt e ver a edição alemã e francesa, a edição inglesa... uma coisa fascinante e incomparável relativamente à situação portuguesa. Portanto nós fomos lá fora ter lições de formação, ao vivo, ao presenciar e estabelecer contacto com essa situação. [...]

Editámos também livros de ficção [na D.Quixote], no tempo do António Mega Ferreira [então director editorial do Círculo de Leitores], e a partir daí a literatura voltou a ocupar um espaço que tinha antes e que não estava preenchido. Porque o tipo

de edição que se publicava nessa altura tinha sido fundamentalmente sobre obras teóricas, obras de apoio ao ensino, políticas, com um grande peso de cariz sexual... enfim, foi um período [o PREC] em que a edição se desorganizou e andou um bocado ao sabor do que acontecia. Nalguns casos no mau sentido porque se publicou muito “lixo” durante esse período.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira realça o papel dos novos editores na inovação dos programas editoriais, nomeadamente na valorização e divulgação de autores portugueses, e acentua as dificuldades organizativas e de gestão que afectaram a Bertrand no período subsequente ao 25 de Abril:

É isso também [a vontade dos portugueses conhecerem melhor os seus autores] porque os editores, fundamentalmente os mais novos, os que não vinham de trás habituados a um certo tipo de trabalho e que de repente começaram a trabalhar os autores portugueses que eram bons, que apareceram, ou alguns já vinham de longe, mas não tinham tido o sucesso que mereciam, e quem começou a pegar neles e a saber fazer esse trabalho foi a D. Quixote. Mas outros depois fizeram, mas foi muito importante porque até aí os livros não eram divulgados do ponto de vista comercial, com publicidade, com vigor, com lançamentos. Quem é que fazia lançamentos? Os prémios literários também começaram a ter muito impacto. [...]

Quando nós fomos para o Chiado [a Bertrand, no final dos anos 70], para trabalhar, já éramos muito poucos nessa altura, da editora... eu acho que a gráfica se funcionou ainda, foi por pouco tempo. Porque chegou-se à conclusão que ficava mais caro fazer lá dentro do que fazer fora. E tinha uma característica muito curiosa; eles traziam todas as semanas um mapa chamado “situação semanal das obras em curso” onde vinha a situação [evolução] das obras, e aquilo de semana para semana aparecia no mesmo sítio, ou seja, eu nunca podia programar quando é que saía um livro. Saía quando saía. Isto dava uma incapacidade absoluta de planear. O livro estava a fazer, mas saber quando saía a gente não sabia.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Na diversidade das abordagens reside uma linha de horizonte comum, consequente face aos depoimentos relativos ao período de estertor do Estado Novo e às políticas públicas seguidas no pós-25 de Abril. O acento tónico varia face à multiplicidade de perspectivas e de experiências pessoais, os detalhes enfatizados visam uma mesma meta: valorizar o livro, alargar a sua divulgação, levar mais cultura e informação a mais leitores.

4.3.3. Nova geração de autores portugueses

A associação virtuosa entre liberdade de expressão, progresso na gestão editorial e apetência dos leitores pela literatura nacional, despertou o interesse por escritores portugueses clássicos e pelos contemporâneos de créditos já firmados, mas também por

uma plêiade de novos escritores ¹¹³, mais ou menos jovens e até então (quase) desconhecidos que despontaram e que iriam constituir uma geração que se tornaria conhecida pela qualidade literária e pela grande receptividade junto do público leitor.

Contrariamente ao que era pressuposto antes do 25 de Abril, foram poucas as obras “guardadas na gaveta”, para publicação quando a censura fosse apenas memória do tempo da ditadura, que se notabilizaram quando a liberdade aconteceu. Também os autores portugueses já consagrados ¹¹⁴ se dedicaram a escrever novas obras.

A esta realidade não é alheia a motivação para a escrita que resultou do acréscimo da visibilidade e procura que o livro ganhou em democracia, como também da maior quantidade de editores e do trabalho inovador que levaram a cabo na preparação e alargamento dos programas editoriais, na procura e dinamização de talentos, na concepção estética e gráfica, e na divulgação eficaz dos autores e das suas obras.

4.3.3.1 Testemunhos sobre emergência de nova geração de autores portugueses

Como foi sentido e trabalhado o aparecimento de uma nova geração de autores portugueses de qualidade e com assinalável receptividade pública? Os testemunhos dos entrevistados permitem aprofundar o conhecimento sobre as raízes de uma realidade cujo impacto vai bem para além do efeito de um mero epifenómeno.

Francisco Espadinha refere a emergência desta nova geração surgida no último quartel do século XX e acentua a sua influência no círculo virtuoso que a partir daí se criou, suportado no maior interesse evidenciado pelos leitores e no melhor trabalho desenvolvido pelos editores em relação aos autores portugueses:

[...] já de finais do século passado há uma emergência de um conjunto de autores portugueses e com algum significado.

[...] e depois os identificámos para este fenómeno que é a maior atenção ao livro do autor português. [...]

¹¹³ Entre eles: Alice Vieira, Ana Maria Magalhães, António Lobo Antunes, António Manuel Pina, António Manuel Pires Cabral, Fernando Dacosta, Guilherme de Melo, Hélia Correia, Horácio Tavares de Carvalho, Isabel Alçada, João Aguiar, João de Melo, José Jorge Letria, José Manuel Mendes, José Saramago, Lídia Jorge, Luísa Costa Gomes, Maria Gabriela Llansol, Mário de Carvalho, Mário Cláudio, Teolinda Gersão, Vasco Graça Moura.

¹¹⁴ Entre eles: Augustina Bessa-Luís, Alexandre O'Neill, Alexandre Pinheiro Torres, Almeida Faria, Ary dos Santos, Augusto Abelaira, Baptista Bastos, Eugénio de Andrade, Fernando Assis Pacheco, Fernando Namora, José Cardoso Pires, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Mário Cesariny, Natália Correia, Pedro Tamen, Sophia de Mello Breyner Andresen, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Correia, Vitorino Nemésio

Neste momento há uma maior atenção [...], exactamente, exactamente. Uma continuidade desta primeira geração. E isso é cada vez mais significativo na disputa de autores portugueses. E, portanto, é um bom sinal, isso é a imagem de um país a semear a sua própria imagem e a sua própria autonomia. E isso está a acontecer. [...] Este “casamento” é do maior interesse também pelo que se faz. No próprio país, o interesse nacional é construir uma espécie de junção de forças entre o leitor que, digamos, começa também a querer Portugal, e os editores a puxar por isso.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa aponta para o sucessivo e continuado aparecimento de novas gerações, embora, a partir da saída da Portugália Editora, em 1970, se tenha dedicado a outras temáticas editoriais:

É [apareceu uma nova geração de autores portugueses]. Mas eu não participei nisso. [Estava] muito focado no quotidiano. No meu catálogo. Chamo-lhe a construção do catálogo. É a mesma ideia e nunca abana, pronto, estamos a fazer isto. [...] eu na Portugália editei todos. Quem é que faltava? O Fernando Namora, os poetas, os romancistas, não é? Houve uma actuação... agora depois disso.... Claro, agora há outra geração. São fenómenos que me apercebo, mas de que não participo.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Guilherme Valente reconhece que surgiram alguns novos autores portugueses de qualidade, embora considere que não terão sido em quantidade assinalável quando comparado com a geração anterior:

Eu acho que apareceram algumas pessoas notáveis, e disse algumas delas, mas apareceram poucas. Quando eu era jovem... há dias fiz este desafio: digam-me até agora, a geração de 50 anos, digam-me aí dez grandes escritores portugueses. E eu, se me perguntar na sua geração, quando o senhor tinha quinze anos, diga-me lá dez autores portugueses. Eu digo-lhe já: Rodrigues Miguéis, Fernando Namora, o Carlos de Oliveira, o Alves Redol, o Manuel da Fonseca, etc... Portanto, eu acho que apareceram poucos. E acho que, mais uma vez, é uma crise da escola e da universidade.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos que, na D.Quixote, teve um papel preponderante na construção de um programa editorial com uma componente assinalável de autores portugueses da geração que então despontava, relata:

Publicar um livro antes do 25 de Abril era [para os autores] uma coisa difícil porque os editores... muitos não aceitavam, outros aceitavam com perspectivas muito estreitas e os autores, diziam eles, iam guardando os livros na gaveta. Coisa que mais tarde,

quando isto se desbloqueou, se veio a verificar que não era verdade. Não existiam livros, ou muitos livros, na gaveta. Não quer dizer que não existissem alguns.

[...] aumentaram os índices de leitura, aumentaram também a disposição, a disponibilidade dos editores em publicar mais livros, em ir à procura de novos autores, de olhar com mais atenção para os originais que lhes eram apresentados. E em muitos casos, relativamente a escritores que já tinham publicado livros antes, puxar por eles, mostrar-lhes que existiam horizontes que permitiam encarar doutra maneira a divulgação dos seus livros. [...]

É evidente que os leitores deram atenção àquilo que era nosso. Deram atenção aos autores que escreviam na sua língua e que eles podiam ver na televisão, podiam ver nos jornais, podiam ver na rua. E muitos autores foram bastante acarinhados durante esse período, coisa que os entusiasmou a produzir e coisa que muitas vezes, quando as pessoas gostaram desse livro, e isso aconteceu muitas vezes, tornaram alguns autores portugueses sucessos literários. [...]

Apareceram muitos autores também, durante esse período. Nós estávamos habituados a ver o Ferreira de Castro, enfim, grandes autores portugueses [...]. Alguns tiveram que romper algumas dificuldades, não caíram no êxito, mas notava-se perfeitamente que publicar um autor português deixa de ser aquele esforço de vender os 3.000 exemplares e começamos a ir mais longe em certos casos.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira confirma uma nova geração de autores portugueses, que situa no princípio dos anos 80, depois de na década de 70 terem sido publicados alguns neorrealistas, e reforça a importância da D. Quixote na promoção dessa nova geração:

Teve importância, apareceram novos autores, já no princípio dos anos 80. A década de 70, ainda se publicou muita coisa que por uma razão ou por outra não tinha sido publicada. Lembro-me de livros, aqui daqueles, já foram mais os neorrealistas, o Mário Ventura Henriques, aquele autor alentejano [Antunes da Silva] do Suão [publicado em 1960 pela Portugália – livro de bolso – e em 1985 por Livros Horizonte) e desses livros ainda muito neorrealistas que não tinham sido publicados por problemas de censura, ou autocensura, e que foram sempre... era largo o tempo, não é, e foram muito publicados nessa altura. Acho que a literatura, outra vez, só apareceu na década de 80. [...]

Criavam os leitores para esses autores através de uma promoção cerrada e muito bem feita [pelos editores]. No caso da D. Quixote foi quem fez melhor isso e com mais resultados. Conseguiu pôr ali uma série de autores, mais ou menos novos, mas que eram muito importantes e que foram para a D. Quixote.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho pronuncia-se também no sentido de haver uma nova geração de autores portugueses que começaram a despontar em finais da década de 70 do século XX e salienta a valorização e procura que na altura lhes foi atribuída por parte dos editores:

Começou [uma nova geração de autores portugueses] o Mário de Carvalho, o António Lobo Antunes, foi muita gente que nessa altura aparece, não imediatamente a seguir ao 25 de Abril, a partir de 78,79, então aí a coisa como que estabiliza. [...]

Os editores procuram muito. Os editores vivem dos autores [...], ao contrário de muita gente, eu acho que os editores em geral fazem um bom trabalho, fazem o que podem fazer num pequeno país como é o nosso [...]. E eu penso que nessa altura, 77,79, por aí, começa a virar-se outra vez a atenção para a literatura portuguesa. O autor português foi muito valorizado e muito procurado pelos editores na altura. [...]

Nunca [na Editorial Caminho] publicámos muito... produzimos alguma coisa de literatura traduzida. Isso aí, literatura traduzida, mas não muita. A ideia era sempre literatura de língua portuguesa. Não tínhamos nada contra, não era xenofobia. Calhou assim.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Os testemunhos prestados expressam a importância atribuída ao aparecimento de uma nova geração de autores portugueses e evidenciam que a sensibilidade dos editores relativamente ao fomento da escrita e divulgação dos autores era considerada importante nos objectivos programáticos traçados, nas linhas editoriais construídas e nas acções promocionais desenvolvidas.

4.3.4. Novos temas

O fim da censura, o combate ao analfabetismo, o incremento da escolaridade e as múltiplas iniciativas editoriais nascidas com o dealbar da democracia, alargaram a apetência dos leitores frequentes a temas novos ou antes proibidos, fomentaram o interesse pelo livro em muitos outros portugueses, e a todos proporcionaram o acesso livre, mas também mais fácil e melhor informado à leitura.

Eduarda Dionísio (1994) resume desta forma o período compreendido entre Agosto de 1974 e Setembro de 1975, que caracteriza de “Revolução Cultural”:

Os próprios números dizem que o consumo de produtos culturais aumentou em 1975. Mais sete milhões de livros do que em 1974 (os de ciências sociais e política quase duplicam); maiores tiragens médias; mais editores e mais publicações periódicas, se bem que a sua tiragem desça – fenómeno que se regista desde 1972. Durante o Verão de 1974 começa a procura dos textos dos movimentos de libertação africanos e, sistematicamente, os clássicos do marxismo (sobretudo Lenine), numa grande rotação de novidades. Depois do 11 de Março, o panorama das vendas já não é o mesmo: apesar da política e o sindicalismo continuarem a ser os grandes êxitos editoriais, a literatura vai reaparecendo (reedições), os depoimentos pessoais e sobretudo os livros «eróticos» começam em ascensão. Em Setembro de 1975, o boom das novidades editoriais «de Abril» está a acabar (Dionísio, 1994: 457).

A partir de 1976, verifica-se uma reorientação temática significativa em resultado da abertura dos leitores a novos interesses, despertada pelo acesso à informação e ao conhecimento e correspondida pelo trabalho desenvolvido no domínio da edição e comércio do livro. Uma transformação significativa, para a qual contribuiu a maior quantidade, melhor preparação e alargamento de horizontes dos editores, como também o crescimento quantitativo e qualitativo dos autores portugueses e o incremento na facilidade de acesso a informação bibliográfica e a obras, literárias ou de outra natureza, produzidas por autores estrangeiros. Nesta linha de mudança, a diversidade e a pluralidade editorial vêm acrescentar valor à fruição do livro como bem cultural e à leitura como factor privilegiado de evolução intelectual e desenvolvimento social.

É assim que, numa primeira fase, a reedição de clássicos e contemporâneos da literatura portuguesa abre caminho, em paralelo com a publicação de literatura estrangeira e de autores africanos de língua portuguesa, antes proibida ou pouco procurada em Portugal, ao subsequente crescendo de livros de ensaio e a temas como biografia, história, divulgação, enigmas, vida prática e infanto-juvenil. No final da década de 1970 e princípios da de 1980 começaria a despontar em força a nova geração de autores portugueses, a surgirem obras sobre a guerra colonial e a ter sucesso a literatura ligeira. Neste contexto, o interesse pelos autores portugueses e pela historiografia nacional ganhou uma relevância que se iria manter em décadas subsequentes.

4.3.4.1. Testemunhos sobre quantidade, diversidade e pluralidade de temas

Que forma revestiu e como se concretizou o incremento de títulos publicados e das respectivas tiragens, e que aspectos relevaram na apetência por temas novos ou anteriormente proibidos pela censura, constituem alicerces importantes para sustentar os objectivos do presente estudo.

Francisco Espadinha é detalhado e objectivo na sua apreciação:

Eu tinha [de entrar em novas linhas editoriais] e estávamos a querer alargar o mercado [...]. Ora bem, e é claro que o que é que acontecia? Era que o mercado para um livro, digamos assim, para um produto mais básico, não existia. E então eu comecei a fazer, a aproveitar sempre que ia fora do país. Ou ia às feiras internacionais do livro, ia ver coisas; a diversidade do livro e essas coisas. E daí tiram-se algumas coisas, quer dizer, faltam-nos livros sobre isto, sobre aquilo, sobre aqueloutro. Livros de carácter prático. [...]

Antes do mais refiro-me à leitura. As pessoas começam a ler tudo quanto antes não liam. É a primeira razão. E a Presença teve muito sucesso com esses livros práticos. Mesmo muito sucesso. Por exemplo, o primeiro livro para avançar foi um *ABC de Xadrês* que eu logo vi que havia condições na Presença para lançar o livro. Isso, outros desportos, falamos de ténis, de futebol, depois animais, criação de cães, raças de cães, por aí fora. [...]

Anteriormente eramos muito respeitados por sermos protagonistas da cultura, da cultura tradicional, mas de uma forma muito restritiva. [...]

Fez [o livro prático] foi alargar o nosso raio de acção. E o que acontece, em princípio, hoje as editoras são praticamente isso. São uma combinação do lúdico, do entretenimento, daquele conhecimento prático e da cultura, enfim, com outras exigências maiores, mais reflectida, mais filosófica [...]. Ou seja, puxou-se mais pela cultura. Porque senão, tínhamos só esse público a olhar para a televisão e a não olhar para o livro. [...]

Eu penso que estamos a assistir, como eu já disse, a um crescimento grande na literatura portuguesa. E isto também é um bom empurrão para a carreira do livro, ou seja, para a maior visibilidade do livro.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Guilherme Valente refere com entusiasmo o papel da edição após a entrada em democracia e menciona de forma crítica o refluxo nos hábitos de leitura que considera estar a acontecer nos tempos mais recentes, imputando responsabilidades ao sistema educativo:

As pessoas puderam publicar o que quisessem, puderam editar o que quisessem. Isso é uma coisa que não tem preço, isso foi fantástico. Repito, naqueles primeiros tempos acho que sim, depois eu acho que as tiragens começaram a refluir. Por causa disso, por causa de empenhamento na acção. Depois, a tendência na escola, começam a diminuir os livros, sobretudo certos livros de referência. Porque colecções como a *Universidade Moderna* que o Carlos Araújo dirigiu na D. Quixote, e criou, hoje não tem possibilidade de se vender. Não há leitores para esse tipo de livros. E no fundo a explicação para mim é sempre a escola, degradação da escola, da universidade. Nós no meu tempo da universidade... eu era de filosofia, mas eu lia história, lia economia, lia política, lia antropologia, lia tudo isso mesmo aquilo que não era capaz de discutir. Hoje eu acho que as pessoas não lêem nem da sua especialidade. Eu acho que mesmo os professores universitários lêem muito pouco. Desse ponto de vista está assim... [...]

Dou-lhe outro exemplo, num inquérito que a Isabel Alçada e a Ana Maria Magalhães fizeram dos hábitos de leitura de jovens, em 1990, entre os cinco livros mais citados pelos alunos do secundário era o *Cosmos* de Carl Sagan. Há dois anos fui falar para duzentos professores, directores de escolas, só dois ou três é que conheciam o Carl Sagan. Isto são factos.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos enfatiza a abertura do país ao exterior, após o 25 de Abril, como factor decisivo para o alargamento de horizontes na edição, com o consequente crescendo

de publicação e leitura de autores estrangeiros, e uma não menos importante modernização da indústria do livro:

Em relação aos [autores] estrangeiros [o incremento] foi porque os editores aqui [em Portugal] começaram a ter um acesso mais rápido e eficaz à informação sobre novidades que se publicavam no exterior. Dantes as revistas estrangeiras não circulavam no país, como se sabe. Depois passaram a circular. Essa informação sobre a edição noutros países também caiu na mesa dos editores e os fez tornarem-se atrevidos. Dantes não se ia à Feira de Frankfurt, por exemplo. Depois passou-se a ir, não havia editor que se prezasse que não fosse à feira de Frankfurt; no início não sabíamos muito bem o que é que íamos lá fazer, mas depois descobrimos, aprendemos. [...]

Quantos autores estrangeiros se publicavam em Portugal antes desse período? Escassíssimos. Os editores começaram a investir nos direitos, na compra de direitos, na tradução.... Isso fez circular uma nova actividade, mais a sério, que são os tradutores que, entretanto, entram nesse “jogo”. Toda a indústria do livro se multiplicou. Os gráficos, a seguir os artistas gráficos, os capistas, os revisores... tudo isso cresceu.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Zeferino Coelho assinala o surgimento, após a descolonização, de novos autores africanos de língua portuguesa publicados em Portugal com sucesso; e alerta para o facto de a pequena dimensão do nosso país condicionar a quantidade de títulos disponíveis, frisando a impossibilidade de comparação, em termos absolutos, com países de muito maior dimensão.

Também depois lá [nos países africanos de língua portuguesa], aparece uma nova geração. Porque aí o que havia era autores já conhecidos. Havia o Knopfli na poesia, havia na poesia também o Craveirinha, havia a Noémia de Sousa. Digamos, esses eram “os velhos”, não é? [...], mas depois lá também surge a tal gente nova. Depois da independência começa a surgir uma geração nova e esses depois é que começam a ser de facto conhecidos [em Portugal]. [...]

Também pesava nisto [publicação de autores africanos de língua portuguesa] as relações muito próximas que nós tínhamos e passámos a ter com estes países africanos. Digamos, estes autores não são bem estrangeiros, não são bem autores estrangeiros. [...]

E isso ajudou a consolidar, também no plano literário, esse tipo de relação muito sentimental, muito forte, que nós tínhamos com os povos africanos. [...]

Nós somos um pequeno país e portanto, aqui, o número de títulos que vamos publicar vai ser sempre muito reduzido comparando com o que é em Espanha, em França, em Inglaterra. As vendas globais vão ser... globais... vão também ser sem comparação com esses países.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Estes testemunhos apontam para a forte pro-actividade da edição em Portugal, abrindo caminho a novas temáticas, novas geografias e novas oportunidades provenientes do crescimento do público leitor, assim como a adaptação a novos interesses e novas exigências dos leitores.

4.3.5. Novos públicos

A evolução do número de bibliotecas existentes no país constitui um indicador bem demonstrativo da forma como foi fomentado e progrediu o interesse de novos públicos pelo livro e, neste caso, também do incremento na facilidade de acesso e na melhoria do nível de informação. Em gráfico, o INE mostra um acentuado crescimento de bibliotecas, entre o princípio e o final da década 70-80 (INE, 2004: 70). O texto que acompanha o gráfico, especifica e alarga o período de observação:

No caso das bibliotecas, em 2002 existiam 1917 no território nacional, enquanto em 1970 contabilizaram-se apenas 288. O número destes equipamentos culturais registou uma trajectória ascendente, em particular entre 1975 e 1977 e no ano de 1999. Verificou-se, também, um aumento do número de utilizadores, sobretudo na década de 90 (1143 utilizadores por 1000 habitantes, em 2002, contra 319, em 1970) e de documentos consultados (1565 por 1000 habitantes em 2002 contra, apenas, 842 em 1970) (INE, 2004: 70).

Em *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*, Daniel Melo (2004) estuda a evolução das bibliotecas estatais, numa perspectiva histórico-sociológica, incluindo, de entre quatro abordagens metodológicas relativas aos contributos práticos: «a análise da estatística sobre as bibliotecas portuguesas (especialmente quanto aos seus movimentos de leitura), bem como o seu confronto com o movimento de alfabetização...» (Melo, 2004: 22). Esta análise, detalhada e documentada, permite, antes do mais, confirmar e adicionar razões para a evolução do número de bibliotecas relatada pelo INE conforme consta no parágrafo anterior.¹¹⁵ O que não impede o autor de constatar que: «Em termos de evolução do total de leitores, a média dos anos 70 é bastante melhor do que a anterior – regista-se um aumento de quase 1 milhão de leitores, passando-se do patamar dos 3 para os 4 milhões de leitores» (Melo, 2001: 79).

¹¹⁵ Citando Daniel Melo: “Para o período democrático torna-se difícil avançar com análises deste teor: relembro que a estatística do INE integra dados para as bibliotecas da FCG desde 1975, mas misturou estes valores com os das bibliotecas estatais de tal maneira que é impossível destrinchá-los” (Melo, 2004, 77).

Os dados relativos à evolução do ensino (vd. *supra*, quadro 2) conjugados com os que se referem à evolução dos registos de depósito legal (vd. *supra*, gráfico 1), complementam as insuficiências da informação estatística existente em Portugal, muito especialmente no que se refere a períodos mais afastados no tempo como aquele que é objecto deste estudo, e são relevantes para aduzir razões que suportam o surgimento de novos públicos em quantidade assinalável. Também, pelo conhecimento que existe da relação entre o grau de escolaridade e os níveis de leitura:

O que determina os níveis de leitura, em particular da leitura de livros, é a escolaridade medida pelo grau mais elevado ou pelo número de anos. Uma ilustração baseada num estudo recente para o conjunto dos 27 países da União Europeia confirma que quanto maior o número de anos de escolaridade mais elevada a percentagem daqueles que lêem livros: com 15 anos de escolaridade, 51%; com 16 a 19 anos, 71%; com mais de 20 anos, 86%, mas releva igualmente que o valor mais elevado, 91%, se regista entre aqueles que ainda estão a estudar (Eurobarómetro 278, 2007:18). É, aliás, uma associação que se verifica em todas as 10 práticas culturais/formas de participação consideradas. Estes resultados apontam ainda a influência da frequência do sistema de ensino nos níveis de leitura, os quais tendem a diminuir uma vez fora dele (Neves, 2011: 55).

O incremento da quantidade, diversidade e pluralidade da edição, decorrente da evolução do ensino, do incremento dos registos de depósito legal e do forte crescimento de bibliotecas, contribui para a criação de novos públicos para a leitura. Evidência que importa aferir com a análise da evolução qualitativa e quantitativa dos géneros temáticos publicados pelo clube do livro em Portugal na década de 1970 (vd. *infra*, quadro 3), para avaliar o contributo da actividade editorial para o desenvolvimento sociocultural do país.

4.4. Edição em sistema de clube do livro: o Círculo de Leitores

Na análise da década de 70 do século passado quanto à edição e comercialização do livro, o Círculo de Leitores é incontornável. Um retrato daquela que foi também a primeira década de vida deste clube do livro consta de uma reflexão sobre os 30 primeiros anos do Círculo de Leitores (Beja, 2011), obra que se retoma adiante de modo a situar a relevância do inovador modelo de negócio, referência para alcançar os objectivos gerais da tese.

O Círculo de Leitores nasceu e cresceu numa relação paralela com a instituição da democracia em Portugal, para ela contribuindo por via da divulgação do livro e da promoção dos hábitos de leitura e dela colhendo as virtudes da implantação das liberdades cívicas e de expressão.

Considerando a importância do papel desempenhado pelo Círculo na divulgação do livro e na promoção dos hábitos de leitura, uso seguidamente, salvaguardando a indispensável objectividade, os conhecimentos e dados que a actividade profissional de 30 anos no clube do livro me propiciaram para consubstanciar factos e indicadores que se afiguram relevantes na avaliação das transformações ocorridas na edição e comércio do livro em Portugal durante a década de 70 do século XX.

4.4.1. Modelo de negócio inovador

O modelo de negócio, totalmente inovador em Portugal como se comprovou já (Beja, 2011: 103-117), seguiu os princípios dos seus congéneres europeus: angariação de associados com obrigação de compra de um livro por trimestre; edição e distribuição gratuita aos associados de uma revista-catálogo com selecção e informação sobre os livros editados em cada género literário; prestação de um serviço pessoal e personalizado, ao domicílio; e uma relação preço-qualidade vantajosa para os associados.

A actividade arrancou no 1.º trimestre de 1971 e as primeiras revistas-catálogo publicadas seguiam objectivos a que se tinha proposto: promover a cultura e os autores portugueses, divulgar os clássicos universais e dar a conhecer as melhores obras contemporâneas. A este propósito, relewa o valor documental e histórico da carta enviada por José Saramago, então director literário na Editorial Estúdios COR, a José Rodrigues Miguéis, e a resposta que recebeu do escritor:

Lisboa, 6 de Maio de 1970

Querido Amigo:

Outra carta para uma notícia agradável. Vem instalar-se em Lisboa um clube do livro – o Círculo de Lectores – que tem sede em Barcelona (mas a mãe é na Alemanha...). A iniciativa tem um ar de seriedade a que não estamos muito habituados: método, pontualidade e disciplina.

E então o clube está interessado em publicar a *Léha* e a *Escola*, numa tiragem (prevista) de 6000 exemplares, cada, e com o preço de capa (previsto) de 35\$00¹¹⁶. Os direitos de subcessão (previstos) seriam de 4% sobre o preço de capa, percentagem que, para aquela tiragem e aquele preço de venda ao público, daria 8400\$00. Se nos guiarmos pela prática internacional, esta importância deverá ser dividida em partes iguais pelo autor e pelo editor. Não é riqueza nenhuma, mas a operação tem vantagens para toda a gente. O público a atingir não é o das livrarias, logo, mas leitores, logo, mais atenção deles aos livros dos autores escolhidos. Enfim, achamos que vale a pena. Do nosso catálogo, foram escolhidos 15 autores com 16 obras, o que significa que V. é o único com dois livros. Quando do primeiro contacto, falaram-nos na Léah e na

¹¹⁶ À margem [anotação de José Rodrigues Miguéis]: «A estes preços o Club vai matar a venda nas livrarias! Nos EUA são aquelas editoras que organizam livros, etc.»

Gente da Terceira Classe. Propusemos, em vez deste, a *Escola*¹¹⁷, como livro mais importante que é – e concordaram.

Agora é preciso o seu acordo. Pensamos que vai ficar interessado, não tanto pelos proventos, que são os que podem ser, como pela nova radicação dos seus livros.

Dê notícias breve, que o Círculo gostaria de ter uma resposta dentro de poucos dias.

[...]

Um abraço apertado do seu

José Saramago

New York, 13 de Maio de 1970

Querido Saramago:

[...]

Quanto ao Club del Libro, tenho sempre um certo receio destes formidáveis negócios internacionais; mas a COR sabe o que faz: convém-lhe? Para diante. A percentagem parece-me de facto insignificante, mas... junto uma carta à COR, autorizando (e acautelando?) o acordo. Quanto ao preço de 35 esc., não irá ele afugentar o leitor-comprador das livrarias? Outras observações:

a) Como e quando será paga a percentagem?

b) Que acontecerá à (futura-espero) edição definitiva da *Escola*, que eu tencionava rever METICULOSAMENTE para as *Obras*? Não vou ter agora tempo de o fazer para a edição do Club.

c) Quem vigiará o aspecto gráfico? E quem lerá as provas? (Na carta à Cor eu proíbo as alterações etc.)

Como vê, querido amigo, eu vou aparecer não só nas *três* formas que tinha na COR – Latitude, Obras, e avulsos – mas em mais uma! E o *respectable* público não vai chorar nem carapinhar! *Varietas delectat*.

[...]

Terá notícias minhas dentro em pouco. Abraços muito afectuosos do seu muito grato amigo

Miguéis

(Pereira, 2010: 278-281)

O acordo consumou-se em tempo oportuno e *Léah e Outras Histórias*, de José Rodrigues Miguéis, foi apresentado na primeira revista do Círculo de Leitores relativa ao I trimestre de 1971 como um dos dois livros “Recomendados do Trimestre” (em paralelo com *A Pousada da Sexta Felicidade*, de Alan Burgess).

A oferta editorial do clube do livro em Portugal foi sendo alargada em consonância com uma assinalável receptividade do público, especialmente tendo em conta a realidade de um país no qual, à época, a censura e a perseguição aos escritores coexistia com elevado nível de analfabetismo. No final de 1972 contava com mais de 150 000 associados¹¹⁸ e, em 1973, ano em que a Livraria Bertrand e os Livros do Brasil passaram a deter uma

¹¹⁷ Uma nota escrita ao lado [por José Rodrigues Miguéis]: “Queria rever meticulosamente a *Escola* – que o merece! E a revisão? Não consinto cortes! E a apresentação gráfica? E que vai suceder à reedição nas *Obras*?”

¹¹⁸ *Nota Informativa*, distribuída aos meios de comunicação em 11 de Dezembro de 1972. (Beja, 2011: 115)

participação de 15%, cada, no capital social, atingiu um milhão de livros vendidos (Círculo de Leitores, 2001: 8)

O ano de 1974 foi de grande turbulência, fruto dos acontecimentos que caracterizaram o PREC, e os efeitos da liberdade conquistada em 25 de Abril começaram a fazer-se sentir nas obras publicadas. A abolição da censura veio potenciar junto dos leitores a apetência pelos livros e autores até aí vetados pelos censores e pelos temas de carácter político e sexual. O Círculo de Leitores procurou renovar e ampliar o seu catálogo:

1974. No ano em que tudo mudou, o Círculo de Leitores continua a incentivar os hábitos de leitura dos portugueses – acrescentando ao seu catálogo os nomes de Nietzsche, Beckett, Sartre, Camus, Lampedusa, Queneau ou Jorge Amado – para além de poder iniciar, finalmente, a publicação de obras de debate político (Círculo de Leitores, 2001: 9).

Em 1975 a empresa ressentiu-se financeiramente dos efeitos do PREC. O presidente da Bertelsmann, Reinhard Mohn (Middelhoff, Schulte-Hillen & Thielen, 2001), deslocou-se a Portugal para decidir a continuidade do clube. A decisão foi positiva. No final de 1975 o clube contava 300.000 associados (Círculo de Leitores, 1995: 31).

As “campanhas” para promoção e venda de livros, música e outros produtos disponibilizados pelo Círculo, iniciadas em 1976, constituíram uma inovação bem-sucedida. Disso constitui exemplo significativo a edição das obras completas de Júlio Dinis, em nove volumes, lançada no IV trimestre de 1979: 110.000 associados aderiram¹¹⁹ comprometendo-se com a aquisição de 990.000 livros.

4.4.1.1. Testemunhos sobre relação com o sector editorial e livreiro tradicional

O surgimento em Portugal, em 1970, de um novo sistema de edição e comercialização do livro, não poderia deixar de ser encarado com muitas interrogações por parte de quantos estavam, há mais ou menos tempo, ligados ao mercado do livro no nosso país. O facto de se tratar de uma subsidiária de uma grande casa editorial alemã, a Bertelsmann, fomentava apreensão adicional.

Francisco Espadinha expressa opinião que reflecte o posicionamento que a Editorial Presença tinha no mercado do livro em Portugal e que lhe permitia encarar o

¹¹⁹ In *Revista Círculo de Leitores*, IV trimestre 1980, p. 36. (Beja, 2011:140)

aparecimento do clube do livro como factor positivo para a divulgação do livro, sem implicações na manutenção do seu já então consolidado estatuto de editor independente:

Era uma conquista para a causa do livro. E não havia editores, quer dizer, legítimos, que não fossem a favor da causa do livro.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa dá conta da cooperação que se estabeleceu entre a Portugália Editora, detentora de um importante acervo de direitos de autor, e o Círculo de Leitores em fase de constituição dos primeiros programas editoriais do clube do livro em Portugal:

Fiz um grande negócio na Portugália, com o Círculo de Leitores, sendo que fui o primeiro editor que o fez. Teve [importância no arranque do Círculo de Leitores]. Porque eu lembro-me do cheque que me deu o Esteve, o José Maria Esteve [primeiro administrador do Círculo]. Fomos jantar, ele deu-me um cheque que eu suponho que eram 250 ou 200 contos. Eu fiquei... senhor Agostinho Fernandes está a ver o resultado desta diligência? Está aqui. Eu lembro-me que ele me disse: e daqui por diante como é que vai ser? Uma coisa de cada vez. Mas não creio que tenha havido, não, houve dificuldades que foram sendo supridas com a venda dos livros. Os livros iam-se vendendo com alguma constância. Não ignoro, nunca ignoro, que as tiragens médias nessa altura... não falo de tiragens médias, digo que de alguns livros as tiragens eram de 4.000 exemplares. E não se tiravam quatro mil exemplares para ficarem no armazém.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo intui, pela sua própria experiência e sobretudo pelo que lhe foi dado observar relativamente à relação intensa do Círculo de Leitores com outros editores, que a entrada do clube do livro em Portugal deu lugar a um círculo virtuoso benéfico para ambas as partes e conducente ao relançamento de autores e ao alargamento do público leitor:

[...] em termos de livros [títulos] vendidos, de possibilidades de edições, de alargamento para os próprios editores, ou não, da quantidade de leitores, isso passa-se a fazer sentir. Alguns, não foi talvez o meu caso, mas alguns... eu fiz algumas coisas a meias com o Círculo, mas houve outros editores que fizeram muitas edições com o Círculo. Portanto para eles deve ter sido positivo. Estou a falar mais da área literária, e o Círculo veio relançar esses autores.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente atesta uma relação positiva e frutuosa com o Círculo de Leitores, ainda que com posições opostas relativamente à introdução da lei do preço fixo:

Eu nunca tive nenhum choque. Sempre colaborámos muito bem, com o Dias de Carvalho [...]. Depois foi com o senhor Grebe, fizemos coisas giríssimas, correu sempre tudo bem. Não há nenhum problema. A única oposição foi quando eu lutei contra o preço fixo e o Rui Beja lutava pelo preço fixo.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos refere a existência de divergência de perspectivas entre editores tradicionais relativamente à vantagem ou desvantagem de parceria com o Círculo de Leitores, para concluir que o estabelecimento dessas parcerias foi positivo para os editores que a elas aderiram, como também para o clube do livro e para a divulgação do livro e dos seus autores:

Não escondo que conheci muitos colegas que não queriam publicar em conjunto com o Círculo. Nem ceder direitos de autor, muito menos coeditar, e muito menos lançar livros em conjunto. [...]

Uns [outros editores] apostaram e ganharam com esta aposta, ganharam eles e ganhou o Círculo, ganhavam os dois parceiros; ganhou a parceria e ganharam os leitores, evidentemente. Os livros passaram a estar nas livrarias, nas “nobres” livrarias onde já estavam, e a chegar a casa das pessoas directamente através da mecânica de funcionamento que o Círculo tinha. E sem dúvida nenhuma que essas pessoas que liam, gostavam do romance do Cardoso Pires ou gostavam de um romance do Saramago, depois a seguir, quando os editores publicavam novos livros tinham mais esses leitores.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira centra-se no envolvimento profissional que chegou a ter com o clube do livro, por via da participação que a Bertrand detinha no capital social do Círculo de Leitores (15%, entre 1973 e 1976) e da crise organizativa e de produção editorial por que aquela editora estava então a passar:

Eu já não me lembro bem, mas tenho a ideia que era assim: a Bertrand tinha uma participação no Círculo de Leitores, a Bertrand estava numa situação de grave crise de direcção, de tudo, de organização, de mudança de administração e eu tinha pouquíssimo que fazer, queixava-me, a Bertrand mandou-me fazer determinados projectos com o Círculo de Leitores e, portanto, eu estava parte do meu tempo no Círculo de Leitores. Fiz umas agendas, fiz um bocadinho de coisas que havia ali para fazer, realizei alguns projectos. Foi no tempo do Mantas [primeiro administrador português], do João Salgueiro [editor] e do Manuel Dias de Carvalho [director Editorial].

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho pronuncia-se sobre a dicotomia de pensamentos, se o surgimento do clube do livro seria positivo ou negativo para os editores tradicionais, e relata a posição favorável e frutífera que sempre predominou nas relações entre a Editorial Caminho e o Círculo de Leitores:

Em relação ao Círculo, quando apareceu houve duas atitudes, as mesmas pessoas tinham dois sentimentos. Por um lado, o sentimento de que isto é bom [o aparecimento do clube do livro] porque nós [os editores tradicionais] podemos realizar algum dinheiro cedendo direitos ao Círculo de Leitores, e por outro lado uma atitude de receio que é nós... isto [o Círculo] não vai dar cabo de nós? [...]
Nós aqui, como tivemos sempre ótimas relações com o Círculo, não quer dizer que dentro da Caminho não houvesse muitas vezes desconfiança, e porque é que se cede isso e porque é que não sei quê..., mas sempre cedemos e sem ...eu não... eu era sempre tudo, não escondi que quanto mais prósperos eles [Círculo] estiverem mais prósperos nós [Caminho] estaremos.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Estes testemunhos, tomados em consideração na sua globalidade, diversidade e interacção com as restantes abordagens dos entrevistados às especificidades e impactos da actividade desenvolvida pelo clube do livro na década em estudo, permitem identificar uma primeira atitude de expectativa e, pontualmente, de resistência, ultrapassadas e sucedidas por uma positivamente apreciada integração no mercado do livro em Portugal.

4.4.2. Influência no mercado do livro e repercussões socioculturais

A receptividade alcançada pelo Círculo de Leitores ao longo dos anos 70 do século XX decorre dos princípios de funcionamento deste clube do livro, atento às carências lúdico-culturais, de formação e de informação que então se faziam sentir em Portugal. Neste contexto, ao longo de uma década ascendeu da condição de canal alternativo de distribuição de livros, com que iniciou a actividade em 1971, a líder do mercado editorial e livreiro com meio milhão de sócios, mais de 17 milhões de livros vendidos e um índice de reconhecimento público superior a 90% (Círculo de Leitores, 2001: 21).

A representatividade do Círculo de Leitores no contexto da década permite generalizar, com acentuado grau de fiabilidade estatística, os dados relativos a novos públicos e novos temas surgidos com a democracia. A evolução da quantidade de associados (150.000 em 1972; 300.00 em 1975; e 435.000 em 1979) é impressionante quanto a novos públicos interessados na leitura, e o respectivo perfil manteve-se estável: 85% atendidos por Agentes em zonas urbanas e 15% atendidos via CTT em zonas rurais; 82%

com idade igual ou inferior a 40 anos e apenas 18% acima deste limite; distribuição equilibrada entre sexos, com maior aproximação nos jovens com 25 anos ou menos (49% mulheres e 51% homens) e maior afastamento nos segmentos com idade superior a 26 anos (43% mulheres e 57% homens).¹²⁰ A estratificação por temas, constante na síntese analítica relativa a 1971-1979 (Beja, 2011:133), é generalizável a nível nacional, com credibilidade, dada a dimensão da amostra. É também significativa quanto à evolução qualitativa e quantitativa do programa editorial, sendo notório, em especial a partir de 1974, o incremento de títulos/volumes publicados em cada ano e o surgimento, com posterior refluxo, de novos temas relativos a actualidade política, sexualidade e erotismo:

Quadro 3 - Quantidade de títulos publicados por grupo temático e por ano (1972-1979)

GRUPOS TEMÁTICOS	Total	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Retratos da nossa época	138	22	15	26	25	15	14	4	8	6
Obras-primas / Clássicos	81	11	9	9	13	4	6	8	9	12
Romances históricos	18	6	3	2	2				2	3
Documentos / Biografias	45	3	4	4	5	4	11	5	3	6
Divulgação	50	3	1	3	6	3	6	8	13	7
Amor e Acção / Best-sellers	41	7	3	1			1	6	12	14
Poesia e teatro	19	4	2	4	2	2	1		2	2
Sexualidade e erotismo	21		1			6	6	2	5	1
Actualidade política	18				2	10	6			
Enigmas	19				3	3	3	3	3	4
Humor e sátira	4				1	1	1			1
História	24					6	2	4	4	8
Vida prática	40						7	17	15	1
Policia / ficção científica	21							9	8	4
Obras completas	6									6
Obras juvenis	54	3	2	2		4	1	12	12	18
Obras infantis	35					7	9	5	9	5
TOTAL	634	59	40	51	59	65	74	83	105	98

Fonte: Novidades editoriais publicadas na *Revista Círculo de Leitores* – I trimestre 1971 a IV Trimestre 1979 e em “Campanhas” concretizadas no mesmo período; agrupamento por temas com base na informação contida nos referidos documentos, com reajustamentos pontuais efectuados segundo o critério do autor para uniformização de categorias e consistência dos dados agregados para o período em análise (Beja, 2011: 133)

¹²⁰ Fonte: *Nota Informativa* distribuída aos meios de comunicação social em 11 de Dezembro de 1972

A celebração do 10º Aniversário ficou marcada por um facto inédito na actividade dos restantes clubes do livro na Europa: a publicação em primeira edição. Foi uma prática iniciada nessa ocasião e que passou a incluir obras de grande relevância editorial e historiográfica. *Viagem a Portugal*, de José Saramago, e *O Cancioneiro Popular Português*, de Michel Giacometti, foram os primeiros livros publicados em exclusivo.

Viagem a Portugal veio a revelar-se muito mais do que uma obra de referência, escrita pelo que viria a ser o primeiro escritor português a receber o Prémio Nobel da Literatura e que mereceu uma extrema receptividade por parte dos associados do Círculo. José Saramago disse publicamente que a partir da edição desta obra conseguiu começar a escrever sem ter que se preocupar “com o estado do porta-moedas”.¹²¹ Referiu igualmente a importância que a obra teve no seu futuro como escritor e relevou a forma como o Círculo de Leitores proporcionou que a viagem se concretizasse, proporcionando-lhe conhecer o país em profundidade¹²²:

E aí começa a aventura. A aventura que me levou, quer dizer, um princípio da aventura que me levou até ao dia em que estou aqui, neste momento, conversando convosco [...]. Quando eu digo que de certo modo começou aí esta aventura é que a «Viagem a Portugal» tem a meu ver... uma importância decisiva no trabalho que veio depois. De certo modo, é aquilo que eu precisava, sem saber, que precisava, de enfrentar-me com um país que era o nosso, uma realidade, a realidade de então, história, arte, a cultura, tudo isso [...]. Felizmente, o nosso País é bastante pequeno para que cada um de nós, um dia, decida fazer essa viagem, mas também todo o pequeno pode ser demasiado grande para fazer essa tal viagem, porque quem dispõe de tempo e meios... E o Círculo de Leitores ofereceu-me de mão beijada (digo de mão beijada porque o trabalho ainda não estava feito), assim ‘Aqui está!’. Foi um trabalho bem pago para a época, claro está [...]. A questão não tem que ver só com a relativa estabilidade ou tranquilidade económica que, nesse momento, esse trabalho me deu. Teve também que ver com uma espécie de modo de olhar. É certo que aquilo a que chamam o meu estilo, estilo saramagueano, embora eu não goste nada desses adjectivos, nasce com o «Levantado do Chão», mas talvez este «Levantado do Chão» - há uma concomitância, há uma coincidência - o «Levantado do Chão» é escrito quando eu estava com a «Viagem», são como que dois irmãos gémeos, são como duas faces da medalha ou da moeda. São a tal ponto que se um dia talvez de uma certa maneira trocar os títulos, chamar ao «Levantado do Chão», «Viagem ao Alentejo» e chamar à «Viagem a Portugal» - «Levantado do Chão» também podia ser, porque todo o chão cultural, o chão ético, o chão, o lugar onde nós, ao mesmo tempo que

¹²¹ Em 14/11/91 no lançamento de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (extracto de discurso, publicado em *CircuLar - jornal interno do Círculo de Leitores*, n.º 25, Janeiro 1992: 4)

¹²² Em 15 de Dezembro de 1998 na homenagem que lhe foi prestada pelo Círculo aquando da atribuição do Prémio Nobel da Literatura (extracto de discurso, publicado em *Nós no Círculo - jornal interno do Círculo de Leitores*, n.º 16, Fevereiro 1999 (página 3)).

assentamos os pés, o lugar onde recebemos alimento (...) Não vou demorar muito. Os agradecimentos estão praticamente implícitos em tudo isto (...).

A relevância do Círculo de Leitores como elemento de estudo no âmbito da sociologia da cultura, é confirmada pela inclusão de um capítulo específico na obra colectiva *Problemática da Leitura: Aspectos sociológicos e pedagógicos* (Coelho *et al.*, 1980). Na introdução ao referido capítulo, que se reporta a estudo desenvolvido para um período de 3 anos tomando como ponto médio o 25 de Abril de 1974 (3º trimestre de 1973 a 2º trimestre de 1976), Vânia Chaves escreve:

Desde a sua criação, em 1976, o grupo de investigação de Sociologia da Leitura do CLEPUL, orientado pelo Professor Doutor Jacinto do Prado Coelho, decidiu lançar-se directamente à análise do fenómeno da leitura em Portugal, ao mesmo tempo que ia adquirindo bases teóricas e instrumentos de análise.

No vasto domínio da leitura havia que buscar campo mais restrito para uma primeira investigação. O Círculo de Leitores, clube do livro com mais de 400.000 sócios, espalhados por todo o país, possuidor de ficheiro de caracterização dos sócios e de suas aquisições localizadas no tempo, garantia-nos, à partida, possibilidades de exploração dificilmente encontráveis em qualquer outra instituição ligada à difusão do livro, à leitura. Além disso, o CL oferecia a seus sócios um conjunto bastante diversificado de obras e podia-nos indicar o número total de cada edição, sua data de lançamento, a quantidade e data de suas vendas. A relação OFERTA-PROCURA podia, por sua vez, ser controlada pela análise de importante elemento mediador, a PUBLICIDADE, já que o CL edita trimestralmente uma revista com a indicação das obras oferecidas, comentários sobre algumas delas, fragmentos de texto, fotografias, etc., e cuja função básica é «ajudar» o sócio na sua escolha (Chaves, 1980: 123).

O estudo foi organizado com base no agrupamento dos sócios conforme sexo, idade e situação socioprofissional. Contemplou, igualmente, a classificação dos livros disponibilizados pelo clube do livro em obras de ficção e de não ficção e, para cada um destes géneros, foi feita a segregação por espécies (romance, conto, poesia, teatro, ficção científica, banda desenhada...) e nacionalidade (português/estrangeiro). Como parte de um objectivo mais amplo, abrangendo 8 localidades representativas de Portugal Continental, é apresentada neste trabalho a análise das preferências de leitura de estudantes sócios do Círculo de Leitores com residência em Santiago do Cacém, sobressaindo as seguintes conclusões: os estudantes constituem o grupo mais numeroso (34%) de sócios do Círculo nesta localidade; este grupo situa-se maioritariamente na faixa entre os 16 e os 20 anos (63%) e pertence ao sexo feminino (66%); da comparação linear entre a oferta e a procura resulta que o(s) livro(s) recomendado(s) pelo clube do livro influenciam

consideravelmente as opções de compra/leitura no sentido dos romances estrangeiros contemporâneos e, não havendo livro recomendado, a escolha de obras não contemporâneas aumenta sensivelmente; numa análise mais detalhada, verifica-se que a maior aceitação de romances estrangeiros contemporâneos recai nas obras que noutros países ou editoras constituíram os *bestsellers* dos últimos anos e não naquelas que são melhor qualificadas pela crítica literária.

A análise sociológica da criação, funcionamento e impacto da actividade desenvolvida pelo Círculo de Leitores é também tratada na obra *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no século XX* (Curto, 1980), em capítulo específico: «História de um Clube de Livros» (Brasão & Domingos, 2006: 387-428). Para além do historial dos factos considerados de maior relevo para a caracterização do modelo de negócio, complementado com entrevistas a dois colaboradores da área comercial, os autores enquadram e caracterizam a actividade do Círculo nas transições ocorridas em Portugal na década de 1970 e prosseguem com a análise interpretativa da evolução estratégica verificada nos anos que se seguiram até ao dealbar do século XXI. No contexto da presente investigação e considerando o seu relacionamento com o estudo da sociologia da leitura, importa reter a seguinte constatação:

O Círculo de Leitores foi, reconhecidamente, um importante agente da divulgação do livro em Portugal. O sistema de contacto directo entre o vendedor e o futuro leitor e sócio colocou no terreno centenas de colaboradores que, porta a porta, foram percorrendo o país. A capacidade do Círculo em penetrar na diversidade geográfica e social portuguesa foi fundamental para o que Onésimo Teotónio de Almeida chamou “processo de privatização do livro”, isto é, o modo como, paulatinamente, se foi criando entre determinados grupos sociais o espírito da biblioteca privada, única, familiar e sujeita a legado. Esta democratização do acesso ao livro e à leitura contribuiu para divulgar um objecto e uma prática que só eram familiares a uma franja social muito restrita, no seio da qual representavam um evidente factor de distinção. (Brasão & Domingos, 2006: 390).

Para a história dos primeiros dez anos de actividade, ficam também os depoimentos expressos em princípios de 1981 por dois grandes escritores que acompanharam de perto o trabalho desenvolvido pelo clube do livro em Portugal¹²³:

¹²³ Brochura comemorativa da entrega do primeiro “Prémio Literário Círculo de Leitores”, em 11 de Março de 1981, no Hotel Sheraton.

Fernando Assis Pacheco – O livro é um bem de Cultura, inestimável: sem ele, um telão desce pela cabeça abaixo e empobrece o nosso quotidiano. Sabemo-lo desde os tempos dos netos do Sr. Guttenberg – talvez até antes, clamariam os copistas monásticos. Mas imensa gente continua a ter medo de entrar nas livrarias; e, se entra, os seus gestos são os do perdigueiro em loja de louça, um desastre de orelhas. É aí, no espaço da imaginação disponível, que aparecem os clubes de livro (por ex. o Círculo de Leitores), distribuindo porta-a-porta ou através do Correio. No caso vertente, este Círculo mantém preocupações de qualidade e em alguns casos antecipa-se mesmo à edição convencional. O seu catálogo não envergonha: longe disso, possui zonas bem elaboradas, sente-se nele viveza e sente-se maleabilidade. Oxalá habitue as pessoas ao escaparate! O primeiro mergulho arrepia sempre, o segundo «gratifica».

Vergílio Ferreira – Pede-se-me, como autor, o meu depoimento sobre o Círculo de Leitores e a sua acção cultural. Não é difícil fazê-lo, até porque todos o conhecem [...]. Quem frequenta as livrarias movimenta-se entre os livros como entre objectos familiares, estabelece com eles uma relação que dispensa intermediários. Mas quem as não frequenta precisa de quem o oriente. Não se entra numa livraria como numa loja de comércio [...]. Não se pode assim escolher um livro desconhecido em função do preço, como se escolhe talvez uma pasta dentífrica [...]. Ora é a este problema que o Círculo de Leitores procura dar solução.

O depoimento de Carlos Veiga Ferreira, na qualidade de então editor e proprietário da Editorial Teorema e que viria a ser presidente da União de Editores Portugueses entre 2006 e 2009, endereçado aquando da comemoração do 30º Aniversário do clube do livro em Portugal, é significativo no contexto avaliação da relevância sociocultural do Círculo de Leitores:

Tínhamos então vinte anos e não deixaríamos que ninguém dissesse que o aparecimento do Círculo de Leitores, aqui, podia ser um acontecimento cultural. Essa fórmula parecia-nos, então, o exacto oposto de tudo o que entendíamos por cultura.

Passaram trinta anos e o tempo, esse grande escultor, encarregou-se de burilar tão falsa ideia bem própria de uma juventude militante e aguerrida.

De facto, a chegada do Círculo foi um acontecimento cultural!!!

Ao longo destes anos, fez chegar às mãos de milhões de portugueses uma quantidade enorme de títulos excelentes, cuidadosamente editados e de magnífico aspecto gráfico. Estou certo de que esta casa e as suas sucessivas administrações e direcções editoriais fizeram um notabilíssimo trabalho editorial e deram um grande contributo para a democratização da cultura em Portugal, sem nunca abdicarem da qualidade.

Enquanto editor, quero sublinhar e agradecer a excelente colaboração que se tem verificado entre a casa que dirijo e o Círculo de Leitores.

Neste aniversário dirijo ao Círculo, como carinhosamente todos lhe chamamos, e aos seus colaboradores os meus parabéns pela obra feita e o desejo de que a possam prosseguir por longos anos (Círculo de Leitores, 2001: 13).

Neste contexto, e face à especificidade inovadora da actividade de edição em sistema de clube de livro iniciada na fase final do Estado Novo, quando a edição e comércio do livro tradicionais enfrentavam novos desafios e oportunidades no exercício da

sua actividade e também quanto ao seu posicionamento sociocultural, importava auscultar a opinião dos entrevistados relativamente ao papel desempenhado pelo Círculo de Leitores.

4.4.2.1. Testemunhos sobre impacto no mercado do livro e repercussões socioculturais

Qual a influência qualitativa e quantitativa induzida no mercado do livro e quais as repercussões socioculturais da actividade desenvolvida pelo Círculo de Leitores durante o período em estudo, constitui tema abordado pela maioria dos entrevistados.

Fernando Guedes foi categórico nas virtualidades e impacto do modelo, que também chegou a ensaiar, no sentido de difundir o livro junto do grande público:

Isso era importante. Esse sim, esse constituiu um alargamento do mercado porque atingiu muito público que nunca tinha pensado sequer em ter um livro em casa. E se é verdade que muitos dos livros que o Círculo vendeu nunca foram lidos, a verdade é que ficaram na casa das pessoas. É o caso, por exemplo, que eu acho que referi na altura, do meu prédio, em que desde a porteira até aos restantes condóminos toda a gente, menos eu, era sócia do Círculo. E não era, porque estava a tentar criar a concorrência ao Círculo. Eu ainda abri a CEDILIS, foi criada em 1973, Clube Português do Livro e do Disco... era... e foi fechada seis meses depois, ou um ano depois, ou coisa assim. Nós não aguentávamos o investimento que era necessário para continuar naquela... na situação que se gerou em Abril de 74.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha enfatiza que a qualidade do programa editorial do clube do livro veio suprir insuficiências nas escolhas de leitura então disponíveis e, em paralelo com a capacidade organizativa da empresa, contribuir para uma melhor divulgação do livro e da leitura e para o fomento de hábitos de leitura em Portugal:

É claro que o trabalho feito [pelo Círculo de Leitores] foi um trabalho de muita qualidade, digamos assim, cobrir uma boa resposta a todas as carências no domínio da leitura. Uma cobertura qualificada, E a todos os níveis, também promovendo o autor português que foi outra coisa que também foi feita. Isso, e por outro lado uma organização capaz de fazer esse trabalho em profundidade, com pessoal, numa empresa bem organizada, foi isto que depois foi feito pelo livro e pela leitura. [...] Aquilo que o Círculo de Leitores fez, enfim, todos os clubes do livro que tivessem esse nível e essa qualidade, era criar o gosto pelo livro de uma maneira universal. Quer goste disto quer goste daquilo, goste do livro e a nossa proposta é procurar ajudá-lo a contactar o livro, a saber contactar o livro, a saber fazer a sua escolha, a ter o livro como algo da sua esfera pessoal. [...]

E eu acho isto [o trabalho feito pelo Círculo de Leitores] fundamental para um país como o nosso, que as pessoas estavam desabitadas da leitura. E habituar-se à leitura, naquele tempo, fazer com que as pessoas se habituassem à leitura foi uma conquista.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Joaquim Soares da Costa salienta, exemplificando, a importância do *know-how* detido pelo Círculo para a preparação conjunta de projectos editoriais de envergadura, recorda ter sido o primeiro, ou um dos primeiros editores a ceder direitos para o clube do livro e assume que tomou essa opção por ter acreditado que o novo sistema não iria concorrer directamente com o mercado livreiro, mas sim criar novos públicos para a leitura:

[O Círculo de Leitores] ajudou a dar vaga [criar condições] para outros projectos de edição que vi sempre em conjunto. Uma colecção de Filosofia, pronto. Não é uma colecção qualquer, tem de ter uma definição, tem de ter um enquadramento, tem que estar num quadro; é como um filme, não é? [...]

Eu estive muito perto do Círculo de Leitores. E com eles fiz até um primeiro negócio, creio que foi o primeiro, foi ele que me disse, o José Maria Esteve [primeiro administrador do Círculo] no ano de 69, para aí, ou 68. Foi por aí, foi por aí. Eu recordo-me que ele me falou dos preconceitos que havia em relação aos clubes do livro e ao Círculo de Leitores. O editor pensaria automaticamente em que se vendo estes direitos é claro que vou deixar de vender livros. Não sei se fui porta-voz deste lugar comum, que era uma coisa comportamental. É natural, a gente está a ver a nossa “coutada”, está a ver o nosso cantito aí invadido por uns senhores que vão tirá-lo. Uma das coisas que ele me disse que para mim teve [...] ele disse-me assim: nós não vamos disputar o lugar que vocês têm nas livrarias, nós vamos criar público. Eu digo, bom... se vão criar público, aí sim com toda a legitimidade vão criar novos suportes de leitura em Portugal.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Carlos Araújo realça o facto de, sendo associado do Círculo de Leitores desde a primeira hora, se ter apercebido de haver pessoas que apesar de possuírem uma formação cultural menos apurada também serem “assinantes” do clube do livro:

O que é importante é o que ouvi contar por testemunhos vários, pessoas que conheci, para mim isso é fundamental. E a minha história, hoje mais do que nunca, faz-se pelo que se sabe. E então o Círculo, acompanhei o Círculo, como já lhe disse foi desde o princípio. E porquê? Porque quando tive conhecimento que havia uma coisa chamada Círculo de Leitores, que era muito fácil, a gente contactava o Círculo, aparecia um senhor simpático que batia à porta, entregava a revista... eu comecei a comprar livros pelo Círculo [...]. Entretanto eu fui percebendo que havia pessoas muito diferentes de mim, com uma formação menos exigente, que eram fiéis assinantes. Era aquilo que eles próprios se intitulavam, eram assinantes do Círculo de Leitores.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente releva a dessacralização e a facilidade de acesso ao livro que o Círculo de Leitores proporcionou numa fase em que muitas pessoas sentiam acanhamento de entrar numa livraria, o que levou ao alargamento do interesse pelo livro:

Acho extremamente positivo porque levou o livro ao conhecimento de gente que não entrava nas livrarias, que não... e, portanto, acho que isso foi extremamente positivo. Dizíamos na altura que as pessoas compravam o livro para poder ter o balde de plástico, ou ter o estetoscópio [...]. Bom, mas isso foi ótimo porque houve pessoas que não liam e preferiram, fizeram aquelas belas colecções de livro [já anteriormente] editado, mas isso não sei se já compravam noutros sítios também. Compraram as do Círculo que eram boas, não é? Agora o que eu estou a dizer é que o Círculo alargou o interesse pelo conhecimento do livro a muita gente. Eu sou de uma geração que vi chegar a haver pessoas a entrar numa livraria quase envergonhadas. O senhor tem este livro? Levava escrito num papelinho.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos opina sobre a relação próxima entre o Círculo de Leitores e editores tradicionais, a qual, do seu ponto de vista, resultou em mais competência editorial a nível nacional e maior abertura na relação com a indústria internacional do livro, e vê o clube do livro em Portugal como um parceiro que contribuiu para o alargamento da quantidade de portugueses que ganharam conhecimento sobre autores, assim como para o fomento de hábitos de leitura e a criação de novos leitores:

Conquistámos... mesmo o próprio lançamento, apresentações, etc., eram feitos pelo Círculo de Leitores e por outras editoras. E, portanto, foi um parceiro, de todos os pontos de vista, e na área de abrir caminho a novos leitores foi fundamental. [...] Não lhe oculto que nesse primeiro ano, e aí falo outra vez do Círculo de Leitores, um dos aspectos importantes na Feira de Frankfurt era porque... era onde estava a Bertelsmann, onde estava instalado o Círculo de Leitores, que tinha por hábito convidar os editores presentes na Feira para um cocktail, para um jantar anual, e o que era para nós importante estar presente, aproveitar essa oportunidade que de certa maneira o Círculo nos proporcionava, de contactar outros editores, de estar à mesa com eles. Tudo isso foi decisivo para o nosso crescimento. [...] Foi o papel de um parceiro que de repente nos aparece, que se interessava pelos livros que nós publicávamos e repartia, comprava... começou por aí... comprava direitos e os publicava para outro mercado. Portanto representava um alargamento do mercado e esses leitores que o Círculo contactava pelos seus meios ficavam a conhecer o autor, ficavam a conhecer a leitura, era dali que se formavam muitos leitores regulares. Numa fase mais avançada, que não sei se eu tive algum pioneirismo mais o António Mega Ferreira [enquanto director Editorial do Círculo, entre princípios de 1986 e finais de 1988], na altura, começámos a fazer livros em conjunto. [coedições].

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira realça a importância da existência de livros em casa, nomeadamente os então fornecidos pelo Círculo de Leitores, para o fomento de hábitos de leitura, e entende que o clube do livro surgiu com uma oferta acentuada de obras para leitores com fraca intensidade de leitura, privilegiando a prática da leitura de lazer; numa perspectiva, que pessoalmente não partilha, de que viriam a tornar-se leitores “mais exigentes”, embora creia que o incremento da formação académica tenha conduzido ao surgimento de leitores mais exigentes:

Foi muito importante porque mesmo que as pessoas os comprassem para a estante [livros do Círculo de Leitores], os filhos acabavam por ler, alguém acabava por ler. Possivelmente não era a pessoa que comprava que os lia, mas havia sempre depois alguém que acabava por lê-los. Por isso teve importância. [...]

Apareceu um novo tipo de livros que era em princípio dirigido a leitores que não eram grandes leitores. Pessoas que liam, digamos, para se distrair. Apareceram esse género de livros com várias colecções, sempre com a ideia de que as pessoas tinham que começar por algum lado e começando por ali iriam depois passar a estados mais evoluídos. Que é uma teoria que eu não tenho. [...]

O que passou a haver, talvez, foi mais leitores com formação académica que compravam mais livros de leitura. E paralelamente surgiram esses casos muito frequentes, que agora são muitos, apresentadores de televisão, jornalistas, [outros] que fazem autoajuda, dietas, culinária. Que hoje há uma série de livros que são sucesso nessas áreas. Havia os livros de literatura porventura, que tiveram mais pessoas com apetite para ler esses livros, e paralelamente surgiu um mercado completamente novo de livros mais baratos.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho destaca a comodidade e afabilidade do serviço prestado ao domicílio, fazendo chegar o livro onde ele não existia, e enfatiza o conceito de que cada livro constitui um produto diferenciado para concluir que, ao disponibilizar novos livros e chegar a locais onde estes não se encontravam, o Círculo de Leitores fez crescer o público leitor:

E mesmo nas cidades não haviam livrarias e naquela altura eram, muito mais ainda do que hoje, as livrarias eram um lugar agreste e agressivo para quem não era do meio. As pessoas tinham vergonha, as pessoas tinham vergonha [...]. De facto, a livraria era... o Círculo não, o Círculo era uma coisa amigável, a pessoa que ia lá a casa, que deixava o catálogo, que a gente vê as coisas que havia, estava ali, perguntava isto e aquilo e aqueloutro. Digamos, eu acho que quer na cidade, e até não sei se não mais na cidade, o Círculo desempenhou um papel muito importante para levar os livros onde eles não estavam. [...]

Quanto mais livros se vendem, mais livros se vendem. Mercadoria livro tem esta natureza. A mercadoria manteiga, ou compro a sua manteiga ou compro a manteiga ali do vizinho; não compro as duas. Agora o livro sim, compro o livro que você editou e

compro o livro daquele. Compro o livro de você como autor e compro o livro de outro autor [...] é o papel importante que o Círculo introduziu ainda antes do 25 de Abril. Introduziu, fabricou leitores onde não os havia. Eu lembro-me de me ter feito sócio do Círculo

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Salienta-se o reconhecimento, pela generalidade dos entrevistados, de efeitos potenciadores de qualidade editorial acrescida e de alargamento de público leitor, obtidos em razão da actividade própria do clube do livro e da cooperação com editores tradicionais. A convergência dos testemunhos é notória, ainda que matizada por diferentes ângulos de abordagem que não alteram a perspectiva comum a todos e cada um dos entrevistados: o clube do livro desempenhou um papel inovador, diferenciado, complementar e importante para o desenvolvimento sociocultural da população portuguesa.

O Círculo de Leitores foi relevante para a divulgação do livro e o fomento de hábitos de leitura, tendo a Fundação Círculo de Leitores, constituída em 11 de Abril de 1995, sido reconhecida como entidade de interesse cultural, em 2 de Maio de 1996, e como pessoa colectiva de utilidade pública, em 27 de Abril de 1996.

5. O livro em democracia e o desenvolvimento sociocultural

Pretende-se, neste capítulo, apresentar e discutir efeitos decorrentes das transformações verificadas na década de 70 do século XX ao nível edição e comércio do livro em Portugal, com ênfase na evolução de hábitos de compra e leitura de livros, práticas de leitura e desempenho da indústria cultural do livro. Dada a limitação decorrente da insuficiente informação, nomeadamente estatística, disponível sobre o livro e a leitura durante o período central da tese (anos 1970) e os que o precederam e sucederam, este capítulo contempla a análise possível das referidas transformações na sua relação com o desenvolvimento humano, social, cultural e económico ocorrido na população portuguesa depois de instituída a democracia em 25 de Abril de 1974.

5.1. Hábitos de compra e leitura de livros

Conforme foi evidenciado nos capítulos anteriores, a década 70 do século XX em Portugal foi fértil em acontecimentos com influência para o futuro no que respeita a hábitos de compra e leitura de livros, tanto no que se refere à quantidade como ao género e à forma. Pode afirmar-se que o prenúncio de viragem política e a posterior queda do regime estadonovista constituíram o detonador que levou às múltiplas mudanças, nomeadamente, o aumento do nível de escolaridade e a eliminação da censura ao livro (já após o 25 de Abril). Mas seria redutor não acrescentar a predisposição que já existia nos potenciais leitores, assim como a atitude proactiva de editores e livreiros já estabelecidos e daqueles que nesse período se envolveram no mundo do livro em Portugal, bem como, muito naturalmente, dos autores. Esta evolução não se terá ficado pelo incremento na compra de livros, nem tão-pouco pela diversificação da oferta de autores ou de temáticas (antes proibidos pela censura), tratou-se igualmente, e sobretudo, de um aprofundamento de capacidades de compreensão e criatividade associadas ao processo de difusão de conhecimento e informação.

As tendências acima referidas foram já ilustradas neste estudo com suporte em dados publicados pelo Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação e pelo Instituto Nacional de Estatística (vd. *supra*, 4.2.1.), em registos do sistema do Depósito Legal da Biblioteca Nacional de Portugal (vd. *supra*, 4.3.2.) e na síntese analítica relativa à evolução de títulos e temas publicados pelo Círculo de Leitores (vd. *supra*, 4.4.2.).

Passaremos agora a considerar aspectos específicos que contribuem para caracterizar os hábitos de compra de livros suscitados pelas transformações iniciadas na década de 70. Tomando como base estudos efectuados nos anos 1990 que mais acentuadamente contemplam as opções de compra dos leitores.

5.1.1 Os jovens e a leitura de livros

Com o objectivo de conhecer os gostos, as expectativas e a visão da juventude portuguesa sobre o Mundo, o Círculo de Leitores encomendou um estudo, realizado pela Marktest (Marketest, 1991) entre Maio e Julho de 1991, envolvendo uma amostra com entrevista directa e pessoal de 2.000 jovens com idades entre os 15 e os 25 anos residentes em Portugal Continental, em *habitat* com uma dimensão igual ou superior a 10.000 habitantes. Os hábitos de compra e leitura de livros, são tratados em termos globais e tendo em consideração sexo, escalões etários, estatuto social e grau de escolaridade. Destacam-se as seguintes constatações que, reportando-se ao final dos anos 80, reflectem uma realidade que ganhou forma a partir das transformações ocorridas no país, na década anterior, no ensino e na indústria do livro:

Mais de um quinto – 22% - dos leitores de livros declaram que “todos” ou “quase todos” os livros lidos são do foro das actividades de cunho obrigatório. Para outros tantos leitores de livros, cerca de metade dos livros lidos pertencem ao foro dessas actividades. Para os restantes inquiridos, que ainda assim constituem a maioria dos leitores de livros, apenas “menos de metade” dos livros lidos é que decorrem daquelas actividades ou mesmo “nenhum” dos livros lidos tem a ver com o exercício das mesmas actividades, respectivamente 29% e 25% dos leitores.

As variações que podem assinalar-se, em ambos os sexos, e também nos escalões etários, são praticamente inexpressivas, não merecendo destaque particular nos desvios percentuais apurados. [...]

No que respeita à relação entre a variável e o grau de escolaridade, também aqui não sobressai uma clara tendência. Os jovens que dizem que “todos” ou “quase todos” os livros lidos se referem a actividade escolar/profissional variam, em termos percentuais osciladamente – 20%, 27%, 21% e 24% - nos quatro graus de instrução crescentes. [...]

A forma vincadamente mais corrente de obtenção de livros escolares é a “compra” – 91 % dos estudantes dizem utilizá-la. Esta modalidade de aquisição é também aquela que se guinda à posição cimeira, quer se trate de livros técnicos – 52% - quer se trate de livros de ficção – 63% -, quer ainda se trate de livros de não ficção – 60%. No caso dos livros escolares, tanto a “fotocópia” como o “pedido de empréstimo” são utilizados por cerca de um quarto dos leitores de tais livros. A “requisição a uma biblioteca” é feita apenas por 16% e a “oferta” compreende uma parte despidiend de leitores: 6%. [...]

Mais de três quartos dos jovens dizem comprar os livros nas “livrarias”. Os demais lugares de aquisição por compra apresentam valores percentuais iguais a 10%, o caso

da “Feira do Livro”, ou menores que 10% nos casos da “venda pelo correio”, do “hipermercado”, do “vendedor ambulante” e do “alfarrabista”.

As variações que podem assinalar-se, em ambos os sexos, e também nos escalões etários, são praticamente inexpressivas, não merecendo qualquer destaque particular os desvios percentuais apurados. [...]

No respeitante ao cruzamento da variável com o grau de escolaridade também se afigura conveniente mostrar algumas tendências mais salientes. A aquisição de livros nas “livrarias” tende a aumentar com o nível de instrução – 70%, 74%, 77% e 83% dos jovens, nos quatro níveis crescentes de escolaridade, declaram-no. Inversamente, tanto a “venda pelo correio”, como a “aquisição em supermercado” tendem a baixar com o aumento dos níveis de instrução; no segundo caso, de 5% para 2%, e no terceiro caso, de 5% para 1% (Marktest, 1991: 76-81).

Estes dados mostram-se compatíveis com efeitos potenciadores de hábitos de compra e leitura de livros anteriormente referenciados, muito em especial os que advêm do aumento do número de anos de escolaridade. Tanto a elevada proporção de jovens leitores que assumem que os livros lidos são do foro das actividades de cunho obrigatório, como o facto de a aquisição em livrarias estar positivamente relacionada com o nível de instrução e o contrário (relação negativa) se passar com as compras por correio e em supermercados.

5.1.2. Hábitos de leitura: Um inquérito à população portuguesa

Também o inquérito sociológico por questionário realizado a nível nacional (Freitas *et al.*, 1997), cujo trabalho de terreno decorreu em 1995, por solicitação do então denominado Instituto da Biblioteca e do Livro (IBL), a uma amostra representativa da população do continente que então tinha 15 ou mais anos e declarou saber ler e escrever (não analfabetos), estudo que privilegiou a relação entre os hábitos de leitura e a estrutura social da população, propicia informação que permite identificar efeitos significativos nas opções de compra de livros com raiz nas mudanças acontecidas em Portugal, na década de 70, nos domínios sociopolítico e da edição e comércio do livro:

As mulheres mostram-se ligeiramente mais leitoras. Nos grupos etários é muito clara a queda das percentagens dos leitores ao caminhar-se das idades mais baixas para as mais altas: 71% nos ‘15-19’, e apenas 41% nos ‘50 e mais anos’. Correlativamente, nos níveis de instrução, as percentagens dos leitores sobem ao transitar-se das escolaridades mais baixas para as mais altas – 16% entre os que ‘sabem ler mas não foram à escola’, e já 92% entre os que ‘detêm/frequentam os Cursos Médio/Superior’ –, espelhando estes resultados a consabida relação inversa entre idades e capitais escolares assinalável em sociedades como a portuguesa, nas quais no decorrer das últimas décadas o sistema de ensino se tem alargado progressivamente a camadas cada vez mais vastas da população.

No referente ao estatuto económico, o sentido das variações é consequente com o esperável: as percentagens de leitores são tanto mais elevadas quanto mais alto é o estrato. [...]

Quanto ao capital escolar, os procedimentos de escolha que são tanto mais frequentemente citados quanto mais elevado é o valor daquela variável, são sobretudo as «necessidades profissionais» e também as «escolares»: mais instrução inclina acrescidamente a que as escolhas se façam em função de intenções formativas. As «preferências pessoais/conhecimento do autor» também são mais frequentes para patamares de escolaridade mais elevados, o que pode ir ao encontro da tese de que o *item* em causa é não descartável na medida em que sinaliza o reconhecimento crescente dos leitores em se afirmarem capazes de assumir as suas escolhas. A «leitura de críticas literárias» e a «atribuição de prémios literários» pelo que pressupõem de acesso à cultura letrada são igualmente mais apontados por factores de escolha ao aumentar o grau de instrução. [...]

Em termos de origem social, os índices de *background* escolar e de relacionamento primário reflectem o efeito mais positivo sobre a mobilização para a compra das situações reportadas ao passado tidas como mais favoráveis.

No que se refere às inserções socioprofissionais do agregado familiar de origem, a fasquia dos 75% de compradores só é ultrapassada nas categorias socioprofissionais que foram acima indicadas no respeitante ao agregado familiar actual: os directores e quadros dirigentes e os profissionais liberais, bem como entre os quadros intelectuais e científicos e os técnicos e quadros intermédios.

A determinação da importância relativa dos lugares de aquisição de livros é no questionário acompanhada de uma avaliação sobre a maior ou menor frequência com que esses lugares/modos são utilizados (P. 61).

Os resultados apurados mostram que o lugar por excelência utilizado pela população compradora de livros para realizarem as suas aquisições é a «livraria»: 86% declaram fazê-lo e, de entre estes, 24% «frequentemente» [...] Na hierarquia dos lugares utilizados surge depois, mas a uma larga distância, o «quiosque/tabacaria»: dos compradores são já só 39% os implicados, dos quais 8% «frequentemente». As «feiras do livro» e os «hipermercados» aparecem seguidamente com segmentos de utilizadores respectivamente de 32% e de 26%; duns e doutros, 4% e 6% «frequentemente». Os «alfarrabistas» e os «vendedores ambulantes» captam uma fracção quase marginal de livros: menos de 10%.

No âmbito do aprovisionamento feito por outros meios, digamos, «em casa», a «encomenda postal/correspondência» mobiliza 43% e a «compra à porta a um vendedor» 18% (14% e 5%, frequentemente) de quantos adquirem livros.

O panorama é assim claro: os compradores de livros dirigem-se maioritariamente às «livrarias»; os «quiosques/tabacarias», as «feiras do livro» e os «hipermercados» conquistam segmentos minoritários mas significativos do público consumidor de livros. Quanto à compra «em casa», um número apreciável de compradores é cativado por essa via de aquisição, sobretudo na modalidade «encomenda postal/correspondência». [...]

Em estreita articulação com os meios de compra «encomenda postal/correspondência» e «à porta a um vendedor» procurou-se cingir o conjunto de compradores de livros que se inserem em agregados domésticos onde alguém é sócio de um clube do livro. Respondem afirmativamente 35% dos inquiridos, os quais se distribuem na quase totalidade pelas referências nominais «Círculo de Leitores» - 75% - e «Seleções do R.D. - 17% (Vd. Gráfico 7). [...] (Freitas *et al.*, 1997: 115, 164).

Estes indicadores dos perfis de leitores, de motivações e contextos de leitura e de locais de aprovisionamento, evidenciam a importância do nível de escolaridade, actividade profissional, poder económico e estatuto social, na sua relação com os hábitos de compra e leitura de livros. Merece destaque a relação entre idade e capitais escolares (os mais idosos possuem menos escolaridade), um factor que a transição para a democracia influenciou positivamente por efeito do crescimento na quantidade de alunos matriculados e de número de anos de escolaridade, como também da dessacralização no acesso ao livro então ocorrida por via da facilitação de acesso a livrarias em centros comerciais e da inovação decorrente de modelos de negócio que então emergiram na indústria cultural do livro – com relevo para a edição em sistema de clube do livro e a venda por correspondência – e que posteriormente ao período central do presente estudo se alargaram a novos espaços de comércio com realce para os hipermercados a partir de 1985.

5.1.3. Testemunhos sobre a evolução nos hábitos de compra e leitura de livros

Perguntados sobre factos e tendências que, por influência da democracia do livro – entendida como liberdade de edição, divulgação e facilidade de acesso a obras, literárias ou de informação, publicadas sob a forma de livro– no contexto social português, produziram efeitos relevantes na evolução dos hábitos de compra e leitura de livros, os entrevistados referenciam muito especialmente o aumento dos níveis de escolaridade, conforme já amplamente abordado (vd. *supra*, 4.2.2) e o espírito de iniciativa e trabalho desenvolvido no domínio da edição, nomeadamente no estímulo e procura de novos autores, na publicação de obras inovadoras, na quantidade de títulos editados e na promoção junto dos potenciais leitores das obras publicadas.

Fernando Guedes sublinha a importância do editor na economia do livro, e realça a área do conhecimento e a inovação temática como domínios privilegiados para o exercício da proactividade editorial, seja nos contactos internacionais (a ida à feira de Frankfurt), seja na mediação entre a obra (a oferta potencial) e o público (o mercado):

Isso [a melhoria na forma de actividade por parte dos editores] foi útil. Não terá sido tão útil como se pode pensar, mas eu acho que foi útil; até porque nessa época de 70, nessa década de 70, a Frankfurt ia o Lyon de Castro, ia eu... mais nada. [...]
Eu acho que tem de ser importante, quer dizer... porque ainda continuamos, e bem, certos que não há livros sem editores. Há “coisas” que não têm qualquer significado, não é? Mas o editor continua a ser uma figura extremamente fundamental na economia do livro. Não há livros sem editores. Aquele que agarra no original do autor,

o põe em condições de ser lido e apreendido por um público, maior ou menor, é o editor, faça ele o que fizer... é sempre o editor. [...]

Bom, isso [a procura de novos autores] é tudo muito bonito, mas eu acho que o editor não tem muito tempo para se preocupar com isso. Isso é capaz de não lhe dar grandes vantagens económicas. E por mais que ele queira, por mais que ele pretenda e por mais que seja verdade que o editor também é um voluntarista e um sonhador e um “não sei quê”, há uma coisa que por mais voltas que se dê ele tem que saber: é que chega ao fim do mês e ele tem dinheiro ou não tem dinheiro para pagar as contas. E isso faz com que não tenha muito tempo para certas fantasias que dispersam, Não quer dizer que não haja quem [...]. Quer dizer, de uma maneira geral e o Dr. Rui Beja sabe isso muito bem, o que o que cada editor recebe, ou pelo correio ou por visita do futuro autor, chega para dez vezes aquilo que qualquer editor pode editar.

[...] na área do conhecimento é que há a proactividade do editor que se pode manifestar. Nem é a procura de autores, ainda é mais profundo, é o *flair* do editor saber que é preciso no mercado um livro sobre a matéria A, e o editor saber que para essa matéria A ele sabe onde está o autor possível.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Carlos Araújo refere a atitude inovadora, invocando a sua própria experiência por via da publicação de autores estrangeiros de referência na área das ciências humanas que nunca antes tinham sido publicados em Portugal:

Eu acho que nisto tudo, os editores de um modo geral ajudaram. Eu por exemplo, pessoalmente, acredito que ajudei mais ao publicar ou ajudar a publicar autores que considerava fundamentais na área das ciências humanas e que nunca tinham sido publicados em português; estava a fazer um trabalho de primeira importância. Mas como é evidente, eu tinha consciência de que esse é um público leitor restrito.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente que, para além da edição se tem dedicado ao estudo das teorias e práticas de sistemas educativos (Valente, 2012), entende a articulação entre o trabalho dos editores e a educação como fundamental para a criação de bons hábitos de leitura e compra de livros:

É isso [o trabalho dos editores] e é a escola. É a escola, a escola tem de pôr os miúdos a ler. E para isso os professores têm de amar os livros. Ninguém consegue... ler é um exercício único. Nós lemos um livro e ficamos transformados. Eu sei que é uma técnica complicada. Aprender a ler é uma técnica. Por isso é que antes... e por isso é que é importante uma escola.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos enfatiza a transformação no perfil dos editores que, de uma atitude mais intelectual na década de 70, passaram a uma dinâmica progressivamente mais empresarial face à maior produção dos autores e à crescente diversidade editorial:

É claro que os editores hoje são pessoas atrevidas, transformaram-se. Os autores escrevem hoje regularmente, quer dizer, não publicam um livro e dez anos depois publicam outro; há produção anual de alguns autores, até. [...] [em] muitas casas editoras o editor não tem fisicamente tempo para ver toda a sua produção, como antes tinha. Como antes era obrigado a ter. E como antes fazia parte do seu trabalho, uma parte importante do seu trabalho.

O editor era um leitor especializado. Tinha adquirido e cultivado características de especialização na sua área e, portanto, sabia distinguir um livro bem escrito dum livro mal escrito. Uma história bem construída e com interesse de leitura, e uma brincadeira.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira refere que apesar de não ser viável os editores publicarem apenas o que pessoalmente mais apreciam, houve uma adaptação a novas realidades que entende terem também passado por uma maior notoriedade social dos autores portugueses e consequente acréscimo de visibilidade pública das suas obras:

Eu acho que tudo isso [maior escolaridade, proactividade editorial] influenciou um bocadinho. Os próprios autores também começaram a aparecer mais. Eu não tenho ideia nenhuma de o Vergílio Ferreira fazer lançamentos de livros, ou aparecer por aí. As coisas estavam muito compartimentadas. A gente fazia o livro, punha o livro à venda, depois lá aparecia a crítica. Os autores passaram a ser também personalidades conhecidas e os seus livros serem também um bocado procurados porque eles eram personalidades conhecidas e as coisas actuam nos dois sentidos. [...]

É assim: se o papel dos editores fosse o que eu gostava, o meu papel era fazer os livros que eu gostava; como isso não é normalmente viável, ou nem sempre é viável, a gente vai tendo de fazer um pêndulo de um ao outro, aqui e ali. Mas não é isso que faz uma editora. Portanto os editores também se vão adaptando às cadências, ao ar do tempo. Há tendências a que nos lançamos e que toda a gente faz e que toda a gente compra, e depois a tendência muda.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho encontra no aumento da escolaridade, associado a maior poder de compra, as razões de fundo que explicam o aumento exponencial de novos leitores e entende que coube aos editores o papel principal na procura de novas formas de despertar o interesse dos leitores, nomeadamente através da intensificação na quantidade de títulos editados:

O que mudou no meu entender, dentro de um pequeno país, claro, o que mudou foi que aumentou a escolaridade, portanto o número de pessoas que costumam ler aumentou exponencialmente, e o nível de poder de compra também aumentou. Nós estamos agora numa situação de perda de poder de compra, mas durante muito tempo houve uma subida, eu ia quase a dizer constante; não foi exactamente constante, mas

logo a seguir ao 25 de Abril há uma subida do poder de compra súbita, depois a coisa recuou um bocado, mas depois volta a subir. [...]

Eu acho que foi fundamentalmente os editores [que influenciaram a quantidade de títulos editados]. Efectivamente o leitor ou puxa ou não puxa; se o leitor não puxa o editor não pode estar a fazer coisas. Mas eu acho que há uma actividade muito intensa, todos procuram desta maneira ou daquela, por aqui ou por acolá, fazer assim fazer assado.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

O ponto de vista dos entrevistados é consentâneo com os resultados dos inquéritos acima referidos. Os testemunhos convergem no essencial: reafirmação da importância do nível mais elevado de escolaridade e utilização pelos editores dos mais diversos meios ao seu dispor com a finalidade de levarem mais livros e maior diversidade temática a um público leitor mais alargado e mais qualificado. As diferenças de perspectiva, de grau ou de forma, evidenciam as diferentes estratégias adoptadas e, muito naturalmente, as próprias raízes académicas, culturais, estéticas e profissionais dos entrevistados. Sendo que a consciência cívica de contribuição para o fomento dos hábitos de leitura constitui um denominador comum a realçar.

5.2. Práticas de leitura

O estudo compreensivo das práticas de leitura corresponde a uma componente relevante da tese, tendo em vista a análise do impacto que, a médio/longo prazo, resultou das transformações no domínio da edição e comércio do livro ocorridas em Portugal na década de 70 do século XX. De que falamos quando falamos de práticas de leitura? Conceptualmente, a resposta pode ser dada em três planos: o foco recai nas práticas e não nas aprendizagens e nas competências; é tomada como nuclear a leitura que os indivíduos fazem por prazer, como atividade de lazer, nos tempos livres, distinguindo essa leitura cultural da escolar e da profissional; trata-se da leitura de suportes impressos, e em particular de livros (Neves, 2015: 68).

No que se refere à sociologia da leitura como disciplina Donnat, Freitas e Frank (2001) consideram que «se desenvolveu, do ponto de vista da pesquisa empírica, em torno de duas problemáticas, cada uma apoiada numa definição de leitura: como prática cultural ou como actividade de recepção» (*apud* Neves, 2011: 27). Sobre a leitura enquanto prática cultural refere ainda Girard (1997):

A primeira [problemática] preocupa-se mais com os leitores do que com os actos de leitura. Interroga-se sobre as relações de homologia existentes entre as características dos indivíduos e a intensidade da leitura e dos suportes (impressos) lidos. Perspectiva também esta prática como um objecto social, em ruptura com a experiência individual, e considera-a como uma entre as práticas que compõem o vasto conjunto dos consumos culturais, embora com singularidades, designadamente de ser aquela que permite o acesso a todas as outras. Opera um corte entre a prática e o sentido que lhe é atribuído pelos indivíduos. Considera a leitura como determinada por contextos sociais que importa identificar (por via das variáveis sociográficas). Acentuam-se as práticas de uso do livro (e do impresso em geral), que são socialmente diferenciadas e objectivamente identificáveis, e as demais deixam-se de lado ou inferem-se através das variáveis consideradas mais explicativas.

[...] A origem da sociologia da leitura e dos leitores, da sociologia empírica, situa-se no primeiro terço do século XX na URSS, na Alemanha e nos Estados Unidos, com particular incidência entre as duas grandes guerras. Os inquéritos não são motivados apenas por puro interesse de conhecimento, as problemáticas sociológicas estão ligadas a problemas sociais e políticas, designadamente a democratização, o que é particularmente notório em França, país em que os grandes inquéritos sobre práticas culturais e, em particular, sobre as práticas de leitura foram realizados após a criação do Ministério da Cultura em 1959 (Hersent, 2000; Poulain, 2004; Seibel, 1995), com origem mais institucional que universitária, mais económica do que cultural (Girard, 1997: 297-299) (Neves, 2011: 27,67).

Durante o período do Estado Novo, foi evidente o desinteresse das instituições públicas quanto ao estudo dos hábitos e práticas de leitura: «Uma das primeiras incursões feitas em Portugal, assumida como situada na sociologia da leitura, terá sido realizada por José Manuel Tengarrinha¹²⁴ no início dos anos setenta do século passado» (Neves, 2011:115).

5.2.1. Diagnóstico da Comissão do Livro 1986

O relatório da Comissão do Livro (Moura *et al.*, 1986), elaborado na sequência de despacho (155/85, de 5 de Dezembro) da Secretária de Estado da Cultura para diagnóstico do sector do livro (não escolar) em Portugal constituiu o primeiro documento sobre o livro e a leitura produzido para a tutela da Cultura em Portugal.

Em resultado da análise de dados relativos ao sector do livro em países onde a edição assumia, já então, importância nacional e internacional conhecida – Estados Unidos da América, Alemanha, Reino Unido, Japão, França, Espanha –, o relatório salienta que nestes e noutros países as políticas do livro são consideradas uma prioridade do Estado moderno que justifica investimentos significativos na criação de medidas de apoio eficazes. E acrescenta que: «No confronto destes números, a situação portuguesa é

¹²⁴ Estudo realizado a uma amostra dos leitores das bibliotecas da FCG (Tengarrinha, 1973).

particularmente deprimente, para além da dificuldade em analisá-la com rigor devido à escassez de dados disponíveis.» (Moura *et al.*, 1986: 3).

Relativamente a Portugal, a Comissão, tomando por base dados estatísticos dispersos, a consulta de dados avulsos e estimativas do mercado do livro transmitidas por observadores bem colocados no meio editorial, assinala que o crescimento da quantidade de lançamentos terá atingido 24% entre 1976 e 1981, regredido 52% entre 1981 e 1982, inflectido em 1983 para os níveis de 1976, caído 13% no ano de 1984 e crescido muito ligeiramente em 1985. Esta avaliação é compatível com os dados do sistema do Depósito Legal (vd. *supra*, 4.2.1.). O relatório prossegue com a inventariação das medidas de intervenção pública adoptadas na Europa em apoio directo aos editores – à publicação de determinadas categorias de obras, à tradução e às firmas editoras –, e menciona que em Portugal a única medida usada sistematicamente tem sido o apoio à edição de obras específicas, acrescentando:

Reconheça-se antes do mais que, no nosso caso, nunca houve uma preocupação excessiva do Estado tentar articular essas medidas com outras levadas a cabo no seu seio, designadamente no que se refere à coordenação desses apoios com as políticas editoriais de outros organismos da Administração Central ou mesmo de Empresas Públicas. De qualquer modo, tem cabido ao IPL [Instituto Português do Livro] a definição das medidas mais importantes no que respeita ao apoio a editores e, mais especificamente, ao apoio à edição (Moura *et.al.*, 1986: 5).

De entre os restantes aspectos enunciados no relatório, o qual culmina com o «elenco de [105] medidas concretas e intersectoriais com vista à solução dos problemas detectados e à concretização de uma política do livro português» (Moura *et al.*, 1986: 33), a Comissão aborda a modalidade de apoio estatal à edição exercida através do IPL criado em 1980 (vd. *supra*, 4.2.2.) e questiona a eventual falta de eficácia do modelo para alterar as estruturas produtivas e comerciais do sector do livro no sentido de levar os leitores ao alargamento e diversificação dos seus hábitos de leitura e de compra.

Os autores referem, também, que as intervenções do Estado se têm concentrado ao nível da oferta e privilegiado uma concepção culturalmente elitista do livro e consideram que no plano da oferta editorial «as medidas de maior efeito prático sobre o nível da leitura têm sido tomadas, sim, pelo sector privado, ao introduzir inovações quanto aos produtos e às técnicas de promoção de vendas, através de métodos alternativos ao circuito livreiro» (Moura *et al.*, 1986:11).

Relativamente às práticas de leitura, o relatório refere que, no que respeita a uma política integrada do livro e da leitura, a ineficácia e até possíveis efeitos contraproducentes das intervenções estatais neste domínio não resultam da orientação política prosseguida, mas da falta de conhecimento do campo de acção sobre o qual se pretende actuar. Finalmente, recomenda que se promova um estudo profundo dos hábitos de leitura em Portugal, a desenvolver por um instituto de investigação científica, que caracterize quem são os leitores, qual o tipo de livros lidos e comprados, e quem os compra.

5.2.2. Inquérito sociológico aos hábitos de leitura

Na sequência da recomendação feita pela Comissão do Livro, foi realizado o primeiro inquérito sociológico aos hábitos de leitura em Portugal (Freitas & Santos, 1992), cujo relatório foi entregue em 1989 ao Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), entidade patrocinadora e financiadora do estudo cujo objectivo genérico, centrado nas práticas de leitura, é assim descrito:

Tem este estudo por finalidade fornecer elementos sobre as práticas de leitura em Portugal. Desenha-se o estado actual das coisas da leitura, procurando responder a perguntas tais como: quem lê? O que se lê, designadamente entre livros, jornais e revistas? Com que frequência? Que e quantos livros se possuem? Quem compra e quantos livros se compram? Onde se realiza o aprovisionamento de livros? Qual o lugar da leitura entre escolhas culturais? Afinal procurando uma resposta genérica à questão do balizamento social da leitura.

Intenta-se, assim, clarificar as principais características da população na sua relação com a leitura, escolhendo uma visão macroscópica, consentânea com o propósito analítico atrás apontado

Esta opção pelo desenho do «estado de coisas» em matéria de leitura no que respeita a uma população vasta, levou à adopção de um dispositivo metodológico assente no inquérito por questionário, como estratégia de análise mais ajustada (Freitas & Santos, 1992: 13).

Os autores esclarecem quais os tipos de leitura tomados em consideração, especificando três conjuntos de publicações com maior tipicidade e significância de entre os materiais susceptíveis de serem apreendidos através da leitura descodificadora da linguagem escrita – livros, jornais e revistas –, e remetendo-os para duas situações empiricamente distintas e sociologicamente relevantes: o “cumulativo”, que abrange os três referidos materiais e pressupõe uma prática consolidada de leitura; e o “parcelar”, limitado a apenas uma parte desses três conjuntos de publicações que indica uma prática

tendencialmente não consolidada de leitura. Relativamente à leitura de livros, relevam para efeitos do presente trabalho, os seguintes considerandos:

Os livros são os materiais por excelência consignados como objectos de leitura. Consubstanciam, mais do que os jornais e as revistas ou quaisquer outras publicações, a tradição da leitura e, por isso são de imediato sinalizados no imaginário quando se alude à prática de leitura. Acresce que a tradição do livro é nobilitante, pois aparece como manifestação da cultura erudita dos grupos socialmente dominantes.

Esta carga histórica faz do livro um objecto de acessibilidade muito desigual. Grupos sociais há que o «naturalizam», lidando com eles em resultado de uma familiaridade incorporada, enquanto outros sofrem a sacralização, sustentando com o livro uma relação de proximidade injuntiva (Freitas & Santos, 1992: 26).

O estudo incide numa amostra de 2.000 portugueses, dos quais 60% se dizem leitores de livros. Esta percentagem desce para 54% após a exclusão dos que disseram não ter lido livros durante o último ano, sendo que para 36% o hábito de ler decorre da relação com a leitura desde a infância, pelo que consideram caber à família e à escola um papel fundamental; outras razões de leitura indicadas e que merecem referência são: gostar de ler (21%); ter paciência e vontade de ler (19%); e gostar de aprender/saber (11%). As razões apontadas para não-leitura correspondem, no essencial, ao inverso das que constituem motivação para ler, sendo de salientar que apenas 10% dos respondentes consideram as condições económicas como factor relevante para a opção leitura/não leitura. Por outro lado, da configuração social dos leitores de livros, considerando variáveis básicas de caracterização, resulta que: os homens são leitores ligeiramente mais frequentes (56%) do que as mulheres (51%); a leitura de livros decresce com o avanço da idade de 80% (entre 15/19 anos) para 30% (com 50 anos ou mais); a um grau de escolaridade mais elevado corresponde um maior índice de leitura, passando de 30% (com 2º/4º ano completos) para 90% (com curso médio/frequência de curso superior ou mais); nos grupos profissionais verifica-se que os menos qualificados são os que menos leem (5% no que se refere a operários e agricultores e 90% no que respeita a quadros e estudantes). Em síntese, o capital escolar releva como principal factor explicativo para os resultados obtidos (Freitas & Santos, 1992: 26-33).

Quanto à tipologia de leitores, o estudo define três tipos em função da quantidade de livros lidos por ano: “pequenos leitores” (1 a 5); “médios leitores” (6 a 20); e “grandes leitores” (mais de 20), sendo que a percentagem de leitores decresce com a frequência de leitura, na seguinte expressão relativa: 54% - 39% - 8%. As variáveis de caracterização –

nível de instrução, profissão/ocupação e nível de instrução do pai – dos tipos de leitores, apontam notoriamente para a associação entre o nível de instrução e a frequência de leitura. Já no que respeita à selecção e compra de livros, 80% dos leitores respondem ter como critério de escolha as “inclinações pessoais”, enquanto 30% tomam em consideração “indicação de pessoa amiga”, apenas 10% menciona a “crítica lida” ou “exigências profissionais” e é inexpressiva a referência à “publicidade” ou ao “livreiro”. A livraria constitui o local preferido de compra de livros (80%), seguida da encomenda postal/correspondência (40%) + por vendedor ao domicílio (10%) e as feiras do livro (30%), enquanto os supermercados ainda eram, à data, um local de compra negligenciável. No que se refere à posse e preferência de géneros de livros, o estudo começa por destacar o significado da diferença entre os inquiridos que declararam possuir livros (89%) e os que se assumiram como leitores (54%), considerando tratar-se de “aquisição desvalorizante dos conteúdos das obras”; ainda quanto aos livros possuídos, o estudo aborda em comentário final os géneros de livros possuídos em maior quantidade para relevar os romances de autores nacionais (30%), seguidos a razoável distância por romances de autores estrangeiros (11%), livros técnicos/profissionais/científicos (10%), policiais/espionagem (9%), enciclopédias/dicionários (8%) e banda desenhada (6%) (Freitas & Santos, 1992: 33-44).

Os autores salientam, no capítulo “Leitura e Leitores: Algumas Reflexões Finais”:

É verdade que saber ler é hoje, cada vez mais, uma habilitação que tende a deixar de representar um privilégio para ser uma necessidade de todos e, nesta medida, afirmam alguns autores que a leitura não é uma prática cultural como qualquer outra, tendo em conta que, «durante um certo período de existência de cada um, ela foi a única prática com durabilidade obrigatória, diferentemente do cinema, da televisão, da música, do teatro, etc., sendo este o efeito de laço estreito e particular existente entre o livro e a escola»¹²⁵.

Contudo, para que a leitura se prolongue para lá da escolaridade, exercendo-se não como mera capacidade mas como efectiva prática cultural, é preciso, como se sabe, mais do que essa ligação obrigatória à escola. São frequentes as pesquisas que demonstram como, depois de deixar a escola, se perdem hábitos de leitura do livro – como sublinha Passeron, os esforços de democratização da leitura, para que esta, mais do que apenas saber ler, signifique também poder e querer ler, não podem perder de vista duas realidades sociológicas: «a distribuição social da capacidade [de ler muito e depressa] e a concentração social, em certos grupos, de atitudes culturais orientadas para outros valores de ócio que não os da leitura, ou mesmo de atitudes explicitamente anti-leitura»¹²⁶. [...]

¹²⁵ Barbier-Bouvet, s.d., 222, *apud* Poulain, s.a.

¹²⁶ Passeron, 1986, 17.

Ao longo das várias considerações que têm vindo a ser feitas, está subjacente uma ideia de leitura próxima de uma definição como a de Leenhardt, vendo-a em termos de «uma construção em que o leitor tende a confirmar um certo número de ideias, hábitos ou crenças constitutivas da sua identidade social e cultural»¹²⁷, ou como a de Martine Poulain que a entende em termos de um corpo de práticas configurado por «tudo o que a condiciona, a prepara, a prolonga e a anula»¹²⁸ (Freitas & Santos, 1992: 69-77).

Atendendo aos objectivos definidos e tomados em consideração no trabalho vertido neste relatório – dar corpo à recomendação da Comissão do Livro 1986 no sentido de ser desenvolvido, em contexto de investigação científica, um estudo profundo dos hábitos de leitura em Portugal tendo em vista caracterizar quem são os leitores, qual o tipo de livros lidos e comprados, e quem os compra –, as constatações relatadas ao IPLL (em 1989) mostram-se, cerca de dez anos após a transição ocorrida nos anos 70, compatíveis com os resultados dos estudos antes mencionados (vd. *supra*, 5.1.1 e 5.1.2) e que foram efectuados posteriormente (respectivamente em 1991 e 1995). Cabe realçar que a evolução positiva do capital escolar (especialmente no que respeita às mulheres), em paralelo com o alargamento da oferta editorial, a inovação nos modelos de negócio e o aparecimento de novos espaços de comércio do livro, constituem, de entre os factores comparáveis, os principais elementos com variação, ligeira, entre os resultados reportados neste inquérito e os obtidos nos estudos acima referenciados. As reflexões finais apresentadas pelos autores do estudo sobre o impacto cultural e sociológico das práticas de leitura, relevam, igualmente, no contexto dos objectivos da presente investigação.

5.2.3. Testemunhos sobre as práticas de leitura dos portugueses

A sensibilidade dos entrevistados sobre a evolução das práticas de leitura em Portugal – mais como acto cultural ou como actividade lúdica –, considerando as mudanças ocorridas na década de 70, comporta pontos de vista bastante diversificados.

Fernando Guedes manifesta-se no sentido de considerar que prevaleceu a leitura como actividade lúdica, em muito por influência das tendências provindas do exterior e que privilegiam a publicação de literatura de ficção de carácter ligeiro:

Eu acho que é fundamentalmente como actividade lúdica que se pode notar isso. Onde há, penso eu, um aumento muito considerável da publicação de livros é na ficção, e na ficção ligeira. É normal, aquilo que as grandes centrais norte-americanas e inglesas

¹²⁷ Jacques Leenhardt, 1988, 79.

¹²⁸ Martine Poulain, «Avant-propos», *op. cit.*, p. 8.

nos trazem. As francesas também deixaram-se ficar um bocado para trás, até porque as francesas são mais profundas e mais culturais do que as anglo-saxónicas. Mas eu penso que aí [na ficção ligeira] se encontra a maior quantidade de publicações.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha atesta que a leitura de lazer e os guias práticos começaram a constituir-se, a partir dos anos 70, como factor de crescimento da quantidade de livros publicados e entende que essa tendência nas práticas de leitura não é nefasta no plano cultural, porque todo o contacto com a leitura constitui uma forma de exercitar o pensamento e também porque considera que, em muitos casos, esse contacto evolui para níveis de maior exigência cultural:

Eu sei... eu acho que o livro como actividade de lazer teve um crescimento de mercado. O livro de prazer, portanto como objecto de lazer. O livro... como também no aspecto de guia prático para um conjunto de situações que fazem parte do quotidiano de quase toda a gente também cresceu muito, porque esse até quase não existia e a tendência... foram-se afirmando com o maior alargamento do mercado. [...] Para chegar a uma conclusão: é que num caso e noutro a cultura também não está a perder. Esses livros doutra natureza, esse contacto com a leitura, de mil e uma formas, é positivo, faz com que as pessoas pensem. E depois há isto, do lúdico muita gente passa-se para outro grau de exigência. Vão evoluindo e passa-se para outras leituras. Tem que haver é essa familiaridade com o livro acima de tudo, que abarca outra gente, inclui umas coisas e outras.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Carlos Araújo dissocia-se da comparação entre prática de leitura como acto cultural ou lúdico, colocando a dicotomia entre obras com ou sem qualidade de escrita, e considerando que o importante é fomentar a prática de leitura e a apetência por leitura de qualidade:

Com desgosto meu... não tenho nada contra a leitura lúdica, ou seja, mais ligeira... eu posso referir com muito gosto que até um livro que considero de um bom nível literário, mas sem qualquer erudição é um livro, por exemplo, que eu não publicaria porque antes deste livro eu publicaria três ou quatro livros que eu conheço. Isto é uma atitude. Mas eu não sirvo de exemplo para ninguém. Onde eu quero chegar é que a leitura pura e simples, em si mesma, não é positiva. Nem positiva nem negativa. [...] A leitura só é positiva ou negativa a partir da qualidade daquilo que se lê, ou da falta de qualidade daquilo que se lê. [...] Este é o meu ponto de partida. Agora [que] é preciso cultivar o gosto pela leitura, isso é.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente entende a prática da leitura como uma descoberta a partir da qual todos os caminhos se abrem, sobrepondo-se as opções pelos vários domínios de pendor cultural ou lúdico:

Há pessoas que descobrem a leitura outras que a não descobrem. Quando descobrem a leitura não se pára de ler e lê-se para investigar, lê-se para aprender, lê-se por evasão e por tudo. Outras pessoas lêem porque gostam de ler ficção e gostam de se evadir com o ler e vão lendo romances.

[...] eu acho que se deve dar a um miúdo aquilo que ele quiser ler. [...]. Porque ler é um exercício difícil, é um exercício difícil. Mas é preciso automatizar a leitura. Mas isso quando uma pessoa começa a ler é como o casamento. [...]

É com certeza um leitor. [...]. Porque o leitor depois cria um conceito, um caminho, e cada um gosta de ler os livros que gosta.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos considera que na década de 70 do século XX se acentuou o crescimento da leitura vocacionada para o âmbito cultural e só posteriormente a leitura de carácter lúdico começou a prevalecer:

As duas. Hoje as pessoas têm menos tempo livre, de concentração. E têm menos tempo para dedicar ao tipo de leitura cultural, chamemos-lhe assim. E, portanto, usam isto para ler no comboio, usam isto para ler em casa. [...]

De tudo o que disse até agora, o que até ao final da década de 70, portanto até aos anos 80... a alteração foi muito positiva, foi de crescimento e ainda não existia este tipo de edição [recente] portanto o que cresceu foi o livro. Mais o cultural. Incluindo no cultural o apoio ao ensino.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Zeferino Coelho reconhece que, por influência das tendências provenientes dos grandes mercados internacionais, se deu um crescimento na leitura de diversão que, no entanto, não tem impedido a coexistência de públicos para livros mais exigentes (cultura cultivada) e outros menos (cultura de massas), sendo que considera não caber ao editor dizer o que o leitor deve ler:

A gente não tinha aqui isso, mas na Inglaterra e nos países em que o mercado é muito grande, essa literatura simples, de diversão, que procura simplesmente a diversão e passar um bocado distraído, ela existe, é tanto mais forte quanto maior é o mercado. [...]

A outra, aquela leitura do amante, essa, digamos enriquece, claro que quanto maior for o país mais pessoas há. Mas essa não está dependente disso. Agora eu acho que esse público existe, coexiste, vai continuar a coexistir e não vejo maneira de isso alterar. Não sei se é vantajoso que isso se altere porque eu não sei, e tenho um certo pudor de

dizer como é que devia ser, o que é que as pessoas deviam ler, o que é que não deviam ler. [...]

A gente não tem que pôr o livro num altar e ficar a olhar de alto. A gente pode pegar num livro, começar a ler e dizer isto é uma porcaria, não leio. Não tem problema nenhum.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Verifica-se que predomina o entendimento de ter sido a prática de leitura como acto lúdico que mais acompanhou o alargamento do mercado a novos públicos a partir dos anos 70, em crescimento absoluto e em relação à leitura como acto cultural. As razões para esta tendência, e para o impacto nos leitores, variam de acordo com ângulos de análise, concepções intelectuais e critérios editoriais dos entrevistados. É, no entanto, amplamente salientada a influência proveniente de mercados com grande dimensão e tradição editorial, em especial dos países anglo-saxónicos.

5.3. Evolução do sector do livro

Para o estudo compreensivo da relação entre as transformações ocorridas nos anos 1970 na edição e comércio do livro em Portugal e a sua influência no desenvolvimento sociocultural do país, importa conhecer a subsequente evolução do sector do livro, tanto do ponto de vista da oferta como da procura. Para esse efeito foram analisados estudos conhecidos, desenvolvidos em contexto institucional e relativos ao período que vai até ao dealbar dos anos 2000, que propiciam informação tão completa e actualizada quanto as conhecidas insuficiências estatística permitem. O testemunho prestado pelos entrevistados veicula informação com interesse complementar.

5.3.1. Inquérito ao sector do livro

Proposto pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) e encomendado pelo Ministério da Cultura, o objetivo geral do Inquérito ao Sector do Livro é contribuir para um melhor conhecimento deste sector em Portugal. Composto por dois tomos, que contemplam uma primeira parte de enquadramento e diagnóstico (Neves *et al.*, 2012) e uma segunda de inquéritos à edição e à comercialização (Neves *et al.*, 2012a), apresenta-se como o documento mais recente, e de larga abrangência, realizado no Observatório das Actividades Culturais (OAC) entre 2007 e 2009 para a tutela da cultura.

Ainda que condicionado por lacunas na disponibilidade de informação sistematizada sobre a edição de livros, o relatório constitui a fonte científica mais

actualizada para consultar dados e aferir outras fontes de informação, em particular no que respeita à actividade exercida, desde a produção ao consumo, por editores e livreiros.

Relativamente ao mercado interno do livro, a síntese conclusiva, suportada em informação disponibilizada pelo Depósito Legal/Biblioteca Nacional, ISBN/APEL e pelo Inquérito às Empresa Harmonizado/INE, reporta uma variação positiva nos títulos/monografias impressas em Portugal, aumentando de 9 925 (em 2000) para 11585 (em 2006) seguida de uma quebra acentuada para 9 895 (2007) que se admite poder estar relacionada com livros produzidos no estrangeiro embora editados em Portugal. No que se refere à quantidade de códigos ISBN atribuídos (indicador de títulos editados) cresce de 12.432 (em 2003) para 14.913 (em 2007). A evolução do volume anual de negócios de empresas de edição de livros, com base nos dados disponibilizados pelo INE para o período 1996-2007, mostra uma oscilação variando entre 412.538 € (em 1996) e 402.625 € (em 2007) (Neves *et al.*, 2012: 165-167).

Três décadas passadas sobre as transições ocorridas nos anos 70, estes indicadores apresentam-se significativos de uma evolução no sector do livro que se revela apreciavelmente positiva.

5.3.2. Estudo de hábitos de leitura e compra de livros

O último dos estudos anuais de mercado (ACNielsen & Quantum, 2004) encomendados pela APEL a partir de 1983, contempla informação comparativa para uma série longa de 22 anos (com excepção para 1984 e 1998), o que demonstra forte empenhamento de editores e livreiros em conhecer a evolução das práticas de leitura e, por consequência, em acompanhar a relevância sociológica do livro e da leitura. Em especial, constata-se neste estudo uma expressiva alteração nos seguintes indicadores relativos aos respondentes que declararam costumar ler livros:

- i) – Crescimento dos leitores de 41,7% dos inquiridos (em 1983) para 45% (em 2004);
- ii) – Decréscimo notório e continuado dos *grandes leitores* (>20 livros/ano) de 19,2% (1983) para 5,2% (2004);
- iii) – Subida forte e contínua dos *médios leitores* (6-20 livros/ano) de 26,6% (1983) para 39,7% (2004);

- iv) – Estabilização dos *pequenos leitores* (1-5 livros/ano) entre 39,1% (1983) e 41,5% (2004);
- v) – Variações de grande impacto no local de compra, sendo que o agregado *Correspondência + Clube do Livro + Venda porta-a-porta* cai de 76,9% (1983) para 17,1% (2004), em resultado de transferência para *Livraria/Tabacaria [incluindo FNAC]* que sobe de 73,2% (1983) para 89,6% (2004), como também para *Hipermercado* que passa de 0% (1983) para 34,9% (2004) e ainda para *Feira(s) do Livro* que cresce de ca. 0,8% (1985) para 25,5% (2004);
- vi) – Redução muito significativa e continuada, embora com alguma volatilidade, na quantidade de horas por semana dedicadas à leitura, sendo que *até 3 horas* sobe de 47,7% (1983) para 62,1% (2004), *entre 4 e 14 horas* mantém certa estabilidade ao passar de 26,1% (1983) para 29,6% (2004), *mais de 14 horas* cai de 6,6% (1983) para 2,9% (2004) e *NS/NR* desce com alguma consistência de 19,6% (1983) para 5,4% (2004). (ACNielsen & Quantum, 2004: 22-24).

Ainda que, à data, não tenham sido validados pela comunidade científica no que se refere aos princípios metodológicos utilizados (Neves, 2011: 116), estes estudos de mercado constituem uma fonte de informação importante que possibilita intuir tendências relativamente a aspectos específicos da evolução verificada entre os anos 1980 e meados dos anos 2000; sendo de salientar que, embora não exista comparativo entre a percentagem de leitores em 1983 (41,7%) e a que se verificaria em anos anteriores, o forte crescimento do número de registos do Depósito Legal gerido pela Biblioteca Nacional, ocorrido entre 1979 e 1983 (vd. *supra*, Gráfico 1), indicia um também significativo aumento de leitores nesse mesmo período.

5.3.3. Testemunhos sobre evolução do sector do livro

A questão “Que tendências e acontecimentos considera terem tido especial influência para o futuro, no que respeita a hábitos de compra e leitura de livros em Portugal, tendo em conta os aspectos antes mencionados e outros que também repute significativos” levou a que os entrevistados se pronunciassem, igualmente, sobre temas da actualidade editorial e livreira que, inevitavelmente, estão presentes no dia-a-dia de quem

continua envolvido profissional e emocionalmente no mundo do livro. Constatações e preocupações que configuram a evolução do sector do livro nas quatro décadas posteriores às transições ocorridas em Portugal nos anos 1970, incluindo, no âmbito organizativo e estrutural: concentração livreira iniciada em 1985, publicação da "Lei do Preço Fixo" introduzida em 1996, decadência da actividade de distribuição situada a partir de 2001 e concentração editorial observada em grande escala entre 2007 e 2010.

Fernando Guedes acentua a diminuição de tiragens de cada título admitindo, no entanto, que existir uma maior quantidade de títulos, por comparação com os anos 70 do século XX, tem efeitos positivos na diversidade da oferta ao público leitor:

Agora, há um ponto importante que eu não queria deixar passar, já agora. É o problema das tiragens. As tiragens não aumentaram. Pelo contrário. Aquilo que no meu tempo, e não há tantos anos, aí oito nove anos, se faziam dois ou três mil exemplares, fazem-se hoje mil e, vá lá, dois mil quando se pode. O próprio livro infantil, que nós nunca faríamos menos de quatro, cinco mil exemplares, hoje, tiram mil, tiram dois mil, e olha!!! Realmente aumentou a quantidade de papel impresso, mas diminuiu a tiragem.

Com certeza. Isso com certeza. Aí estou de acordo [o aumento da quantidade de livros, embora com a diminuição das tiragens por título, contribuiu para uma maior diversificação na oferta]. Se calhar é preferível assim. Tirar mil exemplares para venda do que três ou quatro mil que depois ficam no armazém na maior parte dos casos.

[Entrevista a Fernando Guedes, editor, 16-11-2015]

Francisco Espadinha refere o contributo de novos pontos de venda mais acessíveis ao grande público como factor positivo para o fomento de hábitos de leitura, focando o caso dos hipermercados. Regista, por outro lado, os inconvenientes que na sua perspectiva resultam de uma excessiva concentração livreira (hipermercados - 1985, Bertrand - 1993, FNAC - 1998) e da forma como os meios de comunicação estão a ignorar a divulgação do livro comparativamente com o que acontecia nos anos 60/70:

Pois, há, claro que há vários aspectos [com influência nos hábitos de compra e leitura de livros] e vou falar nos princípios de uma coisa curiosa que foi a expansão dos hipermercados, neste mercado, do livro. E hoje tem grande força. Sim. grande força! E o que é que terá acontecido? O candidato a leitor, ou leitor potencial, não se sentir nos hipermercados tão intimidado com o livro, com o ambiente do livro, como nas livrarias e apenas nas livrarias. [...]

Claro que o que gostava era que não existisse esta concentração tão grande do mercado do livro. Um mercado mais espalhado porque às tantas há também o risco, e já há esse risco a ser concretizado, de haver muitos espaços importantes do país, com comunidades, grandes concentrações de populações, que não têm livrarias. [...]

Continua a ser muito importante divulgar o livro. Continuar a tentar, da mesma maneira que os grandes produtores internacionais de automóveis e de outras coisas continuam a tentar a divulgação dos seus produtos dando prioridade ao marketing. Ora bem, neste caso não é bem o marketing de acordo com aquilo que o marketing tem sido, mas é esse marketing especial que é saber «ferrar» o livro assim como um «negativo».

E nós não nos apercebemos que o livro está a ser cada vez mais ignorado nesses espaços comunicacionais.... Fala-se disto, daquilo e daqueloutro, mas não se fala do livro, desse objecto que ainda existe uma oferta diversificada, grande ainda. Essa chamada de atenção, porque é importante que as pessoas não se dissociem do livro. E sobretudo esses meios mais pequenos do que os super-tempos como seja o caso de Lisboa e do Porto, onde estão grandes conglomerados de pessoas que não têm um livro. Que não deixem o livro! É que o livro não é meramente um objecto de consumo. É também, em si, um investimento.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Carlos Araújo reconhece que há um novo público leitor e remete o seu testemunho para a importância que os suplementos culturais tiveram na divulgação do livro e na promoção dos autores portugueses, manifestando-se, no entanto, algo decepcionado com o facto de o livro ter vindo a ser votado ao abandono pelos meios de comunicação e céptico com a fraca qualidade da leitura mais oferecida e procurada:

Eu pelo que tenho visto e que me tenho apercebido, há aqui um factor novo e que é talvez de consequências significativas e oxalá que tudo se desenvolva e se mantenha tudo em volta. Há de facto um novo público leitor? Há. Há um novo público leitor que está aberto a novos autores, estou a pensar mais na área da chamada literatura. Nomes que, agora é a parte negativa, que muitos deles estão ligados àquela autopromoção que deriva do aparecimento deles na televisão. [...]

Mas o que eu acho também é que houve aqui um factor que não ajudou nada, que é a ausência de uma informação sistemática a nível de... tirando hoje o Expresso que ainda faz esse esforço, a própria Visão não faz muito esforço. [para divulgação do livro]. [...]

Eu vou dar um exemplo. Quando na Dom Quixote eu lancei um autor português completamente esquecido, porque na minha opinião continua a ser um dos melhores autores portugueses de todo o século XX, Carlos de Oliveira, o Carlos de Oliveira foi amparado pelos suplementos literários, do Diário de Lisboa, do Diário de Notícias, do Diário Popular, e doutros. Na província havia folhas que falavam de livros. Isso tudo se perdeu e o grande perigo é, por ausência de formação cultural de novos leitores, eles estarem a gastar dinheiro a comprar livros que não são os livros indicados.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Guilherme Valente menciona em especial os efeitos negativos que na sua opinião podem advir da perda de qualidade que entende existir actualmente no sistema de ensino e

aponta, também, repercussões negativas da “Lei do Preço Fixo”¹²⁹ enfatizando impactos relacionados como o elevado preço dos livros e a célere rotação nos pontos de venda:

Com o que estão a fazer agora, o abandono escolar vai aumentar outra vez. Eu anoto que isto vai outra vez descer e fico triste. Isso é terrível. Isso é uma coisa... porque não há nada que substitua a leitura. O digital não substitui a leitura nem o livro. Isso é um equívoco e portanto, a primeira coisa a escola, segunda coisa e agora é para ir para uma coisa muito concreta, muito imediata, muito pequenina, muito simples, acabar com a lei do preço fixo com toda a urgência; isso está a fazer com que o livro se perca, porque o livro vai para as livrarias com um preço elevado por causa disso que o Rui Beja sabe, isto de subir o preço por causa das margens [os hipermercados chegam a pedir 70% de margem], e passado dois meses, passado um mês se o livro não vende, os livreiros põem o livro, escondem o livro, sempre à procura do bestseller põem o livro “na prateleira” e devolvem passados dois meses. E o editor que fez o livro fica com o livro durante mais dezasseis meses, percebe, sem o poder pôr à venda no seu site com 40% ou 50% de desconto. Portanto isso dá, isso vai matar os editores. Só não mata aqueles que têm livrarias. Esses não, esses estão bem, mas os outros vai matá-los.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos mostra-se pouco optimista com o estágio actual do sector do livro, comparativamente com os anos 70/80, considerando que existem insuficiências no que respeita à inclusão do livro e da leitura no ensino, aos processos criativos dos novos autores e também na qualidade da produção literária:

É evidente que no meio disso, depois há correntes políticas que influenciam o mais e o menos de cada uma dessas actividades. Estou-me a lembrar que no ensino, actualmente, houve um ataque violentíssimo à exclusão dos livros para os alunos. Eu suponho que hoje nem os Lusíadas eles lêem. [...]. Portanto há situações onde coisas muito positivas, que é a ligação do livro com a escolaridade, com o ensino, com a leitura escolar, com a leitura orientada, coisas que são positivas passam por maus momentos com as diferenças de política governamental [...]

Acho que estamos a crescer de uma forma um pouco desorganizada. [...] Quanto tempo isso vai verificar-se e se isso é uma coisa para permanecer [o uso das redes sociais para promover autores] ou se é uma venda com alguma ligeireza, não sei, mas duvido desses autores e dessa forma de conquistar leitores. [...]

Hoje o livro é outra coisa. Continua a existir a edição evidentemente séria, mais dentro das linhas culturais, continuam a existir autores cujo trabalho sobre os seus textos é uma parte significativa do seu trabalho em geral, e de editores continuam a existir alguns que também continuam a cultivar este aspecto de ler e conversar com os autores. Mas a maior parte da edição hoje está à solta e com perfis pouco interessantes, do meu ponto de vista. [...]

Por outro lado, tenho aqui um livro do António Borges Coelho, que está a reescrever a *História de Portugal*, que é um livro interessantíssimo. Como é que um historiador

¹²⁹ Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de Setembro. Sobre o processo de implementação e as posições de protagonistas do sector ver Santos & Gomes (2000).

tem o brilho de escrita e o cuidado de escrita que aquele livro tem. É comovedor até, em certas alturas, a forma como o livro está feito. É um livro de história. E é preciso gostar de Portugal, saber muito da história de Portugal, para produzir aquele livro.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Zeferino Coelho faz uma avaliação positiva da evolução verificada e do estado actual da edição em Portugal, tanto no que se refere ao trabalho desenvolvido pelos editores como na qualidade dos mais jovens autores portugueses:

Eu acho que [os editores] fazem, que fazem bem. De um modo geral fazem [investimento em conhecimento, em incentivo aos autores portugueses para trabalharem esta ou aquela área]. São empresas muito diversificadas. Mesmo agora após a concentração, em que há estas duas grandes, ao fim e ao cabo a Leya ou a Porto Editora, fervilham aí os editores independentes. Como sempre fervilharam. Sempre, sempre, sempre me lembro. Olhe as Edições Afrontamento; surgiu, era eu estudante, com uns amigos meus, contemporâneos no Porto, católicos progressistas, que decidiram criar uma editora para fazer uns livros que estavam ligados a certos teólogos franceses de esquerda e assim aquelas coisas dos padres operários; por exemplo. Houve sempre, houve sempre, e havia um quadro que era o aparecimento desses católicos progressistas, esse sector. Acho que sim. Outros editores sempre houve quando é altura. [...]

Agora [a nova geração de escritores] é gente muito culta, conhece os seus clássicos, não é nada arrogante em relação ao passado. Não vejo, vejo até pelo contrário, quando vejo esta gente admirando os escritores [da geração anterior], que eram aqueles que até porque estão agora velhos, ou porque estão a morrer ou que já morreram, e aí íamos abrindo caminhos novos. Eu estou muito optimista e acho que esta geração está cheia de promessas que a gente às vezes não sabe identificar. Também é editor e sabe que nestas coisas... a gente está aqui uma coisa genial a passar-nos pela frente e a gente não repara.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

As mudanças verificadas no mercado editorial e livreiro, posteriormente ao período central do presente estudo, a década de 70 do século XX, resultam substancialmente das transições ocorridas nesse espaço de tempo, mas são igualmente fruto de posteriores e profundas alterações na organização e estrutura da indústria do livro (Beja, 2012). Foi, pois, o complexo conjunto de efeitos resultantes destas alterações, a que se associam sucessivas e por vezes contraditórias mudanças no sistema de ensino, nos processos criativos dos novos autores, nos programas editoriais, na qualidade dos conteúdos, na quantidade de títulos publicados, e nos meios de promoção e divulgação do livro, que os entrevistados mais valorizaram ao apreciar a evolução e tendências no sector do livro.

5.4. Palavra escrita, livro e leitura na génese do desenvolvimento sociocultural

As grandes linhas orientadoras deste estudo subordinam-se à premissa de que a palavra escrita constitui elemento primeiro do desenvolvimento da humanidade. Um instrumento que se configura, desde os primórdios, como factor de divulgação perene do saber, do conhecimento e da intervenção cívica, e também como incontestável portador de princípios e práticas de rigor ético e responsabilidade social, como é sustentado por académicos e estudiosos que desenvolveram trabalho aprofundado neste domínio.

Alberto Manguel (1999) menciona que a cronologia da história da leitura não pode ser semelhante à da história da política, e refere:

O escriba sumério, para quem ler era uma prerrogativa de grande valor, tinha um sentido de responsabilidade mais aguçado do que o leitor na Nova Iorque ou Santiago dos nossos dias visto que um artigo da lei ou um ajuste de contas dependiam exclusivamente da sua interpretação (Manguel, 1999: 35).

Paul Chalus (2000) considera pacífico assumir que a capacidade de exprimir e interpretar sons e ideias, de forma escrita, constitui prova de diferenciação do ser humano relativamente a todas as restantes espécies animais, e afirma:

Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era (Chalus, 2000: 1).

Por outro lado, referindo-se à invenção da escrita como forma de preservar o texto e à óbvia necessidade de haver leitores que decifrem, reconheçam o sentido, e deem voz às mensagens produzidas, Alberto Manguel escreve:

Enquanto o escritor está presente, o texto permanece incompleto. Só quando o escritor abandona o texto é que este ganha existência. Nesse momento, a existência do texto é silenciosa, um silêncio que perdura até o leitor ler o texto. É apenas quando o olhar treinado entra em contacto com as marcas na placa que o texto ganha vida. Toda a escrita está dependente da generosidade do leitor (Manguel, 1999: 187).

O incremento progressivo de novos públicos com capacidade de leitura levou a que o sector do livro seja objecto de abordagens socioeconómicas com tradição entre as ciências sociais e, como refere José Soares Neves (2012), a assumir lugar cimeiro entre as indústrias culturais:

O carácter cultural do livro e a importância cultural da atividade de edição de livros são largamente reconhecidos. É consabido que o valor do livro não pode ser reduzido ao de mera mercadoria. A relação com a leitura, de que é suporte nobre, em particular tratando-se de literatura, contribui largamente para o seu valor cultural (Neves *et al.*, 2012: 17).

No âmbito das organizações internacionais com responsabilidade e intervenção nos domínios da cultura e do desenvolvimento sociocultural, o livro continuou a merecer atenção destacada, e preocupação acrescida, após o forte embate decorrente do fulgor com que, em finais do século XX, desabrocharam as novas tecnologias e cresceu a sociedade da informação:

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), que desde a sua fundação sempre deu atenção especial ao livro e à edição, persiste em afirmar a sua missão de observatório tecnológico, de patrocinador moral e de motor de transmissão desta velhíssima indústria de comunicação de massas. E agora, no quadro da nova sociedade da informação, convida mesmo à adopção duma visão sistémica que, evitando as medidas isoladas, articule eficazmente toda a “cadeia do livro”, cujos elos principais são os autores, os editores, os mediadores gráficos, os distribuidores, as bibliotecas e os mercados (Martins, 1999: 149).

Entrados na era da informação globalizada e da sociedade do conhecimento, a importância do livro e a sua relevância no âmbito das indústrias culturais mantêm-se independentemente da forma física que revista. Em manifesto para as eleições europeias de Maio de 2014, as associações que, a nível europeu, representam, respectivamente, escritores, editores e livreiros, invocam as características que diferenciam o livro e o continuam a manter como suporte privilegiado de desenvolvimento sociocultural:

Books convey ideas, feed the mind and make freedom of expression a reality. European citizens need to have access to books in order to understand the European democratic values which are underlying the European process. Books are key to our citizens' participation in economic, social, cultural and political life. This is especially true given the emergence of the knowledge economy and the increasing demand for literacy skills this has brought about (AAVV, 2014: 1).

Relativamente a Portugal, é possível verificar, como sustenta José Soares Neves (2011), que a população com um maior grau de literacia se situa num nível sociocultural mais elevado e, também, que a leitura diária de livros favorece a literacia:

Os estudos mostram também uma associação clara da literacia (e da leitura de livros e de periódicos) com as condições sociais de existência dos portugueses, seja do ponto de vista das classes sociais (Costa e Ávila, 1998: 141), seja do ponto de vista da profissão e da condição perante o trabalho. De acordo com Patrícia Ávila (dados IALS¹³⁰) os níveis mais elevados de literacia (e de leitura de periódicos ou livros de modo regular) surgem, no espaço social da literacia, associados às profissões mais qualificadas (em particular profissionais intelectuais e científicos) e aos estudantes, e os mais baixos (e a ausência de leitura de periódicos ou de livros) aos reformados, domésticas e trabalhadores não qualificados (Ávila, 2007: 37; 2007/2008: 308; 2008: 227-228). Embora a relação entre escolaridade e literacia não seja nem unidireccional nem de simples sobreposição, a reduzida escolarização média da população adulta portuguesa é o principal factor explicativo dos resultados obtidos (Costa e Ávila, 1998:140; OECD e Statistics Canada, 2000; Ávila, 2007: 32; 2008: 175). O IALS mostra ainda, quanto à leitura de livros e numa perspectiva comparativa que, no conjunto dos 20 países considerados, Portugal regista o valor mais baixo, 23%, quando a Bélgica (Flandres) regista 44% e a média dos 20 países é de 63% (OECD e Statistics Canada, 2000: 159). Os dados mostram ainda uma relação positiva entre as pontuações médias da literacia e as da prática diária de leitura de livros (idem: 49) (Neves, 2011: 148-149).

Os dados secundários evidenciam transformações sociológicas com impacto significativo nos hábitos de compra e leitura de livros e nas práticas de leitura dos portugueses, a partir da transição democrática ocorrida em meados da década de 70 do século XX.

Aferir qual o entendimento dos entrevistados sobre o efeito das premissas acima enunciadas, na evolução da sociedade portuguesa, constituiu a questão final, o corolário da componente qualitativa da investigação.

5.4.1. Testemunhos sobre repercussões socioculturais da democracia do livro

Os testemunhos obtidos, relativamente à repercussão sociocultural das transformações ocorridas na edição e comércio do livro em Portugal na década de 70 do século XX, são significativos:

Francisco Espadinha é peremptório ao considerar, atento o contexto político, económico e cultural, o papel determinante do livro e dos editores na evolução do país:

Eu vou-lhe dizer de perto. Porque Portugal, com todo este balançar, para a esquerda para a direita, tem evoluído. Portugal é um país que tem avançado. Se nós compararmos hoje, Portugal de 2015, com o Portugal dos anos cinquenta, sessenta, é uma diferença muito grande! [...]

¹³⁰ International Adult Literacy Survey [Portugal]

E continuo a dizer que o livro é, absolutamente, um instrumento fundamental e teve, e tem tido, e continuará a ter esse papel estimulante da cultura e de uma cultura ampla, aberta, capaz de assimilar não apenas uma brecha, mas o tempo que envolve para se combater aquilo que não presta. Porque o livro tem estado a ter esse papel. Só que é sempre um papel menorizado por falta, ou até mesmo insuficiência, de condições para um trabalho forte neste universo. [...]

Eu acho que [o livro e o papel dos editores] tem tido um relevo e um importante papel. Mas é um papel que na realidade pode ir mais longe. É preciso criar também todo esse conjunto de condições que envolvem tudo, envolvem política também. E sobretudo a economia, é com a economia que as pessoas têm de lidar para conseguirem resolver os seus problemas do quotidiano. E terem algum tempo de lazer e algum tempo de estudo, pré-estudo, para se consagrarem mais ao livro. [...]

Era um país menor [se o livro e a edição continuassem como estavam em 1970]. Era um país mais atrofiado em determinados passos que já deu.

[Entrevista a Francisco Espadinha, editor, 22-10-2015]

Carlos Araújo entende, igualmente de forma inequívoca, que o trabalho dos editores e a abertura no acesso ao livro, a dessacralização do livro, foram essenciais para termos uma sociedade mais capaz e com melhores condições de vida:

Houve, houve. Olhe, eu acho que era trabalho dos editores. [...] Mas isso teve implicações na nossa sociedade em termos de maior capacidade, uma sociedade que tem melhores condições de vida, uma sociedade que tem acesso a outras coisas que aqueles que não tiveram oportunidade de ler porque não queriam ou não era relevante; porque parece-me que a grande questão é esta: à partida é importante as pessoas lerem, não precisam de ler fatalmente obras-primas, não precisam de ler fatalmente tratos disto, daquilo ou daqueloutro, mas é preciso que leiam livros que tenham um nível cultural e literário que é exigível, que seja um livro de qualidade. [...]

O que é preciso mais preparar... a primeira questão, é dessacralizar o livro. Os livros não são uma coisa que só malucos, génios e os pretensiosos, os convencidos e os doutores, e não sei que mais... é só para eles. Não, o livro, um bom livro pode ser para qualquer um desde que haja abertura de espírito, e também haja uma informação que torne este objecto suficientemente atraente.

[Entrevista a Carlos Araújo, editor, 6-11-2015]

Joaquim Soares da Costa enfatiza a relevância da palavra escrita como veículo privilegiado de comunicação e de melhoria do bem-estar, a perenidade do livro impresso:

Não tenho dúvida nenhuma em subscrever essa ideia, esse ponto de vista. A palavra escrita continua a ser um grande veículo de comunicação, grande veículo de prazer, grande veículo de evasão e de fruição da vida [...]. Tal como o conhecemos, e com os dados de avaliação que temos hoje, não vejo grandes hipóteses de o livro poder ser substituído por qualquer coisa que seja indiscutivelmente melhor. E parece que a experiência começa a estar feita. Nunca deixei de pensar nisso. Não necessariamente que o livro não pode ter instrumentos paralelos, complementares, não, com certeza que os e-books são um instrumento útil para quem os utiliza.

[Entrevista a Joaquim Soares da Costa, livreiro e editor, 9-12-2015]

Guilherme Valente considera o livro e a leitura como factores que influenciaram decisivamente o desenvolvimento do país e invoca a importância do editor como veículo transmissor de conhecimento:

Não há durante esse tempo todo nada como o livro, o livro é uma... O livro e a leitura decidem definitivamente o país. E quero dizer-lhe uma coisa, que é que eu podia ter tido outras profissões, deixei a universidade deliberadamente. O professor Seda Nunes disse-me: bons professores há vários, há poucos grandes editores. Encorajou-me muito e eu digo-lhe, apaixonei-me por esta profissão muito jovem e não há nada que... porque ser editor é uma coisa fantástica, porque o editor é alguém que se apaixona, o que percebe que é importante que um determinado livro seja lido e discutido, e ele traz esse livro às pessoas, leva esse livro às pessoas. [...]

O editor é esse alguém, por isso é que tenho uma grande estima pelo Lyon de Castro [...] eu acho que o Lyon de Castro fundamentalmente o que ele era, e quero terminar com uma homenagem a um homem que marcou gerações, marcou a minha geração, o que ele gostava, o que ele tinha esse gosto, era exactamente por gostar dos livros e trazer os livros, dar às outras pessoas os livros que ele gostava e que o entusiasmavam.

[Entrevista a Guilherme Valente, editor, 12-3-2016]

Nelson de Matos valoriza o livro como meio primordial para a difusão da cultura e evidencia que a transição ocorrida na edição contribuiu, por via de mais informação, mais cultura e melhor capacidade de reflexão, para uma forte evolução da sociedade portuguesa:

Exactamente. Os filmes fazem-se de livros, o teatro está escrito. Sim, claro que o livro é provavelmente o maior e o mais barato dos meios de difusão [de cultura], de todos.

Olhando para nós, para o que éramos e para o que somos. Somos mais informados, somos mais cultos, compreendemos melhor o mundo à nossa volta, pensamos por objectivos. Portanto, o livro contribuiu para isso tudo. Ajudou-nos a pensar, ajudou-nos a reflectir, deu-nos informação, mesmo informação técnica e científica, deu-nos prazer, mandou-nos viajar, tornou-nos mais curiosos relativamente ao mundo à nossa volta, viajar e sonhar também. Sem dúvida nenhuma, não foi a única entidade a exercer esta influência, mas se eu olhar em volta, por exemplo no passado, como digo o país está evoluidíssimo. No seu período de análise o cinema tinha um peso que hoje não tem e isso inverteu em relação à literatura. A literatura nessa altura teve muito mais peso do que o cinema.

Quem é que compra livros? Porque se vendem mais livros, as editoras têm maior pujança actualmente e o volume de negócios das editoras é superior ao que tinham no meu tempo [dealbar do século XXI]. Portanto vendem-se mais livros, edita-se mais. Vende-se mais, vende-se mais livros, ninguém os lê. Eu acho também que no nosso tempo [antes do 25 de Abril] não havia público para ler, não havia leitores. Agora existem vários públicos, para vários livros. Quer dizer, o livro de poesia do Herberto Helder foi preciso correr para o comprar e vendeu quatro mil exemplares. Há coisas que não estão estudadas e que a gente não sabe ainda explicar. Se calhar ninguém fez o que o Beja está a fazer.

[Entrevista a Nelson de Matos, editor, 9-11-2015]

Maria da Piedade Ferreira avalia positivamente as repercussões da transição verificada na década de 70 do século XX e constata que actualmente se vive algum retrocesso na leitura de livros, resultante da alteração nos hábitos de vida:

As repercussões positivas são inquestionáveis e decorrem da conjugação dos factores de progresso antes mencionados, sendo que a situação actual revela degradação nos hábitos de compra e leitura de livros, muito por via da alteração de estilo de vida e concorrência de outros meios de ocupação de tempos.

[Entrevista a Maria da Piedade Ferreira, editora, 11-11-2015]

Zeferino Coelho realça as dificuldades pré-25 de Abril e considera que os editores tiveram de se reinventar após o 25 de Abril e de se reajustar nos tempos que se seguiram, assumindo a responsabilidade de actores de relevância na vida cultural do país, a qual, em paralelo com a evolução do ensino, conduziu à situação favorável dos dias de hoje comparativamente com a existente no Estado Novo:

No tempo do fascismo eu não era propriamente explorado, não passava fome. Até podia “se tivesse juízo” fazer a minha carreirinha sem ter problema nenhum. Agora havia uma coisa que era de facto muito aborrecida... Aquela coisa: eu não sou nada, eu não mando nada aqui, eu não posso fazer nada senão fazer aquilo que eles me deixam fazer e mais nada. E tenho de ficar calado, porque se eu falo alto eles fazem-me passar um mau bocado. Portanto, vou meter a viola no saco. [...]

E, portanto, esse regime em que a gente vivia era assim. Medo, toda a gente tinha medo. Mesmo os que não se metiam em nada tinham medo. E de repente houve aquela coisa [o 25 de Abril]. Havia a acção do medo, depois a outra da liberdade e essa coisa toda. Aquela coisa da confiança em nós próprios, já não somos desgraçados e infelizes, já somos... [...]

O editor tem de se desdobrar e inventar. Como é que eu vou pôr os livros aqui, como é que vou pôr os livros acolá? Como é que vou levar? Assim, ou “assado”, ou “frito”, como é que é? O editor está sempre, acho eu, está sempre a pensar nisso: descobrir formas de levar mais longe aquilo que faz. Porque na história cultural do país, o editor tem um papel com certa *avantage*. Na história teve sempre, teve sempre. [...]

Sem dúvida. Exactamente, exactamente. É o resultado disso mesmo [do trabalho feito ao longo dos tempos], é o resultado também do estudo e da evolução do ensino, é o resultado da difusão da literatura que foi feito, de tudo o que se publicou, de tudo isso. Eles não nascem do zero, nem nascem feitos do ovo, crescem ali no meio de um ambiente que é muito favorável. Por exemplo, estas coisas não se podem comparar como é que era o ano passado e como é que é este ano. Estas comparações assim de curto prazo, não dá.

[Entrevista a Zeferino Coelho, editor, 4-11-2015]

Os entrevistados são unânimes na constatação de uma evolução substancialmente positiva do nível de desenvolvimento sociocultural do país, na actualidade por comparação

com a realidade existente em 25 de Abril de 1974, como também na convicção com que avaliam a relevância do contributo proveniente da valorização e incremento da leitura, fundamentalmente em razão do alargamento da escolaridade e do trabalho desenvolvido pelo sector do livro no seu todo. Neste contexto, salientam, em diversos registos, que se está perante a análise de um processo cujos efeitos se fazem sentir a médio e longo prazo.

5.5. Indicadores do desenvolvimento sociocultural em Portugal

É num contexto global de evolução histórica que interessa verificar os efeitos socioculturais induzidos pelas transformações verificadas nos anos 1970 em Portugal. Em suma, evidenciar qual o impacto que as alterações sociopolíticas ocorridas na referida década – incluindo as transições no panorama da edição e comércio do livro e na evolução dos hábitos e práticas de leitura –, tiveram no progresso dos indicadores de desenvolvimento humano, social, cultural e económico da população portuguesa. Em especial, tanto quanto a existência de dados disponíveis o permite, por comparação entre o nível existente em Abril de 1974 e o caminho percorrido depois de instituída a democracia.

Perante a reconhecida insuficiência de dados estatísticos e de outros indicadores que contemplem informação relativa ao período 1970-1980, central no presente trabalho, a pesquisa de dados concentrou-se em documentos publicados por entidades fiáveis e que possibilitam constatar alterações, ocorridas entre a década de 70 do século XX e o dealbar do século XXI, relativamente a indicadores que tipificam e caracterizam o processo de evolução sociocultural no nosso país.

5.5.1. 30 anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico

Este trabalho, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e integrado no conjunto de iniciativas que assinalaram o 30º Aniversário do 25 de Abril (INE: 2004), constitui-se como fonte privilegiada de informação relativamente aos números que identificam as principais alterações ocorridas em Portugal no período que aqui se pretende retratar. Apesar de se estar perante uma publicação que reflecte, de forma elucidativa, a evolução sociocultural do país ao longo das três primeiras décadas subsequentes à queda do Estado Novo, a ressalva que consta na apresentação é sintomática relativamente à já referida escassez de dados estatísticos:

A tarefa nem sempre foi fácil. A maior dificuldade não esteve tanto em seleccionar o conjunto de indicadores que melhor pudessem caracterizar uma sociedade, mas sim em identificar um conjunto para o qual fosse possível obter informação consistente desde 1974 até aos nossos dias. Algumas das variáveis estatísticas que então se mediam deixaram entretanto de ser registadas, enquanto que outras começaram a ser observadas apenas há alguns anos. A esta alteração dos indicadores disponíveis corresponde, em muitos casos, uma alteração das prioridades da Sociedade. Temas que são actualmente vistos como decisivos para a caracterizar, tinham em períodos anteriores muito menor importância e, consequentemente, menor cobertura estatística (INE, 2004: 3).

Neste contexto, interessa evidenciar, em síntese, os conteúdos constates nos itens deste documento publicado pelo INE mais directamente relacionados com os níveis de escolaridade e com hábitos e práticas de leitura que, conforme anteriormente identificado, lhes estão associados.

5 – Educação:

- i) – Diminuição da taxa de analfabetismo de 19,7% (1970) para 6,3% (2001) nos homens (47,0% para 24,5% nos que tinham 65 ou mais anos) e de 31,0% (1970) para 11,5% (2001) nas mulheres (64,6% para 40,8% nas que tinham 65 ou mais anos);
- ii) – Aumento da escolarização de 1,3 milhões de alunos matriculados (1970) para 1,9 milhões (2001), com diminuição da população sem qualquer qualificação (60,6% para 26,4%), aumento do peso da população com o ensino secundário completo (2,3% para 11,0%) e muito acentuado crescimento na população com o ensino superior completo (0,6% para 6,5%);
- iii) – Crescente feminização dos níveis de ensino mais elevados (secundário, médio e superior), passando as mulheres a constituir em 2001 os 56% que correspondiam aos homens em 1970;
- iv) – Reconhecimento da importância da educação pelo poder político, com aumento da despesa pública em percentagem do PIB a passar de 4,3% (1977) para 7,0% (2001) (INE: 2004: 37-39).

10 – Cultura e Recreio:

- i) – Relativamente ao livro e à leitura consta um assinalável incremento na quantidade de bibliotecas de 288 (1970) para 1917 (2002), no aumento dos

seus utilizadores de 319 por 1000 habitantes (1970) para 1 143 por 1000 habitantes (2002) e nos documentos consultados de 842 por 1000 habitantes (1970) para 1 565 por mil habitantes (2002);

- ii) – Quantidade de museus existentes em 1970 duplicou para 246 (2002) e o número dos respectivos visitantes passou de 3 milhões (1970) para 9 milhões (2002);
- iii) – Sessões de cinema realizadas cresceram substancialmente de cerca de 100 mil (1970) para 500 mil (2002), sendo que no mesmo período houve um decréscimo de 30 para cerca de 24 milhões de espectadores;
- iv) – Diminuição da importância relativa das sessões de teatro no conjunto dos espectáculos públicos, passando de 3,5% (1970) para 1,6% (2002), enquanto o número de espectadores que em 1970 ultrapassou 1,3 milhões se ficou em 2002 pelos 1,3 milhões (INE: 2004: 69-71).

De entre os restantes dados disponibilizados nesta publicação do Instituto Nacional de Estatística (INE), importa referenciar aqueles que, de alguma forma, mais se inter-relacionam com a evolução de hábitos de compra e leitura de livros (vd. *supra*, 5.1), práticas de leitura (vd. *supra*, 5.2) e evolução do sector do livro (vd. *supra* 5.3), temas relevantes no presente estudo.

No âmbito da população e território interessa reter que, ao aumento da população residente de 8,6 milhões (1970) para cerca de 10,2 milhões (2001), estão associadas: a mudança estrutural decorrente do aumento da esperança média de vida que conduziu a que a população com 65 anos ou mais superasse pela primeira vez (em 2001) a população com idade inferior a 15 anos; e a tendência para assimetrias regionais que levou a concentração nos centros urbanos com mais de dez mil habitantes a passar de 27% da população (1970) para 38% (2001). Dois aspectos que se relacionam com a quantidade e género de livros lidos e comprados pelas diferentes faixas etárias e a concentração livreira nas cidades de maior dimensão.

No domínio do emprego é de notar que a taxa de actividade de 48,2% (2001) a representar um crescimento de 46,9% de participação no mercado de trabalho relativamente a 1970 enquanto, no mesmo período, o crescimento da população activa foi de 20,3%, contempla: aumento da proporção de mulheres na população activa de 25,2% (1970) para 45,1% (2001); aumento da proporção de população activa com nível de

qualificação superior de 3,4% (1970) para 12,0% (2001); crescimento da população empregada em 40,6% (1970-2001); e terciarização do tecido produtivo, com os empregados em actividades de serviço a passarem de 38,8 % (1970) para 59,9% (2001). Indicadores importantes para melhor compreender, na sua complexa diversidade, factos sinalizados na análise de dados secundários e no testemunho dos entrevistados. Como sejam, o crescimento absoluto da quantidade de títulos publicados e livros vendidos, o género de livros comprados, o aumento da quantidade de leitores, a diminuição (em média) do tempo dedicado à leitura e da quantidade de livros lidos por leitor, a adequação dos programas editoriais e os locais de aquisição de livros.

No que se refere às condições de vida sobressai o crescimento real do rendimento disponível bruto das famílias na importância desta componente no agregado do produto (PIB per capita), de 68% (1970) para 73% (2003), sendo de realçar que: a taxa de poupança das famílias em proporção do rendimento disponível bruto decresceu de 30% (1972) para menos de 12% (2001) em favor das despesas de consumo; houve incremento progressivo de certos equipamentos disponíveis nos respectivos lares (1987-2000), nomeadamente automóvel (26%-60%), computador pessoal (3%-21%), leitor de CD (0%-38%), rádio (72%-85%), telefone (33%-76%), telemóvel (0%-47%), TV a cores (0%-98%), TV por cabo (0%-19%), vídeo gravador (0%-50%). À melhoria das condições socioeconómicas corresponde uma alteração notória nas percepções e atitudes dos portugueses, com a poupança a decrescer significativamente e o consumo a diversificar-se, susceptível de produzir efeito positivo na disponibilidade para compra de livros e tendo, por outro lado e num balanço não quantificável, um impacto não desprecioso na aquisição de produtos antes inacessíveis, ou mesmo inexistentes, que concorrem fortemente com o livro em despesas de consumo e, sobremaneira, em disponibilidade de tempo dedicado à leitura (em especial) como prática cultural.

Verifica-se, pois, que para além de na sua globalidade os indicadores constantes nesta publicação do INE evidenciarem a evolução significativamente positiva da generalidade dos factores de desenvolvimento sociocultural do país ao longo das três décadas que sucederam à instituição da democracia em 25 de Abril de 1974, possibilitam, igualmente e conforme acima analisado, aferir dimensões consideradas relevantes na presente tese.

5.5.2. Human development: Report 2005

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento define *Human Development* de acordo com princípios introduzidos em 1990, no primeiro *Human Development Report*, no sentido de incluir uma abordagem do desenvolvimento humano que considere a riqueza da vida humana mais do que a simples riqueza da economia na qual os seres humanos vivam, focada nas oportunidades e escolhas das pessoas mais do que assumindo que o crescimento económico conduz automaticamente a melhor bem-estar para todos. Oportunidades para que cada pessoa viva em conformidade com os seus valores e tendo como pilares fundamentais a longevidade, a saúde, a criatividade, a informação e o acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno. Escolhas da responsabilidade individual com suporte num envolvimento global que propicie condições para desenvolver o potencial, pessoal e colectivo, até ao limite das respectivas capacidades de produtividade e criatividade, e assegure sustentabilidade equitativa e um planeta estável. (UNDP, 1990). A evolução do desenvolvimento humano é aferida pelo *Human Development Index* (HDI):

The human development index (HDI) is a composite index that measures the average achievements in a country in three basic dimensions of human development: a long and healthy life, as measured by life expectancy at birth; knowledge, as measured by the adult literacy rate and the combined gross enrolment ratio for primary, secondary and tertiary schools; and a decent standard of living, as measured by GDP per capita in purchasing power parity (PPP) US dollars¹³¹. The index is constructed from indicators that are currently available globally using a methodology that is simple and transparent (UNDP, 2005: 214)¹³².

O relatório publicado em 2005 pelo United Nations Development Programme (UNDP), foca-se na temática *International cooperation at a cross roads: Aid, trade and security in an unequal world* (UNDP: 2005). A opção de o tomar como referência para o presente estudo resulta do facto de nele se retratar a evolução ocorrida no período 1975-2003, o período temporal correspondente a cerca de três décadas subsequentes ao 25 de Abril de 1974.

Neste relatório, o indicador HDI relativo a 2003 apresenta o seguinte posicionamento: Portugal situa-se em 27º lugar (HDI=0,904), enquanto a Noruega aparece em 1º (HDI=0,963), a Espanha está em 21º (HDI=0,928), a Grécia surge em 24º

¹³¹ PPP US\$ - Esta sigla tem o significado de *purchasing power parity* (paridade de poder de compra).

¹³² Nota técnica sobre o cálculo do HDI em:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2015_technical_notes.pdf

(HDI=0,912) e Trindade e Tobago em último (HDI=0,801) dos 57 países classificados como “Desenvolvidos” (UNDP, 2005: 219-222). Tomando como referência o ano de 1975, Portugal é, de entre estes países, o que apresenta um maior crescimento percentual no HDI (14,9%) em comparação com Noruega (10,9%), Espanha (10,9%), Grécia (9,2%), Trindade e Tobago (6,2%) (UNDP, 2005: 223-226).

No *Human Development – Report 2005* constam, também, quadros comparativos de diversas dimensões de análise que suportam e especificam a determinação do HDI relativo a 2003 e que, em grande parte, correspondem aos factores que compõem o retrato estatístico constante no item anterior (vd. *supra* 5.4.1.). Indicadores que se considera oportuno registar como fonte para consulta e eventual aprofundamento de matérias específicas, embora não aportem contributos adicionais suficientemente relevantes para que constem do presente estudo. Sendo objectivo deste capítulo, avaliar o desenvolvimento sociocultural verificado em Portugal na sequência do fim do Estado Novo e do percurso democrático iniciado após 25 de Abril de 1974, a evolução do HDI acima evidenciada contribui, de forma esclarecedora, para confirmar a evolução positiva de Portugal, também no âmbito internacional.

Importa realçar que os HDI tomados em consideração correspondem, substancialmente, a indicadores (esperança de vida, taxa de literacia dos adultos, nível de escolaridade nos diversos graus de ensino e PIB per capita), abordados (Vd. *supra*, 5.5.1) na inter-relação que comportam com a evolução de hábitos de compra e leitura de livros, práticas de leitura e evolução do sector do livro. O que intensifica o contributo sociocultural das transformações ocorridas na actividade editorial e livreira, na década de 70 do século XX, no contexto português.

5.5.3. Outros relatórios e algumas reflexões

Na pesquisa de dados secundários fiáveis para consubstanciar, com indicadores válidos, a pressuposta repercussão sociocultural da democracia política instituída em 25 de Abril de 1974, predominou a intenção de concentrar a investigação num número limitado de documentos que proporcionassem, *de per se*, uma visão consistente, padronizada, abrangente, significativa e focada no período em que os impactos da transição ocorrida se terão feito sentir com maior evidência. Por estas razões, às quais acresce a possibilidade de analisar a detalhada caracterização do desenvolvimento nacional à luz e no contexto das

grandes linhas de orientação e evolução internacional, a opção recaiu nos relatórios que titulam os anteriores itens “30 Anos de 25 de Abril: Um Retrato Estatístico” (Vd. *supra*, 5.5.1) e “Human Development: Report 2005” (Vd. *supra*, 5.5.2.). Procurou-se assegurar que a informação disponibilizada se articulasse apropriadamente com as transformações que ocorreram na edição e comércio do livro por efeito da alteração nos hábitos de compra e leitura de livros e nas práticas de leitura. Um critério relevante para robustecer a relação causal entre leitura de livros e desenvolvimento social da população portuguesa, nos termos antes referidos e que aqui importa sublinhar:

Os estudos mostram também uma associação clara da literacia (e da leitura de livros e de periódicos) com as condições sociais de existência dos portugueses, seja do ponto de vista das classes sociais, seja do ponto de vista da profissão e da condição perante o trabalho» (Costa e Ávila, 1998, *apud* Neves, 2011: 148-149).

Em síntese, acolhe-se como bastante elucidativo, o parágrafo introdutório do livro *Portugal: os Números*:

Se por algum exercício de ficção os portugueses de hoje acordassem no ambiente do início dos anos 60, sobretudo junto do litoral e nas grandes zonas urbanas, sentir-se-iam bastante desconfortáveis e, por certo, com uma enorme estranheza em relação a tudo o que acontecia em seu redor. Era o seu País – mas irreconhecível. Com efeito, em cinco décadas, o panorama político, social, cultural e económico de Portugal mudou radicalmente (Rosa, 2010: 9).

As constatações confirmam, globalmente e também na generalidade dos diversos domínios e indicadores específicos, uma notável evolução a nível nacional e uma comparação igualmente positiva a nível internacional.

Conclusão

Conforme é propósito da presente tese, as transições ocorridas na edição e comércio do livro ao longo do período analisado neste trabalho, os anos 1970, foram estudadas na perspectiva do respectivo contributo para o desenvolvimento sociocultural da população portuguesa. Considerado o contexto sociopolítico da época e o objectivo definido, a abordagem temática perpassa diversas sensibilidades interdisciplinares que, como teorizam Chris Barker e Emma Jane (2016:6-13), são próprias dos estudos culturais. No presente estudo cruzam-se diversas áreas das humanidades e das ciências sociais e políticas, com prevalência para a história do livro e a sociologia da cultura e com especial incidência no que se refere à indústria cultural do livro e à leitura. Na recolha e no tratamento da informação relevaram métodos de investigação social formulados por Alan Bryman (2012, 4s), contemplando a análise empírica de fontes secundárias e informação primária obtida em entrevistas com protagonistas no sector do livro.

Num regime fechado sobre si mesmo apesar das expectativas geradas pela “Primavera marcelista” que se anunciava quando Marcelo Caetano substituiu Salazar em 1968, mas que rapidamente se goraram com os “ultras” do Estado Novo a imporem a sua vontade, à entrada na década de 70 do século XX ainda pairavam os conceitos estabelecidos pelo velho ditador. Educação, cultura e informação eram áreas vigiadas e controladas de acordo com os valores do regime. No entanto, a inquietação ia começando a abalar a ordem estadonovista. O próprio governo via-se na contingência de integrar ministros com mais abertura à sociedade, sendo paradigmática a nomeação de Veiga Simão para a Educação, em 1970.

No seu estertor, o regime de Salazar e Caetano viu-se compelido a efectuar algumas reformas no ensino, tendo em vista a melhoria de qualificações para responder às necessidades da economia e, em 1973, a aprovar o projecto de Veiga Simão: uma profunda reforma para toda a orgânica escolar, incluindo o ensino superior, com cariz democratizante do sistema de ensino. O mesmo não se passou no domínio da cultura, também no que respeita ao livro, área em que a falta de investimento do Estado foi, especialmente no que respeita à leitura pública, parcialmente suprida pela acção da Fundação Calouste Gulbenkian através do Serviço de Bibliotecas Itinerantes (SBI), criado em 1957. Também a imprensa escrita se interessou pela vertente sociocultural, com

especial incidência na divulgação do livro e fomento do gosto pela leitura por via da publicação de páginas e suplementos culturais e literários. Porém, até ao seu último dia, o antigo regime não prescindiu do principal instrumento de controle e bloqueio sociocultural, a censura, um sistema de coacção que, para além da perseguição lesiva da liberdade e dos interesses patrimoniais dos visados promovia a autocensura, um dos mais perversos atentados à liberdade de expressão com grande impacto no sector do livro em geral, e na edição em particular.

Foi neste contexto, pautado pelos baixos níveis de escolaridade e literacia, extremamente desfavoráveis ao livro e à leitura, que os profissionais da edição e comércio do livro exerceram actividade como agentes difusores de informação, conhecimento e formação intelectual, independentemente de divergências ideológicas, diferenças de visão estratégica e até dos meios para atingir os fins. Ainda que as profundas alterações decorrentes da concentração editorial e livreira ocorridas na indústria do livro a nível internacional, no decurso dos anos 1960, apenas viessem a ter expressão significativa a nível nacional a partir da última década do século XX, a percepção de decadência do Estado Novo encorajou ousadia no sector do livro. Um número significativo de projectos editoriais consistentes foi iniciado por mais de uma dezena de editores independentes que se estabeleceram no decorrer dos anos 60 e princípios dos anos 70, assumindo riscos no sentido de modernizar a edição em Portugal. É igualmente assinalável o surgimento de um vasto número de editores vocacionados para a publicação de obras de informação e intervenção sociopolítica, apesar da intensa repressão censória que vigorou até ao derrube do Estado Novo. A abertura, iniciada em 1971, de novos espaços de livraria em centros comerciais e a introdução de modelos de negócio inovadores – venda directa por correio (Reader's Digest, em 1967) e edição em sistema de clube do livro (Círculo de Leitores, em 1970) –, vieram, ainda no período que precedeu a instituição do regime democrático, acrescentar dinâmica e dimensão ao sector do livro.

Revelou-se evidente, também por via dos testemunhos recolhidos no âmbito da tese, a consciência que presidiu à tomada de riscos, de índole pessoal e empresarial, por parte dos agentes do livro, tanto no que se refere à forma de lidar com as práticas censórias do regime como na abordagem às transformações ocorridas na indústria cultural do livro, na resiliência para enfrentar desafios e na capacidade para otimizar oportunidades

proporcionadas pelos sinais que se pressentiam de uma inevitável viragem política em Portugal.

Em resumo, retira-se como principal conclusão que a proactividade evidenciada pelos protagonistas da actividade editorial e livreira durante o período final do antigo regime, sendo fruto do seu saber, do seu genuíno prazer em divulgar o livro e estimular o gosto pela leitura e do seu sentido de responsabilidade cívica, se ficou sobremaneira a dever à percepção de que, face à evidente decadência do Estado Novo, chegara o tempo para actuar com renovada energia.

A transição de um regime prepotente para uma democracia representativa, dificilmente poderia ter ocorrido sem algum tipo de sobressaltos. Assim aconteceu no pós-25 de Abril de 1974, com a euforia da celebração a ceder lugar a um período conturbado de experimentação e ajustamento – o Processo Revolucionário em Curso (PREC) –, até que a normalidade democrática se afirmasse em finais dos anos 1970. Embora com algumas componentes menos conseguidas, fruto de voluntarismo, inexperiência ou opção ideológica, assistiu-se neste período à concretização de diversas iniciativas importantes de cariz sociocultural, tendo como ponto de partida a imediata abolição da censura. Virada a página, a sociedade portuguesa entrou num processo de transformações socioeconómicas e de abertura ao conhecimento e à informação. A liberdade de expressão e de divulgação da palavra escrita levou à transformação de mentalidades e de costumes na sociedade portuguesa. A democracia política abriu horizontes ao ensino, à escrita, ao livro e à leitura.

A introdução de novas políticas públicas para a educação e a cultura contribuiu para alicerçar e promover o aumento da escolaridade e dos hábitos de leitura, factores essenciais para a evolução da sociedade. No ensino, relevam as campanhas de alfabetização, as acções desenvolvidas tendo em vista promover a educação de adultos, a massificação e democratização no acesso à educação; tudo conduzindo a alterações estruturais que, a partir de finais dos anos 1970, se passaram a orientar por princípios de coerência comum que culminariam na elaboração da Lei de Bases do Sistema Educativo instituída em 1986 e levaram ao aumento exponencial dos alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino. Na cultura, foi instituída em 1975 a Secretaria de Estado da Cultura, órgão antes inexistente no âmbito governamental e que incluía a Direcção-Geral de Acção Cultural, tendo como objectivo a democratização das suas diversas vertentes – património cultural, fomento cultural, espectáculos e acção cultural –, em articulação com

a educação e a valorização da língua portuguesa. No entanto, só em 1980, com a criação do Instituto Português do Livro, começou a ser definida uma política cultural específica para o livro, concretizada no programa de “apoio à edição” lançado em meados desse ano.

O sector do livro teve participação activa nas transformações ocorridas. No movimento associativo, o corporativista Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL) que vivera numa relação híbrida com o Estado Novo, deu lugar, imediatamente após a revolução de 25 de Abril, à novel Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), organização socioprofissional independente dos poderes instituídos. Por iniciativa própria e para corresponder aos novos desafios que lhe eram colocados, as transições no panorama da edição foram substanciais. Os editores independentes e com projectos inovadores, virados para o futuro, voltaram a crescer e tiveram papel destacado na edição em Portugal nos anos 70 e 80, enquanto as editoras com motivação exclusiva ou predominantemente política aumentaram durante o PREC e perderam fulgor até ao final da década de 70.

Fruto da liberdade de pensamento e de expressão, o círculo virtuoso entre criatividade dos autores, dinâmica de editores e livreiros e apetência dos leitores proporcionou o aparecimento de uma quantidade assinalável de novos escritores, maior diversidade e pluralidade na edição e mais procura por parte dos leitores, o que levou a um impressionante crescimento de 48% de títulos publicados, na comparação entre 1978 e 1983 (vd. *supra*, Gráfico 1). Também o alargamento de horizontes, de relações e de conhecimentos técnicos dos editores independentes portugueses, proveniente da participação activa em feiras do livro e outros eventos de âmbito internacional nos quais anteriormente não marcavam presença, contribuiu decisivamente para o acesso a informação bibliográfica, o incremento na publicação de autores estrangeiros, a diversificação de conteúdos temáticos, a inovação nos métodos de gestão editorial, a modernização da estética gráfica do livro, a introdução de acções de promoção de obras e autores, tudo concorrendo para o crescimento do público leitor em Portugal. Pela importância que teve na divulgação do livro e no fomento dos hábitos de leitura, destaca-se a actividade de edição em sistema de clube do livro protagonizada pelo Círculo de Leitores, iniciada em Portugal no ano de 1970; a evolução do número de aderentes – 150.000 em 1972; 300.000 em 1975; e 435.000 em 1979 –, confirma de forma significativa o sucesso do modelo de actividade e o interesse crescente dos portugueses pelo livro e pela leitura durante o período em análise.

Os testemunhos dos entrevistados no que respeita à caracterização da actividade exercida no âmbito do sector do livro, relativamente ao período que mediou entre a revolução de Abril de 1974 e o final da década, permitem confirmar de forma conclusiva as constatações obtidas a partir da pesquisa e análise de fontes secundárias.

Em síntese, conclui-se que a democracia política instituída na sequência do 25 de Abril estimulou por via da liberdade de pensamento e de expressão viabilizadas pela abolição da censura, como também pela abertura de novos horizontes decorrentes das políticas públicas direccionadas para o sistema de ensino e a cultura, a criatividade dos autores e a dinamização da actividade editorial e livreira; factores fundamentais para alargar o acesso ao livro e fomentar hábitos de leitura, condições indispensáveis para deter e usar informação e conhecimento que sustentam o desenvolvimento das sociedades

No que se refere a hábitos de compra e leitura de livros, interessa particularizar os impactos que resultaram das alterações verificadas no aumento dos níveis de escolaridade, no incremento da quantidade de títulos editados, na diversificação dos temas publicados, na abertura de novos espaços de livraria, na introdução de novos modelos de negócio e no crescimento da quantidade de compradores. Porque a repercussão destas mudanças não se faz sentir no muito curto prazo, o facto de os primeiros estudos que comportam efeitos das transformações ocorridas terem sido concretizados nos anos 1990 não limita o significado das principais evidências. Um primeiro estudo, *Os Jovens e a Leitura* (Marktest, 1991), dirigido a jovens entre os 15 e os 25 anos, permite estabelecer uma conclusão relativizada entre as transições ocorridas na década de 70 do século XX e os efeitos produzidos: a uma maior escolaridade correspondeu um maior grau de leitura, ainda que em parte dedicada a livros de estudo; a preferência pela compra em livraria, antes restrita a um pequeno número de grandes leitores, foi positivamente influenciada pela dessacralização do livro em resultado da massificação e aumento de nível de escolarização, das inovações introduzidas na edição e dos novos espaços de comércio do livro (livrarias em centros comerciais, a partir de 1971, e hipermercados com início em 1985); e a venda ao domicílio contribuiu significativamente para a compra e leitura de livros. Também o estudo *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa* (Freitas *et al.*, 1997) conclui pela importância da evolução do nível de escolaridade, da formação profissional, do poder económico e do estatuto social, assim como da facilidade de acesso ao livro, no incremento de hábitos de compra e leitura de livros.

A reconstituição das práticas de leitura no período em estudo – evolução, mudanças ocorridas – colocou-nos maiores dificuldades, dada a escassez de documentação nesse âmbito. Uma questão importante, conforme reconhecido em 1985 pela tutela da cultura em Portugal que então nomeou uma Comissão para diagnóstico do sector a qual produziu o influente *Relatório da Comissão do Livro* (Moura *et al.*, 1986) no qual identifica: a fragilidade da edição em Portugal, em 1985; o privilégio elitista do livro patente nas intervenções do Estado ao nível da oferta; a prevalência do sector privado nas medidas tomadas no plano da oferta editorial com maior efeito prático sobre o nível de leitura; um conjunto alargado de (105) medidas correctivas a tomar pelo Estado; e a necessidade de ser concretizado um estudo profundo dos hábitos de leitura em Portugal a realizar por uma entidade de investigação científica. Esta recomendação foi acolhida e deu lugar ao *Inquérito Sociológico aos Hábitos de Leitura em Portugal* (Freitas & Santos, 1992), no qual são retiradas conclusões que relevam no âmbito da presente tese: o processo de socialização com a leitura e a escola têm um papel fundamental na consolidação dos hábitos de leitura; o capital escolar é tido como o mais relevante factor explicativo associado à prática da leitura; a parcela maioritária (54%) dos leitores de livros situa-se no nível de “pequenos leitores” (1 a 5 livros por ano) indiciando o efeito de significativa transferência de não leitores para leitores; os leitores com maior nível de instrução e estatuto profissional mais elevado são os que apresentam uma maior frequência de leitura; a livraria corresponde ao local preferido de compra (80%) seguida da encomenda postal/correspondência (40%).

Neste contexto, os testemunhos obtidos em sede de investigação qualitativa corroboram as constatações decorrentes da análise dos dados secundários, quantitativos, com a vantagem de fazerem uma avaliação mais prolongada no tempo e incluírem factores decorrentes da sensibilidade e experiência vivida pelos entrevistados. Para o fomento de hábitos de compra e leitura de livros, o papel determinante do aumento da escolaridade com o subsequente impacto no incremento da literacia e efeitos no desenvolvimento cognitivo dos novos leitores, constitui a pedra-de-toque que os entrevistados evidenciam de forma concludente, ainda que o aumento de poder de compra ocorrido imediatamente após o 25 de Abril tivesse também propiciado e potenciado o gosto pela compra de livros. A proactividade editorial consubstanciada no incremento e valorização de novas tendências temáticas – política, erotismo e sexualidade, literatura estrangeira e de autores

africanos de língua portuguesa, informação e conhecimento nos domínios do ensaio, biografia, história, divulgação, enigmas, vida prática e infanto-juvenil –, como também na inovação de processos de estímulo e promoção de autores de uma nova geração, ou ainda na diversidade e quantidade de títulos publicados, é identificada como crucial na contribuição dos editores para a divulgação de conhecimento e informação através do livro. Relativamente a práticas de leitura, os entrevistados confluem no sentido de atribuírem uma parte significativa do alargamento do público leitor a tendências provenientes de países com maior nível de literacia e grande tradição editorial, nos quais a leitura lúdica centrada na ficção ligeira e no livro prático prevalece no universo da edição.

Resumindo, conclui-se que o significativo aumento da escolaridade, conjugado com a dinamização do sector do livro, a maior diversidade de temas e autores publicados, e a dessacralização do acesso ao livro, se constituíram como principais potenciadores de hábitos de compra e leitura de livros com implicação significativamente positiva na passagem de não leitores para leitores. Este ganho ocorreu maioritariamente no crescimento relativo de leitores com reduzido índice de leitura (os “pequenos leitores”), orientados para livros relacionados com a actividade produzida, temas práticos e literatura ligeira, tudo concorrendo para vulgarizar práticas de leitura, para melhorar a capacidade para ler e interpretar o que é lido, que os estudos científicos associam de forma explícita ao desenvolvimento sociocultural.

Evidenciadas as transformações ocorridas no sector do livro durante a década de 70 do século XX, e sabendo-se existir relação de causalidade entre nível de leitura de livros e desenvolvimento das populações, interessava verificar, ainda que de forma relativizada, como se relaciona a referida transição ocorrida no livro com indicadores estatísticos pertinentes do desenvolvimento social e humano ocorrido no Portugal democrático. Consultaram-se dois estudos apropriados para caracterizar a evolução entre os anos 1970 e o dealbar do século XXI (INE, 2004; UNDP, 2005). A nível nacional, os indicadores de cultura e recreio, como também de educação, disponibilizados pelo INE, confirmam as constatações antes expressas no presente estudo. Nos restantes domínios, relevam, pela relação com o objecto da tese, os indicadores que expressam a modificação estrutural da população e território, o aumento da taxa de actividade decorrente do crescimento de participação no mercado de trabalho, e a melhoria das condições de vida com destaque para o crescimento real do rendimento disponível bruto das famílias. Todos estes

indicadores são consentâneos com o sentido das mudanças verificadas na edição e comércio do livro por efeito das transições ocorridas na década de 70 do século XX.

A finalizar: as constatações obtidas e relatadas na presente tese, sendo o resultado possível face à limitada informação disponível para o período central em análise, permitem caracterizar o contributo das transições ocorridas na edição e comércio do livro, ao longo da década de 70 do século XX, para o desenvolvimento sociocultural subsequente da sociedade portuguesa. É a partir dos anos 80 que se começam a fazer sentir mais claramente os efeitos das políticas públicas de educação, cultura e leitura introduzidas a partir de 25 de Abril de 1974, assim como das transformações iniciadas no sector do livro. Concluo assim o presente trabalho sobre o livro em transição no Portugal dos anos 70 com a expectativa de que desperte o interesse para futuros estudos que venham dar continuidade à investigação que realizei.

Bibliografia

Bibliografia crítica / Bibliografia secundária

AAVV (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Bruxelas: KEA.

AAVV (2014). *Manifesto for the 2014 European elections*. Bruxelas: EWC, FEP, EBF.

ACNielsen & Quantum (2004). Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros [em linha]. *Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) Web site*. Acedido Janeiro 20, 2017, em http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/apel/estudos_estatisticas/Habitos%20de%20Leitura%202004.pdf

Alberti, Verena (2004). *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Almeida, João Miguel (2008). *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

Angelus Novus (2009). *Antígona: «Ser refractário» 30 anos depois*. Acedido Outubro, 24, 2017, em <https://angnovus.wordpress.com/2009/07/03/antigona-«ser-refractario»-30-anos-depois/>

Anselmo, Artur (1997). *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

Anselmo Artur (2002). *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores.

Anselmo, Artur (2011). “No tempo em que os jornais portugueses tinham suplementos ou páginas literárias”. In Morujão, Isabel & Santos, Zulmira C. (coord.), *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva* (69-74). Porto: CITCEM e Edições Afrontamento.

Antunes, Henriqueta P.D.V. (2011). *Relatório de Estágio nas Edições Afrontamento*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Antunes, José Freire (1993). *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores.

APEL (1988). «APEL, uma história». *Livros de Portugal*, Ano I, N.º 5 (Maio), 11-15.

APEL (1993). «Entrevista a Miguel Bastos». *Livros de Portugal*, Ano VI, N.º 3 (Março), p. 11.

APEL (1995). «Entrevista a Manso Pinheiro da Editorial Estampa». *Livros de Portugal*, Ano VIII, N.º 2 (Fevereiro), P. 15.

- Ávila, Patrícia (2008). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Lisboa: Celta.
- Azevedo, Cândido de (1997). *Mutiladas e Proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Azevedo, Cândido de (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano; imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Baptista, Alçada (1981). "Livros de Portugal: uma necessidade cultural", *Livros de Portugal*, N.º 1 (Outubro), 5-6.
- Baptista, Maria Manuel (2009). «Estudos culturais: o quê e o como da investigação». *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*. n.º spécial, automne/hiver, 451-461. Acedido Janeiro 22, 2015, em <http://revistas.ua.pt/index.php/Carnets/article/viewFile/466/422>.
- Baptista, Maria Manuel (dir.) (2014). *Políticas Públicas Culturais: Dinâmicas, Tensões e Paradoxos*. Coimbra: Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais.
- Barbier-Bouvet, Jean-François (s.d.). «La fin et les moyens: méthodologies des enquêtes sur la lecture». In Martin Poulain (dir.). *Lectures et Lecteurs dans la France Contemporaine* (222). Paris: Edition du Cercle de la Libraire.
- Barker, Chris & Jane, Emma A. (2016[2000]). *Cultural Studies: Theory and Practice*. (5th. edition). Los Angeles, London, California, New Delhi, Singapore: Sage.
- Beja, Rui (2011). *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores.
- Beja, Rui (2012). *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa: APEL.
- Bennett, Tony (1992). «Putting Policy into Cultural Studies». In C. Nelson, L. Grossberg, P. Treichler (eds.), *Cultural Studies* (23-53). London/ New York: Routledge.
- Bertelsmann (2017). Bertelsmann Increases Its Stake in Penguin Random House to 75 Percent [em linha]. Bertelsmann.com Web site. Acedido Dezembro 6, 2017, em <https://www.bertelsmann.com/news-and-media/news/bertelsmann-increases-its-stake-in-penguin-random-house-to-75-percent.jsp>
- Bouvaist, Jean-Marie (1990), "L'évolution des nouveaux éditeurs de 1973 à 1987". In Greffe, Xavier, Sylvie Pflieger e François Rouet, *Socio-économie de la culture: Livre, Musique. Actes des journées d'études organisées par l'Association pour le*

développement et la diffusion de l'économie de la culture et le Département des études et de la prospective du ministère de la Culture (7-32), Paris, Anthropos.

Brandão, José (2012). «Os livros e a censura em Portugal». *minhateca Web site*. Acedido Outubro 26, 2017, em <http://docs10.minhateca.com.br/846751730,BR,0,0,OS-LIVROS-E-A-CENSURA-EM-PORTUGAL.doc>

Brasão, Inês & Domingos, Nuno (2006). «História de um clube de livros». In Diogo Ramada Curto (dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (387-428). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Bryman, Alan (2012). *Social Research Methods* (4ª edição). New York: Oxford University Press.

Cameira, Emanuel Chaves Pimenta Cabral (2018). A &Etc. de Vítor Sila Tavares: narrativa histórica e sociológica. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal.

Carvalho, Rómulo de (2011). *História do Ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. (5ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, Francisco Lyon de (1959). “Na Feira do Livro de Francfort: Um acontecimento que deve interessar aos editores e livreiros portugueses”. *Livros de Portugal*, vol. 11, 3-6.

Chalus, Paul (2000). «Avant-Propos». In Febvre, Lucien & Martin, Henri-Jean (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1-x.

Chaves, Vânia (1980). «O livro e os estudantes-sócios do Círculo de Leitores em Santiago do Cacém». In Jacinto do Prado Coelho (coord.), *Problemática da Leitura: Aspectos sociológicos e pedagógicos* (123-140). Lisboa: INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica.

Círculo de Leitores (1995). *Vinte e cinco anos de livros. Vinte e cinco anos de paixão*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Círculo de Leitores (2001). *1971-2001: Crónica de uma vida de livros*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Coelho, Jacinto do Prado (coord.) (1980). *Problemática da Leitura: Aspectos sociológicos e pedagógicos*. Lisboa: INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica.

Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila (1998), "Problemas da/de literacia: uma

- investigação na sociedade portuguesa contemporânea", *Ler História*, nº 35, pp. 127-150.
- Costa, António Firmino da (1999). «Familiarização e Distanciamento». In José Madureira Pinto e Augusto Santos Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (146-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, António Firmino da, Elsa Pegado e Patrícia Ávila (2008), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura*, Lisboa, GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
- Costa, Sara Figueiredo (2012). *Fernando Guedes: O decano dos editores portugueses*. Lisboa: Booktailors.
- Costa, Sara Figueiredo (2013). *Carlos da Veiga Ferreira: Os editores não se abatem*. Lisboa: Booktailors.
- Cravo, Nuno (2009). *Civilização Editora – 130 Anos no Universo Familiar dos Livros*. Projecto de Mestrado em Estudos Editoriais, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Curto, Diogo Ramada (dir.) (2006). *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- De Rerum Natura (2007). *Entrevista a Guilherme Valente*. Acedido Dezembro 1, 2010, em <http://dererummundi.blogspot.com/2007/04/entrevista-guilherme-valente.html>
- Dionísio, Eduarda (1994). «As práticas culturais». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (443-489). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Domingos, Paulo da Costa (coord.), (2013). *& etc – Uma editora no subterrâneo*. Lisboa: Letra Livre.
- Donnat, Olivier, Eduardo de Freitas e Guy Frank (2001), *Manuel de bonne pratique sur l'élaboration d'enquêtes sur les comportements de lecture*, Centre National du Livre de Grèce.
- Duarte, Cláudia *et al.* (2013). *Hoje há editoras: Antígona, Matéria-Prima, Teodolito, Zéfiro, Planeta Tangerina*. Edição dos autores no âmbito do mestrado em Edição de Texto, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Edições Afrontamento (2015). Acedido Julho 23, 2015 em <http://www.edicoesafrontamento.pt/editora.html>
- Editorial Verbo (1998). *40 anos Verbo*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Febvre, Lucien & Martin, Henri-Jean (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, Ana Sofia (2016). «1 – A segunda crise do Estado Novo (1958-1962) – a violência no centro do debate Político». In *A Sedução das Armas: Radicalização na contestação ao Estado Novo: Actas do III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. Proceedings*, Barcelona, 16-19 Jun. 2015 (339-341). Acedido Julho 22, 2017 em https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/158040/RE23UFerreira_Ana_Sofia_OK_.pdf
- Ferreira, José Medeiros (1993). «A evolução da sociedade portuguesa». In José Mattoso (dir.), *História de Portugal (VIII volume)* (139-176). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Foddy, William (1996). *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta.
- Freitas, Eduardo de & Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992). *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Freitas, Eduardo de; Casanova, José Luís & Alves, Nuno de Almeida (1997). *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Furtado, José Afonso (1995). *O livro*. Lisboa: Difel.
- Furtado, José Afonso (2000). *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras.
- Furtado, José Afonso (2007). *O Papel e o Pixel, do impresso ao digital: continuidades e transformações*. Lisboa: Ariadne.
- Furtado, José Afonso (2009). *A Edição de Livros e a Gestão Estratégica*. Lisboa: Booktailors.
- GEPE & INE (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume II*. Lisboa: GEPE – Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação & INE – Instituto Nacional de Estatísticas.
- GNEL (1967). *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Geral: Ano de 1966*. Lisboa: Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.
- GNEL (1972). *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Geral: Ano de 1971*. Lisboa: Grémio Nacional de Editores e Livreiros.
- Girard, Augustin (1997). «Les enquêtes sur les pratiques culturelles». In Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinell (dir.), *Pour une Histoire Culturelle* (297-309). Paris: Éditions

du Seuil.

Gray, Ann & McGuigan, Jim (1997). *Studying Cultural: An Introductory Reader* (2nd. edition). London: Arnold.

Grefe, Xavier ; Pflieger, Sylvie & Rouet, François (1990). *Socio-économie de la culture: Livre, musique*. Paris: Anthropos.

Grilo, Eduardo Marçal (1994). «O sistema educativo». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (406-435). Lisboa: Círculo de Leitores.

Grupo Almedina (2016). *Edições 70*. Lisboa: Grupo Almedina. Acedido Fevereiro 26, 2016 em <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/7>

Guedes, Fernando (2005). *Os livreiros em Portugal e as suas Associações desde o século XV até aos nossos dias: Subsídios para a sua história* (2ª edição). Lisboa: Editorial Verbo.

Hesmondhalgh, David (2015). *The Cultural Industries*. (3rd. edition). London, California, New Delhi, Singapore: Sage.

Herssent, Jean-François (2000). *Sociologie de la Lecture en France: État des Lieux*, (s.l.), MCC/Direction du livre et de la lecture.

INE (2004). *30 anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Júdice, Nuno (2002). «Uma ideia de literatura para um século de ficção». In Fernando Peres (coord.), *Século XX: Panorama da Cultura portuguesa, 2 Artes(s) e Letras I* (313-400). Porto: Edições Afrontamento e Fundação de Serralves.

Lages, Mário F., Carlos Liz, João H. C. António e Tânia Sofia Correia (2007), *Os Estudantes e a Leitura*, Lisboa, GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Leite, Pedro Pereira (2009) *Mercadores de Letras: Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Marca d'Água.

Leenhardt, Jacques (1988). «Les effets esthétiques de l'oeuvre littéraire: um probleme sociologique», In Martine Poulain (dir.) *Pour une sociologie de la lecture* (79). Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.

Lopes, J.M. Teixeira (2009). «Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural». *Saber & Educar*, 14, 9. Acedido Fevereiro 2,

- 2015, em <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/302>.
- Luís, Madeira (2010). «Direcção Geral de Acção Cultural: memórias do Madeira Luís», *Grupo Versalhes*, acedido Setembro 13, 2017 em <http://grupoversalhes.blogs.sapo.pt/47896.html>
- Madaíl, Fernando (2010). «Amante de livros radicalmente livre... & etc». *Diário de Notícias Online*. Acedido Setembro, 4, 2011, em http://dn.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=1654880.
- Manguel, Alberto (1999). *Uma História da Leitura* (2ª ed.). Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Marktest (1991). *Os jovens e a leitura*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marques, Pedro Piedade (2015). *Editor contra: Fernando Ribeiro de Melo e a Afrodite*. Lisboa: Montag..
- Martins, C. Alves (1963). «Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa». *Projecto Regional do Mediterrâneo*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Estatística Económica.
- Martins, Jorge M. (1999). «O livro e a UNESCO: Para uma visão integrada da cadeia do livro no quadro das novas tecnologias», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 30, 1999, pp. 145-163. Acedido Janeiro 24, 2017, em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10/116.pdf>
- McIlroy, Thad (2016). What the Big 5's Financial Reports Reveal About the State of Traditional Book Publishing. *BookBusiness*. Acedido Agosto 20, 2017, em <http://www.bookbusinessmag.com/post/big-5-financial-reports-reveal-state-traditional-book-publishing/>
- Medeiros, Nuno (2008). «Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros». *Análise Social*, vol. XLIII (4º), 2008, 795-815.
- Medeiros, Nuno (2010). *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Medeiros, Nuno (2012). «Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição», *Revista Angolana de Sociologia*, 9|12, posta online no dia 11 de Dezembro de 2013, 33-48. Acedido Junho 15, 2015, em <http://ras.revues.org/412>.

- Medeiros, Nuno (2015). «Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português». Revista *Escrita da História*, vol. 1, n. 2, out./mar. 2014-2015. www.escritadahistoria.com.
- Melo, Daniel (2004). *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel (2005). «As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)». *Análise Social*, vol. XL (174), 65-86.
- Melo, Daniel (2012). «O Património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão». *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 30/ II Série, 173-190.
- Melo, Daniel (2015). *História do património da edição – a Romano Torres*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Melo, Filipa (2010). «Manuel Hermínio Monteiro (1952-2001) – uma memória», *Coração Duplo*, acessado Setembro 28, 2015 em <http://coracaoduplo.blogspot.pt/2010/11/manuel-herminio-monteiro-1952-2001-uma.html>
- Mesquita, Mário (1994). «Os meios de comunicação social: O universo dos media entre 1974 e 1986». In António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia* (360-396). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Middelhoff, Thomas; Schulte-Hillen, Gerd & Thielen, Günter (edit.) (2001). *Reinhard Mohn: Entrepreneur, Philanthropist, Citizen*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung e Random House.
- Moura, Vasco Graça; Cabral, Manuel Villaverde; Guedes, Fernando & Furtado, José Afonso (1986). *Relatório da Comissão do Livro (criada por despacho SEC n.º 155/85, de 5 de Dezembro)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Neves, José Soares (2015), "Cultura de Leitura e Classe Leitora em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas*. 78, pp. 67-86.
- Neves, José Soares (2011). *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI*. Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, ISCTE/IUL, Lisboa, Portugal.
- Neves, José Soares (coord.), Santos, Jorge Alves dos; Lima, Maria João; Vaz, Alexandra & Caneira, Emanuel (2012), *Inquérito ao Sector do Livro: Parte I – Enquadramento e Diagnóstico*. Lisboa: OAC.

- Neves, José Soares (coord.). Santos, Jorge Alves dos & Vaz, Alexandra (2012a). *Inquérito ao Sector do Livro Parte II - Inquéritos à Edição e à Comercialização*. Lisboa: OAC.
- Neves, José Soares (coord.), Beja, Rui; Santos, Jorge Alves dos & Santos, Jorge Augusto dos (2014). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. Lisboa: APEL.
- OEI (2003). «*Sistema Educativo Nacional de Portugal: 2003 / Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos*». Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia Y la Cultura (OEI). Acedido Outubro 13, 2016, em <http://www.oei.es/historico/quipu/portugal/#sis>.
- Oliveira, Marta Susana Matos (2011). *Livraria Sá da Costa – Uma livraria e editora através da história (1913-2011)*. Dissertação de mestrado em Estudos Editoriais, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Passeron, Jean-Claude (1986). «Les plus ingénument polymorphe des actes culturels: la lecture», *Bibliothèques publiques et illettrisme* (17). Paris: Ministère de la Culture.
- Pereira, Antónia Maria (1998). *Parceria A.M. Pereira – Crónica de uma Dinastia Livreira*. Lisboa: Pandora Edições.
- Pereira, José Albino (org.) (2010). *José Rodrigues Miguéis/José Saramago Correspondência 1959-1971*. Alfragide: Editorial Caminho.
- Pickering, Michael (ed. lit.) (2011). *Research Methods for Cultural Studies*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Pimentel, Irene Flunser (2011). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser (2014). *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- Pinheiro, Maria Odete Manso (coord.) (2007). *António Carlos Manso Pinheiro: A homenagem*. Lisboa: APEL
- Pinto, Cândida (2011). *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*. Alfragide: Publicações D.Quixote.
- Poulain, Martine (2007). «La promotion de la lecture et des bibliothèques em France: conquête et question», *II Encontro Oeiras a Ler. A promoção da leitura nas bibliotecas públicas europeias*. Oeiras, 24 e 25 de Maio.
- Portela, Joana Abranches (2009). *Frontispício: a Almedina no Arco do Tempo*. Relatório

- de Estágio nas Edições Almedina, Mestrado em Estudos Editoriais. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Presença (2010). *50 Anos Editorial Presença*. Queluz de Baixo: Presença.
- Radway, Janice A. (1997). *A Feeling for Books: The Book-of-the-Month Club, Literary Taste, and Middle-Class Desire*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press.
- Raimundo, Orlando (2015). *António Ferro: o Inventor do Salazarismo*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Ribeiro, José António (1994). «Os 25 anos da Ulmeiro». *Livros de Portugal*, N.º 2 (Fevereiro), 13.
- Rocha, Edgar (1984) «Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. *Análise Social*, vol. XX (84), 1984-5.º, 621-644.
- Rojo, José Andrés (2008). «El lector en el clube. In Millán, José Antonio (coord.)», *La lectura en España Informe 2008: Leer para aprender* (281-297). Madrid, FGSR e FGEE
- Rosa, M. J. Valente & Chitas, Paulo (2010). *Portugal: os Números*. (2ª edição). Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa.
- Rosas, Fernando (1994). «O Estado Novo (1926-1974)». In José Mattoso (dir.), *História de Portugal (VII volume)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2003), *Pensamento e acção política. Portugal, século XX (1890-1976)*. *Ensaio histórico*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Sampaio, José Salvado (2006). *Temas de educação: Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) & Rui Telmo Gomes (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos & Pais, José Machado (org.) (2010). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Santos, Rogério (2007). *Indústrias Culturais: Imagens, Valores e Consumos*. Lisboa: Edições 70.
- Saraiva, José António (1979). *Bertrand: A História de uma Editora*. Lisboa: Bertrand.
- Seibel, Bernardette (1995). «Trente ans de recherche sur la lecture em France, 1955-1995: quelques repères». In Seibel Bernardette (dir.). *Lire, Faire Lire. Des usages de l'écrit aux politiques de lecture* (15-27). Paris: Le Monde-Éditions.
- Silva, Flamarion Maués Pelúcio (2013). *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Stoer, Stephen R. (1983). «A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?». *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º e 5º, 793-822.
- Stoer, Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980, Uma Década de Transição*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tamen, Teresa, (coord.) (2006). *A Aventura da Moraes*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.
- Tavares, Vitor Silva (2013). «2000, comunicação lida por Nuno Moura em Punta Umbria». In Domingos (coord.), & etc – *Uma editora no subterrâneo* (11). Lisboa: Letra Livre.
- Tengarrinha, José (2000). «Alberto Arons de Carvalho, A Censura à Imprensa na Época Marcelista, 2.^a ed., Coimbra, Minerva, 1999, 148 páginas». *Análise Social*, XXXV (Verão), 431-435.
- Tengarrinha, José Manuel (1973). *A Novela e o Leitor Português. Estudo de Sociologia da Leitura*. Lisboa: Prelo.
- Teodoro, António (2006). «A expansão escolar no Portugal do pós-guerra: uma contextualização». In José Salvado Sampaio, *Temas de educação: Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)* (11-40). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Teodoro, António & Aníbal, Graça (2007). «A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal». *Revista Lusófona de Educação*, 10, 13-26.
- Thompson, John B. (2011). *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century* (reprinted). Cambridge: PolityPress.

- UNDP (1990). About Human Development [em linha]. *United Nations Development Programme (UNDP) – Human Development Reports Web site*. Acedido Janeiro 30, 2017, em <http://hdr.undp.org/en/humandev>.
- UNDP (2005). *Human Development Report 2005*. New York: United Nations Development Programme (UNDP).
- Valente, Guilherme (2012). *Os anos devastadores do eduquês*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Verbo (1998). *40 Anos Verbo: Breve História de uma Editora*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Vieira, Joaquim (2000a). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1960-1970*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (2000b). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1970-1980*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim & Monico, Reto (2014). *Nas Bocas do Mundo. O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Wirschenbart, Rudiger (2013). *IPA Global: Publishing Statistics*. Genebra: IPA.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 222241, de 22 de Fevereiro de 1933 [Promulga o projecto de Constituição Política da República Portuguesa. No referido projecto são consideradas matéria constitucional as disposições do Acto Colonial, devendo o governo publicá-lo novamente com as alterações exigidas pela presente Constituição. Esta Constituição entrará em vigor depois de aprovada em plebiscito nacional e logo que o apuramento definitivo deste seja publicado no Diário do Governo].
- Decreto-Lei n.º 22465, de 11 de Abril de 1933 [Publica de novo o acto colonial em cumprimento do disposto no artigo 132º da Constituição (cujo texto foi publicado em anexo ao Decreto nº 22241, de 22 de Fevereiro de 1933) entrando em vigor com a publicação da acta (dd1/33) de 11 de Abril de 1933, que considera matéria constitucional as disposições do acto colonial].
- Decreto-Lei n.º 22469/33, de 11 de Abril [Regulamenta a censura prévia às publicações gráficas. Cria as comissões de censura, que ficarão subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa, e define as suas atribuições e funcionamento].

- Decreto-Lei n.º 23054/33, de 25 de Setembro [[Criação, na dependência da Presidência do Conselho, do Secretariado de Propaganda Nacional].
- Lei n.º 1941/36, de 11 de Abril [Estabelece as bases de organização do Ministério da Instrução Pública e altera a sua denominação para Ministério da Educação Nacional. Institui a Junta Nacional da Educação e extingue o Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior de Belas Artes, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional]
- Decreto-Lei n.º 26589/36, de 14 de Maio [Lei da censura prévia - Fixa o número máximo de páginas dos jornais diários, regula a fundação de quaisquer publicações sujeitas ao regime de censura bem como a publicação dos anúncios dos serviços públicos e das empresas concessionárias e proíbe a entrada em Portugal, a distribuição e venda de jornais, revistas e quaisquer outras publicações estrangeiras que contenham matéria cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas].
- Decreto-Lei n.º 26611/36, de 19 de Maio [Aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação, instituída pela Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936 e cria a Academia Portuguesa da História e institui a Mocidade Portuguesa]
- Decreto-Lei n.º 33015/43, de 30 de Agosto [Determina que as empresas editoriais de livros ou de quaisquer outras publicações que de futuro se constituírem fiquem sujeitas ao cumprimento das obrigações impostas pelo artigo 2.º do decreto-lei n.º 26589, de 14 de Maio de 1936].
- Decreto-Lei n.º 35046/45, de 22 de Outubro [Cria a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)].
- Decreto n.º 46349/65, de 22 de Maio [Promulga o Regimento da Junta Nacional da Educação, órgão técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e tem por fim estudar problemas relativos ao ensino e à educação e sobre eles emitir parecer. A Junta é constituída pelo Conselho Permanente de Acção Educativa e por oito secções, designadamente do Ensino Superior, de Antiguidades e Belas-Artes, de Bibliotecas e Arquivos, do Ensino Liceal, do Ensino Técnico Profissional, do Ensino Primário, da Educação Física e Desportos e da Educação Moral e Cívica.].
- Decreto-Lei n.º 48619/68, de 10 de Outubro [Cria na Presidência do Conselho a Secretaria de Estado de Informação e Turismo e extingue um dos lugares de Ministro de Estado

adjunto do Presidente do Conselho, a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43748].

Decreto-Lei n.º 48686/68, de 15 de Novembro [Promulga a organização da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Extingue, a partir de 1 de Janeiro de 1969, o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo].

Decreto-Lei n.º 49401/69, de 24 de Novembro [Cria no Ministério do Interior um serviço nacional com a designação de Direcção-Geral de Segurança e define a sua competência e atribuições. Extingue a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), criada pelo Decreto-Lei n.º 35046, 22 de Outubro de 1945, procedendo à transferência do seu património e do seu pessoal para aquela direcção-geral. Cria um lugar de auditor jurídico no Ministério do Interior].

Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro [Promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, no âmbito da qual é criada (artigo 4º-2-I-b) a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, para a qual transitam as funções de natureza cultural até aqui integradas na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes].

Lei n.º 5/71, de 5 de Novembro [Promulga as bases relativas à Lei de Imprensa].

Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de Maio [Regulamenta a Lei de Imprensa e insere as normas previstas na mesma lei relativamente ao direito à constituição de empresas, às garantias da liberdade de imprensa e aos seus limites].

Lei n.º 5/73, de 25 de Julho [Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo (reforma Veiga Simão)].

Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de Novembro [Aprova a organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, que havia sido criada pelo Decreto-Lei 408/71, de 27 de Setembro].

Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de Agosto [**Cria a** Secretaria de Estado da Cultura no âmbito do Ministério da Comunicação Social].

Presidência da República, Decreto de Aprovação da Constituição de 10 de Abril [Constituição da República Portuguesa aprovada pela Assembleia Constituinte reunida na sessão plenária 2 de Abril de 1976].

Decreto-Lei n.º 70/77, de 25 de Fevereiro [Extingue a Junta Nacional de Educação transferindo as suas funções para o Ministério da Educação e Investigação Científica]

Decreto-lei n.º 340/77, de 19 de Agosto [Estabelece a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Cultura, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros].

Decreto-Lei 59/80, de 3 de Abril [Reestrutura a Secretaria de Estado da Cultura e cria o Instituto Português do Livro].

Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março [Lei do Depósito Legal]

Despacho n.º 155/85, de 5 de Dezembro, da secretária de Estado da Cultura [Nomeia uma Comissão para diagnóstico do sector do livro editado em Portugal, com excepção do livro escolar, e define um prazo de três meses para obtenção de conclusões e propostas de actuação].

Despacho n.º 3/86, de 11 de Março, da secretária de Estado da Cultura [Cria grupo de trabalho para criação de uma rede de bibliotecas públicas e nomeia Maria José Moura como coordenadora].

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro [Aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo. Alterada pela Lei 115/97, de 19 de Setembro, pela Lei 49/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei 85/2009, de 27 de Agosto].

Decreto-Lei n.º 362/86, de 28 de Outubro [Reflecte as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de março, pelo n.º 4 do art.º 50º do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, pelo Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto e pelo Despacho Normativo de 30 de Abril de 2003 que retificou o número de exemplares a depositar].

Despacho n.º 5/96, de 9 de Janeiro, dos Ministros da Educação e da Cultura [Cria um grupo de trabalho para estudo da lançamento de uma Rede de Bibliotecas Escolares coordenado por Maria Isabel Veiga (Isabel Alçada)].

Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de setembro [Lei do Preço Fixo. Institui o regime do Preço Fixo do Livro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro].

Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro, artigo 160 [Fiscalização: competência da Inspeção- Geral das Atividades Culturais].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, de 12 de julho [Plano Nacional de Leitura. Aprova o PNL e cria a respetiva comissão].

Webgrafia

Amazon Publishing, <http://www.apub.com/about>.

APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, www.apel.pt.

Association of American Publishers, <http://www.publishers.org>

Bibliografia da edição e do livro, <http://hugoxavie5.wix.com/hxavier#!bibliografia-da-edicao/ce09>

Biblioteca Nacional de Portugal, <http://www.bnportugal.pt>

Bookexpo America, <http://www.bookexpoamerica.com>

Booksellers Association, <http://www.booksellers.org.uk/home>

Bureau Internationale de l'Édition Française, <http://www.bief.org>

Câmara Brasileira do Livro, <http://www.cbl.org.br>

CEGAL – Librerías de España, <http://www.cegal.es>

CERLALC - .Centro Regional..., <http://cerlalc.org>

Centre National du Livre, <http://www.centrenationaldulivre.fr>

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <http://www.ciberduvidas.com/about.html>

Culture Action Europe. <http://cultureactioneurope.org>

DGLAB – Direcção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, <http://dglab.gov.pt>

ERICarts – European Institute for Comparative Cultural Research, <http://www.culturalpolicies.net/web/statistics-markets.php>.

EIBF – European and International Booksellers Federation. <http://eibf-booksellers.org>

European Commission – Culture, http://ec.europa.eu/culture/404_en.htm

European Writers' Council, <http://www.europeanwriterscouncil.eu>

Eurostat - Structural Business Statistics, http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/european_business/introduction .

FGE - Federación de Gremios de Editores de España, <http://www.federacioneditores.org>

FEP – Federation of European Publishers, www.fep-fee.eu.

Frankfurt Book Fair, <http://www.book-fair.com/en/>

GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, <http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013.aspx>

INE – Instituto Nacional de Estatística, www.ine.pt.

Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt>.

International Alliance of Independent Publishers, <http://www.alliance-editeurs.org/?lang=en>.

IPA – International Publishers Association, www.internationalpublishers.org/.

London Book Fair, <http://www.londonbookfair.co.uk>.

MECD - Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, <http://www.mcu.es/estadisticas/>.
 Ministère de la Culture et de la Communication, www.culturecommunication.gouv.fr/Presse/.
 Observatorio de la Lectura y el Libro, www.mcu.es/libro/docs/MC/Observatorio/.
 Plano Nacional de Leitura, www.planonacionaldeleitura.gov.pt.
 PORDATA, <http://www.pordata.pt>
 Portal da Literatura, <http://www.portaldaliteratura.com>
 Project Gutenberg, http://www.gutenberg.org/wiki/Main_Page
 Publishers Weekly, <http://www.publishersweekly.com/>.
 Quartz, <http://qz.com/29783>.
 Syndicat d la Librairie Française, <http://www.syndicat-librairie.fr/fr/accueil>.
 Syndicat de l'Édition Française, <http://www.sne.fr>.
 The Bookseller, <http://www.thebookseller.com>.
 UNESCO Courier (book and copyright), <http://www.unesco.org/new/en/unesco-courier/in-focus/book-and-copyright/>

Artigos de imprensa

Marques, Vanda (2007). «Vida dedicada aos livros». *Diário de Notícias*, 9 de Junho de 2007. Acedido Novembro 23, 2010, em http://dn.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=659043

Melo, António (2004). «O império das Publicações Europa-América». In Dossier 30 anos do 25 de Abril. *Público*, 12 de Abril de 2004. Acedido Dezembro 27, 2010, em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WOXxE8YVW40J:dossiers>.

Queirós, Luís Miguel (2012). «José Cruz Santos, um inventor de livros». *Público*, 1 de Abril de 2012. Acedido Abril 11, 2015 em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/jose-da-cruz-santos-um-inventor-de-livros-154031>.

Rodrigues, Maria de Lurdes (2014). «Veiga Simão». *Público*, 4 de Maio de 2014. Acedido Outubro 12, 2016, em <https://www.publico.pt/portugal/noticia/veiga-simao-1634572>.

Anexos

1. Guião para entrevistas

Bom dia/boa tarde,

Agradeço a sua disponibilidade para colaborar com o estudo que estou a desenvolver no âmbito da tese “O livro em transição: edição e comércio de livros em Portugal (1970-1980)” em curso no âmbito do Programa Doutoral em Estudos Culturais – Universidade de Aveiro e Universidade do Minho, concedendo esta entrevista destinada a recolher o seu depoimento sobre um conjunto de temas relacionados com a visão/intervenção pessoal e profissional que lhe foi dado observar/exercer no domínio da actividade editorial e/ou livreira, no período compreendido entre 1970 e 1980.

Como referido no contacto inicial, esta investigação propõe-se evidenciar, de forma abrangente e sistematizada, as transformações que ocorreram no sector editorial e livreiro em Portugal durante a década de 70 do século XX, na conjuntura que precedeu a implantação da democracia em 25 de Abril de 1974 e lhe sucedeu, procurando concluir sobre o respectivo contributo sociocultural no contexto português.

As questões colocadas destinam-se a sistematizar a abordagem de temas considerados globalmente relevantes e, salvo nos aspectos que sejam objecto de pedido de confidencialidade por parte do entrevistado, poderão ser divulgadas no contexto do estudo. Será gravada para efeitos de tratamento dos dados e análise do respectivo conteúdo no âmbito da investigação em que se insere.

1) Perfil do entrevistado

- a) Dados biográficos
- b) Início da relação com o sector
- c) Entidades, funções e períodos em que exerceu actividade
- d) Percorso geral no sector editorial e livreiro

2) Especificidades do exercício profissional no período 1970-1974

- a) Resultantes da conjuntura política e sociocultural em Portugal

- b) Decorrentes das alterações a nível mundial na estrutura proprietária e modelo de negócio da indústria editorial, iniciadas na década de 1960 nos países anglo-saxónicos, e das mudanças ocorridas no mercado nacional.
- c) Relativas às estratégias adoptadas por editores e livreiros portugueses face ao contexto sociopolítico, cultural e do mercado do livro na fase final do Estado Novo.

3) Caracterização da actividade exercida no período 1974-1980

- a) Efeitos de curto prazo resultantes das políticas públicas para a educação, o livro e a leitura introduzidas ao longo deste período, e concomitantes repercussões induzidas nas políticas prosseguidas a médio e longo prazo.
- b) Transições no panorama da edição em Portugal face às realidades então emergentes, considerando evolução, abordagens, concretizações e principais protagonistas.
- c) Papel desempenhado pelo clube do livro (Círculo de Leitores).
- d) Novos temas e novos públicos surgidos com a democracia.

4) A democracia do livro no contexto sociocultural português

- a) Que tendências e acontecimentos considera terem tido especial influência para o futuro, no que respeita a hábitos de compra e leitura de livros em Portugal, tendo em conta os aspectos antes mencionados e outros que também reputa significativos.
- b) Que transformações ocorridas na década de 70 do século XX entende que mais poderão ter influenciado a evolução a curto e médio prazo das práticas de leitura dos portugueses.
- c) Que repercussões socioculturais na sociedade portuguesa se lhe afiguram de relevar como corolário da entrevista.
- d) Que hipóteses de acesso/disponibilização de documentos existentes, e preferencialmente inéditos, que consubstanciem e enriqueçam os factos testemunhados.

Finalmente, agradeço ainda outros contributos para o tema que considere útil e que antes não abordámos.

Muito obrigado pela sua colaboração.

2. Perfis pessoais e profissionais dos entrevistados

Os perfis que aqui se expressam foram construídos com base em fontes secundárias, também relevantes para selecção dos entrevistados a convidar, e complementados com suporte em fontes primárias decorrentes de informações prestadas pelos próprios no contexto das entrevistas. A sequência de apresentação segue a ordem alfabética do apelido.

▪ **ARAÚJO, Carlos** (entrevista a 6 de Novembro de 2015)

Nascido no Porto em 1935, licenciou-se em Germânicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e desempenhou cargos associativos na qualidade de membro da direcção dos Cineclubes do Porto e de Coimbra (1957-1963).

Exerceu actividade no âmbito da informação e da cultura como secretário da redacção da revista *Vértice* (1960), redactor do semanário *Vida Mundial* (1966-1968), director do jornal de banda desenhada *Lobo Mau* (1979) e docente no Curso de Tradutores e Intérpretes da Universidade Lusófona de Lisboa (1997-1998).

Precoce nos aspectos relacionados com a cultura e a política, incentivado pela família a ler o jornal diário desde que começou a saber ler, e motivado para a aprendizagem de línguas estrangeiras logo que entrou para o ensino liceal, cedo se iniciou na leitura de livros em francês e inglês. Ainda estudante universitário, envolveu-se no movimento cultural e sociopolítico desenvolvido no seio dos cineclubes do Porto e de Coimbra e no Teatro Experimental do Porto. Os livros e a leitura levaram-no a relacionar-se com o livreiro Fernando Fernandes e a tornar-se frequentador assíduo das tertúlias e encontros que ocorriam quase diariamente na Livraria Divulgação, no Porto. Trabalhar numa editora começou a constituir-se-lhe sequência quase inevitável e veio a acontecer em 1964, nas Publicações Europa-América, promovida por contacto entre Fernando Fernandes e o editor Francisco Lyon de Castro.

É na Europa-América que, a partir de 1964, começa a conhecer por dentro o mundo da edição, como consultor literário, tradutor e também com o envolvimento na concepção de projectos editoriais. A convite de Snu Abecassis assume em 1966 o cargo de director editorial da D. Quixote onde, até 1974, teve um papel preponderante no sucesso e prestígio da editora, centrado na informação e na cultura através de obras de qualidade e

actualidade, algumas delas envolvendo temas à data polémicos que visavam estimular o pensamento dos leitores e participar no desenvolvimento do país, tanto junto do grande público como a nível dos leitores universitários. A actividade desenvolvida posteriormente distingue-se pelo objectivo de publicar livros que, não tendo de se restringir fatalmente a obras-primas, possuam o nível cultural, estético e literário, exigível a um livro de qualidade. Neste contexto, editou obras e colecções de referência, tanto de autores portugueses ou de língua portuguesa como de autores estrangeiros, nos mais variados domínios editoriais: Prosa, Poesia, Linguística, Ensaística, História, Arte, Ciência, Dicionarística, Banda Desenhada, Infanto-Juvenil.

Ao longo de mais de cinco décadas, desempenhou funções nas seguintes editoras: Publicações Europa-América (1964-1965), Publicações D. Quixote (1966-1974), Editorial Teorema (1973-1989), Edições Sá da Costa (1974-1976), Edições 70 (1977-1985), Terramar (1989-2006), Edições ASA (2006-2008) e Editora Livre (2009-Actual).

▪ **COELHO, Zeferino** (entrevista a 4 de Novembro de 2015)

Nascido em Paredes em 1945, licenciou-se em Filosofia pela Universidade do Porto.

A curiosidade, despertada por uma edição ilustrada dos *Lusíadas* que o avô guardava, abriu caminho para que se tornasse um assíduo utilizador da Biblioteca Itinerante da Gulbenkian. Assim ganhou o gosto pela leitura. Mais tarde, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, passou a integrar um grupo de colegas e amigos para quem o livro constituía a componente central da vida sociocultural. A criação em 1963 da cooperativa livreira UNICEPE, de que foi sócio fundador, constituiu o primeiro elo, ainda que não profissional, de ligação ao sector do livro.

A convite do editor José Cruz Santos, que fundara no Porto a Editorial Inova, aí iniciou actividade em 1969 e começou a ganhar uma polivalente experiência profissional na edição. Depois de um interregno entre 1972 e 1976, por razões políticas e de cumprimento do serviço militar, retomou a ligação profissional ao mundo da edição em 1977, a convite da Editorial Caminho, empresa criada para publicar o jornal *Diário* e que à data decidira iniciar a edição de livros.

Desde então que exerce como editor da Caminho, com especial relevância e notabilidade na divulgação de autores contemporâneos portugueses e africanos de língua

portuguesa, e ênfase nas áreas de Ficção, Poesia, Infanto-Juvenil e Ensaística de autores portugueses.

No seu percurso profissional, releva a qualificação como editor do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago.

O mérito do trabalho desenvolvido no domínio editorial ao longo de mais de quatro décadas, mereceu os seguintes reconhecimentos públicos oficiais: Medalha de Mérito da Cidade de Lisboa, no grau ouro (2014); Medalha de Ouro do Concelho de Paredes (2014); e homenagem da República de Moçambique, por 45 anos de elevado mérito e dedicação à causa literária e pelo apoio à divulgação dos escritores e da cultura moçambicana (2015).

▪ **COSTA, Joaquim Soares da** (entrevista a 9 de Dezembro de 2015)

Nascido em Vila Nova de Gaia em 1938, fez admissão ao Instituto Comercial do Porto após ter concluído o Curso Comercial e desempenhou cargos associativos como dirigente do cineclube do Porto na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960. Posteriormente, foi membro da direcção da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) na qualidade de Tesoureiro (1987-1989) e foi nomeado representante da APEL na Bienal do Livro de S. Paulo (1974).

O gosto pela leitura, impulsionado pelo professor de literatura quando frequentava o ensino comercial na cidade do Porto, constituiu o ponto de partida para a frequência assídua de livrarias, em especial da Livraria Divulgação, um espaço de relevante debate cívico e cultural dinamizado pelo livreiro Fernando Fernandes. A intensidade da relação com a actividade cultural conduziu ao envolvimento no Cineclube do Porto, no Teatro Experimental do Porto, na Juventude Musical Portuguesa, e à descoberta de que o livro era essencial no desafio que a vida lhe apresentava como futuro. Entretanto, a livraria Divulgação decidiu instalar-se também em Lisboa e os responsáveis da empresa, particularmente Fernando Fernandes, convidaram-no a ficar à frente desse projecto. A aceitação do desafio consumou o primeiro passo para a entrada no sector do livro quando corria o ano de 1962.

Em 1965, quando a livraria Divulgação em Lisboa passava por um período de dificuldades, aceitou convite para a direcção editorial da Portugália Editora, de que era proprietário o industrial Joaquim Agostinho Fernandes. Numa das à data maiores e mais prestigiadas casas editoriais, por cuja direcção editorial haviam passado nomes de relevo

como João Gaspar Simões, Jorge de Sena, Augusto Costa Dias, ou José Cruz Santos, envolve-se com intensidade na vida editorial da altura. Passados cinco anos cria a sua própria editora, as Edições 70, na qual se dedicou à divulgação da cultura e da informação sob o lema «Por uma cultura viva e livre»; apesar dos constrangimentos de uma apertada vigilância e de várias arbitrariedades exercidas pela censura. A liberdade de expressão conquistada em 25 de Abril de 1974 permitiu a criação de novos projectos, incluindo a partir de 1976 a divulgação de obras de autores representativos dos países africanos de expressão portuguesa, e o início em 1978 do lançamento de várias colecções que ainda hoje constituem a afirmação vocacional da editora no âmbito das ciências sociais e humanas. Em 2005 deu-se a integração das Edições 70 no grupo Almedina e em 2007 desligou-se da editora e criou as Edições Texto & Grafia onde prossegue o objectivo de publicar livros que perdurem no tempo e que tenham lugar numa biblioteca de cultura.

Ao longo de mais de cinquenta anos desenvolveu actividade livreira e editorial nas seguintes empresas: Livraria Divulgação - Lisboa (1962-1965), Portugália Editora (1965-1970), Edições 70 (1970-2007), Edições Texto & Grafia (2007-Actual).

▪ **ESPADINHA, Francisco** (entrevista a 22 de Outubro de 2015)

Nascido em Macau em 1934, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e desempenhou cargos associativos, a nível nacional e internacional, como presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (1981-1987 e 1998-1999), delegado português na Federação de Europeia de Editores (1989) e membro da União Internacional de Editores (1989).

Esteve envolvido em cargos e missões relevantes como membro da Comissão Consultiva do Instituto Português do Livro e da Leitura (1986-1987), membro da Comissão Nacional para a Língua Portuguesa (1988 e 1990), membro do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas (1991) e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Casa de Macau (2012-Actual).

É autor de vários artigos publicados na imprensa sobre o livro e a edição portuguesa, e do livro *Uma crise portuguesa* (2014).

O gosto pelo estudo do português, pela escrita e pelo livro, cultivados desde os bancos da escola, deram lugar ao leitor empenhado e frequentador assíduo de livrarias, em especial da livraria Barata. A relação com o livreiro António Barata, centrada nos livros e

no trabalho editorial, estão na génese da relação com o sector, concretizada com a sociedade que estabeleceram para a fundação da Editorial Presença.

Dotado de forte intuição editorial e capacidade de perceber as tendências do público leitor, iniciou-se com a publicação do filósofo Jean-Paul Sartre seguido, pouco depois, pelo politicamente controverso Samuel Beckett, dois autores galardoados com o Prémio Nobel da Literatura, respectivamente em 1964 e 1969, revelando um auspicioso começo na década em que a editora foi constituída. Uma década que seria também marcada pela publicação de Teatro e Ensaio, duas áreas nas quais a edição era parca em Portugal, contribuindo assim para o fomento e divulgação destas temáticas. Após a abolição da censura, não descurou a oportunidade de lançamento de obras antes proibidas e tirou partido da abertura à informação e conhecimento das tendências internacionais para se antecipar na edição de Livros Práticos de qualidade que em Portugal apenas despontaria nos anos seguintes. Ao longo de mais de cinquenta anos à frente dos destinos da Presença, construiu um catálogo extenso e variado – abrangendo as áreas da Ficção Literária, do Ensaio, do Teatro, da Literatura Infanto-Juvenil, da Arte, da Filosofia, da Linguística, da Economia e da Gestão -, tendo sido também responsável pelo lançamento de numerosos jovens autores que viriam a revelar-se grandes vultos da literatura, premiados tanto nacional como internacionalmente. Milhares de títulos publicados, centenas de autores portugueses e de grandes autores estrangeiros editados, incluindo oito Prémios Nobel, atestam um processo dinâmico de inovação e melhoria contínua na publicação de uma variedade de temas que vão da literatura à ciência, da ficção à investigação, incluindo colecções de referência como *Biblioteca Textos Universitários*, *Cultura e Tempos Livres*, *Gestão Moderna* e *Grandes Narrativas*, que notabilizam o trabalho desenvolvido pelo decano dos editores em actividade.

Fundou, em 30 de Maio de 1960, foi o editor e dirigiu a Editorial Presença – que actualmente engloba as chancelas Jacarandá, Marcador e Manuscrito –, situando-a como prestigiada e maior editora independente de grupos editoriais ou económicos e cuja liderança continua a exercer na qualidade de presidente do Conselho de Administração.

A relevância e mérito da actividade exercida nos âmbitos editorial e sociocultural mereceu reconhecimento público e oficial: agraciado com a Medalha de Honra da Cidade de Paris (2000); editor homenageado pela APEL na 81ª Feira do Livro de Lisboa (2011); e

condecorado pelo Presidente da República com a Ordem do Mérito no grau de Comendador (2015).

▪ **FERREIRA, Maria da Piedade** (entrevista a 11 de Novembro de 2015)

Nascida em Santarém em 1945, cursou Filologia Germânica e História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e desempenhou cargos associativos como vogal do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, nos Órgãos Sociais eleitos para o triénio 1999-2002.

Leitora compulsiva desde muito pequena e insatisfeita com o exercício da docência que abraçara como primeira actividade profissional, encarou como alternativa o trabalho de tradução literária. O escritor Dinis Machado, que conhecia através de amigos comuns e que trabalhava na Editora Íbis, estabeleceu o elo que a partir de 1968 a ligou em definitivo ao mundo da edição.

A colaboração com a Íbis estendeu-se à Bertrand por via da associação existente entre as duas editoras, até que em 1971 foi convidada para Assistente Editorial da Bertrand. Adquirido no final dos anos 60 pelo industrial e financeiro Manuel Bulhosa, o grupo Bertrand – editora, gráfica, distribuidora e livrarias –, que chegou a contar com mais de um milhar de empregados, passou por sérias atribulações ao longo da década de 70 incluindo grande rotação e indefinições em todos os níveis das hierarquias superiores; é neste contexto que, sem funções definidas, se vê confrontada com a necessidade de tomar iniciativas que assegurem a relação com autores e a publicação de livros, como constitui exemplo a primeira edição, em 1977, da obra *O que diz Molero* de Diniz Machado. Foi depois convidada por Manuel Bulhosa para dirigir a Difel, editora que o empresário constituíra no sentido de acautelar um eventual bloqueio na actividade da Bertrand e na qual desenvolve um projecto alicerçado na Ficção Literária de autores estrangeiros de referência que estavam por publicar em Portugal. Mais tarde saiu da Difel para, em associação com três outros profissionais do livro, fundar a Quetzal que dirigiu seguindo uma estratégia editorial em que à ficção Literária acrescia a Poesia e uma linha de Álbuns Ilustrados que então começavam a ter procura acrescida. De novo convidada por Manuel Bulhosa, deixa a Quetzal para participar com a Difel na constituição de um novo projecto, a Gótica, onde se manteve até quando, a convite de Américo Augusto Areal, passou a integrar a ASA, tendo em vista reactivar a chancela Oceanos. Com a compra da ASA pelo

grupo Leya, passou a desenvolver projectos exclusivos com a chancela Leya e a trabalhar na edição de obras de autores específicos como António Lobo Antunes, Richard Zimler, António Tabuchi, ou Pedro Tâmen.

Ao longo de mais de quatro décadas desenvolveu actividade nas seguintes editoras: Editorial Íbis (1968-1971), Editora Bertrand (1971-1982), Editora Difel (1982-1987), Quetzal Editores (1987-2000), Gótica Editorial (2000-2006), Edições ASA/Oceanos (2006-2007), Grupo Leya (2007-Actual).

▪ **GUEDES, Fernando** (entrevista a 16 de Novembro de 2015)

Nascido no Porto em 1929 veio a falecer na cidade de Lisboa em 28 de Agosto de 2016. Coursou Ciências Económicas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e desempenhou cargos associativos, a nível nacional e internacional, como presidente do Grémio Nacional de Editores e Livreiros (1968-1972), membro da Comissão Internacional da União Internacional de Editores (1976), presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (1982-1986), presidente do Grupo de Editores de Livros da CEE e da Federação Europeia de Editores (1988-1990) e presidente da União Internacional de Editores (1992-1996).

Esteve envolvido em cargos e missões relevantes, a nível nacional e internacional, como procurador à Câmara Corporativa (1969-1974), consultor da CEE (1986-1974) e da UNESCO, vice-presidente do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura das Nações Unidas, membro do Conselho Consultivo do Instituto Português do Livro, membro da Comissão Nacional para a Língua Portuguesa, membro do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas, sócio fundador da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (1988), vogal do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa (1990-1996) e presidente do Círculo Eça de Queiroz (2009-2014).

Foi sócio correspondente da Real Academia de História de Madrid, membro efectivo da Academia Nacional de Belas Artes e director da respectiva Biblioteca Histórica (1994-2016), membro de mérito da Academia Portuguesa de História (1996-2016), sócio honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (2004-2016), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2006-2016) e membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa (2012-2016).

Desde muito jovem que se envolveu em movimentos intelectuais, sendo

cofundador da revista *Távola Redonda* (1950) e director da revista *Tempo Presente* (1959-1962). Foi autor de uma vasta obra sobre áreas tão diversas como Poesia, Crítica e História de Arte, e História Cultural. Em 1949 estreou-se como poeta com a publicação da sua primeira obra, intitulada *A Esfera*. Posteriormente, foram publicadas as seguintes obras de sua autoria: *O Poeta* (1950), *Vinte Canções Voltadas a Norte* (1956), *A viagem de Ícaro* (1960 – prémio Antero de Quental 1963), *Caule, Flor e Fruto* (1962), *Pintura. Pintores, etc.* (1962), *Nadir Afonso* (1967), *Hotel de Turismo* (1968), *A Arte Portuguesa e o Espírito Europeu no Mundo* (1968), *Poesias escolhidas 1948–1968* (1968 – Prémio Nacional de Poesia 1968), *Fátima, Mundo de Esperança* (1968), *Aspectos Editoriais do Livro Juvenil* (1973), *A edição em Portugal* (in «Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?» - 1984), *Estudos sobre Artes Plásticas* (1985), *O Livro e a Leitura em Portugal - Sécs. XVIII e XIX* (1987), *Lotarias ou Rifas de Livros* (1988), *Eu editor me confesso* (1988), *Fernando Lenhas - Os Sete Rostos* (1988), *Publishing in Spain and Portugal* (1992), *Os Livreiros em Portugal, e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias* (1993), *Union Internationale des Editeurs – Le Premier Siècle* (1996), *Duas Comunicações – Subsídios para uma História da Pintura Moderna em Portugal e Fernando Lanhas, Cinquenta anos de Arte Abstracta em Portugal* (1997), *António Ferro e a Sua Política de Espírito* (1997), *Livreiros Franceses do Delfinado em Portugal no Século XVIII* (1998 – prémio Calouste Gulbenkian de História Moderna 1998, edição reelaborada e acrescentada em 2012), *O Livro Como Tema* (2001), *A Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai da Corporação dos Livreiros* (2003) e *T. S. Eliot, The Waste Land e Depois* (2005).

Em 1958 fundou a Editorial Verbo e iniciou a actividade de editor tacteando o mercado na procura do que os colegas mais velhos teriam deixado livre, daí resultando, dois anos depois, a publicação da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* que iria marcar as obras de referência como primeira vocação da editora. O forte envolvimento na literatura infanto-juvenil, desenvolvido na sequência do serviço criado em princípios dos anos 60 pelo então Ministério da Educação para renovação e abastecimento das bibliotecas das escolas primárias, passou a constituir o segundo dos principais domínios de actuação. A publicação de textos universitários produzidos por académicos credenciados deu lugar, a partir de 1962, à colecção *Presenças*, o terceiro dos pilares que constituíram os alicerces em que assentou o desenvolvimento e a ascensão à posição de relevo protagonizada pela Editorial Verbo no mercado da edição em Portugal: aquisição da Editora Ulisseia e criação

de Verbo Publicações Periódicas, Crediverbo, Verbo Escolar (sem actividade desde 1974), Clube Português do Livro e do Disco (actividade suspensa poucos meses depois da sua constituição em 1973) Verbo de S. Paulo (Brasil), Liténica (Angola), Verbo Postal e Verbo Multimédia. Liderou este grupo editorial desde a sua constituição até ter sido adquirida, em 2009, pelo grupo Babel.

O notável e multifacetado percurso intelectual, profissional e académico protagonizado ao longo de perto de seis décadas, mereceu as mais diversas e significativas formas de reconhecimento público e oficial: Doutor *honoris causa* pela Universidade Internacional Menendez y Pelayo (1995); homenageado pela direcção da APEL e agraciado pelo governo português com a Medalha de Mérito Cultural (1996); presidente honorário da União Internacional de Editores (1996-2016); agraciado pelo Papa João Paulo II como Comendador da Ordem Equestre de S. Gregório Magno (1998); condecorado pelo Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique, no grau de Grande Oficial (1998); agraciado pelo governo francês como Grande Oficial das Artes e das Letras de França (2000); editor homenageado pela APEL na 80ª Feira do Livro de Lisboa (2010); e condecorado pelo Presidente da República com a Ordem de Santiago da Espada, no grau de Grande Oficial (2011).

▪ **MATOS, Nelson de (entrevista a 9 de Novembro de 2015)**

Nascido na Amadora em 1945, cursou Economia no Centro de Estudos de Administração e Desenvolvimento e desempenhou cargos associativos como membro da direcção da Associação Portuguesa de Escritores (1973-1975 e 1976-1977), vice-presidente da direcção da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (1989-1992) e fundador e primeiro presidente do Clube de Editores (1996-1999).

Esteve envolvido em cargos e missões relevantes como membro do grupo de projecto de reestruturação e reorganização das empresas editoriais e de distribuição que ficaram sob intervenção do Estado após o 25 de Abril de 1974 (1975), foi consultor da Secretaria de Estado da Cultura para o projecto de constituição do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (1979) e membro da comissão de estudo para a implantação em Portugal da legislação sobre Preço Fixo do Livro (1993-1994).

Exerceu actividade no âmbito da informação e da cultura, colaborando nos jornais *Notícias da Amadora*, *República* e *Jornal do Fundão* e codirigindo o suplemento literário

do *Diário de Lisboa* (durante os anos 60 do século XX), e também como editor e coproprietário da revista mensal *Grande Reportagem* (1989-1994) e sócio cofundador da Publicultura que foi editora do extinto semanário *Já* (1966) e das revistas *Vida Mundial* (1998) e *História* (1998). É autor dos livros *Noite recuperada* (1966), *Giestas da memória* (1969), *A leitura e a crítica* (1971), *As aventuras do major Bento* (1972) e *O que vai morrer* (1976).

A aproximação ao sector editorial deu-se por via do interesse cultural e do gosto pela leitura e pela escrita, manifestados ainda nos anos sessenta do século XX através de colaborações na comunicação social escrita e da publicação em 1966 do primeiro dos cinco livros de que é autor. Iniciou a vida profissional na indústria seguradora, mantendo em simultâneo a colaboração que desde 1967 vinha exercendo com o *& etc*, suplemento do *Jornal do Fundão* que veio a autonomizar-se e, em 1974, se constituiu como editora independente.

O conhecimento das especificidades da edição adquirido na colaboração com o editor Vitor Silva Tavares, o fundador da editora *& etc*, associado ao convívio com amigos já então instalados noutras editoras, propiciou a abertura de caminho para o exercício de funções como administrador e responsável editorial na Editora Arcádia e posteriormente na Moraes Editora. Foi desde então estabelecendo uma estratégia editorial com especial incidência nos autores portugueses contemporâneos, tendo em vista um projecto global de promoção e divulgação que permitisse a respectiva valorização individual e colectiva e um subsequente passo no sentido da publicação de autores estrangeiros de nomeada. Uma estratégia que viria a consolidar com sucesso nas Publicações D. Quixote, ao longo de mais de duas décadas em que foi seu proprietário e editor. Posteriormente, exerceu funções como director-geral de edições da Âmbar e fundou a editora que leva o seu nome, as Edições Nelson de Matos.

Ao longo de perto de cinco décadas desenvolveu actividade nas seguintes editoras: *& etc*. (1967-1974), Editora Arcádia (1974-1976), Moraes Editora (1976-1980), Publicações D. Quixote (1981-2004), Edições Âmbar (2004-2007), Edições Nelson de Matos (2007- Actual).

Em reconhecimento dos méritos da actividade exercida nos âmbitos editorial e sociocultural, foi nomeado cidadão honorário da Amadora.

▪ **VALENTE, Guilherme (entrevista a 12 de Março de 2016)**

Nascido em Leiria em 1941, licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, obteve pós-graduação em Relações Interculturais pela Universidade Aberta de Lisboa e desempenhou cargos associativos como membro dos Órgãos Sociais da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (1998-1999 e 2009-2012) e da União dos Editores Portugueses.

Esteve envolvido em cargos e missões relevantes como membro do Conselho Directivo do Gabinete de Investigações Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e colaborador do Prof. Adérito Sedas Nunes na edição da *Análise Social* quando esta revista científica se situava em fase incremental de projecção (na década de 70 do século XX), membro do Conselho de Cultura do Governador de Macau em simultâneo com a docência na Universidade de Macau e a dinamização da revista *Administração* orientada para reflexão de portugueses e chineses sobre a problemática da transição e desenvolvimento futuro do território (1987-1990), assessor do Governador de Macau e membro da Comissão Instaladora do Centro Científico e Cultural de Macau (1995-1997), assessor do reitor da Universidade de Aveiro para a instalação do primeiro mestrado em estudos chineses a funcionar em Portugal, membro do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação Jorge Álvares (2000-Actual), membro do Conselho Nacional de Educação (2002-2004), membro do Conselho de Opinião da RDP e RTP (2010) e membro da Unidade de Acompanhamento do Centro Científico e Cultural de Macau (2015-Actual).

Desde jovem, considerou o editor como alguém que gosta de livros e de falar deles aos seus amigos e às pessoas das suas relações tendo em vista promover o conhecimento e o debate de ideias. Por iniciativa própria, falou com amigos da família no sentido de estabelecer contacto com o editor Francisco Lyon de Castro que o recebeu ainda nas instalações da Europa-América na Rua das Flores. Quando do primeiro encontro, sentiu a enorme força anímica de um homem que considera ter marcado intelectual, cultural, política e civicamente várias gerações de editores, incluindo a sua própria geração.

A entrada para as Publicações Europa-América coincidiu com a inauguração das novas instalações, em Mem-Martins, e aí iniciou com Carlos Araújo e outros colegas a sua actividade no mundo da edição. Passou depois pelas Publicações D. Quixote, onde se cruzou de novo com Carlos Araújo, e na qual esteve envolvido em projectos de referência

como os *Cadernos D. Quixote*, os livros da *Mafalda* e a edição portuguesa do jornal *O Mundo Diplomático*. Tendo em vista publicar livros “alternativos” que não se enquadravam na linha editorial da D. Quixote, associou-se com Carlos Araújo e dois outros sócios para criar a Editorial Teorema, da qual veio a afastar-se por considerar que não tinha disponibilidade para dar a colaboração necessária. Depois de uma breve, mas pessoal e profissionalmente enriquecedora colaboração com a Editorial Presença a convite do editor Francisco Espadinha, criou a Gradiva Publicações tendo como objectivo primeiro a divulgação da cultura científica e o combate pelo conhecimento e pela educação, um desiderato alcançado com sucesso e que abriu caminho à entrada noutros segmentos da edição. Ao longo de cinco décadas desenvolveu actividade nas seguintes editoras: Publicações Europa-América (1966 e 1969-1970), Publicações D. Quixote (1970-1980), Editorial Teorema (1973-1976), Editorial Presença (1981), Gradiva Publicações (1981-Actual).

A relevância e mérito da actividade exercida nos âmbitos editorial e sociocultural mereceu reconhecimento público e oficial: agraciado pelo Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique no grau de Comendador (1993); agraciado pelo Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique no grau de Grande Oficial (1998); Medalha de Prata da Cidade de Leiria (2011); Grande Prémio Ciência Viva, pelos 30 anos da Colecção Ciência Aberta (2012).

3 – Índice de figuras

1 – Modelo de análise	26
-----------------------------	----

4 – Índice de quadros

1 – Dimensões de análise e métodos	27
2 – Alunos matriculados, segundo o nível de educação por ano lectivo.....	89
3 – Quantidade de títulos publicados por grupo temático e por ano.....	126

5 – Índice de Gráficos

1 – Registos do Depósito Legal atribuídos em Portugal por ano	106
---	-----